

# Retratos de Assentamentos



# Retratos de Assentamentos

Volume 24, Número 2, 2021

Arte de Capa: *Arte em Aquarela: Regina Carmona/ Thatiany Mariano*  
Diagramação: *Thatiany Mariano*

# Retratos de Assentamentos

**Volume 24, Número 2, 2021**

**ISSN 1516-8182**  
**E-ISSN 2527- 2594**

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP

CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7252

Revista eletrônica: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>

E-mail: [contato@retratosdeassentamentos.com](mailto:contato@retratosdeassentamentos.com)

# Retratos de Assentamentos

Volume 24, Número 2, 2021

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA**

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro  
Reitor

Prof. Flávio Módolo  
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro  
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

## **EDITORES**

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker,  
Henrique Carmona Duval

## **CONSELHO EDITORIAL**

Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leila Stein, Leonilde  
Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Marcelo Aláριο Ennes, Maria  
Aparecida Moraes Silva, Marilda Menezes, Oriowaldo Queda, Sérgio Pereira  
Leite, Sérgio Sauer, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

## **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA/DIAGRAMAÇÃO/NORMATIZAÇÃO**

Thatiany Mariano  
Ingrid Kauana Gonçalves



**Retratos de Assentamentos**

E-ISSN 1516 8182

**Volume 24, Número 2, 2021**  
<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – Araraquara – SP – Brasil, 1994. v. 24, n.2, 2021. 312p.

ISSN 1516-8182  
E-ISSN 2527- 2594



***A cada edição de nosso periódico nos angustiamos entre indignação e esperança. Por um lado, as perversidades do neoliberalismo destruindo conquistas sociais que se haviam transformado em políticas públicas; por outro lado a resistência daqueles que tentam salvar o país e o planeta face à devastação que nos ameaça. Haja resistência!***

***O conjunto de artigos deste número de Retratos reflete bem o fantasma que nos assombra: a fome reaparece no Brasil. O país havia saído do mapa da fome e, agora, essa trágica consequência das políticas neoliberais (leia-se fascistas) comparece por toda parte de forma preocupante, para dizer o mínimo. A maioria dos artigos refere-se à insuficiência e à insegurança alimentar e seus correlatos.***

***Para explicar a fome no sistema capitalista não se precisa pensar em falta de trabalho ou produção. Pelo contrário, essa terrível mazela ocorre em meio à maior abundância, especialmente de commodities.***

***Enquanto nas sociedades tradicionais a fome só ocorria em consequência de condições climáticas adversas ou cataclismas que destruíam ou impediam a produção, no sistema econômico planejado a fome aparece como consequência do agronegócio centrado na produção de commodities para exportação e, igualmente, da financeirização da produção que coloca toneladas de alimentos nos jogos perversos dos mercados futuros.***

***Não podemos descartar ainda a questão do petróleo, cujos derivados estão com preços hipertrofiados nas mãos de corporações internacionais. O preço dos combustíveis afeta o transporte de alimentos e os encarece e a inacreditável perversidade aplicada ao preço do gás de cozinha compõem o conjunto de fatores que fazem reaparecer essa velha tragédia da história no país do latifúndio.***

***Mas nossos artigos não desvelam só as ameaças acima, eles mostram também a resistência e a resiliência dos povos do campo alimentando as cidades. Um rural que transita para a Agroecologia e tenta organizar suas populações para a recuperação do que lhes foi tirado – a efetivação do programa “Brasil sem miséria”.***

***Devemos nos lembrar, no entanto, de que as medidas do atual governo são contra o campo e contra esta transição. Uma delas é exatamente a liberação de todo espectro de agrotóxicos proibidos em outros países. A virtuosa produção orgânica que se busca praticar nos assentamentos de reforma agrária e em pequenas propriedades rurais estaria livre desse tremendo impacto poluidor e***

*envenenador? O que estamos comendo inadvertidamente com essa criminosa liberação? Segurança alimentar não é só quantidade de comida. É qualidade em todos os sentidos ligados a nutrição, base da vida.*

*Assim, nossas esperanças continuarão direcionadas à agricultura familiar, capaz de produzir alimentos de fato, bem como à Reforma Agrária ampla e à luta pela Agroecologia como caminhos para uma sociedade mais justa e sustentável. O tema deste volume é a esperança. Em que pese o desmonte das políticas para o Campo (PAA, ATER, PRONERA etc.) a resiliência se desvela com a preocupação dos textos aqui apresentados.*

*Esta edição inicia-se com um artigo sobre o Programa Brasil sem Miséria no Agreste alagoano e as limitações para superação da pobreza, para garantir renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. O artigo discute os entraves e perspectivas de geração de renda e da segurança alimentar e nutricional para as famílias rurais do município de Taipu. Constatou-se que a renda obtida por meio de programas de transferência tem sido o principal ingresso de recursos. No entanto, os fatores limitantes ao desenvolvimento, em especial a água se impõe gerando o predomínio da insegurança alimentar no grupo pesquisado. Apesar da importância do programa para o grupo pesquisado, a situação de pobreza não é revertida.*

*A discussão das políticas públicas para segurança alimentar e nutricional, feita a partir da situação dos agricultores do assentamento Palestina, na Bahia, revela que mesmo tendo o usufruto da terra, muitos assentados ainda vivem em situação de vulnerabilidade social. Apesar da participação exitosa na chamada Pública da Campanha de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) da Bahia, a exigência da prova de regularidade e a quitação perante as secretarias municipais, estaduais e federais de controle e fiscalização, além do não atendimento à necessidade de escrita de uma manifestação de interesse, em virtude da baixa escolaridade dos assentados se converteram em obstáculos aos recursos do edital. Em consequência, prevalece a situação de insegurança alimentar.*

*Estudo realizado em três polos agrofloretais do município de Rio Brando – Acre, sobre as perspectivas de efetividade da segurança alimentar dos agricultores familiares assentados a partir da metodologia da Escola Brasileira de Insegurança Alimentar discute a hipótese de ser a renda agrícola a principal variável para assegurar uma situação satisfatória aos agricultores. Entrevistas com 89 famílias assentadas revelaram que o polo Custódio Freire tem melhores condições de*

**Segurança Alimentar, seguido pelo polo Geraldo Fleming e Wilson Pinheiro.**

**Situações diferenciadas em várias regiões do país. Em Marabá, sudeste do Pará, entre 2013 e 2019, a análise quali-quantitativa das implicações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no assentamento 26 de março revelou que sua operacionalização, associada à pecuária bovina entre 2013 e 2019 não contemplou a diversidade dos sistemas produtivos agroecológicos dos assentados. Possibilidades de um futuro diferenciado foram discutidas no campo analítico neste artigo.**

**Estratégias de economia popular que vêm sendo desenvolvidas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores na época da Covid-19, no estado do Rio de Janeiro, refletem o papel centralizador da comunicação na organização da comercialização e do consumo de alimentos agroecológicos, bem como na difusão das pautas políticas do MPA. Por meio da estruturação da Brigada de Comunicação Popular foram fortalecidos os processos produtivos dos grupos camponeses vinculados ao Sistema de Abastecimento Alimentar do MPA no Estado. A importância das Redes, o fomento à formação técnica e profissional de comunicadores e comunicadoras no campo da Agroecologia deram resultados positivos, ao permitir a consolidação de formas de trabalho, cooperação e reciprocidade próprios das economias populares.**

**Impactos de inovações tecnológicas e agrícolas derivados dos efeitos danosos da modernização da agricultura estimulada pela Revolução Verde e conflitos socioambientais nas áreas da falida usina Ariadnópolis em Campo do Meio – MG são facetas da complexidade das lutas sociais por reforma agrária e por políticas públicas que podem estimular a sustentabilidade do desenvolvimento rural em meio a uma trama de tensões. O artigo voltado às percepções de agricultores e agricultoras do MST em processos graduais da transição agroecológica existentes no acampamento Quilombo Campo Grande, no sul de Minas Gerais, acena com perspectivas possíveis de uma gradual constituição de um plantio sustentado por biofertilizantes e sementes de uma alimentação saudável.**

**Em todas as regiões, embora sempre com um certo engessamento dos parâmetros para implantação de assentamentos rurais, distintas estratégias de desenvolvimento vêm sendo implementadas pelos assentamentos, embora não se possa negar a conjuntura plenamente adversa para a bandeira da reforma agrária. Apesar disso, os artigos do Retratos de Assentamentos mostram a necessidade de garantir segurança e soberania alimentar, as perspectivas criadas pela transição agroecológica levadas adiante por assentados e assentadas que têm no rural seu**

*espaço de vida e de trabalho.*

*As famílias assentadas enfrentam, de fato, desafios de toda ordem. Em texto sobre assentamentos PDS em Anapu, Pará, relata-se que até os roçados tradicionais, conhecidos sistemas agrícolas que contribuem para conservação florestal e garantia de segurança alimentar das famílias enfrentam impedimentos legais. Mesmo assentadas em um assentamento diferenciado, as famílias dependem de autorização do órgão gestor para produzir seus alimentos. Processo que inviabiliza a vida das famílias, dadas a morosidade e o indeferimento de suas solicitações, desmotivando-as de permanecer e colocando por água abaixo o projeto de desenvolvimento sustentável. Uma situação em que as famílias são ou empurradas para a ilegalidade ou para fora do assentamento.*

*Já o artigo sobre os quintais produtivos aborda este espaço socialmente construído enquanto uma tecnologia social – uma abordagem inovadora dos quintais. Vale destacar que os quintais produtivos vêm ganhando notoriedade nos estudos da segurança alimentar na agricultura familiar. Neste caso específico, o trabalho expõe, a partir dos conceitos de pluriatividade e multifuncionalidade, a diversidade da produção nos quintais, o uso de insumos locais, sua capacidade de alimentar as famílias e gerar renda com os excedentes. E aponta, ainda que brevemente, para a problematização do trabalho familiar, tema importante para se aprofundar os estudos neste tema. O artigo seguinte dialoga bastante com essa discussão, no entanto o enfoque está na participação e no trabalho das mulheres rurais. A investigação se dá acerca de como elas participam dos processos decisórios no cotidiano de um assentamento rural em MT, mas, igualmente, ressalta a organização de um grupo de mulheres assentadas que leva ao reconhecimento do seu trabalho. Esta experiência se soma a outras, que vêm mostrando as grandes transformações pelas quais o mundo rural também passa em relação às lutas pela diminuição das desigualdades de gênero. Neste artigo, dentre outras evidências, isto fica claro a partir da atuação da ATER junto ao grupo das mulheres.*

*Os artigos seguintes abordam bem os paradoxos que são próprios dos processos de desenvolvimento em assentamentos rurais. Primeiro, o estudo de caso qualitativo em um assentamento PDS, em Marabá/PA, aponta para mudanças sócio territoriais desde as ocupações da terra e como as famílias recompõem seus modos de vida e aplicam, efetivamente, os conhecimentos tradicionais na conservação da vegetação nativa local. No entanto, na região amazônica mato-*

*grossense, outro estudo de caso expõe a dificuldade das famílias sobreviverem de atividades agrícolas ou extrativistas, sem depender do assalariamento e do arrendamento. Sobretudo em uma região de expansão do cultivo de grãos, a influência do agronegócio pode significar um esvaziamento de outras possibilidades de desenvolvimento rural, mesmo que a partir de um sistema capital-intensivo inadequado às famílias assentadas. Em ambos os casos, no entanto, as pesquisas comprovam que ir para os assentamentos representa ganhos qualitativos em suas vidas.*

*Fechando este volume, apresentam-se dois artigos dentro da temática da Educação. O primeiro centrado no surgimento e na expansão da educação infantil do campo. Com uma perspectiva histórica, trata-se da importância dos projetos pedagógicos atenderem as especificidades e os anseios das populações rurais. Apesar de existir legalmente, discute-se os desafios da formação continuada e das agendas políticas em diferentes conjunturas para sua efetivação. O segundo artigo, sobre as representações sociais de estudantes de licenciatura que residem em zonas rurais, conclui que a agricultura familiar é vista muito mais como modo de produção do que como modo de vida pelos estudantes. Concepções midiáticas também atravessam as representações, o que não corresponde às concepções científicas sobre agricultura familiar, tão pouco contribuem para elevar a importância da categoria e a própria autoestima de quem vive no campo.*

*Como afirmamos, a tônica desta edição é a esperança. Se não a esperança em um futuro imediato na esfera da política, e das políticas públicas para a agricultura familiar especialmente, uma esperança nas experiências da agricultura familiar presente em assentamentos em todas as regiões brasileiras. São as pessoas, os movimentos sociais, as organizações formais e informais da agricultura familiar, além dos grupos de pesquisa e de extensão universitários que tem nos permitido ter esperança.*

**Boa leitura!**

**Os editores.**



## O Programa Brasil sem Miséria no Agreste Alagoano e as limitações para superação da pobreza

Rafael Navas<sup>1†</sup>  
Emerson Oliveira-Filho<sup>2</sup>  
Emerson Carlos Soares<sup>3</sup>  
Themis de Jesus Silva<sup>4</sup>

**RESUMO:** O “Programa Brasil sem Miséria” foi criado com o objetivo de erradicar a pobreza extrema, buscando a garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, por meio de projetos de fomento, que buscam garantir a segurança alimentar e nutricional e gerar renda às famílias. O objetivo desse trabalho foi avaliar as características sócio produtivas, hábitos de consumo e segurança alimentar de famílias rurais atendidas pelo Programa no município de Traipu/Al. Para o levantamento de dados utilizou-se entrevistas semiestruturadas, frequência de consumo de alimentos e versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Os resultados indicam predomínio de crianças em idade escolar, com baixa escolaridade entre os adultos. Há restrição no acesso aos serviços públicos e recursos, em especial água e terra, limitando a produção agrícola. As ações do Programa com criação de animais tem contribuído para a produção de alimentos, sendo a principal fonte de proteína na dieta e é destinada para autoconsumo. A renda obtida por meio de programas de transferência tem sido o principal ingresso de recursos. Ainda predomina insegurança alimentar entre as famílias. O Programa não conseguiu reverter a situação de pobreza encontrada e garantir a segurança alimentar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas; Indicadores sociais; Extrema pobreza; Agricultura familiar.

### THE “BRAZIL SEM MISÉRIA” PROGRAM IN THE “AGRESTE REGION” OF ALAGOAS AND THE LIMITATIONS TO OVERCOME POVERTY

**ABSTRACT:** The “Brasil Sem Miséria” Program was created with the objective of eradicating extreme poverty, seeking to guarantee income, access to public services and productive inclusion, through development projects that seek to guarantee food and nutritional security and generate income the families. The objective of this work was to evaluate the socio-productive characteristics, consumption habits and food security of rural families served by the Program in the municipality of Traipu/Alagoas/Brazil. For data collection, semi-structured interviews, frequency of food consumption and short version of the Brazilian Food Insecurity Scale were used. The results indicate a predominance of school-age children, with low education among adults. There is a restriction on access to public services and resources, especially water and glebe, limiting agricultural production. The Program’s actions with animal husbandry have contributed to food production, being the main source of protein in the diet and intended for self-consumption. Income obtained through transfer programs has been the main inflow of resources. Food insecurity still prevails among families. The Program was unable to reverse the situation of poverty found and guarantee food security.

**KEYWORDS:** Public policy; Social indicators; Extreme poverty; Family farming.

<sup>1</sup> *In memoriam* - Professor do Centro de Ciências Agrárias- Universidade Federal de Alagoas E-mail: [rafael.navas@ceca.ufal.br](mailto:rafael.navas@ceca.ufal.br)

<sup>2</sup> Graduando em Agroecologia, Campus de Eng. e Ciências Agrárias(CECA), Universidade Federal de Alagoas(UFAL)

<sup>3</sup> Professor do Centro de Ciências Agrárias- Universidade Federal de Alagoas. E-mail: [soemerson@gmail.com](mailto:soemerson@gmail.com)

<sup>4</sup> Professor do Centro de Ciências Agrárias-Universidade Federal de Alagoas. E-mail: [themisjdasilva@gmail.com](mailto:themisjdasilva@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Durante muitos anos o conceito predominante de pobreza consistia simplesmente na ausência de renda. Tal conceito já não se adequa mais ao atual cenário político, econômico e social dos países e tem demandado outras formas de compreender o fenômeno, incluindo novas abordagens na análise (ALBUQUERQUE; CUNHA, 2012).

Ao se falar sobre pobreza é consenso que o não atendimento das necessidades mínimas diárias de calorias e proteínas está ligado à noção mais elementar dela, pois em qualquer sociedade, quem não possui meios de garantir a própria alimentação diária mínima é considerado pobre. Esse tipo agudo de pobreza relacionada à insuficiência de alimentos é chamado de indigência e a medição e a definição da linha de indigência - que determina o valor mínimo de recurso financeiro necessário para suprir as necessidades alimentares de um indivíduo no período de um mês, é o primeiro passo de grande parte das metodologias para medir a pobreza. É a partir da linha de indigência que se define as linhas de pobreza, que podem englobar outros aspectos, como o acesso à renda, à serviços públicos e habitação. A linha de pobreza é a soma da linha de indigência com os demais custos mínimos para um indivíduo sobreviver em uma sociedade (TRONCO; RAMOS, 2017). No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social considera em situação de extrema pobreza as famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00 e de pobreza aquelas com renda mensal entre R\$ 89,01 até R\$ 178,00 por pessoa.

Rocha (2007) considera que a renda é consagrada como a variável mais comum para avaliação da pobreza, principalmente pela capacidade de comparação internacional e por ser o meio hegemônico para a obtenção de bens e produtos que proporcionem bem-estar, porém enfatiza que a renda não é a única variável possível, principalmente em sociedades onde o nível de desenvolvimento social e produtivo é muito baixo.

Estudos que abordam a questão da pobreza em suas distintas dimensões, tanto em áreas urbanas quanto rurais, demonstram que essa é mais severa nas zonas rurais (ALBUQUERQUE; CUNHA, 2012; KAGEYAMA, 2008; HOFFMANN; KAGEYAMA, 2007). Esse fato é explicado pela ausência e precariedade de serviços básicos como educação, saúde e saneamento, o que coloca a população rural em situação de maior vulnerabilidade ou seja, de privação em relação à poluição urbana.

Maluf e Mattei (2011) também consideram que a pobreza rural se expressa em termos do nível insuficiente de rendimento, da falta de acesso a bens e serviços e da negação de direitos elementares e consideram também a própria indiferença da sociedade que tem contribuído para ampliar o processo de exclusão social.

A realidade da pobreza rural não ocorre apenas no Brasil, mas em grande parte do mundo, em especial nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento

(NOCE; FERREIRA NETO, 2016). De acordo com Miranda e Tibúrcio (2011) tomando-se como linha de pobreza o patamar de US\$ 1/dia, haviam em 2007 aproximadamente 800 milhões de pessoas pobres em áreas rurais, representando mais de 50% da população rural do planeta. A FAO (2018) estimou que no ano de 2016, 48% da população rural estava vivendo em situação de pobreza e 22,5% em condições de extrema pobreza e além disso evidenciou a diferença em relação às áreas urbanas, com valores de 26% e de 7%, respectivamente.

No Brasil a pobreza tem raízes históricas na ocupação e formação econômica do país e do rápido processo de industrialização e urbanização, que buscaram promover grande expansão da produção econômica (ZIMMERMANN *et al.*, 2014) e foi aprofundada na década de 1980, após as sucessivas crises econômicas ocorridas no país (MATTEI, 2012; DELGADO, 2005; FAGNANI, 1999). O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil institucionalizou a pobreza rural por meio da concentração fundiária, do uso intensivo de tecnologias modernas que liberaram mão de obra, das relações precárias de trabalho, da urbanização acelerada, da restrição no acesso à terra, das limitações de educação, das dificuldades de acesso aos mercados, da privações de acesso a serviços básicos e das deficiências de infraestrutura em várias áreas (ZIMMERMANN *et al.*, 2014; MALUF; MATTEI, 2011). Para Veiga (2000) a pobreza no meio rural também é fruto das características do setor agropecuário, pois nos países que atingiram altos índices de desenvolvimento humano, essa atividade tem caráter principalmente familiar, enquanto no Brasil é predominantemente de caráter patronal.

Por fim, esse processo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil tornou-se instrumento de aumento da pobreza, pois ao longo do tempo as formas agrícolas tradicionais foram esquecidas pelas políticas públicas (principalmente nas áreas de minifúndio), cuja prioridade foi dada à agricultura em larga escala e voltada aos mercados internacionais. A política instituída para o setor agrícola entendia a função do rural apenas como espaço de produção agrícola do tipo empresarial e a partir dessa ideia, havendo aumento da produção agrícola, seria resolvido o problema da pobreza e traria aumento dos produtos agropecuários, o que na prática não ocorreu (ZIMMERMANN *et al.*, 2014).

Dados do IBGE (2009) indicam que no Brasil a população rural é de 30,7 milhões de pessoas, dos quais cerca de 54% desse montante foram consideradas pobres e 8,1 milhões de pessoas extremamente pobres. Os dados demonstraram que a região Nordeste concentrava 70% daqueles considerados extremamente pobres, estando Alagoas com o maior número nesse grupo no meio rural do país. Essas famílias acabam dependendo dos programas de transferência de renda, porém Noce e Ferreira Neto (2016) pontuam que esses programas por si só, não são suficientes para retirarem as pessoas da condição de pobreza em que se encontram.

Atualmente outros fatores que vem contribuindo para a manutenção dessa situação no meio rural segundo Zimmermann *et al.* (2014) são os grandes projetos, como pecuária extensiva, monocultura de eucalipto, mineração e grandes agroindústrias, pois não conseguem incorporar as populações locais pobres e trazem pouca dinâmica às economias locais, restringindo as possibilidades de maior integração social das camadas populacionais submetidas à essas condições.

Zimmermann *et al.* (2014) sugerem que

[...] a falta de acesso ao crédito subsidiado, à pesquisa agropecuária, assistência técnica, infraestrutura, acesso aos mercados regionais e demais condições de produção, contribuíram para o surgimento de dois movimentos distintos no rural brasileiro: de um lado, mantém-se núcleos de agricultores familiares praticando basicamente uma agricultura para autoconsumo, cujos resultados não permitem ir além da reprodução dessas condições de vida, em geral classificadas como pobreza e pobreza extrema; e do outro, as características estruturais predominantes, como concentração da terra e modelo de produção agropecuária excludente, incentivaram um forte processo migratório em direção às cidades polos, formando os chamados “bolsões de pobreza e miséria”, tendo em vista que grande parte dessa população migrante não encontra condições favoráveis nesses locais para mudar sua condição social.

Além dos fatores citados, os mesmos autores apontam que são escassos projetos para quilombolas, indígenas, mulheres e jovens, considerados o segmento de maior vulnerabilidade social.

Apesar dos indicadores revelarem uma situação dramática das condições de vida de parte da população rural, observa-se recentemente redução da pobreza, a partir do momento que o combate à essa situação adquiriu importância no cenário internacional (MALUF; MATTEI, 2011), tendo o Banco Mundial afirmado ser esse um dos principais desafios mundiais, difundindo uma ideia de pobreza para além da baixa renda, ressaltando os baixos indicadores em educação, saúde, nutrição e outras áreas do desenvolvimento humano (VAITSMAN *et al.*, 2009; UGÁ, 2004). Para Azevedo e Burlandy (2010) entrou em ascensão a ideia de que políticas e instituições voltadas para os grupos mais vulneráveis podem promover eficiência e equidade e a partir dessa concepção, os programas de transferência de renda com condicionantes, focados nos pobres passam a ser implementados, visando cumprir funções redistributivas e de alívio da pobreza (VIANNA, 2008). Com efeito, novas estratégias de proteção social emergem combinando redes de segurança e transferência de renda para que sirvam de auxílio nos períodos de crise e dê condições para a superação da situação de pobreza (AZEVEDO; BURLANDY, 2010).

No Brasil instituiu-se políticas públicas para superação da pobreza, que

englobaram também a população rural, como o Bolsa Família (BF), Previdência Social e Benefício de Prestação Continuada (BPC). O BF surgiu da unificação de outros programas pré-existentes de transferência de renda, sendo o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação e ocorreu em 2003 como estratégia de combate à desigualdade social, à extrema pobreza e à fome. Essa mudança foi acompanhada da expansão nacional para alcançar todas as famílias abaixo da linha de pobreza estabelecida e com isso, significativa parcela da população mais pobre e vulnerável foi incorporada ao sistema de proteção e ao mercado de consumo popular (SANTOS *et al.* 2011). A previdência social consiste no acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural à previdência social, desde que comprovem a situação de produtor, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar. O BPC é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família, sendo necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo. Também outras ações foram implementadas visando auxiliar os sistemas de produção, por meio da doação de sementes aos agricultores familiares. No entanto, Sabourin (2007) critica o desenvolvimento das políticas assistencialistas que pregam o tratamento social da agricultura familiar apenas com programas de combate à pobreza. Para o autor, esses programas terminam por transformar camponeses - mais ou menos autônomos, em cidadãos de segunda classe, dependentes de ajuda para sua reprodução social.

As políticas públicas levam a uma disjunção entre políticas sociais e políticas produtivas, contrária ao princípio tripartite do desenvolvimento sustentável (equilíbrio entre social, econômico e ambiental). Esses enfoques (previdência, aposentadoria rural, bolsa- alimentação, bolsa-família) reduzem o econômico ao princípio do acesso das populações rurais pobres ao mercado capitalista e mantêm sua dependência dos supermercados e das firmas agroalimentares, já não como produtores, mas como consumidores (SABOURIN, 2007 p. 739).

Outra iniciativa criada no Brasil em 2011 durante o governo de Dilma Rousseff foi o “Programa Brasil Sem Miséria” (BSM) tendo o objetivo de erradicar a pobreza extrema, combinando ações de municípios, estados e federação.

O BSM teve em sua concepção a integração de dezenas de ações, implementadas por diversos ministérios e articuladas em torno de três grandes eixos, sendo a garantia de renda, inclusão produtiva e o acesso aos serviços públicos. Suas ações foram agrupadas com base em diversos recortes específicos, como educação e saúde, mas também aqueles que consideravam as especificidades das áreas urbanas

e rurais, com ações distintas para enfrentar problemas centrais nessas regiões. No eixo transferência de renda foi incluído o BF, com suas condicionantes vinculadas à educação, saúde e favorecendo a garantia do direito à alimentação, bem como o BPC. No eixo de acesso aos serviços públicos buscou-se identificar a ausência do Estado nos territórios com base no Censo Demográfico de 2010 e prover serviços públicos adequados às realidades locais, como energia elétrica, acesso à água para consumo doméstico e produção e saneamento. No eixo inclusão produtiva, considerando a dificuldade da população rural pobre em acessar crédito para produção, o BSM criou uma modalidade de repasse de recursos a fundo perdido (Fomento) no valor de 2,4 mil reais para aplicação em projetos produtivos com assistência técnica e apoio à comercialização por meio de compras institucionais (FONSECA *et al.*, 2018). Segundo Mello *et al.* (2014) as principais dificuldades dos agricultores mais pobres estão justamente na falta de apoio técnico e na escassez de recursos para investir na melhoria da produção e o BSM proporcionou acompanhamento técnico, buscando aumento da produção, da qualidade e do valor dos produtos. Para Fonseca *et al.* (2018) o BSM se destaca pois parte da concepção de que a pobreza não se restringe apenas à insuficiência de renda, mas envolve situações de insegurança alimentar e nutricional, acesso à água, insuficiência no acesso e permanência em políticas sociais, como saúde e educação, baixo atendimento de serviços de energia elétrica, moradia e saneamento básico.

O BSM tinha o objetivo ambicioso de superar a extrema pobreza até o final de 2014, porém o que se observou foi que pouco mudou no que se refere ao desenvolvimento social do público rural (NOCE; FERREIRA NETO, 2016; HELFAND, 2011). Guanzioli *et al.* (2012) e Bresnayan (2011) consideram que para agricultores familiares com baixa inserção no mercado, as políticas de crédito de custeio por mais subsídios que tenham, não resolverão o problema da pobreza no campo. Esses autores defendem a necessidade de políticas específicas focadas no grupo em questão, envolvendo outros aspectos como o acesso à água, à terra e à educação, dando maior ênfase às políticas agrárias e sociais do que às políticas agrícolas, bem como em técnicas de enfrentamento das mudanças climáticas.

Considerando que a região Nordeste concentra a maior parte da população extremamente pobre e o estado de Alagoas o que apresenta o maior número nesse grupo, o objetivo desse trabalho foi avaliar as características socioeconômicas, produtivas, hábitos de consumo alimentar e segurança alimentar de famílias rurais atendidas pelo BSM no interior de Alagoas.

## METODOLOGIA

O município de Traipu está localizado no Agreste Alagoano, sendo seu território

composto por 82% de bioma Caatinga e 18% de Mata Atlântica. A população estimada foi de 27.715 pessoas (IBGE, 2020), com aproximadamente 69% residindo na área rural.

O Índice de Desenvolvimento Humano municipal em 2010 foi de 0,532, considerado baixo. Um dado importante nesse cenário é a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total, sendo de apenas 5,3%. O município apresentou 59% da população tendo rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa no ano de 2017. Além dos dados citados, apenas 10% do município possuía esgotamento sanitário adequado em 2010 e a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade foi de 95,2% (IBGE, 2020), valor que evidencia o papel dos programas de transferência de renda com condicionantes, como o BF.

No município, 68 famílias foram inseridas nas ações do projeto de fomento pelo BSM, que busca garantir a segurança alimentar e nutricional e gerar renda às famílias e teve início no município no ano de 2017. Para entrar no projeto os critérios adotados foram: possuir renda igual ou abaixo de R\$ 154,00 per capita, possuir DAP (Declaração de aptidão ao Pronaf) e vocação para as atividades que seriam desenvolvidas. Desse total de famílias, 32 se dedicaram a criação de ovinos (adquirindo de 3 a 4 animais), 29 famílias se dedicaram a criação de aves (adquirindo entre 30 e 50 animais) e 7 famílias com a criação de suínos (com 2 a 3 animais). No ano de 2019, 12 famílias deixaram de executar o projeto de fomento.

O levantamento de dados dessa pesquisa ocorreu no bairro rural Vila Santo Antônio, que possui cerca de 300 famílias e desse total, apenas 24 participam do projeto e as entrevistas foram realizadas com 13 famílias, correspondendo a 54% de participação nas ações diretas do BSM.

Para o levantamento das questões socioeconômicas, ambientais, acesso a políticas públicas e aspectos produtivos (vinculados ou não ao projeto de fomento) utilizou-se entrevistas semiestruturadas, sendo uma combinação de perguntas fechadas e abertas e de acordo com Triviños (1987) permite ao informante discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador, além de permitir respostas livres e espontâneas do informante.

Para o levantamento de informações sobre consumo alimentar foi utilizada a frequência de consumo, sendo um questionário composto por uma lista de alimentos e bebidas, apresentado ao indivíduo que indica a frequência de ingestão semanal, classificando o consumo como: raro (alimento consumido no máximo uma vez por semana), pouco (item consumido de 2 a 3 vezes por semana) e frequente (item consumido mais de 3 vezes na semana) (HOLANDA; BARROS FILHO, 2006), com identificação da origem dos produtos.

Para o diagnóstico de segurança alimentar foi utilizada a versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (SANTOS *et al.*, 2014), que correspon-

de a uma escala psicométrica, que avalia de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome.

O levantamento das informações foi realizado com as mulheres responsáveis pelos domicílios, que são as beneficiárias do projeto de fomento do BSM e ocorreu em novembro de 2019.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início do projeto houve o repasse do recurso financeiro à cada família no valor total de R\$ 2.400,00 – dividido em duas parcelas, sendo R\$ 1.400,00 para custeio da atividade e R\$ 1.000,00 para compra de animais. O projeto foi desenvolvido tendo como beneficiárias as mulheres e o recurso foi recebido no cartão do BF. Esse fato demonstra que o projeto de fomento buscou inserir como público, um dos segmentos em situação de maior vulnerabilidade social, que de acordo com Zimmermann *et al.* (2014) tem sido pouco atingido pelas ações de combate à pobreza. A criação de pequenos animais foi a atividade escolhida, sendo ovinocultura, suinocultura e avicultura, uma vez que as famílias possuem pouca área (em média de 0,6 hectares) e o acesso à água é limitado e a escolha se deu conjuntamente entre as famílias e a equipe técnica.

A assistência técnica é realizada mensalmente com visitas a cada unidade pelo Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (EMATER).

A composição das famílias entrevistadas pode ser observada na figura 1, com destaque para crianças e adolescentes em idade escolar, fato confirmado pelos dados de alfabetização (figura 2). Todas as famílias possuem acesso ao BF. Porém ressalta-se que entre os adultos há predomínio de baixa escolaridade, o que caracteriza historicamente a privação do acesso ao ensino.

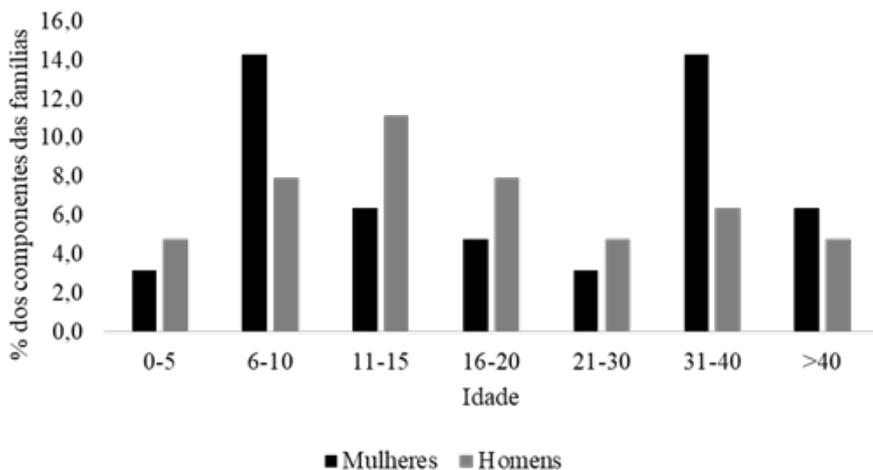
A ocupação de todos os integrantes das famílias entrevistadas em idade de trabalho se dá com a agricultura, evidenciando a importância da atividade para manutenção e ocupação das famílias, além do vínculo com o meio rural.

Todas as casas possuem energia elétrica e são de alvenaria, porém 61% das residências tem fossa negra e 39% tem o esgoto jogado a céu aberto e não há coleta de lixo pelo poder público, optando-se pela queima dos detritos por todas as famílias, o que caracteriza a falta de acesso a serviços básicos. De acordo com Fonseca *et al.* (2018) o BSM apontou a necessidade de universalizar o acesso aos serviços públicos para as famílias em situação de extrema pobreza, pois quase 90% dos domicílios rurais não tem esgotamento sanitário.

Nesse aspecto, entre as famílias entrevistadas a falta de acesso à água apresenta-se como fator limitante, em especial para produção vegetal. O poder público construiu um chafariz no bairro, que contribui para o consumo doméstico, sendo integrado

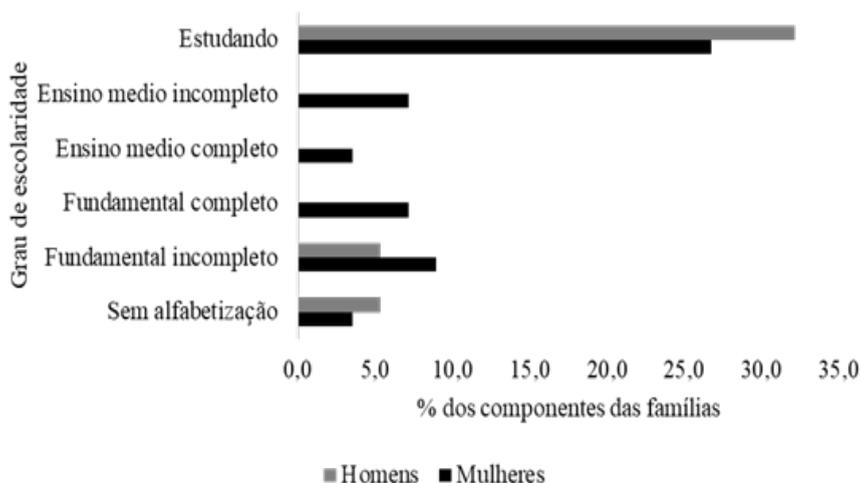
a outras formas de acesso ao recurso (figura 3), porém a iniciativa não garante o abastecimento, em especial para produção.

**Figura 1** – Faixa etária e composição familiar dos beneficiários pelo BSM na Vila Santo Antônio.

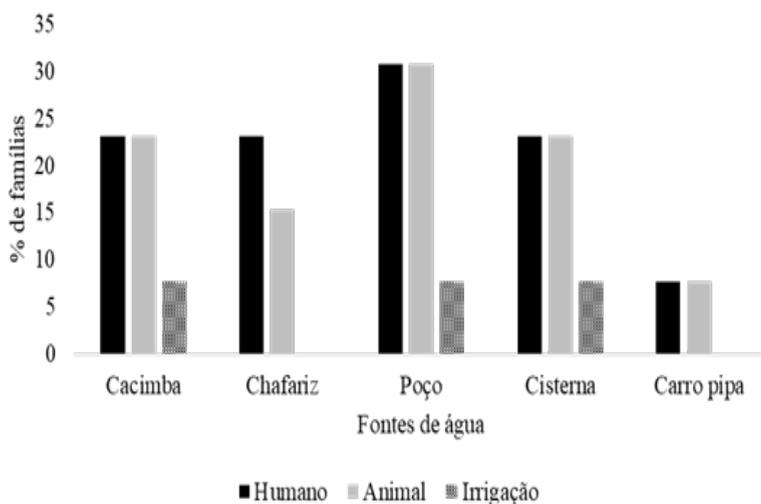


Fonte: elaborado pelos autores.

**Figura 2** – Escolaridade dos beneficiários pelo BSM na Vila Santo Antônio



Fonte: elaborado pelos autores

**Figura 3** – Acesso à água pelos beneficiários do BSM na Vila Santo Antônio.

Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados apresentados evidenciam a falta de acesso aos serviços e recursos que poderiam contribuir para a redução das condições de vulnerabilidade das famílias, deixando de pensar somente no componente renda. Mesmo havendo previsão de ações para o acesso à água com a construção de cisternas na proposta do BSM, as famílias entrevistadas ainda não foram contempladas com essa tecnologia social, o que poderia ampliar a produção e a inclusão produtiva. De acordo com Campos *et al.* (2014) as tecnologias sociais de armazenamento de água, como as cisternas, possibilitam capacidade de estoque para as famílias que muitas vezes ficam dependentes do atendimento por carros-pipa ou da água de poços e a garantia do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente é componente fundamental do direito humano à alimentação adequada.

Partindo da premissa que a pobreza não se caracteriza apenas pela falta de renda, há necessidade de promover acesso à terra, à água e infraestrutura como saneamento, além da diversificação dos mercados, que são elementos fundamentais e estratégicos no combate à pobreza (ZIMMERMANN *et al.*, 2014; MALUF; MATTEI, 2011; VAITSMAN *et al.*, 2009; UGÁ, 2004).

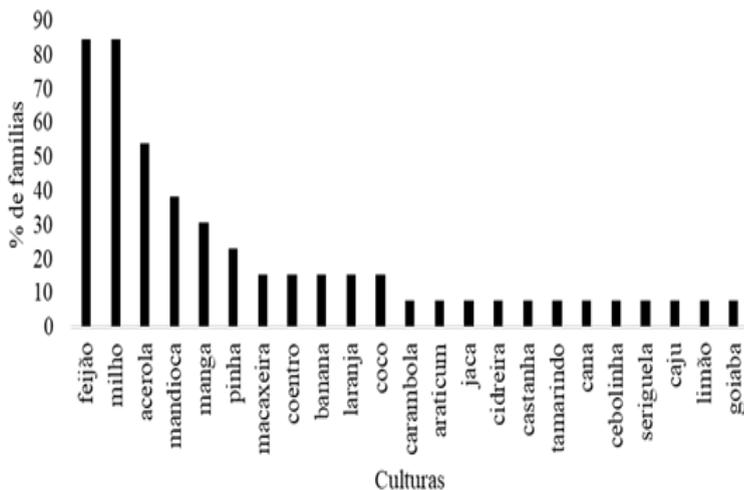
A produção das famílias é destinada para autoconsumo e concentra-se praticamente no período chuvoso, com cultivo de feijão e milho principalmente, havendo poucas propriedades com algumas frutíferas e hortaliças, como observado na figura 4. A baixa diversidade é decorrente da falta de água para irrigação, limitando os cultivos e as variedades. Ressalta-se que a comunidade encontra-se próxima ao Rio

São Francisco, porém não possui acesso a água dessa fonte. Zimmermann *et al.* (2014) consideram que a privação do acesso à água é um elemento determinante para perpetuar a condição social de pobreza em que se encontra a grande maioria da população que reside nas pequenas cidades que compõem o meio rural. Assim, Noce e Ferreira Neto (2016) consideram que no BSM, as peculiaridades de cada região e de seus habitantes precisam ser inseridas nas ações, buscando a melhoria das comunidades como um todo.

Um dos pontos trabalhados no projeto em Traipu tratou sobre o armazenamento das sementes, o que vem sendo realizado por todas as famílias e busca promover maior autonomia, não ficando na dependência da entrega pelos órgãos públicos, pois muitas vezes é realizada com atrasos e conseqüentemente com prejuízos aos plantios.

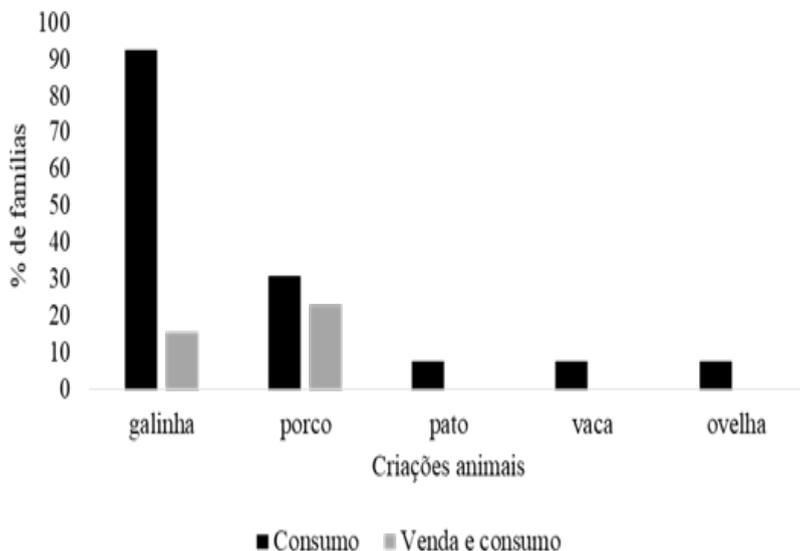
Quanto a produção animal – objeto do projeto de fomento, a principal atividade desenvolvida pelas famílias foi a criação de aves, seguido de suínos e ovelhas, como observado na figura 5. Mesmo tendo como objetivo a segurança alimentar, por meio da produção para autoconsumo e a venda do excedente, a maior parte das famílias que criam galinhas não comercializam os produtos, visando garantir a alimentação da família. Em avaliação do BSM no Distrito Federal, Pires (2016) verificou que 44% das famílias comercializavam o excedente da produção e 20% utilizavam os produtos apenas para consumo, havendo ganhos em segurança alimentar e nutricional, além da economia de recursos por não comprarem esses alimentos.

**Figura 4** – Itens produzidos pelas famílias beneficiárias do BSM na Vila Santo Antônio.



Fonte: elaborado pelos autores.

**Figura 5** – Criação animal entre as famílias beneficiárias do BSM na Vila Santo Antônio.

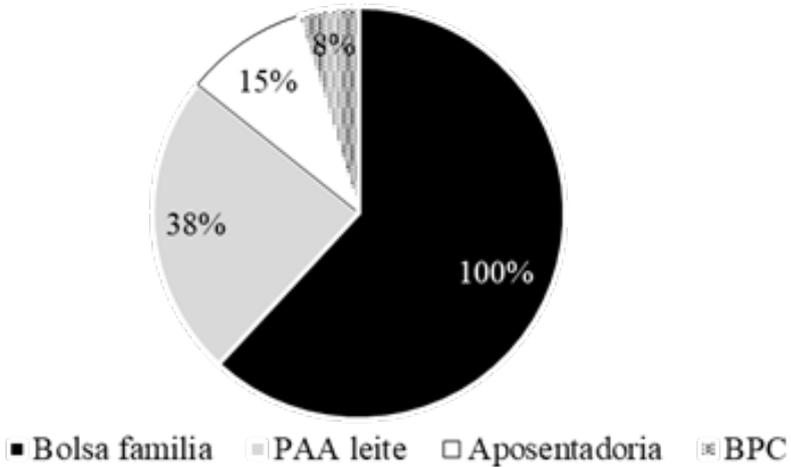


Fonte: elaborado pelos autores.

Quanto a produção animal – objeto do projeto de fomento, a principal atividade desenvolvida pelas famílias foi a criação de aves, seguido de suínos e ovelhas, como observado na figura 5. Mesmo tendo como objetivo a segurança alimentar, por meio da produção para autoconsumo e a venda do excedente, a maior parte das famílias que criam galinhas não comercializam os produtos, visando garantir a alimentação da família. Em avaliação do BSM no Distrito Federal, Pires (2016) verificou que 44% das famílias comercializavam o excedente da produção e 20% utilizavam os produtos apenas para consumo, havendo ganhos em segurança alimentar e nutricional, além da economia de recursos por não comprarem esses alimentos.

Para alimentação dos animais em Traipu, 43% dos entrevistados dependem da compra de ração e 57% compram ração em parte do ano. No sistema de criação adotado é recomendado o uso de ração, visando garantir alimentação balanceada, bem como foi previsto no projeto área para pastejo, porém nem todos possuem esses espaços formados. Esse fato faz com que as famílias invistam parte do pouco recurso financeiro que possuem (haja visto que a maioria não comercializa os produtos) para a alimentação animal e a instalação das áreas de pastejo poderia garantir maior autonomia às famílias, dependendo menos da compra de ração, sendo o recurso investido para compra de outros itens necessários à produção e manutenção.

**Figura 6** – Acesso às políticas públicas pelas famílias beneficiárias do BSM na Vila Santo Antônio.



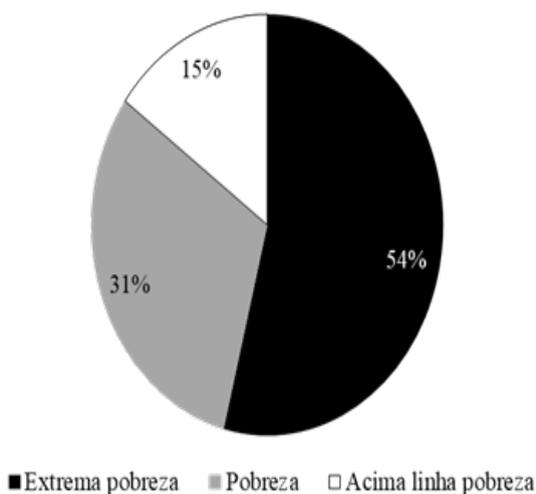
Fonte: elaborado pelos autores.

Considerando que o principal critério para inclusão no projeto era a condicionante renda, todas as famílias são beneficiárias do BF, com poucos atendidos pela seguridade social (figura 6). Helfand (2011) destaca que a política de aposentadoria rural e o BF foram as razões mais importantes para redução da pobreza rural no Brasil. No entanto, o autor observa que somente esses programas já não são suficientes para retirar da condição de pobreza aquele percentual significativo de produtores rurais que ainda se encontram nesta situação.

Apenas 5 famílias (38% do total) acessam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Leite). Essa é uma das modalidades existentes do PAA que ocorre nos estados do Nordeste e na região Norte de Minas Gerais e atende os segmentos populacionais vulneráveis (famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo e que possuem crianças de até seis anos, gestantes, lactantes e idosos) e por meio dessa política têm direito a receber o produto gratuitamente (ALAGOAS, 2020). Porém, mesmo havendo mais famílias que se enquadram nos critérios estabelecidos pelo PAA Leite, muitas não tem acesso à essa política pública. Uma das razões pode ser devido às reduções recentes de investimentos financeiros no PAA, tendo sido praticamente zerado no último ano, o que coloca as famílias em maior condição de vulnerabilidade social.

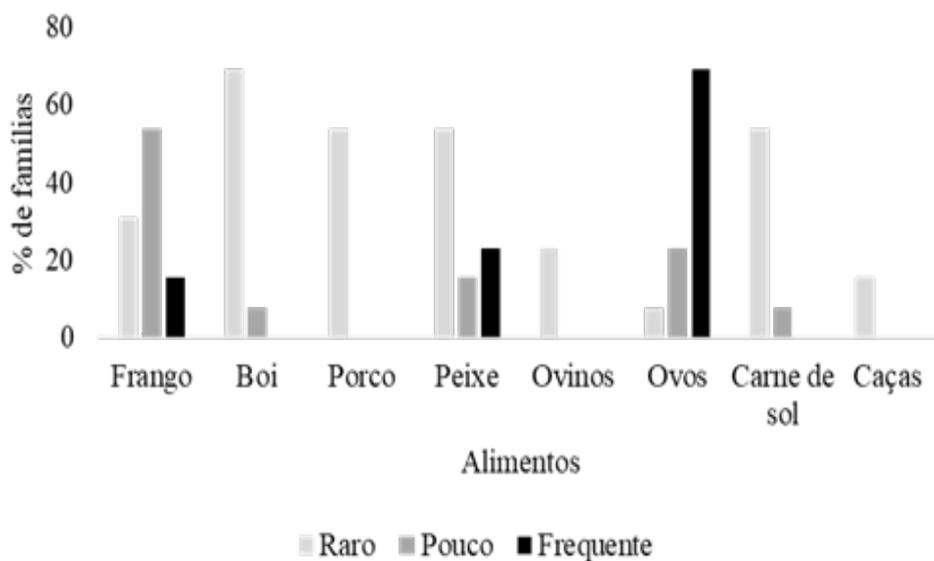
Apenas uma família recebe o BPC, que prevê a transferência de um salário mínimo para idosos e deficientes que possuem renda familiar per capita inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

**Figura 7** – Renda per capita das famílias e condição de vulnerabilidade.



Fonte: elaborado pelos autores.

**Figura 8** – Fontes e consumo de proteína animal entre as famílias beneficiárias do BSM na Vila Santo Antônio.

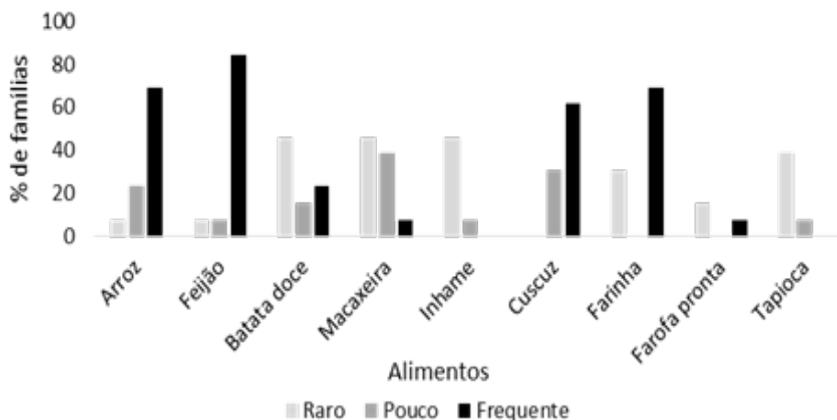


Fonte: elaborado pelos autores.

Ao considerarmos a renda per capita (figura 7), mesmo com acesso às políticas públicas, verifica-se que 31% das famílias ainda encontram-se em situação de pobreza (renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00) e 54% em situação de extrema pobreza (renda per capita de até R\$ 89,00), com apenas 15% possuindo renda per capita acima de R\$ 178,00, que corresponde as famílias que recebem aposentadoria, indicando que essa política pública pode contribuir com a redução da pobreza no campo. Esse resultado evidencia que além das privações de outros direitos, como acesso à água, terra e saneamento, essas famílias continuam com baixo acesso à renda, mantendo-se em situação de vulnerabilidade. Esses dados vão de encontro ao citado por Helfand (2011), no qual aponta que somente o acesso aos programas de transferência de renda não são suficientes para retirar as famílias rurais da condição de pobreza. Porém, ressalta-se que as ações do BSM na comunidade com a criação de pequenos animais, tem contribuído principalmente como fonte de alimentos. A criação dos animais, em especial galinhas tem sido a principal fonte de proteína na dieta dessas famílias, principalmente com consumo de ovos, como verificado na figura 8.

A produção para autoconsumo, que é própria e característica da agricultura familiar tem contribuído para alimentação das famílias. Além da proteína animal, a produção de feijão e farinha de mandioca se destinam totalmente ao autoconsumo e sua ingestão é frequente (figura 9). Para Tonezer *et al.* (2019), todos os agricultores familiares de sua pesquisa no Oeste Catarinense possuíam produção para autoconsumo, apresentando grande diversidade de itens nas hortas, pomares, produção animal, além de grãos e produtos beneficiados. Essa diversidade difere da encontrada no Agreste alagoano devido à restrição no acesso à terra e água pelas famílias, não sendo possível o cultivo de variedades exigentes em irrigação, bem como limita o número de animais criados. Além disso, Tonezer *et al.* (2019) apontam que as famílias consideravam suas produções mais saudáveis e economizavam com a compra de produtos.

**Figura 9** – Fontes e consumo de carboidratos, amidos e grãos entre as famílias beneficiárias do BSM na Vila Santo Antônio.



**Fonte:** elaborado pelos autores.

Grisa (2007) aponta que a produção para autoconsumo tem se fortalecido em um novo contexto da agricultura familiar, não sendo um resquício do passado. Do mesmo modo, Gazolla (2004) destaca que a produção para o autoconsumo propicia alimentação com maior diversidade, mais nutritiva e segura. Ao analisarmos o consumo de alimentos entre as famílias pesquisadas em Traipu é notável que o consumo de alimentos básicos e principais na alimentação ou ao menos em parte são provenientes da produção, mesmo com todas as limitações de acesso à terra e água. Assim, o consumo requer uma análise que considere para além do ato de comer, abordando os fatores limitantes que perduram até aos dias atuais, como acesso à terra, êxodo rural e políticas públicas. Conforme assinala Ploeg (2009) a luta por autonomia dos agricultores deve ser desenvolvida com “base autogeridas de recursos sociais e naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra etc.), em que a terra é o pilar central da base de recursos, tanto no ponto de vista material como simbólico”.

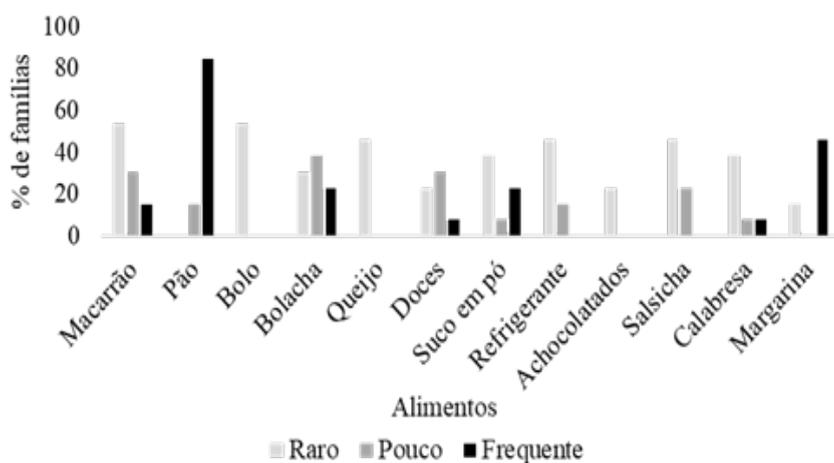
Da mesma forma, Carneiro (2009) considerando os trabalhos de Chayanov, aponta que

O princípio básico de organização da unidade econômica camponesa, segundo a visão de Chayanov, reside na satisfação das suas necessidades, concebida simultaneamente como uma unidade de produção e consumo. Trabalho, terra e capital formam um conjunto indissociável de variáveis dependentes, estabelecidas num processo de equilíbrio entre o dispêndio de trabalho e as necessidades de consumo da unidade. As decisões sobre a produção e o consumo estão relacionadas a fatores internos, a chamada motivação individual. A quantidade do

produto do trabalho depende do tamanho e da composição da família trabalhadora e do grau de auto exploração (este prescrito pelas necessidades internas de consumo). O equilíbrio será afetado pelo tamanho da família, membros aptos ou não ao trabalho, e pela dimensão da terra, sujeita a alterações por herança, casamentos etc., a promover a diferenciação no espaço rural, denominado pelo autor de diferenciação demográfica (CARNEIRO, 2009, p. 55).

Para Grisa (2007) é necessário pensar a produção para autoconsumo pois acredita-se muitas vezes que essa prática simboliza uma cultura que vai no ciclo contrário ao da modernização. O autoconsumo é colocado como prática das famílias visando garantir a autossuficiência sobre a dimensão essencial, que é a alimentação e é essa garantia que viabiliza o acesso direto aos alimentos, seguindo da unidade de produção para a unidade de consumo. Além disso, essa produção permite independência das famílias, pois ficam menos suscetíveis a fatores externos para poder se alimentar. Por meio do autoconsumo as famílias conseguem ter autonomia no ambiente em que estão inseridas, não ficando vulnerável aos fatores externos, como por exemplo o mercado e preços (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007). Grisa *et al.* (2010) consideram essa prática como estratégia usada pelos agricultores familiares para obter a independência alimentar e confere ao agricultor fonte de renda não-monetária, dando poder de compra às famílias para aquisição de outros bens de consumo relevantes à sua manutenção.

**Figura 10** – Consumo de itens industrializados entre as famílias beneficiárias do BSM na Vila Santo Antônio.



Fonte: elaborado pelos autores.

Ao analisarmos o consumo de itens industrializados (figura 10) verifica-se que para a maior parte dos itens, o consumo é raro ou pouco, com exceção de pães. Um dos fatores que pode estar contribuindo com esse dado se refere a baixa renda entre as famílias, que direcionam os recursos financeiros para itens básicos da alimentação e que não são produzidos localmente.

Entre as bebidas, sucos naturais e leite apresentaram baixo consumo entre os entrevistados, sendo que para esse último, apenas 38% das famílias indicaram consumo frequente. Esse dado reforça a necessidade e importância do PAA leite nessas condições. Sobre esse alimento, o Ministério da Saúde recomenda o consumo diário de três porções de leite e/ou derivados, sendo essa quantidade suficiente para atender 75% das necessidades diárias de cálcio (BRASIL, 2008). Muniz *et al.* (2013) apontam que para a ingestão de cálcio recomendada a partir dos 20 anos de idade, torna-se difícil atingir a recomendação sem o consumo suficiente de laticínios. Destaca-se que nesse faixa etária encontra-se 40% da população pesquisada na Vila Santo Antônio.

De modo semelhante, o consumo de frutas e hortaliças foi relatado como frequente somente em 15% das famílias, pouco em 23% e raro entre 62%, o que é resultado da falta de acesso à água para os cultivos. Esse primeiro grupo (que consomem com frequência) corresponde a 2 famílias, sendo uma a que detém maior quantidade de terra (1,5 hectares), permitindo maiores produções e a outra recebe aposentadoria.

Em estudo com agricultura familiar, Silva e Costabeber (2013) considerou que a falta de alimento em quantidade suficiente para suprir as necessidades das famílias era um dilema que se opunha à imagem divulgada para sociedade da “mesa farta”, ao qual essas famílias apresentavam anteriormente, em que a produção em abundância, qualidade e variedade de alimentos era ativo do meio rural. Isso se deve ao distanciamento das práticas e estratégias que eram utilizadas pelos agricultores e que não faz mais parte da realidade de muitos. Para o autor, esse fator está também ligado ao êxodo rural e a ruptura da transmissão dos conhecimentos para as novas gerações.

Com base na versão curta do EBIA, 92% das famílias indicaram situação de insegurança alimentar nos últimos meses. A insegurança alimentar se dá quando em um lar há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; quando se verifica a redução quantitativa de alimentos entre os membros da família; ou a fome - quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro ou acesso a comida; e o oposto ou seja, a segurança alimentar se aplica aos domicílios que têm acesso regular e permanente à alimentos de qualidade e quantidade suficiente. A versão curta do EBIA não permite classificar os níveis de insegurança alimentar, porém permitiu verificar que além da preocupação com a falta de alimento

entre 92% dos entrevistados, indicou que nos últimos meses em 30% das famílias algum adulto da casa diminuiu alguma vez a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer uma das refeições porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; e 46% das famílias responderam que nos últimos meses alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida.

Mesmo diante do cenário observado de insegurança alimentar, todas as famílias destacaram melhoras a partir do projeto de fomento com a criação de pequenos animais, como pode ser verificado em alguns relatos nas entrevistas:

*“Hoje tenho o porco pra vender, antes não tinha nada”* (entrevistado 3).

*“O fomento trouxe uma melhora, porque tem o ovo e o frango no quintal pra consumo e pra ter uma venda ou troca pra suprir outras necessidades”* (entrevistada 9).

*“Garante que quando falta a comida, tem o alimento no fundo do quintal”* (entrevistada 10).

*“Melhorou porque garante a mistura”* (entrevistada 11).

*“Melhorou por garantir a alimentação sem depender somente da feira do mês”* (entrevistada 13).

De acordo com Mello *et al.* (2014) a combinação de assistência técnica e os recursos do fomento por meio do BSM foi especialmente importante para que as famílias do semiárido atravessassem com mais segurança os períodos de estiagem, reduzindo as privações sofridas nos períodos de seca, demonstrando que mesmo não alcançando a segurança alimentar, as ações proporcionaram melhorias.

Sobre os impactos do BF no consumo alimentar entre a população rural, Duarte *et al.* (2009) observaram que as famílias beneficiadas gastavam mais recursos financeiros com a compra de alimentos, comparativamente às não beneficiadas, demonstrando que havia impacto positivo sobre o consumo alimentar dos indivíduos. Nascimento *et al.* (2017) também relatam impacto positivo do BF na alimentação e no padrão de vida local de comunidades em Marajó, proporcionando bem-estar, melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento de práticas creditícias, importantes no combate à insegurança alimentar na região. De acordo com o IBASE (2008) o BF permitiu aumento na quantidade e variedade de alimentos consumidos pelas famílias (principalmente leite e carne), porém os dados do EBIA indicaram que ainda havia prevalência de insegurança alimentar entre 83% dos entrevistados,

sendo que mais de 50% sofriam de restrição na quantidade de alimentos disponíveis, dado que corrobora com os obtidos em nossa pesquisa. Nishimura e Soares (2008) apontaram que os resultados alcançados pelo BF ainda não havia alcançado o objetivo de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada nem a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias atendidas. Segundo Cotta e Machado (2013) o BF tem um importante papel no consumo alimentar das famílias, porém suas potencialidades estão condicionadas à capacidade do poder público e da sociedade civil de regular o cumprimento dos seus propósitos, incluindo a promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como da implementação das políticas sociais e econômicas de âmbito mais geral, que integrem os diferentes setores.

A única situação de segurança alimentar observada (8%) está relacionada a uma família que possui a maior área de cultivo, com total de 1,5 hectares (ante a média de 0,6 ha das demais) e possui a maior diversidade de cultivos e criações animais e também faz parte do universo de 15% das famílias que consomem frutas e hortaliças com frequência. Esse dado reforça que as ações do BSM precisam atuar no acesso aos recursos, em especial terra e água, buscando garantir a superação da pobreza e extrema pobreza no meio rural.

Sabe-se que a insegurança alimentar atingiu 35,3% dos domicílios rurais em 2013 no Brasil, sendo que no nordeste esse percentual foi de 50,1% (BRASIL, 2015). Um dos motivos para esse resultado ocorre pela troca de atividades agrícolas por não agrícolas, devido à crise na agricultura e mecanização da produção, o que transformou as áreas rurais em áreas com aspectos tipicamente urbanos, em que a população passa a não depender da renda de atividades agrícolas (BALDASI, 2001), além da dificuldade de acesso a bens e serviços (SILVA *et al.*, 2017; BARBOSA *et al.*, 2014). Esse comportamento vem sendo relatado em populações rurais em vários estudos, indicando influência e proximidade com os centros urbanos, bem como aumento da renda, o que torna as famílias mais dependentes de itens comprados para alimentação, antes produzidos localmente (SILVA e BEGOSSI, 2009; NARDOTO *et al.*, 2011). Além disso, Ivanova (2010) aponta também que a renda obtida por meio de programas como BF tem contribuído para o consumo de itens alimentares da cidade entre as populações rurais.

Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do ano de 2013 a insegurança alimentar no meio urbano no Brasil foi de 7,9%, sendo maior nas regiões Norte/Nordeste com 15%, evidenciando mais uma vez que a pobreza é maior nas áreas rurais que nos centros urbanos. A região Nordeste apresentou maior vulnerabilidade alimentar e nutricional quando comparada às outras regiões do país (SANTOS *et al.*, 2018). De acordo com o estudo de Oliveira *et al.* (2009) na Paraíba, a segurança alimentar na área rural foi de apenas 11,5%, dado semelhante ao de Almeida *et al.* (2017) de 11,2% para assentamentos em regiões rurais de Sergipe.

Em Traipu, para o grupo estudado a segurança alimentar indicada foi de apenas 8%. A baixa prevalência de segurança alimentar e nutricional demonstra a gravidade da situação diagnosticada em residentes de áreas menos desenvolvidas (ALMEIDA *et al.*, 2017; OLIVEIRA *et al.*, 2009). Esses resultados são reflexo principalmente da falta de acesso à água como garantia da produção ao longo do ano. Atualmente os plantios ocorrem apenas na estação chuvosa, o que muitas vezes não garante a produção necessária para o abastecimento da família ao longo do ano, associado a disponibilidade do fator terra. De acordo com Campos *et al.* (2014) é preciso constituir arranjos institucionais que avancem na convergência dos instrumentos para superação da pobreza no meio rural, ampliando o acesso à água, estruturação produtiva e compras públicas.

Sobre a insegurança alimentar, Hoffmann (2008) considera também que o fator determinante mais importante é a baixa renda domiciliar per capita e aponta para a importância de programas de transferência de renda, como o BF e que além desse fator, escolaridade, ocupação instável e/ou informal, região de residência, disponibilidade de água e esgoto também estão relacionadas a esse resultado. O autor complementa que a insegurança alimentar também aumenta quando a população é preta ou parda e entre as mulheres.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Brasil Sem Miséria na comunidade estudada tem sido implementado principalmente por ações de transferência de renda, com o BF, Aposentadoria e BPC, sendo essas as principais fontes de ingresso de recursos financeiros para as famílias, além do Fomento, contribuindo para sua manutenção.

O projeto de Fomento com a criação de pequenos animais contribui para a alimentação das famílias, porém destina-se na quase totalidade para consumo, tentando garantir a segurança alimentar, o que não tem sido alcançada pela grande maioria dos entrevistados.

O BSM para a população rural tem em sua proposta a ampliação do acesso à água (por meio das cisternas), dos meios de produção e acesso à mercados, porém somente os recursos para início da criação e o acompanhamento técnico não garantem a produção suficiente para o consumo e venda do excedente para os mercados institucionais, como pretende o Programa, limitando os resultados das ações.

A elevada taxa de insegurança alimentar é reflexo principalmente da falta de acesso à terra e água, não permitindo a produção para abastecimento ao longo do ano pelas famílias e excedentes para venda, com baixo ingresso de renda, além da falta de acesso aos serviços básicos.

Dessa forma, ações isoladas não garantem a superação da pobreza e da extrema pobreza no meio rural, havendo necessidade de garantir acesso aos meios de produção, principalmente terra e água, além de serviços públicos, como saneamento, coleta de lixo e educação para adultos, atuando de forma integrada e articulada para a superação da realidade encontrada.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Assistência Social. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/seguranca-alimentar-e-nutricional-1/programa-do-leite>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ALBUQUERQUE, M. R; CUNHA, M. S. Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná. **Revista de Economia**, v. 38, n. 3 (ano 36), p. 45-64, Set./Dez. 2012.

ALMEIDA, J. A.; SANTOS, A. S.; NASCIMENTO, M. A. O.; OLIVEIRA, J. V. C.; SILVA, D. G.; MENDES-NETO, R. S. Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Ciência e saúde coletiva**, v. 22, n. 2, p. 479-488, 2017.

AZEVEDO, D. C.; BURLANDY, L. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. **Revista Katál**, v. 13, n. 2, p. 201-209, Jul./Dez. 2010.

BALDASI, O. V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, p. 155-165, Jan./Mar. 2001.

BARBOSA, A. L. N. H.; MENEZES, T. A.; ANDRADE, B. C. Demanda por produtos alimentares nas áreas rurais e urbanas do Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 44, n. 3, p. 507-544, Dez. 2014.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 296 p.

BRASIL. **Guia Alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde. 2008. 210 p.

BRESNYAN, E. W. Determinantes da pobreza. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B.

(Org.). **Pobreza rural**: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Brasília: IICA, 2011. p. 60-67.

CAMPOS, A.; MÜLLER, L.; RAHAL, L. S.; SCHRODER, M.; DEL PORTO, E. B.; KROEFF, D. R. Inclusão produtiva rural no Plano Brasil Sem Miséria: síntese da experiência recente em políticas públicas para o atendimento dos mais pobres no rural brasileiro. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 447-466.

CARNEIRO, P. A. S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 4, n. 8, p. 52-66, 2009.

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Pan-americana de Salud Publica**, v. 33, n. 1, p. 54-60, 2013.

DELGADO, G. C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 19-50.

DUARTE, G. B.; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre gastos com alimentos em famílias rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 4, p. 903-918, 2009.

FAGNANI, E. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993/1998. **Economia e Sociedade**, v. 13, p. 155-178, Dez. 1999.

FAO - Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe**: soluciones del siglo XXI para acabar con la pobreza en el campo. Santiago: FAO. 2018. 112 p.

FONSECA, A. M. M.; JACCOUD, L.; KARAM, R. Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: o desafio de universalizar a cidadania. In: MONTALI, Lilia (Org.). **Proteção social e transferência de renda**. Caderno de Pesquisa NEPP, nº 86, 2018. Disponível em: <https://www.nepp.unicamp.br/upload/documents/publicacoes/4f91a0e745befe346ba37455bba17335.pdf#page=52>. Acesso em: 11/08/2020.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, p. 89-122, 2007.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”:** um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

qqq

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-79, Jul./Dez. 2010.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, Jun. 2012.

HELFAND, S. Determinantes da pobreza. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas.** Brasília: IICA, 2011. p. 58-59.

HOFFMANN, R. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Brasília: SOBER, 2007.

HOLANDA, L. B.; BARROS FILHO, A. A. Métodos aplicados em inquéritos alimentares. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 24, n. 1, p. 62-70, 2006.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Repercussões

do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Rio de Janeiro: IBASE, FINEP, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD 2009**. Disponível em : [www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../pnad2009/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../pnad2009/). Acesso em: 10 jan. 2020.

IVANOVA S. **Dietary change in ribeirinha women: evidence of a nutrition transition in the Brazilian Amazon?** 2010. 56 f. Master (Anthropology) - Ohio State University, Columbus, 2010.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. 376 p.

MALUF, R.; MATTEI, L. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs). **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. p. 16-26.

MATTEI, L. **Pobreza rural: um fenômeno histórico estrutural relacionado à estrutura agrária do país**. CartaMaior, 2012. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Pobreza-rural-um-fenomeno-historico-relacionado-a-estrutura-agraria-do-pais/7/25309>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MELLO, J.; ANDRADE, B. T.; MELCHIORI, C. E.; OLIVEIRA, Y. R. A inclusão produtiva rural do Brasil Sem Miséria: estratégias e primeiros resultados. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 323-348.

MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. 173 p.

MUNIZ, L. C.; MADRUGA, S. W.; ARAÚJO, C. L. Consumo de leite e derivados entre adultos e idosos no Sul do Brasil: um estudo de base populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 12, p. 3515-3522, 2013.

NARDOTO, G; MURRIETA, R. S.; PRATES, L. E.; ADAMS, C.; GARAVELLO, M. E. P.; SCHOR, T.; MORAES, A; RINALDI, F; GRAGNANI, J.; MOURA, E.; DUARTE-NETO, P; MARTINELLI, L. Frozen chicken for wild fish: nutritional

transition in the Brazilian Amazon region determined by carbon and nitrogen stable isotope ratios in fingernails. **American Journal of Hum Biology**, v. 23, n. 5, p. 642-650, 2011.

NASCIMENTO, E. C.; CARVALHO, J. P. L.; CRUZ, B. E. V.; CALVI, M. F. O papel do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias do Território do Marajó, PA. **Interações**, v. 18, n. 2, p. 59-70, 2017.

NISHIMURA, T. H.; SOARES, S. L. L. Atuação do Programa Bolsa Família no combate à fome e efetivação da segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Cadernos UniFOA**, v. 3, n. 1, 2008.

NOCE, M. A.; FERREIRA NETO, J. A. Uma análise de política pública brasileira de desenvolvimento rural, com foco no combate à pobreza no campo. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 1, n. 8, p. 36-56, Jan./Jun. 2016.

OLIVEIRA, J. S.; LIRA, P. I. C.; ANDRADE, S. L. L. S.; SALES, A. C.; MAIA, S. R.; BATISTA FILHO, M. Insegurança Alimentar e estado nutricional de crianças de São João do Tigre, no semi-árido do Nordeste. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 12, n. 3, p. 413-423, 2009.

PIRES, L. M. **Plano Brasil Sem Miséria**: Geração autônoma de renda para redução da extrema pobreza na área rural do DF. Disponível em: <http://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/plano-brasil-sem-misria-emater.pdf>. Acesso em: 11/08/2020.

PLOEG, J. D. V. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **PETERSEN, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-31.

ROCHA, S. M. R. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2007. 244 p. 3ª Ed.

SABOURIN Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 715-751, Set./Dez. 2007

SANTOS, L. P.; LINDEMANN, I. L.; MOTTAI, J. V. S.; MINTEM, G.; BENDER, E.; GIGANTE, D. P. Proposta de versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, n. 5, p. 783-789, 2014.

SANTOS, L. M. P.; PASQUIM, E. M.; SANTOS, S. M. C. Programas de transferência de renda no Brasil: um estudo multidimensional da implementação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 1821-1834, 2011.

SANTOS, T. G.; SILVEIRA, J. A. C.; SILVA, G. L.; RAMIRES, E. K. N. M.; MENEZES, R. C. E. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 4, 2018.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Biodiversity, food consumption and ecological niche dimension: a study case of the riverine populations from the Rio Negro, Amazonia, Brazil. **Environment, Development and Sustainability**, v. 11, n. 3, p. 489–507, 2009.

SILVA, E. K. P.; MEDEIROS, D. S.; MARTINS, P. C.; SOUSA, L. A.; LIMA, G. P.; RÊGO, M. A. S.; SILVA, T. O.; FREIRE, A. S.; SILVA, F. M. Insegurança Alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 4, 2017.

SILVA, T. P.; COSTABEBER, J. A. C. A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, município de Capão do Cipó(RS). **Revista NERA**, ano 16, n. 23, p. 131-149, Jul./Dez. 2013.

TONEZER, C.; PINHEIRO, E.; PAGNUSSAT, L. Quanto vale a produção para o autoconsumo no meio rural? um estudo de caso no município de Coronel Freitas no oeste catarinense. **Extensão Rural**, v. 26, n. 4, p.90-107, Out./Dez. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TRONCO, G. B.; RAMOS, M. P. Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 294-311, Mar./Abr. 2017.

UGÁ, V. D. A categoria pobreza nas formulações de política social do Banco

Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, p. 55-62, 2004.

VAITSMAN, J; ANDRADE, G. R. B.; FARIAS, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 731-741, 2009.

VEIGA, J. E. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. *In*: TEÓFILO, E. (Org.). **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. p. 173-200.

VIANNA, M. L. T. W. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? **Revista Praia Vermelha**, v. 18, n. 1, p. 120-145, 2008.

ZIMMERMANN, S. A.; GRISA, C.; TECCHIO, A.; LEITE, S. P.; BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; DELGADO, N. G.; MALUF, R. J.; MATTEI, L. Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 540-573, 2014.



## Políticas públicas para segurança alimentar e nutricional: dificuldades e possibilidades observadas em relação aos agricultores do Assentamento Palestina, Cravolândia-Bahia

James Lima Chaves<sup>1</sup>

Jose Raimundo Oliveira Lima<sup>2</sup>

**RESUMO:** O Assentamento Rural Palestina, localizado em Cravolândia-BA, foi criado em 1999, ano em que os assentados organizaram a Associação dos Trabalhadores da Agricultura de Cravolândia (ATAC). Apesar do usufruto da terra, muitos assentados ainda vivem em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Em junho de 2020 o assentamento participou da Chamada Pública da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) do Estado da Bahia, voltada a garantir a segurança alimentar e nutricional dos pequenos agricultores familiares, logrando êxito. Nesse contexto, a pesquisa objetivou refletir sobre fatores que dificultaram o acesso do referido assentamento aos recursos ofertados no edital supramencionado. A metodologia adotada foi de caráter qualitativo e teve como base estudos documentais durante o processo de discussão e submissão de proposta, bem como sustentação teórica em referências da área. O primeiro fator que limitou a participação da ATAC na chamada pública residiu na exigência da prova de regularidade e a quitação perante as Secretarias Municipais, Estaduais e Federais de controle e fiscalização. O segundo fator limitante foi a necessidade de escrita de uma manifestação de interesse, pois a maior parcela dos assentados tem baixa escolaridade. Inferiu-se como resultado a relevância das parcerias e da organização comunitária consolidada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Associação; Organização Comunitária; Parcerias.

**PUBLIC POLICIES FOR FOOD AND NUTRITION SECURITY: DIFFICULTIES AND POSSIBILITIES OBSERVED IN RELATION TO FARMERS IN THE PALESTINE SETTLEMENT, CRAVOLÂNDIA-BAHIA**

**ABSTRACT:** The Palestinian Rural Settlement, located in Cravolândia-Ba, was created in 1999, the year in which the settlers organized the Cravolândia Agricultural Workers Association (ATAC). Despite the usufruct of the land, many settlers still live in a situation of social vulnerability and food insecurity. In June 2020, the settlement participated in the Public Call of the Regional Development and Action Company (CAR) of the State of Bahia, aimed at ensuring food and nutrition security for small family farmers, achieving success. In this context, the research aimed to reflect on factors that hindered the access of the referred settlement to the resources offered in the aforementioned notice. The adopted methodology was of qualitative character, it was based on documentary studies during the process of discussion and proposal submission, as well as theoretical support in references of the area. The first factor that limited ATAC's participation in the public call was the requirement of proof of regularity and discharge before the municipal, state and federal secretariats of control and inspection. The second limiting factor was the need to write an expression of interest, since most of the

<sup>1</sup> Graduado em Gestão Pública pela Universidade Estácio de Sá. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: [jamesufrib@gmail.com](mailto:jamesufrib@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) da Universidade Estadual de Feira de Santana(UUEFS). E-mail: [zeraimundo@uefs.br](mailto:zeraimundo@uefs.br)

settlers have a low level of education. As a result, the relevance of partnerships and the consolidated community organization was inferred.

**KEYWORDS:** Association; Community Organization; Partnerships.

## **INTRODUÇÃO**

Dentre os municípios que compõem o Território de Identidade Vale Jiquiriçá, localizado majoritariamente no Centro-Sul Baiano, destaca-se a cidade de Cravolândia, que foi a primeira na região a acolher ações de promoção ao acesso à terra, quando houve a criação do Projeto de Assentamento Rural Palestina, em uma área de 4.327,45 hectares, no bioma Caatinga, em uma Região Semiárida, no ano de 1999.

No mesmo ano, foi criada a Associação dos Trabalhadores da Agricultura de Cravolândia (ATAC), a qual agrega 180 famílias. Apesar do usufruto da terra, muitos assentados ainda vivem em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Essa condição foi percebida por meio de uma aproximação feita com a comunidade para desenvolvimento de um pré-projeto de mestrado, ocasião em que foram observadas as condições de pobreza enfrentadas pelos trabalhadores e a difícil produção da existência no semiárido, ficando evidente a necessidade de uma associação bem articulada e empoderada para tornar viáveis as transformações sociais.

Nesse contexto, em junho de 2020 foi publicado o Edital emergencial nº 015/2020 da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) do Estado da Bahia, voltado a garantir a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares priorizando o atendimento das necessidades alimentares e possibilitando a venda da produção excedente. O edital foi apresentado aos associados que, apesar dos fatores limitantes, desejaram prontamente participar da chamada e concorrer aos recursos.

O presente trabalho apresenta o estudo de caso realizado na referida associação rural e sua tentativa de acesso aos recursos disponibilizados pela chamada pública. Como método de estudo adotou-se a pesquisa-ação conforme Thioulet (2011). A coleta de dados e informações deu-se pelos instrumentos de levantamentos bibliográficos e documentais, observações empíricas e entrevistas com os agricultores associados de Cravolândia -BA. Este trabalho, além da introdução e das considerações finais, compõe-se dos seguintes eixos: desenvolvimento, procedimentos metodológicos e resultados e discussões.

O presente trabalho objetivou refletir sobre fatores que dificultaram o acesso do Assentamento Palestina à política pública de garantia de segurança alimentar e nutricional promovida pelo Edital nº 015/2020 da CAR.

## **APÓS CONQUISTA DA TERRA, DESAFIOS**

Existem 9.374 assentamentos federais de reforma agrária no Brasil, ocupando uma área total de 87.978.041,10 hectares (INCRA, 2017). Bergamasco e Norder (1996, p. 07) definem assentamento como “a criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra a fim de beneficiar trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

Já para Carvalho (1998, p. 04), o termo “assentamento” é utilizado para identificar “não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e/ou extrativista, mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais”. Logo, nos assentamentos configuram-se arranjos diversificados e interligados, que abrangem aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos.

No que se refere à reforma agrária, é preciso reconhecer que, quanto à questão política, continua decisiva a necessidade de mobilização permanente após a conquista da terra, e que os assentamentos, de alguma forma, deparam-se com uma nova forma de exclusão social: a exclusão das políticas agrícolas e sociais (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Os assentados lançam mão de diversas estratégias visando à reprodução e ao aperfeiçoamento do seu modo de vida, de forma que a implementação de assentamentos tem se mostrado importante não apenas para a geração de empregos diretos e indiretos a baixo custo, mas também para proporcionar o desenvolvimento rural em bases sociais equitativas (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

No semiárido nordestino estão localizados 2.246 dos 9.374 assentamentos rurais do Brasil, totalizando uma área de 4.665.101,25 hectares, que atendem 116.976 famílias (INCRA, 2017). Trata-se de um território onde predomina elevada taxa de insolação, altas temperaturas e baixas amplitudes térmicas. É marcado por apresentar baixo nível pluviométrico, irregular distribuição da chuva no tempo e no espaço, baixa umidade, elevada taxa de evapotranspiração e predominância da vegetação de caatinga (ZANELLA, 2014).

A região semiárida do Nordeste é fundamentalmente caracterizada pela ocorrência do bioma Caatinga, que é exclusivamente brasileiro, integrando os estados do Ceará, Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e uma pequena porção do norte de Minas Gerais. Esse bioma possui riqueza biológica, representada por espécies animais, vegetais e de micro-organismos que não podem ser encontrados noutro lugar do planeta pela sua natureza única já discutida por Santos (1980).

O semiárido é palco de uma complexa realidade de exploração e uso inadequado dos recursos naturais em que o bioma Caatinga muitas vezes é destruído para dar lugar a pastagens, abastecer fornos de padarias, produzir carvão e para implantação

de cultivos diversos. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a biodiversidade da Caatinga ampara diversas atividades econômicas, apesar disso, a ação antrópica já resultou no desmatamento de 46% da área desse bioma (BRASIL, 2019).

Além das temperaturas elevadas, no semiárido ocorrem longos períodos de seca, pois as chuvas são mal distribuídas no tempo. Em assentamentos de reforma agrária situados nessas áreas, os moradores e assentados enfrentam grande dificuldade não apenas para ter acesso à água, mas também para estruturar sistemas produtivos e sustentáveis frente às intempéries sociais, econômicas e ambientais.

Como agravante, no que diz respeito à implantação de assentamentos de reforma agrária em regiões semiáridas, deve-se considerar um estudo realizado pela Embrapa Semiárido (GUIMARÃES FILHO *et al.*, 2003), que afirma que nas áreas da grande Depressão Sertaneja – uma das mais secas do Semiárido –, uma propriedade familiar necessita de até 300 hectares de terra para ser sustentável e que, quanto menor a quantidade de chuva na região, mais terra se precisa para viver. No entanto, a atual realidade é que assentamentos de incumbência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou alcançáveis financeiramente pelo Banco da Terra, “são construídos com lotes de dois a dez hectares, sempre menores do que na realidade deveriam ser” (SCHISTEK, 2013, p. 48). O tamanho de terra assume relevância no correto manejo do bioma, manutenção de produção estável e reservas para o enfrentamento das instabilidades climáticas.

A implantação de assentamentos nessas regiões, antes desocupadas, intensifica a pressão exploratória sobre o ambiente, havendo maior uso dos recursos hídricos, solo e da biodiversidade animal e vegetal. A Lei ordinária nº 13.572/2016, do Estado da Bahia, que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido, preconiza que o convívio e uso dos recursos naturais ocorram de forma sustentável.

Um fator determinante para a convivência sustentável é a prática dos pequenos agricultores familiares camponeses que se pauta em ações de cuidado com o meio ambiente, pois favorecem a utilização de estratégias produtivas ecologicamente mais equilibradas e o menor uso de insumos industriais. Além disso, a diversificação da produção de alimentos para autoconsumo, e a preservação do patrimônio genético local são fatores da convivência sustentável. Isso fica evidente, por exemplo, com o uso de plantas alimentícias não convencionais (PANCs), denotando uma preocupação não apenas ambiental, mas também cultural em resgatar espécies com uso consagrado pela comunidade e que apresentam alto teor de nutrientes que podem ser fonte de renda para os pequenos agricultores.

A política agrícola para os assentamentos de reforma agrária precisa estar associada ao Desenvolvimento Local Endógeno (DLE), o qual busca a cooperação ou a produção associada do território em que está inserido. Esse modelo de desenvolvi-

mento é direcionado ao aproveitamento da totalidade dos recursos disponíveis na localidade e considera fatores como cidadania, articulação social e solidariedade, (RIOS; LIMA, 2020).

Buarque (2002, p. 30) afirma que “o desenvolvimento local depende da capacidade de os atores e a sociedade local se estruturarem e mobilizarem, com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades”. Costa (2001) ainda afirma que um processo de crescimento econômico, de natureza endógena, deve acompanhar o conceito de desenvolvimento local e, nesse sentido, são decisivos os fatores locais de tipo produtivo, social e cultural.

Nesse sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma importante política pública de promoção do desenvolvimento local, uma vez que inclui socialmente e economicamente os pequenos agricultores familiares camponeses, promove o aumento da renda e o surgimento de novos postos de trabalho na localidade (ALMEIDA *et al.*, 2006).

Cabe ressaltar que os problemas enfrentados por parte dos assentamentos rurais de reforma agrária localizados no semiárido e no bioma Caatinga não são isolados e não são puramente ambientais ou econômicos; estão relacionados à forma de obtenção de renda, aos arranjos produtivos locais, à forma como as relações socioprodutivas são estabelecidas na comunidade e à imagem que os indivíduos assentados têm sobre si mesmos e sobre o bioma onde vivem.

Após a obtenção de espaço para produzir, os assentados enfrentam dificuldades para garantir a viabilidade socioeconômica e técnica do projeto de produção que desejam, dificuldades decorrentes, em grande parte, da ineficiência do poder público em promover apoio governamental ao aprimoramento técnico-econômico do projeto e em ofertar uma assistência técnica e de extensão rural continuada para atender às especificidades das comunidades em observância de um modelo de produção que respeite o meio ambiente, que não priorize um modelo tecnicista voltado prioritariamente à produção extensiva de larga escala, mas que prime pelo fortalecimento das organizações socioprodutivas da comunidade.

Se a conquista da terra impõe aos assentados incertezas e expectativas de toda cadeia social, organizacional e da produção econômica, para que os projetos se concretizem é necessário o estabelecimento de relações com instituições públicas e privadas, uma vez que esses trabalhadores de modo geral são inseridos em um ambiente pouco adequado às suas necessidades, o que pode implicar novos desafios para obter sua emancipação (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

A condução da produção agrícola, mesmo em pequena escala, pressupõe a disponibilidade de certos recursos técnicos e financeiros que nem sempre os assentados

possuem. Dessa forma, surge a necessidade de organização de formas de trabalho associadas e cooperadas que fortaleçam os trabalhadores.

Além da organização social, a educação é importante para o desenvolvimento do campo. Ela é o fomento da revolução social e permite compreender o campo como um espaço emancipatório, não apenas das lutas pelo direito à terra, mas também pelo direito à alimentação, à saúde e outras garantias fundamentais. Ao mesmo tempo em que as condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) estão na raiz do problema do analfabetismo (GADOTTI; ROMÃO, 2008), o enfrentamento das mazelas sociais no campo requer uma educação que, segundo Arroyo (2011), deve ser *dos* e não *para* os sujeitos do campo.

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizou-se uma síntese sobre o estudo de teorias territoriais, bem como documentos que estão diretamente relacionados ao Assentamento Palestina e à Associação dos Trabalhadores da Agricultura de Cravolândia (ATAC). Analisou-se os dados da pesquisa desenvolvida no assentamento lançando mão das observações sistemáticas dos pesquisadores, bem como da vivência realizada na comunidade durante o período 2019/2020 na perspectiva da pesquisa-ação conforme discute Thiourent (2011).

A metodologia que foi adotada é de caráter qualitativo que, segundo Godoy (1995, p. 29), destaca-se por permitir estudar o ser humano e suas complexas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes. Além disso, empregou-se estudos documentais durante o processo de discussão e submissão de proposta, bem como sustentação teórica em referências da área.

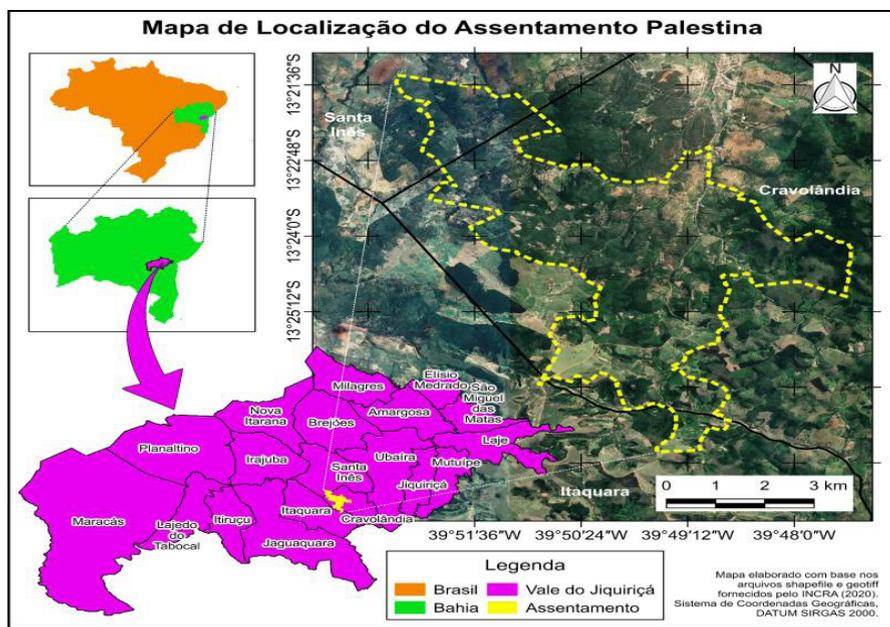
O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, localizado majoritariamente no Centro-Sul Baiano, possui uma área de 10.287,07 km<sup>2</sup>, com uma população estimada de 301.682 habitantes, representando 1,8% do território estadual, sendo que 127.049 indivíduos estão localizados na área rural e 174.633, na urbana. Quanto aos indicadores sociais dos municípios do Vale do Jiquiriçá, deve-se ressaltar que todos, em 2010, possuíam IDH inferior à média apresentada pelo estado da Bahia, que foi 0,660 (BAHIA, 2015). Dentre os vinte municípios que compõem o Território de Identidade, destaca-se o de Cravolândia, que foi o primeiro na região a acolher ações de promoção ao acesso à terra quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) transformou um acampamento de trabalhadores rurais sem terra em um assentamento rural de reforma agrária no ano de 1999.

A cidade de Cravolândia faz divisa com os municípios de Santa Inês, Itaçuara e Ubaíra, e tem a Caatinga como bioma predominante na maior parte de seu território. Apresenta uma área de 162,17 Km<sup>2</sup>, uma população de 5.145 habitantes,

distribuídos na zona urbana e rural (IBGE, 2010). Desse total, 1.148 indivíduos estão na extrema pobreza e 1.072 na pobreza total (BAHIA, 2015).

O local de estudo abrange o Assentamento Rural Palestina, cujo projeto ocorreu por meio de uma ação de desapropriação (por interesse social) do conjunto de terras das antigas fazendas Palestina/Timbó/Salobro, com uma área de 4.327,45 hectares ocupados, inicialmente, por 180 famílias (Figura 01).

**Figura 1** - Localização geográfica do Assentamento Palestina, município de Cravolândia – BA.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro fator que limitou a participação da ATAC na chamada pública 015/2020 residiu no fato de que um dos critérios de elegibilidade se referia à prova de regularidade e à quitação perante as Secretarias Municipais, Estaduais e Federais de controle e fiscalização. A associação mostrou-se pouco organizada e em situação fiscal irregular, a prova disso é que, desde sua criação no ano de 1999 até 2019 nunca conseguiu participar de editais públicos para captação de recursos para fomento das atividades agropecuárias e, tampouco, teve acesso ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para fornecer a produção local.

No que diz respeito à regularização da situação documental, foram providen-

ciados os seguintes documentos: a) Cópia da Ata de Fundação e suas alterações registradas; b) Cópia do comprovante do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); c) Cópia do Estatuto Social (última versão); d) Cópia da Ata de eleição e posse da atual diretoria; e) Cópia do comprovante de residência, do RG e CPF do/a representante legal da organização; f) Certidão de Regularidade no SICON; g) Certidão Negativa de Débitos FGTS; h) Certidão Negativa de Débitos INSS; i) Certidão Negativa de Débitos Dívida Ativa com a União; j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; k) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual e l) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal. Tudo isso é muito complexo para um assentado com baixo grau de instrução compreender e viabilizar.

Alguns dos documentos exigidos estavam em situação de pendência há mais de 10 anos, isso se deve, em parte, a não compreensão da associação como um instrumento coletivo de luta e organização, e que deve, portanto, sempre estar com as documentações atualizadas. A ATAC foi criada não por um anseio dos seus integrantes, mas por uma exigência governamental para liberação de alguns benefícios na ocasião da implantação do assentamento. Sobre isso, Moreira *et al.* (2000, p. 51), afirmam:

A criação de uma associação passa a ser condição necessária para que os assentados tenham acesso aos benefícios dos programas assistenciais e creditícios dirigidos quer pelos órgãos gestores da política agrária quer da política agrícola. Algumas associações surgem, portanto, como uma imposição externa, onde o presidente passa a ser o grande interlocutor entre a comunidade e os órgãos públicos, propiciando o fortalecimento de uma estrutura centralizada de poder entre os assentados. Essas mudanças vão implicar em novas formas de organização das comunidades rurais.

Para regularizar a associação, foi necessário o pagamento de taxas e a contratação dos serviços de um contador. Sendo assim, foram geradas despesas em um contexto que já padece com a falta de recursos financeiros. Apesar de ser possível retirar algumas declarações em sites na internet, a falta de habilidade com uso do computador fez necessária a busca de ajuda. Assim, foram providenciados doze documentos, entre certidões de quitação/regularidade fiscal e certidões junto ao setor de convênios e contratos do Estado da Bahia.

O segundo fator limitante foi a necessidade de criação de uma manifestação de interesse que se adequasse a uma destas tipologias: produção agroecológica integrada e sustentável (PAIS); consolidação produtiva junto à tecnologia social de 2ª água; horticultura e/ou produção de plantas alimentícias não convencionais (PANC); produção agroecológica ou orgânica; quintal produtivo, produção de raízes

e tubérculos e circuitos curtos de comercialização.

A manifestação deveria, ainda, contar com estes itens: descrição do subprojeto; objetivos; localização; justificativas; fortalezas; oportunidades; fraquezas; ameaças; viabilidade do subprojeto e orçamento detalhado. Considerando que a maior parcela dos assentados tem baixa escolaridade, que o assentamento não possui assistência técnica e que a manipulação da própria plataforma da CAR para cadastro do projeto representa uma dificuldade, como construir e enviar a manifestação de interesse? Indagações dessa natureza só são possíveis de compreender a partir de uma vivência no ambiente do assentamento, inclusive, no trabalho de pesquisa-ação que se desenvolvia à época.

Para tanto, foi criado um grupo de trabalho (GT) envolvendo além de pessoas da comunidade, servidores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Instituto Federal Baiano de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) com formações nas áreas de Gestão Pública, Agronomia, Biologia e Tecnologia de Alimentos. Esse grupo atuou com a comunidade na preparação da manifestação de interesse.

A realização do diagnóstico FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) foi parte integrante da construção do projeto, uma vez que o edital requeria essa análise para subsidiar a verificação do quanto a tipologia escolhida se adequava à realidade do assentamento, bem como foi possível identificar as condições favoráveis ou desfavoráveis para a implantação do subprojeto (Tabela 1).

Para Buarque (2002, p. 133), a matriz FOFA é “um método de organização de problemas e potencialidades e de ameaças e oportunidades que recorre a um diagrama que distribui tais componentes em blocos diferenciados, permitindo uma percepção clara dos fatores facilitadores e dificultadores, internos e externos”.

Dentre as principais fraquezas e ameaças elencadas pelos assentados, destacou-se: a situação documental irregular da associação; pequeno número de mulheres titulares do lote; poucos jovens na comunidade; baixo grau de escolaridade dos associados; forte presença de atravessadores; falta de assistência técnica; longos períodos de estiagem; presença de pragas e doenças; longa distância da fonte de água até a área coletiva de produção; topografia irregular. Esses dois últimos itens demandam um aporte financeiro ainda maior para viabilizar a produção.

Analizando ainda os pontos fracos apontados na FOFA, um ponto delicado foi o pequeno número de mulheres titulares dos lotes, pois, dessa forma, poucas foram indicadas como beneficiárias do projeto submetido ao Edital CAR 015/2020, que atribuía 50 pontos para quando mais de 75% dos beneficiários fossem do sexo feminino, 30 pontos para quando esse percentual estivesse situado entre 50 e 75%, 20 pontos quando o percentual fosse menor que 50% e pontuação zero se nenhuma

mulher fosse indicada como beneficiária.

**Tabela 1** – Resultado da análise da FOFA realizada com os membros do Assentamento Palestina.

Fortalezas	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
Terra	Produção Orgânica	Recurso financeiro	Pragas e doenças
Água	Sistema de Irrigação de baixo consumo/custo	Longa distância da fonte de água	Presença de atravessadores
Força de trabalho	Mercado institucional PNAE/PAA	Assistência técnica	Seca
Aptidão dos Assentados	Feira Livre	Topografia irregular da área	
	Segurança financeira	Baixo grau de escolaridade	
	Parceria com Instituições Pública de Ensino, Pesquisa e Extensão	Situação documental irregular Pequeno número mulheres titulares do lote Poucos jovens na comunidade	

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2020).

No assentamento Palestina, prioritariamente os esposos são colocados junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como titulares dos lotes, sendo assim, houve dificuldade para indicar mulheres como beneficiárias. Percebeu-se também que na ocasião de submissão da manifestação de interesse, nenhuma mulher participava do corpo diretor da associação, indicando assim a pequena representatividade delas, bem como uma limitada participação na tomada

de decisões. Segundo Esmeraldo (2008, p. 192), “a mulher não é percebida pela família nem indicada naturalmente para ser a titular. Somente em casos como o de aposentadoria do marido, por viuvez, existência de filhos homens de menor idade, a mulher assume o cadastro em nome da família”.

A análise das relações de gênero tem mostrado que:

No processo de construção das relações sociais nos assentamentos, marcas da violência de gênero, estão presentes em vários momentos: no projeto de assentamento apresentado pelo Estado, cuja dimensão patriarcal aparece na criação da figura do cadastrado, reservada ao homem; na delimitação de espaços masculinos e femininos no interior dos assentamentos; no alijamento das mulheres do processo decisório (FERRANTE, 1993, 1995; BERGAMASCO, 1994, 1995).

Outra fraqueza que gerou preocupação foi o número de jovens beneficiários, pois segundo pontuação do barema do Edital 015/2020/CAR, quanto maior a quantidade de jovens, maior seria o número de pontos atribuídos. A busca de oportunidades de emprego nos grandes centros urbanos afastou muitos jovens do assentamento, reduzindo assim a força de trabalho e promovendo uma descontinuação dos cuidados familiares com o lote. Estudos no Brasil apontam para a tendência da saída de jovens do campo rumo às cidades, ora por causa das dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente quanto ao acesso à escola e trabalho (CARNEIRO, 2005; CASTRO, 2005), ora pela atração do jovem pelo meio urbano (CARNEIRO, 1998 e 2005).

Como principais oportunidades foram elencadas: a possibilidade de parceria com Instituições Públicas de Ensino, Pesquisa e Extensão; a comercialização nos mercados institucionais do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); a comercialização na feira livre da cidade; a possibilidade de aquisição de um sistema de irrigação de baixo custo/consumo; segurança financeira proveniente da produção; a possibilidade de produzir e comercializar alimentos orgânicos; a disponibilidade de água, área de plantio e força de trabalho dos assentados. Essa oferta de produtos orgânicos beneficiará não apenas os assentados, mas também aqueles que vão consumir esses alimentos, por exemplo, crianças em fase escolar atendidas pelo PNAE, contribuindo assim para segurança alimentar e nutricional dos assentados e dos consumidores.

Toda análise feita com a aplicação da matriz FOFA foi importante por gerar uma discussão sobre como aproveitar e maximizar as oportunidades e pontos fortes, mas também sobre ações direcionadas a minimizar e combater as fraquezas e ameaças. Esses dados constaram na manifestação de interesse, tornando a proposta mais

robusta e bem elaborada.

Os associados decidiram pela produção de Horticultura e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC). O resgate e o consumo das PANCs simboliza uma forma de resistência cultural contra a padronização de nossa alimentação e contribui com o fortalecimento da cultura alimentar local e vincula a produção de alimentos ao território e às relações sociais que nele se estabelecem (PAULA, 2014, p. 09). Para além disso, as PANCs são importantes não só por uma questão de segurança alimentar, mas também pela preservação do patrimônio genético local, pela diversificação da dieta e pelo desenvolvimento dos bons hábitos alimentares.

Uma segunda tipologia foi escolhida como adicional à primeira: trata-se dos “Circuitos curtos de comercialização”. Essa inclusão partiu de um incômodo da comunidade com os atravessadores, pois esses compram a produção por um valor muito pequeno, desvalorizando o trabalho dos agricultores.

A adesão à nova tipologia possibilita a compra de equipamentos, utensílios, barracas e demais itens necessários para dinamizar a comercialização da produção. Segundo Chaffotte e Chiffolleau (1995, p. 22), os circuitos curtos seguem uma lógica de desenvolvimento rural sustentável, permitem uma melhor remuneração do produtor e dinamizam a economia local. Essa fortalece o desenvolvimento local, minimiza a intermediação da venda da produção, une os associados em torno da venda de alimentos, promove práticas e experiências com organização de trabalho coletivo, fortalecendo os laços de intercooperação e associativismo na comunidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de indicar as dificuldades que os assentados enfrentam para acessar políticas públicas tão essenciais para atender ao público vulnerável que vive em assentamentos de reforma agrária, esta pesquisa revelou a importância da organização comunitária sólida para o enfrentamento das adversidades, e a relevância da construção de memória nas organizações dos trabalhadores. Também a importância da regularização documental para assegurar que a associação se torne apta a captar recursos e auxílio do Poder Público.

Com efeito, a falta de assistência técnica e extensão penalizam os agricultores familiares que não podem custear uma empresa de consultoria para assessorá-los. As parcerias também são indispensáveis, uma vez que aproximam pessoas e profissionais com *expertise* e conhecimento além daqueles que os associados possuem, ao mesmo tempo em que ocorre uma mão dupla de troca de saberes, em que os assentados compartilham suas experiências. A escolha dos Circuitos Curtos de Comercialização como uma das tipologias indica que a comunidade não apenas padece com atravessadores, mas também busca meios para ter autonomia

na comercialização de sua produção.

Portanto, observa-se que alguns fatores dificultam o alcance do referido assentamento aos recursos ofertados nas políticas públicas, tendo em vista processos burocráticos ancorados nos editais. Inferiu-se a relevância das parcerias institucionais, bem como fatores limitantes à participação da ATAC relativos à falta de regularização documental e em relação à escrita da manifestação de interesse entre outros encaminhamentos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; PAULILLO, Luiz Fernando; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Políticas Públicas, Redes de Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 205-235, 2006.

ARROYO, Miguel Gonzalez; Fernandes, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 65-86.

BAHIA. A Lei ordinária nº 13.572/2016 de 30 de Agosto de 2016. **Institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido, preconiza que o convívio e uso dos recursos naturais ocorram de forma sustentável**. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13572-de-30-de-agosto-de-2016>>, acesso em: 12 nov. 2020.

BAHIA Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos territórios de identidade da Bahia**. Salvador: Editora: Sei publicações, 2015.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. “**A família nos assentamentos rurais: trajetórias e conquistas**”. In: Seminário Internacional Mulher, Família e Desenvolvimento Rural, Anais, Santa Maria, 1994.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. “**Mulheres assentadas: trajetórias e conquistas**”. In: 47ª Reunião Anual da SBPC, São Luiz, 1995.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 5-87, 1996.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Bioma caatinga. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga>. Acesso em: 10 julho. 2020.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. (Tese, Doutorado em Antropologia Social).

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, 73-87.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurubano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; SANTOS, Raimundo; Flexor Georges (Orgs.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1998.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: Editora IICA/NEAD, 1998.

CHAFFOTTE Lydie; CHIFFOLEAU Yuna. Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie. **Les Cahiers de l'Observatoire CROC**. Montpellier, p.1-22, 1995.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em mulheres assentadas**. In: LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andrea Butto (Org.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília: Editora MDA, 2008, p.188-214.

FERRANTE, Vera Lucia Botta. **Las mujeres asalariadas en la lucha por la tierra**. IN: Congreso Internacional de Ciencias Antropologicas y Etnologicas, 12, Resumenes, Ciudad de Mexico, 1993.

FERRANTE, Vera Lucia Botta **“La lucha por la tierra tiene dos sexos”**. In: VALDES, X. et alii. Mujeres: relaciones do gobierno en la agricultura. Santiago del Chile, Cedem, 1995.

GUIMARÃES FILHO, Clóvis; LOPES, Paulo Roberto Coelho. Elementos para formulação de um programa de convivência com a seca no semi-árido brasileiro. **Documentos Embrapa Semiárido**, Petrolina, p. 1-21, 2003.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, p. 20-29, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sidra**: banco de dados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 01 jun. 2020.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Brasília: INCRA, 2017. Disponível em <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 14 jul. 2020

MOREIRA, Moreira de Rodat Fernandes; MOREIRA, Ivan Targino; IENO, Genaro. Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas. **Revista do Núcleo de Estudos Sobre Reforma Agrária – Nera**, Presidente Prudente, v. 1, p. 45-57, 2000.

PAULA, Francileia. Cultura alimentar e agroextrativismo: saúde na mesa e renda no campo. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 9- 13, 2014.

RIOS, Dara Missão da Silva; LIMA, José Raimundo Oliveira. O Desenvolvimento local endógeno: reflexões a partir das tecnologias com foco na tecnologia social. **Revista Ambivalências**, São Cristóvão, v.7, n. 14, p.125-142, 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

SCHISTEK, Haroldo. **O semiárido brasileiro: uma região mal compreendida**. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (Orgs.). *Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo Social*. Brasília: Editora IABS, 2013, p.43-55.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Editora Cortez, 18 ed. 2011.

ZANELLA, Maria Elisa. Considerações sobre o clima e os recursos hídricos do semiárido nordestino. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 36, p.126-142, 2014.



## A segurança alimentar dos agricultores familiares em Polos agroflorestais de Rio Branco - AC

Francileide Lopes do Nascimento<sup>1</sup>

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>2</sup>

Luiz Manoel Moraes de Camargo Almeida<sup>3</sup>

Gustavo Fonseca de Almeida<sup>4</sup>

**RESUMO:** O objetivo geral deste trabalho foi avaliar a efetividade dos polos agroflorestais em assegurar a segurança alimentar dos agricultores familiares assentados, tratada de maneira ampla. O universo empírico deste estudo corresponde a três polos agroflorestais do município de Rio Branco-Acre, que foram selecionados em virtude de possuírem características distintas. A hipótese desta pesquisa foi que a renda agrícola seria a principal variável contributiva para a condição de segurança alimentar satisfatória dos agricultores. Foram entrevistadas 89 (oitenta e nove) famílias assentadas. O instrumento de pesquisa adotado foi um formulário semiestruturado composto por nove módulos incluindo as questões da metodologia da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA. Foram realizadas entrevistas abertas com gestores da administração pública municipal e estadual. Resultados da pesquisa de campo revelaram que o polo Custódio Freire apresentou melhores condições de segurança alimentar, seguido pelo polo Geraldo Fleming e Wilson Pinheiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação de Políticas Públicas; Segurança Alimentar; Polos Agroflorestais; Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA.

### THE FOOD SECURITY OF FAMILY FARMERS IN AGROFORESTRY POLES IN RIO BRANCO - AC

The general objective of this work was to evaluate the effectiveness of agroforestry clusters in ensuring food security for settled family farmers, treated in a broad manner. The empirical universe of this study corresponds to three agroforestry centers in the municipality of Rio Branco-Acre, which were selected because they have distinct characteristics. The hypothesis of this research was that agricultural income would be the main contributory variable to the satisfactory food security condition of farmers. Eighty-nine (89) settled families were interviewed. The research instrument adopted was a semi-structured form consisting of nine modules including questions from the methodology of the Brazilian Scale of Food Insecurity – EBIA. Open interviews were carried out with managers of the municipal and state public administration. Field research results revealed that the Custódio Freire hub had better food safety conditions, followed by the Geraldo Fleming and Wilson Pinheiro hub.

**KEYWORDS:** Public Policy Assessment; Food Security; Agroforestry Poles; Brazilian Scale of Food Insecurity – EBIA.

<sup>1</sup> Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre-IFAC. Mestre em desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Universidade de Araraquara UNIARA. E-mail: [francileide.nascimento@ifac.edu.br](mailto:francileide.nascimento@ifac.edu.br)

<sup>2</sup> Docente e Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente(Mestre e Doutorado)UNIARA E-mail: [dtmeioambiente@uniara.com.br](mailto:dtmeioambiente@uniara.com.br)

<sup>3</sup> Docente e Pesquisador em políticas públicas da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, Campus Lagoa do Sino E-mail: [manoel77@yahoo.com.br](mailto:manoel77@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Doutor e Pesquisador em Ciências agrárias da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, Campus Lagoa do Sino.Doutorado em Agroecologia-Aarhus University, AU, Dinamarca E-mail: [gufoal@ufscar.br](mailto:gufoal@ufscar.br)

## INTRODUÇÃO

O extrativismo é uma atividade que esteve presente em todo o processo histórico de colonização da Amazônia, sendo realizada pelos grupos mais primitivos da região. A atividade ganha destaque com o advento da indústria automobilística que impulsionou o extrativismo da borracha, durante o século XVIII. Esse período ficou conhecido como primeiro Ciclo da Borracha. Diante da grande demanda pelo produto e altos custos de transporte para Europa, ocorreu o contrabando de sementes para iniciar seringais de cultivo na Malásia. Com isso, a economia da borracha entrou em decadência (PONTES, 2015).

Durante as décadas de 1980 e 1990, o município de Rio Branco recebeu um grande contingente populacional: mais de 50% da população do estado passou a viver na capital e, como consequência, ocorreu a formação de muitos bairros carentes de serviços públicos essenciais. Para dar resposta a este problema social, a prefeitura municipal de Rio Branco criou, em 1993, um programa de assentamento rural denominado “Polos Agroflorestais”, cujo objetivo era dar oportunidade de retorno ao campo para famílias de ex seringueiros e ex agricultores, visando o desenvolvimento da agricultura no sistema agroflorestal (VAZ, 2002).

De acordo com Souza (2008), nos polos agroflorestais busca-se a associação entre espécies lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras), cultivos de lavoura branca (arroz, feijão, mandioca e milho), além da produção de frutas e criações de animais de pequeno e médio porte. Uma das principais vantagens da diversificação produtiva é a geração de renda durante todo o ano. Este modelo de produção pode ser uma alternativa de uso sustentado do ecossistema tropical úmido.

A criação dos polos agroflorestais representou uma experiência de descentralização nos projetos de reforma agrária no estado. Tradicionalmente, a gestão de assentamentos rurais era centralizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Além dos polos geridos pela prefeitura de Rio Branco, até o ano de 2006, o governo do estado do Acre criou 12 projetos de assentamento agroflorestais, sob sua administração (ACRE, 2011).

Esta política pode ser considerada uma política de desenvolvimento da economia local, uma vez que o aumento da produção agrícola abastece os mercados do município de Rio Branco, reduzindo a dependência da importação de alimentos de outras regiões do país.

Nesta perspectiva, a produção agrícola desenvolvida nos polos é uma atividade que pode garantir a segurança alimentar dos agricultores familiares assentados, pois é capaz de gerar renda, que é a principal condição para que um indivíduo tenha acesso à alimentação, além de potencialmente garantir a segurança alimentar através do autoconsumo, dentre outras estratégias, como a diversificação da pro-

dução, acesso aos canais de comercialização, institucionalidades. Assim, a segurança alimentar através da produção agrícola familiar pode contribuir para permanência dos agricultores no meio rural.

A abordagem teórica deste trabalho foi a avaliação da efetividade de políticas públicas, com recorte temático em segurança alimentar dos agricultores e a promoção do desenvolvimento territorial. A questão de pesquisa corresponde à identificação das variáveis analíticas, na ótica da segurança alimentar, que contribuem para garantia da efetividade da política pública analisada e para a segurança alimentar dos agricultores familiares.

A renda agrícola seria a principal variável que contribui para condição de segurança alimentar dos agricultores. A renda agrícola gera poder de compra para aquisição de alimentos, algo fundamental para garantir a segurança alimentar das famílias, tendo em vista que diversos fatores limitam a produção para o autoconsumo nos polos agroflorestais. As dificuldades relacionadas à produção para o autoconsumo são: tamanho dos lotes, baixa fertilidade dos solos e pouca mão de obra disponível.

O objetivo geral desse trabalho foi avaliar a efetividade dos polos agroflorestais em garantir a segurança alimentar dos agricultores familiares, tratada de maneira ampla<sup>5</sup>. Especificamente, buscou-se identificar as variáveis que diferenciavam os polos em relação às condições de segurança alimentar dos agricultores familiares.

Estudos sobre segurança alimentar são relevantes, uma que vez que o tema está relacionado à promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável. No âmbito da agricultura familiar, é importante investigar elementos específicos que interferem no nível de segurança alimentar dos agricultores. A análise dos polos agroflorestais com um olhar aprofundado sobre a segurança alimentar dos agricultores familiares representa um diferencial em relação a outras pesquisas realizadas nessa política pública do município em análise, justificando a originalidade deste estudo.

## **METODOLOGIA**

Em relação à coleta dos dados, o tipo de levantamento proposto foi o censo, técnica estatística que consiste em entrevistar todos os indivíduos de determinada população. Optou-se por este tipo de levantamento, tendo em vista o tamanho relativamente pequeno da população, 120 famílias assentadas divididas da seguinte forma: Custódio Freire, 20 famílias, Wilson Pinheiro, 40 famílias e Geraldo Fleming, 60 famílias.

<sup>5</sup> Elementos de segurança alimentar tratados de maneira ampla abarcam variáveis ou indicadores econômicos, sociais, culturais e ambientais como: nível de segurança alimentar (EBIA), saúde, escolaridade, redes de cooperação, trabalho, renda, pluriatividade, formação de redes de formação social, autoconsumo, condições de moradia, práticas ambientais mais sustentáveis, bens duráveis, acesso ao crédito, dentre outros. (ALMEIDA, 2008).

No entanto, verificou-se, durante a pesquisa de campo, que nem todas as famílias praticavam a agricultura. Em alguns casos, o dono da propriedade dividiu o lote entre os filhos. Essa divisão possibilitava a existência de várias famílias vivendo no mesmo lote, sendo que muitos desses filhos trabalhavam na cidade. Algumas propriedades também eram utilizadas apenas com a finalidade de moradia por aposentados, que deixaram de produzir por motivos de saúde ou motivos pessoais.

Com base nesta informação, foram incluídos, nesta pesquisa apenas os assentados que praticam a agricultura nos polos agroflorestais e excluídos os moradores dos polos que não se dedicavam à agricultura; Os agricultores, chefes de família, responderam a um formulário composto por nove módulos. Participaram da pesquisa 38 agricultores no polo Geraldo Fleming, 34 no polo Wilson Pinheiro e 17 Custódio Freire, totalizando 89 entrevistas

A pesquisa foi realizada no período de janeiro, fevereiro, julho e agosto de 2019 e janeiro de 2020. Também participaram da coleta dos dados, quatro estudantes do curso de economia da Universidade Federal do Acre, bolsistas do projeto.

O formulário utilizado incluía a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, metodologia adotada para identificar o nível de segurança alimentar das famílias. Com esse método é possível mensurar a situação alimentar familiar, a partir da percepção dos indivíduos sobre a dificuldade de acesso aos alimentos e também outras dimensões da insegurança alimentar, como medo da privação de alimentos no futuro, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta, limitação da qualidade de alimentos consumidos, até o nível mais grave de fome já atingido (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

**Quadro 1** - Pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar.

CATEGORIA	NÚMERO DE PONTOS	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar Leve	1 a 5	1 a 3
Insegurança Alimentar Moderada	6 a 10	4 a 6
Insegurança Alimentar Grave	11 a 15	7 a 8

**Fonte:** Segall-Corrêa; Marin-Leon (2009).

Conforme Segall-Corrêa e Marin-Leon (2009) os níveis de segurança alimentar, a partir do EBIA, definem-se da seguinte forma:

- Segurança Alimentar (SA): quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro;
- Insegurança Alimentar Leve (IAL): quando a qualidade da alimentação é afetada, juntamente com a preocupação de que possa faltar alimento num futuro próximo;
- Insegurança Alimentar Moderada (IAM): quando começa a haver restrição quantitativa na alimentação dos adultos da família;

Insegurança Alimentar Grave (IAG): deficiência quantitativa e com alta possibilidade de fome entre adultos e crianças da família.

Além da caracterização da segurança alimentar através da EBIA, foram analisadas as seguintes variáveis: faixa etária, escolaridade, acesso a políticas públicas, acesso a financiamentos e assistência técnica, renda agrícola, autoconsumo, canais de comercialização, diversificação da produção.

## **POLOS AGROFLORESTAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA EM RIO-BRANCO NO ACRE - UNIVERSO EMPÍRICO**

O objeto de pesquisa deste estudo correspondeu ao polo agroflorestal Wilson Pinheiro, administrado pelo governo do estado do Acre, e os polos Geraldo Fleming e Custódio Freire, sendo que ambos são geridos pela prefeitura municipal de Rio Branco. Além de diferenças relacionadas à esfera de administração responsável pela gestão, é possível elencar outras características de distinção: tamanho dos lotes, localização, tipos de cultivos, infraestrutura e o tempo de criação.

A gestão dos polos administrados pela prefeitura de Rio Branco está fundamentada na Lei Municipal n.º 1.484 de 02 de dezembro de 2002, que define as obrigações dos assentados e estabelece outras questões, como a concessão de direito real de uso, válido por um período de 10 (dez) anos. Após este período, caberia à prefeitura de Rio Branco expedir título definitivo não oneroso aos produtores rurais. A lei também apresenta uma relação de atividades econômicas que poderão ser desenvolvidas nos polos: hortifrutigranjeiro, culturas permanentes, culturas temporárias; pecuária; florestas e outras que vierem a ser implementadas pelo município.

### **POLO WILSON PINHEIRO**

O polo Wilson Pinheiro foi o primeiro criado na gestão do governador Jorge Viana. A escolha do nome representa uma homenagem ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Wilson Pinheiro, que lutou pela preservação da floresta, e foi assassinado em 1980 (AGÊNCIA DO ACRE, 2017).

A Lei Estadual n.º 1.693, de 21 de dezembro de 2005, criou o Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro, com área de 300,4687 ha (trezentos hectares, quarenta e seis ares e oitenta e sete centiares). Através desta lei, o poder executivo concedeu o direito real de uso de terras públicas rurais localizadas nos polos agroflorestais para implementação da política de desenvolvimento sustentável do estado do Acre.

O polo está localizado próximo ao mercado consumidor na cidade de Rio Branco, o que facilita a comercialização da produção. Situa-se perto da CEASA (Central Abastecimento de Rio Branco-AC), mas é no Mercado Municipal Elias Mansour onde a maioria dos pequenos produtores realiza a comercialização direta dos seus produtos. Para ter acesso ao transporte público, os agricultores precisam andar 7 km na estrada principal do polo. Situa-se após a Escola da Floresta “Roberval Cardoso”, escola técnica que trabalha com formação em agrofloresta, silvicultura e agroecologia. A escola é frequentada por filhos de agricultores (PINHEIRO, 2013).

Pinheiro (2013) descreve outras características importantes do polo Wilson Pinheiro. Os lotes possuem entre 5 e 8 ha, dividindo-se a área em floresta, produção agrícola (roçado e diferentes sistemas agroflorestais) e área para produção animal. Embora essas áreas sejam consideradas pequenas para a região, elas possuem grande diversidade. No polo havia 40 famílias assentadas, sendo que 74% eram oriundas de outros municípios do Acre (neste grupo estão 3 famílias de outros estados) e 26% são de Rio Branco.

Conforme o Zoneamento Econômico, ambiental, social e cultural de Rio Branco - ZEAS de 2008, o Polo Wilson Pinheiro tem uma composição familiar bastante vulnerável pelo fato de que a população adulta representava menos da metade da população total. Para contornar a redução da disponibilidade de força de trabalho, o estudo indicou a necessidade de a gestão pública incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas pouco intensivas em mão-de-obra.

Estudo desenvolvido por Almeida (2012) pretendia verificar a aceitação do cultivo de transgênicos por parte de agricultores de diferentes regiões do país. O posicionamento majoritário dos produtores do polo agroflorestal Wilson Pinheiro foi de rejeição a essa tecnologia, muito embora fosse constatado que eles não possuíam conhecimento amplo do tema. Os motivos desta posição foram diversos: defesa do cultivo natural, pois melhoram a saúde; relação de experiências com o melhoramento de culturas como a banana e milho. No caso da banana, o problema era de que o gosto não era bom; no do milho, o tamanho e a aparência não agradaram. O envolvimento com a produção orgânica é outro motivo que tende a afastar os produtores dos cultivos transgênicos.

No tocante à visão política dos produtores, estes declararam apoiar a participação dos pequenos agricultores em decisões políticas que dizem respeito à agricultura.

Embora defendam este ponto de vista, eles afirmaram que não participavam efetivamente das discussões políticas por falta de oportunidade: afirmaram que gostariam de ter acesso aos políticos (ALMEIDA, 2012).

### **POLO CUSTÓDIO FREIRE**

Criado em 1993, o polo agroflorestal Custódio Freire localiza-se no KM 08 da BR 364 sentido Rio Branco – Sena Madureira. No início da ocupação, as 23 famílias assentadas trabalhavam em lotes de 50 x 100 metros. Devido às limitações dos lotes, no ano de 2002 a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Econômico - SAFRA desapropriou duas áreas rurais através dos decretos nº 638 e nº 641 de 12 de março de 2002, que foram incorporadas ao polo (ANDRADE, 2008). Atualmente, cada lote possui uma área de 2,5 ha.

Na visão de Maluf (1999) o polo Custódio Freire pode ser denominado como “polo de hortaliças” devido à sua especialização neste tipo de cultivo, diferenciando da proposta agroflorestal. Assim como os demais polos do município que adotaram essa linha de produção, este polo apresenta um bom desempenho econômico ao longo do tempo, mesmo após a redução de incentivos da prefeitura. O preço das hortaliças e o giro mais rápido dos recursos propiciado por esta atividade são alguns dos motivos que influenciam o fortalecimento destes assentamentos.

Silva e Silva (2012) argumentam que devido à proximidade com a cidade este polo pode ser classificado como espaço transacional, que são espaços rurais que incorporam características do espaço urbano, como por exemplo, o desenvolvimento de pluriatividade. Apesar do predomínio do uso do solo para o cultivo agrícola, os assentados procuram outras fontes de renda, como o aluguel de áreas para lazer.

O tipo de solo predominante no polo é o plintossolo que é caracterizado pela pouca profundidade. O relevo é plano e tem argila de atividade alta, o que dificulta o manejo de culturas anuais. (ANDRADE, 2008).

No diagnóstico socioeconômico do cinturão verde de Rio Branco, realizado pelo projeto ASPF, o polo Custódio Freire apresentou a maior renda bruta entre todos os polos agroflorestais do município de Rio Branco. Uma possível explicação para este desempenho é a manutenção da diversificação produtiva com a produção de hortaliças, entre elas alface, couve, cheiro verde e pimenta de cheiro, o cultivo de frutas, como banana, laranja e limão e a criação de aves (ASPF, 2016).

Por outro lado, no estudo desenvolvido por Andrade (2008) notou-se uma descaracterização em relação a um sistema agroflorestal no referido polo. Em 1986, a área de floresta representava 67,5% da área total; já em 2007, correspondia apenas a 16,7%. O estudo indicou certo grau de degradação, tanto do solo quanto dos açudes e poços que foram construídos sem assistência técnica.

## **POLO GERALDO FLEMING**

Em 26 de fevereiro de 1997, por meio do Decreto nº 6075-A, a Prefeitura Municipal de Rio Branco realizou a desapropriação para fins sociais de uma área de terras de 300 hectares localizada na estrada de Porto Acre, destinada à implantação do Núcleo de Produção Agropecuária Geraldo Fleming. Os recursos para aquisição da área foram advindos de convênios, emendas parlamentares e recursos próprios do Município. Após a conclusão dos trâmites legais, iniciou-se em 1999 o processo de seleção das famílias assentadas. Ao todo, foram assentadas 60 famílias, em lotes com tamanhos que variavam de 4,5 a 7,0 hectares, onde são cultivados Sistemas Agroflorestais, piscicultura, criação de pequenos animais e olericultura (SAFRA, 2018).

Para Souza (2008), a localização do polo na rodovia AC 10, entre os municípios de Rio Branco e Porto Acre, dá aos assentados a oportunidade de atender os dois mercados. A organização social do polo acontece principalmente através da Associação de Produtores Rurais do Núcleo de Produção, com quarenta e nove associados. Sobre a questão da infraestrutura, as residências dispõem de energia elétrica, porém, inexistente iluminação pública. Internamente, o polo possui quatro ramais que não estão pavimentados, o que prejudica o transporte da produção durante o período chuvoso.

Sobre os aspectos naturais predominam dois tipos de solos: argissolos amarelos, caracterizados pelo teor de argila e os pintossolos argilúvixos, solos rasos e que possuem baixa fertilidade natural. Na área existem três faixas de terras destinadas a reservas florestais. Devido às mudanças na cobertura florestal, o polo como um todo dispõe de 16% de reserva legal, configurando, portanto, uma situação de passivo ambiental, porquanto a legislação estabelece que a pequena propriedade rural deve ter uma reserva legal de 80% e em alguns lotes do assentamento, a área de reserva não atinge 1% (LANI, 2006).

Em relação à seleção das famílias, Souza, Pinto e Fiúza (2013) constataram que grande parte dos assentados possuía o perfil exigido pelo programa, como por exemplo, ser oriundo de periferias e ter experiência com atividades rurais. Porém, verificaram que alguns moradores adquiriram lotes de antigos assentados. Ademais, essas pessoas não atendiam aos critérios do programa e não desenvolviam produção agrícola, mostrando que existe especulação imobiliária no polo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MORADORES DOS POLOS AGROFLORESTAIS**

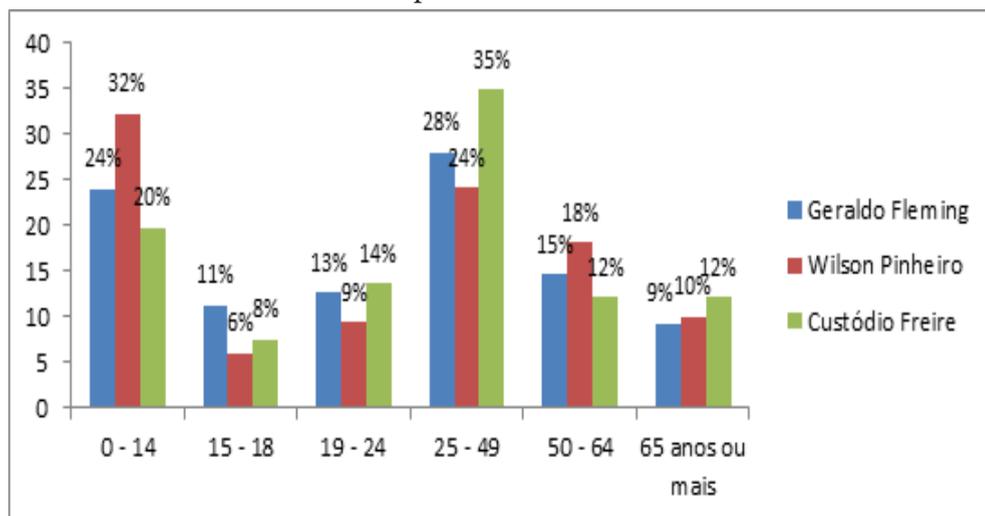
Para realizar a caracterização socioeconômica e de segurança alimentar dos agricultores familiares foram selecionadas algumas variáveis que podem interferir

no desempenho econômico da propriedade rural ou no nível de bem estar dos produtores.

Em relação à origem dos moradores foi possível identificar que quase todos os beneficiários, em algum momento, trabalharam no meio rural antes de serem contemplados com lotes nos polos agroflorestais. Durante a adolescência, parcela significativa trabalhou em propriedade dos seus pais e também havia aqueles que anteriormente desenvolviam a agricultura em terras que detinham apenas a posse. O trabalho como seringueiro foi a segunda atividade que apareceu com maior frequência e desse grupo de produtores a maioria são oriundos de outros municípios do estado.

A figura 01 mostra a distribuição etária dos assentados. A análise dessa variável demográfica é importante, tendo em vista que o trabalho rural tem como característica ser uma atividade árdua, principalmente em pequenas propriedades rurais que são carentes de equipamentos e maquinários adequados. Assim, a atividade agrícola exige força física, que tende a reduzir, conforme o avanço da idade.

**Figura 01** – Faixa etária dos moradores dos polos agroflorestais de Rio Branco, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

As faixas etárias de 0 a 14 anos e mais de 65 anos representam a parcela da população que não está na idade economicamente ativa, sendo que o somatório das duas faixas apresentou o seguinte percentual por polo: Geraldo Fleming, 33,33%; Wilson Pinheiro, 42,28%; e Custódio Freire 31,82%.

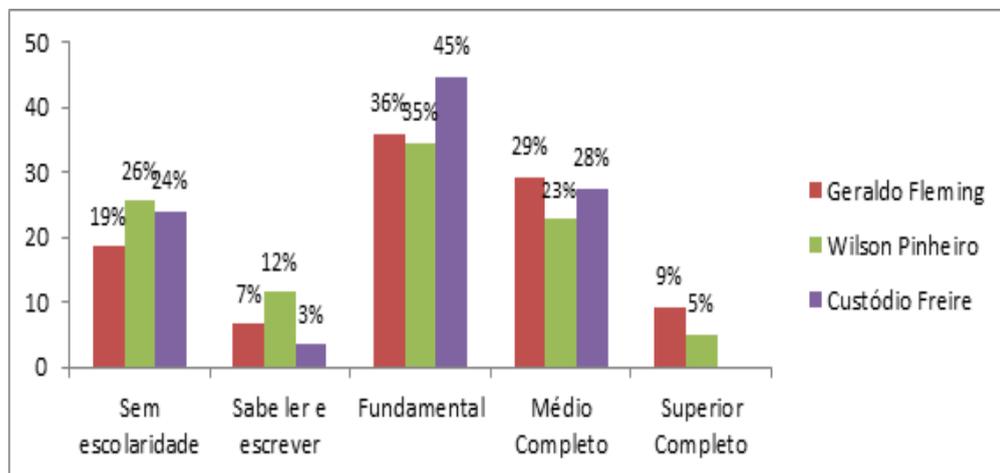
Essa população dependente reduz a disponibilidade de mão de obra para

atividades rurais, o que pode prejudicar o desempenho da unidade produtiva, tendo em vista que os agricultores não contratam trabalhadores fora da unidade familiar.

No caso do polo Wilson Pinheiro ao mesmo tempo em que possui o maior percentual de crianças, o que reduz a disponibilidade de mão de obra, também foi o polo que apresentou maior quantidade de pessoas nas faixas etárias entre 50 e 64 anos e acima de 65 anos ou mais, isto constitui uma vulnerabilidade do polo, pois pessoas com idade avançada podem apresentar problemas de produtividade do fator trabalho. Alguns agricultores relataram que não possuem boas condições físicas para o trabalho na roça.

No que tange à escolaridade, a Figura 02 mostra que os três polos apresentaram homogeneidade no grupo de moradores que não frequentavam a escola.

**Figura 02** – Nível de escolaridade dos moradores dos polos agroflorestais em percentual.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

Observa-se, com base nos dados coletados, que os moradores dos polos agroflorestais possuem baixo nível de escolaridade, uma vez que a somatória dos grupos que não têm escolaridade e os que sabem ler e escrever (analfabetos funcionais) supera, por exemplo, aqueles que possuem nível médio. Cabe mencionar que muitos assentados, que trabalhavam anteriormente como seringueiros, viviam isolados na floresta e sem acesso a nenhum tipo de oferta de ensino.

É importante destacar ainda que ao longo dos anos foram ofertadas, por diversas instituições públicas, capacitações com o objetivo de elevar a produtividade dos trabalhadores. Os dados do Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural

de Rio Branco-AC - ZEAS revelaram que entre 2005 e 2006, que mais da metade dos moradores dos polos Wilson Pinheiro e Geraldo Fleming e cerca de 35% dos entrevistados no polo Custódio Freire, responderam positivamente ao serem questionados sobre a participação de algum membro da família em treinamentos e capacitações, nas suas comunidades (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2008).

As capacitações ofertadas no polo Wilson Pinheiro tinham como foco a produção rural, já os polos Geraldo Fleming e Custódio Freire tiveram acesso também a cursos direcionados para outras áreas, como informática e culinária. Entre as instituições que ofertaram cursos estão o Serviço Social da Indústria - SESI e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2008).

### CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E DIFICULDADES RELACIONADAS À PRODUÇÃO

De acordo com os dados coletados na pesquisa de campo, pode-se afirmar que os agricultores familiares dos polos agroflorestais analisados utilizam diversos canais de comercialização para levar seus produtos ao mercado consumidor, conforme demonstra a tabela 01.

**Tabela 01** – Canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares dos polos agroflorestais, em percentual.

Canais de Comercialização	Geraldo Felming	Wilson Pinheiro	Custódio Freire
Programas governamentais	55,26	38,24	70,59
Venda direta ao consumidor	57,89	52,94	23,53
Venda para o comércio local e centrais urbanas de abastecimento (feiras)	50,00	52,94	58,82
Venda para atravessador	39,47	29,41	41,18
Venda para cooperativas	2,63	0,00	0,00

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

Os produtores poderiam indicar mais de uma opção como resposta para esta questão, indicando todos os canais que utilizavam para comercializar seus produtos. Embora existisse a diversificação na comercialização, a venda através de atravessadores é uma opção que reduz a renda agrícola, pois estes comerciantes ficam com boa parte dos lucros dos agricultores. O polo Custódio Freire apresentou maior percentual de vendas para atravessadores e este fato surpreende devido ser

o polo mais próximo do mercado consumidor, o que, em tese, não justificaria a presença de atravessadores.

Sobre a venda para o comércio local, a venda direta ao consumidor e a venda para o comércio local e central de abastecimento (feiras) representavam os principais canais de comercialização para os agricultores do polo Wilson Pinheiro e a Central Estadual de Abastecimento - CEASA de Rio Branco, o principal ponto de venda.

Já os agricultores do Geraldo Fleming comercializavam nas feiras de bairros da cidade, enquanto os produtores do Custódio Freire, além da venda nos bairros, também vendiam nos mercados municipais. Nos três polos os entrevistados informaram que a prefeitura disponibiliza caminhão para transporte dos produtos até o local de venda, cabendo aos produtores o abastecimento do veículo. Alguns produtores reclamaram da obrigação imposta a eles de pagar o combustível e a montagem das barracas.

Os agricultores do Geraldo Fleming são prejudicados devido à falta de pavimentação dos ramais. O caminhão disponibilizado pela prefeitura não percorre os ramais do polo, os agricultores transportam os produtos até a entrada do assentamento, às margens da Rodovia AC-10. Os produtores que possuem veículo realizam o transporte da produção por conta própria e outros.

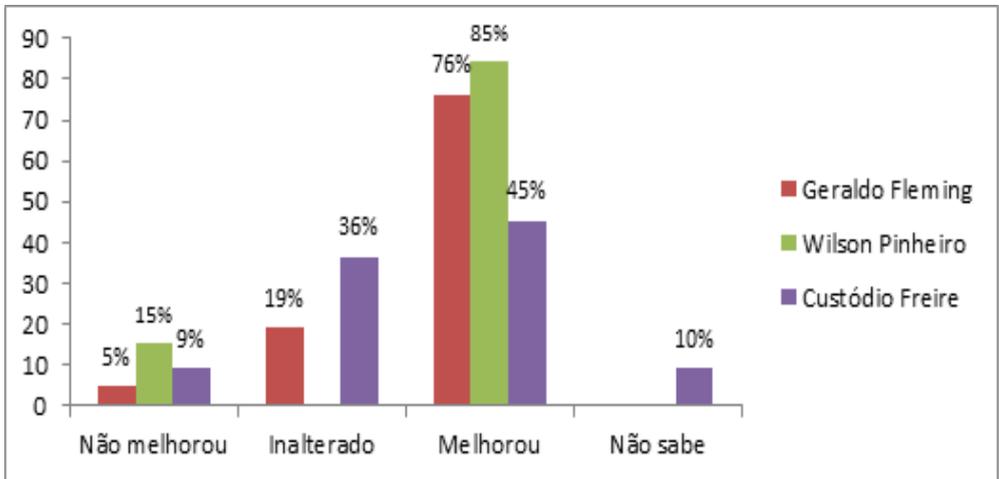
### **ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**

No Brasil o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA são reconhecidos como instrumentos importantes para fortalecer a produção local e promover a segurança alimentar e nutricional. O PNAE consiste no processo na compra de alimentos por parte dos governos locais para abastecimento das escolas públicas. O programa existe desde 1950, mas somente em 1979 alcançou abrangência nacional. Em 1994, aconteceu a descentralização e a priorização da produção local. (BELIK, SOUZA, 2010)

Os referidos autores mencionam que o programa de aquisição de alimentos foi criado no âmbito da estrutura do programa fome zero. Lançado em 2003, o PAA sofreu alterações ao longo dos anos, porém os critérios básicos são os mesmos, como a compra sem licitação de produtos provenientes da agricultura familiar e a destinação para a merenda escolar, bem como para doação a instituições de assistência social.

Buscou-se identificar quais os resultados econômicos e mudanças na produção, após a participação dos agricultores nos programas PAA e PNAE. A figura 03 ilustra a visão dos produtores sobre este tema.

**Figura 03** – Melhoria do desempenho econômico após a participação nos programas governamentais para agricultura familiar, em percentual.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

Nos polos analisados, os produtores demonstraram uma percepção positiva em relação ao desempenho econômico da sua propriedade, em relação a sua participação nos canais institucionais. A posição dos agricultores do polo Wilson Pinheiro pode ser explicada devido ao maior número de agricultores que venderam apenas para programas governamentais (11,76%), portanto, essencial para geração de renda agrícola.

Os produtores informaram que no PAA o limite de compras por produtor é de R\$ 2.500,00. Este valor compreende a modalidade de compra com doação simultânea. Quando questionados sobre como eles avaliavam a participação no PAA, muitos agricultores responderam de forma breve com expressões “é ótimo” “muito bom”. Um agricultor entrevistado no polo Custódio Freire disse que antes de aderir ao programa sua casa era de madeira. Com o aumento da renda, construiu uma casa de alvenaria (Entrevista 15). Essas declarações demonstram que os programas estão contribuindo para melhorar a renda dos agricultores.

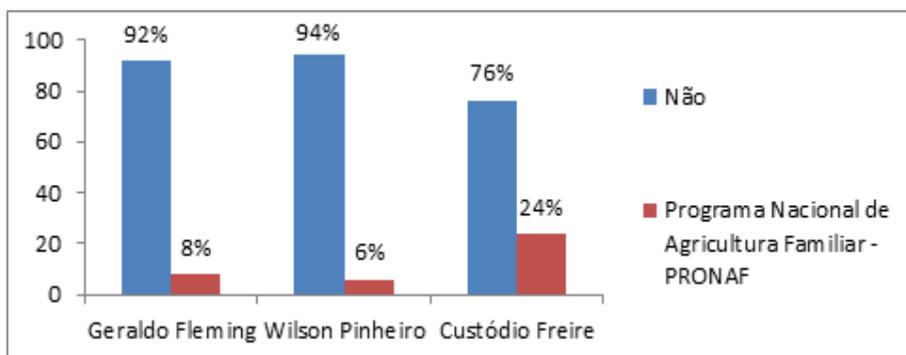
As principais avaliações negativas estão relacionadas com o valor das vendas. Um agricultor informou que “no começo a verba era maior” (Entrevista, 14). Outro produtor fez a seguinte declaração “muito pouco o valor, não é rentável para mim” (Entrevista 16). Os produtores não souberam informar o motivo dessa redução, uma vez que os gestores do programa não explicaram o motivo da redução dos valores pagos. Também foram feitas algumas reclamações relacionadas ao processo de seleção, o processo de seleção não está claro para os assentados. Muitos produtores

informaram que em alguns anos não foram contemplados pelo programa.

### ACESSO A FINANCIAMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Na literatura sobre a agricultura familiar, diversos autores ressaltam a importância que o financiamento rural tem para o fortalecimento desta atividade. O acesso a recursos permite investimento em máquinas e ferramentas capazes de facilitar o processo produtivo, além da aquisição de insumos básicos. A Figura 04 ilustra o percentual de produtores que tiveram acesso a financiamento nos últimos três anos.

**Figura 04** – Nos últimos três anos contratou financiamento?



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

O percentual de produtores que não acessaram financiamento é bastante expressivo. Diversos motivos foram apontados para não contratação de financiamentos: “não querer” (Entrevistas 50, 72, 89, 69), “medo de dívida” (Entrevista 3), “muito caro os juros” (Entrevistas 1 e 18). Além disso, o fato de estarem inadimplentes impedia a contratação de novos financiamentos (Entrevistas 43 e 76).

O Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF foi a fonte de recursos acessada nos financiamentos contratados pelos assentados. Os valores contratados pelos agricultores dos três polos foram entre R\$ 2.500 a R\$ 20.000,00 contemplados nas linhas Pronaf A e B.

O formulário apresentou as cooperativas de créditos como uma opção, porém nenhum produtor respondeu ter acessado financiamento através destas instituições, o que demonstra a realidade da região Amazônica onde o cooperativismo de crédito é limitado.

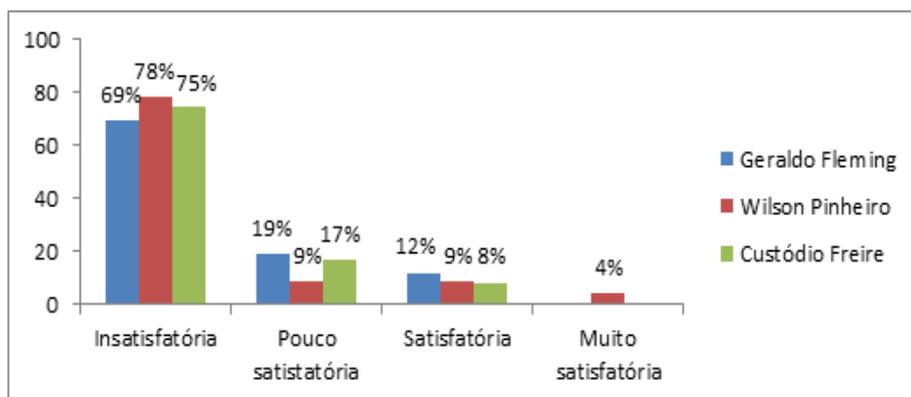
Foi bastante diferenciada a percepção sobre a suficiência dos recursos para os investimentos e custeios pretendidos. Enquanto 75% dos produtores do polo

Custódio Freire consideraram que os recursos foram “muito suficiente” para realização das atividades, nenhum produtor do polo Wilson Pinheiro, que recebeu financiamento tinha o mesmo entendimento.

Destaca-se o percentual expressivo dos produtores do polo Custódio Freire que consideraram o recurso muito suficiente. Um fato que pode explicar esta percepção é o tamanho dos lotes, o que resulta em uma área plantada bastante reduzida. Muitos produtores relataram produzir em áreas de 0,5 ha, isso quando não há divisão da terra entre os filhos, havendo relatos de agregados cultivando no espaço de 0,005 ha. Essa limitação da terra disponível para agricultura pode limitar a expansão produtiva, resultando na necessidade de poucos recursos para realização de benfeitorias.

Observa-se na figura 05 um percentual elevado de produtores que informaram não ter recebido assistência técnica no último ano, sendo também expressivo o percentual daqueles que receberam assistência técnica, mas consideraram o serviço insatisfatório. Geraldo Fleming e Custódio Freire 29% receberam assistência no último ano e Wilson Pinheiro 38%.

**Figura 05** – Grau de satisfação em relação à assistência técnica.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

A insatisfação está relacionada não só à quantidade de vezes que receberam visita dos técnicos, mas também aos resultados obtidos. A visão dos produtores sobre a assistência técnica também foi registrada nos diários de campos. O relato abaixo revela os problemas relacionados a este serviço.

Pra mim eu digo que tem assistência técnica se o técnico vier aqui falar o que devo passar pra matar a praga da planta e acabar com a doença... passamos

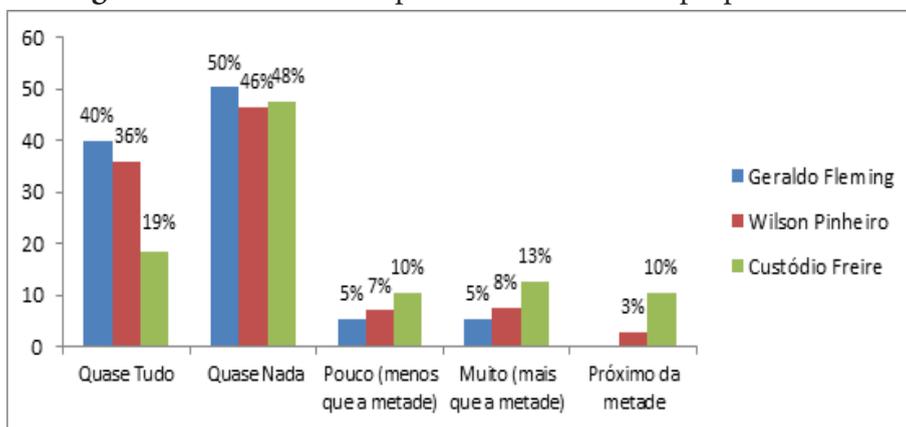
dois anos com praga no alface que o que produzia não dava nem pro consumo e ninguém resolveu. (Entrevista, 82)

O elevado nível de insatisfação verificado durante a pesquisa de campo é compatível com os dados do ZEAS de 2008. Neste estudo, a assistência técnica foi apontada pelos produtores como a principal desvantagem competitiva que teoricamente deveria ser uma das vantagens diante da localização próxima às instituições públicas que ofertam este serviço.

### AUTOCONSUMO E DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

O autoconsumo é uma prática associada à agricultura familiar que pode contribuir para melhoria da segurança alimentar dos produtores, a figura 06 ilustra o nível de consumo de produtos oriundos da propriedade nos polos agroflorestais.

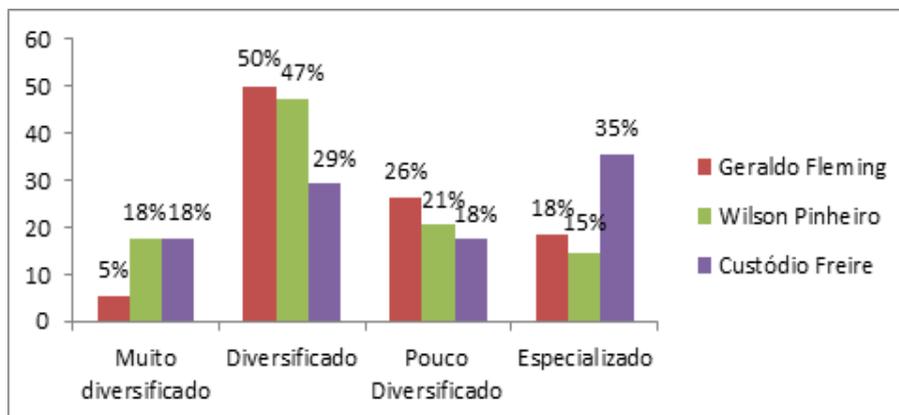
**Figura 06** – Consumo de produtos oriundos da propriedade.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

O aspecto que chama atenção é o fato de que em todos os polos o consumo de produtos oriundos da propriedade representa quase nada do consumo total das famílias. É possível notar que o polo Custódio Freire apresentou menor nível de autoconsumo, apenas 19% dos participantes da pesquisa informaram consumir quase tudo o que é produzido no lote.

Os polos agroflorestais surgiram como proposta de formar um cinturão de verde em torno da cidade de Rio Branco com unidades produtivas que exercessem a agricultura de maneira diversificada a partir de consórcios de culturas e criação de pequenos animais. A Figura 07 apresenta a diversificação incluindo produtos destinados ao autoconsumo.

**Figura 07** – Diversificação da produção, em percentual.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2019.

Para a análise da diversificação foram incluídos os produtos vendidos, os produtos destinados ao autoconsumo e também as criações. Classificou-se os diferentes tipos de produtos em grupos, hortaliças, frutas, verdura/legumes, raízes, cereais e criações. A definição da diversificação fundamentou-se na presença de pelo menos um produto de cada grupo e, desta forma, foram definidas as seguintes categorias: muito diversificado, quando a produção abrange cinco ou seis grupos; diversificado, quando abrange três ou quatro grupos; e pouco diversificado, sendo abrangidos dois grupos e, especializado, apenas um grupo.

De modo geral, os polos desenvolvem agricultura de maneira diversificada. Apesar disso, os produtos prioritários do polo Custódio Freire são as hortaliças, o que pode ser explicado pelo tamanho reduzido da área de 2,5 hectares por lote. No referido polo, a criação de animais é insignificante, sendo que apenas dois produtores realizavam criações para comercialização. Já os lotes dos polos Geraldo Fleming e Wilson Pinheiro possuem áreas entre 4,5 a 7 hectares o que possibilita realizar outros tipos de cultivos além de hortaliças. O Geraldo Fleming foi o único polo no qual havia um produtor que dedicava-se exclusivamente à criação de animais. No polo Wilson Pinheiro a produção de banana e cupuaçu foram os cultivos mais representativos.

Os dados sobre a origem dos alimentos consumidos pelas famílias assentadas revelam que as hortaliças e a macaxeira, são os principais produtos destinados ao autoconsumo. Destaca-se que todas as famílias adquirem o arroz no mercado. Esse fato reflete o baixo volume de produção no estado. O feijão é um produto básico que é cultivado apenas para o autoconsumo, mesmo assim apresentou baixo volume de consumo oriundo da propriedade, apenas pelo Geraldo Fleming 10,53%, polo

Custódio Freire 5,88% e Wilson Pinheiro 2,94%.

A categoria frutas, sucos naturais e vegetais apresentam maior percentual de consumo de produtos oriundos da propriedade, porém o fato de que alguns produtores adquirem maior parte desses produtos no mercado surpreende, principalmente no caso de produtos como macaxeira, que é um produto de fácil adaptação na região.

A proximidade com mercado consumidor urbano, ao mesmo tempo em que facilita a comercialização, também estimula a compra de produtos no mercado, reduzindo a produção para o autoconsumo. O polo Custódio Freire apresenta uma dependência externa de alimentos maior que os demais polos, algo que pode ser justificado devido muitos produtores optarem pela especialização em hortaliças, sendo necessário adquirir o restante dos produtos fora da propriedade. Isto prejudica a situação econômica das famílias, pois elas possuem renda baixa e ainda destinam parte dela para as compras de alimentos.

Ressalta-se que no formulário havia a opção das famílias receberem alimentos através de doação, no entanto nenhum entrevistado indicou a doação como resposta. Algumas famílias realizam trocas de produtos com vizinhos e um produtor relatou que vende para outros produtores.

### **RENDAS AUFERIDAS PELAS FAMÍLIAS**

A análise econômica dos polos agroflorestais concentra-se nos diferentes tipos de rendas auferidas pelos produtores assentados. Após a conclusão das entrevistas, deu-se início ao trabalho de tabulação e de análise dos formulários aplicados. O trabalho consistia em excluir dados que não apresentavam consonância com os demais formulários e informações que não eram coerentes com a questão proposta. A tabela 02 apresenta informações sobre os diferentes tipos de rendas auferidos pelas famílias.

O polo Custódio Freire apresentou a menor renda total em valores absolutos. Porém, em termos proporcionais, é o que apresenta maior renda mensal média. Os produtores do polo Wilson Pinheiro obtiveram a menor renda agrícola média, esse resultado chamou atenção, uma vez que o assentamento possuía uma infraestrutura boa em comparação aos demais. Os ramais estavam em melhores condições de conservação e a localização é privilegiada, pois está a cerca de 13 KM do Cesa. Também é o único com escola pública estadual e transporte público coletivo. O tamanho dos lotes em alguns casos é o dobro da área das propriedades do polo Custódio Freire.

Cabe destacar que para definição da renda não foi levado em consideração os custos de produção que, no meio rural, compreendem insumos, transportes,

energia, combustível etc. Mesmo os produtores obtendo baixos rendimentos, a situação deles pode ser considerada positiva, pois muitos estavam desempregados e viviam em áreas de risco e também quando é levado em consideração o nível de renda dos moradores de Rio Branco.

**Tabela 02** – Rendas auferidas pelas famílias assentadas nos polos agroflorestais.

<b>Rendas e Desvio Padrão</b>	<b>Geraldo Fleming</b>	<b>Wilson Pinheiro</b>	<b>Custódio Freire</b>
Renda Agrícola Anual	886.381,00	783.473,84	638.533,00
Renda Não Agrícola Anual	34.410,00	34.658,00	15.600,00
Renda Total Anual	920.791,00	818.131,84	654.133,00
% Renda não agrícola sobre renda total	3,88	4,42	2,44
Renda Agrícola Média Mensal	1.996,35	1.920,28	4.095,53
Desvio Padrão	3.047,00	2.352,54	5.136,38

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

Analisando individualmente os dados dos formulários respondidos pelos produtores é possível identificar bastante discrepância entre a renda de diferentes famílias. O desvio padrão é uma medida de dispersão estatística que permite demonstrar o grau de dispersão de determinado conjunto de dados. Neste sentido, o polo Wilson Pinheiro possui menor desvio padrão, o que demonstra maior homogeneidade no tocante à renda familiar dos produtores, ou seja, os rendimentos de cada família apresentam valores semelhantes ou próximos. Por outro lado, o desvio padrão do polo Custódio Freire indica maior variação entre as rendas recebidas pelos produtores.

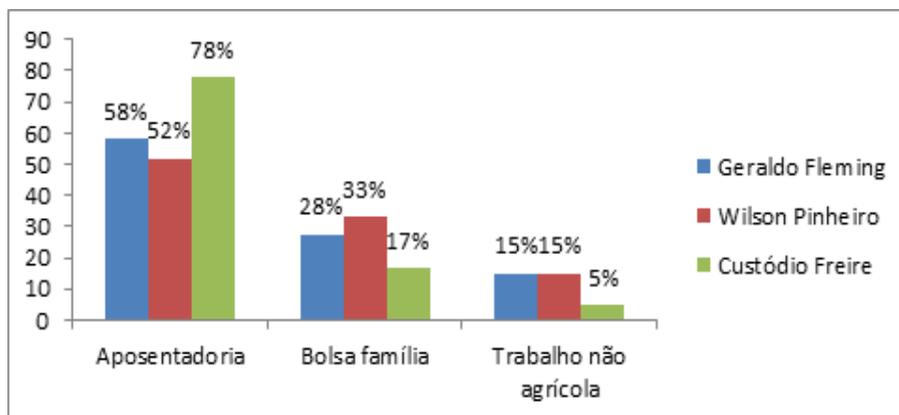
Percebe-se que a renda não agrícola, que compreende os benefícios sociais e trabalho fora da propriedade, tem uma pequena participação na renda total, não chegando a 5% deste valor, o que indica que os produtores estão dedicando-se à agricultura e que o uso do lote apenas para moradia é exceção.

A comparação da renda média mensal com os gastos mensais com alimentação é importante para demonstrar o nível de dependência externa de alimentos. O polo Custódio Freire, apresentou maior despesa R\$ 788,94, (19,26% renda agrícola média mensal) seguido do Wilson Pinheiro, R\$ 559,48, (29,14% renda agrícola média mensal) e Geraldo Fleming, R\$ 530,79, (26,59% renda agrícola média mensal). Percebe-se que estes gastos são equivalentes aqueles realizados por famílias que vivem na área urbana, indicando que a prática do autoconsumo precisa ser

incentivada entre os moradores.

A figura 08 mostra que as famílias dos moradores dos três polos têm a aposentadoria como a principal fonte de renda não agrícola. Em alguns casos esta é também a principal renda familiar, uma vez que a renda agrícola obtida por algumas famílias é um valor inexpressivo. Em relação ao trabalho não agrícola, este corresponde principalmente ao trabalho informal e as atividades que apresentaram maior frequência foram a doméstica, cuidador de idoso e diarista em propriedades rurais.

**Figura 08** – Origem da renda não agrícola nos polos agroflorestais, em percentual.

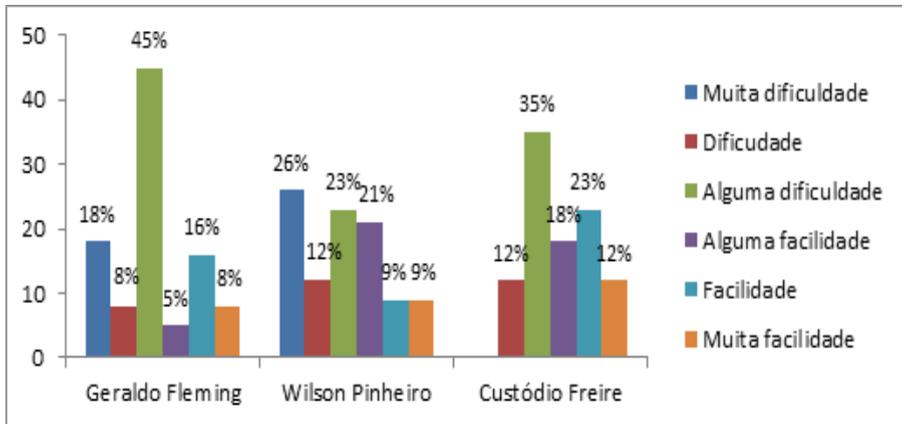


**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

Buscou-se conhecer qual a percepção dos agricultores no que tange a relação entre a renda familiar mensal e como os produtores conseguem manter suas famílias até o final do mês. A figura 09 ilustra a visão dos entrevistados a respeito desse tema.

Chama a atenção a proporção de moradores do polo Wilson Pinheiro que revelaram viver com muita dificuldade até o final do mês. Nesse polo, foram identificadas famílias com rendas agrícolas mensais abaixo de um salário mínimo, principalmente em famílias com crianças. Os moradores do polo Custódio Freire demonstraram ter melhores condições de sobrevivência em relação aos moradores dos demais polos, nenhum produtor informou ter muita dificuldade para chegar até o final do mês.

**Figura 09** – Renda familiar permite chegar até o final do mês em que condições, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

### CARACTERIZAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR/FOME

Nesta etapa do trabalho, a mensuração do nível de segurança e insegurança alimentar das famílias assentadas nos polos foi realizada através aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Os resultados estão ilustrados na figura 10.

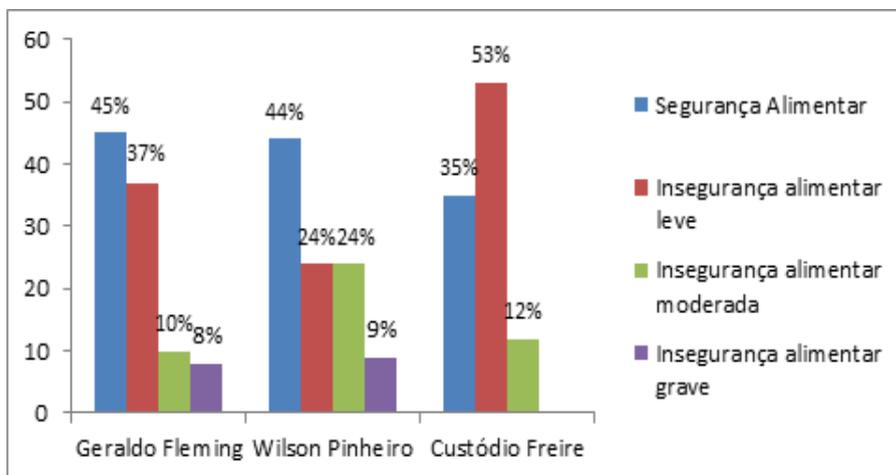
De modo geral, as famílias apresentam uma condição de insegurança alimentar superior, em termos proporcionais, àquelas que alcançaram a segurança alimentar. Verifica-se que nos polos Geraldo Fleming e Wilson Pinheiro a situação de segurança alimentar apresenta um percentual superior às demais situações, ou seja, na percepção da maioria dos entrevistados não existe falta de alimentos e nem receio que possa faltar alimentos no futuro. Se, por um lado, o polo Custódio Freire possui o menor percentual de famílias em situação de segurança alimentar, por outro lado foi o único polo que não apresentou nenhum caso de família em situação de insegurança alimentar grave.

A composição familiar é um fator que pode explicar a situação de insegurança alimentar. Cabe apontar que nenhuma família formada apenas por adultos estava em situação de insegurança alimentar grave. Além disso, a pesquisa de campo revelou que a situação de segurança alimentar aparece com maior frequência nas famílias sem menores de 18.

Estes resultados são condizentes com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD os quais indicam que a insegurança alimentar prevalece em famílias com moradores menores de dezoito anos (IBGE, 2010). Verificou-se que 38% da população assentada no Polo Wilson Pinheiro são menores de dezoito anos e foi este polo que apresentou maior porcentagem de insegurança alimentar grave

que representa situação de restrições de alimentos entre adultos e crianças.

**Figura 10** – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, em percentual.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

As famílias do polo Wilson Pinheiro possuem maior quantidade de membros menores de dezoito anos e justamente foi este polo que apresentou maior porcentagem de insegurança alimentar grave, que representa situação de restrições de alimentos entre adultos e crianças. Este tipo de composição familiar reduz a quantidade de força de trabalho familiar disponível na propriedade rural, sendo necessários maiores esforços para manter a alimentação da família. Esta situação pode contribuir para redução do volume de produção e por consequência menor renda agrícola.

O estudo desenvolvido por Hoffman (1995) para avaliar a evolução da pobreza no Brasil utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981 a 1990 apresenta o número de pessoas por domicílio como uma variável determinante da condição de insegurança alimentar, ou seja, os domicílios com uma quantidade maior de pessoas são mais propensos à insegurança alimentar moderada e grave do que outros domicílios de referência. Esta situação é condizente com os resultados do polo Wilson Pinheiro. Entre os polos analisados, esse polo apresentou a maior média de quantidade de pessoas por família, 4,38%, e níveis mais graves de insegurança alimentar em relação aos demais. Neste caso, quanto maior o número de indivíduos nas famílias, maiores serão os esforços necessários para garantir a alimentação familiar.

O quadro 02 apresenta um resumo das diferentes condições de segurança

alimentar entre os polos explicada pelas variáveis: renda agrícola, autoconsumo, canais de comercialização, diversificação produtiva, financiamento, idade, organização social e escolaridade.

**Quadro 02** – Variáveis socioeconômicas dos agricultores familiares dos polos agroflorestais.

Variável	Geraldo Fleming	Wilson Pinheiro	Custódio Freire
Condição de Segurança alimentar conforme a EBIA	A maioria da população encontra-se em situação de segurança alimentar. Por outro lado, apresenta elevado percentual de famílias nos níveis mais graves de insegurança alimentar.	Com 33% das famílias nos níveis mais graves de insegurança alimentar (IAM e IAG), o polo Wilson Pinheiro apresentou piores resultados em relação à situação de segurança alimentar das famílias.	A maioria da população encontra-se em situação de insegurança alimentar leve. Por outro lado, foi o único polo que não apresentou famílias em situação de IAG. Desta forma, as famílias do polo Custódio freire apresentaram a melhor situação de segurança alimentar, pois apresentou menor percentual de famílias nos níveis mais graves de insegurança alimentar (IAM e IAG)
Renda agrícola	Apresentou renda agrícola mensal baixa, correspondendo aproximadamente a metade da renda agrícola do polo Custódio Freire	As famílias possuem maior renda não agrícola. Maior percentual da renda não agrícola sobre a renda total. Maior porcentagem de bolsa família.	As famílias possuem maior renda agrícola e apresentou maior percentual de agricultores que recebem aposentaria que contribui para uma renda total elevada.
Autoconsumo	Apresentou maior nível de consumo de produtos oriundos da propriedade. O que pode melhorar alimentação da família e reduzir os gastos com compras de mercado.	Apresentou elevado nível de consumo de produtos oriundos da propriedade. O que pode melhorar alimentação da família e reduzir os gastos com compras de mercado.	Menor porcentagem de produtores que declararam que quase tudo que consomem ou muito são produtores oriundos da propriedade. Apresentou menor criação de animais. Devido menor diversificação faz elevar os gastos com compras no mercado.



## Quadro 02 – Variáveis socioeconômicas dos agricultores familiares dos polos agroflorestais (Cont).

Canais de comercialização	Maior diversificação dos canais de comercialização que pode facilitar a venda dos produtos. Contribui para expansão do mercado	Apresentou menor proporção de produtores que acessaram o mercado institucional.	Apresentou maior acesso ao mercado institucional. A elevada participação dos produtores nos programas governamentais representa uma garantia de compra que eleva as vendas e por consequência a renda agrícola
Diversificação produtiva	Maior porcentagem dos produtores na categoria de produção diversificada. Para Dias (2017) a diversificação pode contribuir para maior estabilidade econômica da agricultura familiar.	Menor nível de especialização. Maior porcentagem de produtores na categoria muito diversificados. Para Dias (2017) a diversificação a diversificação pode contribuir para maior estabilidade econômica da agricultura familiar.	Maior porcentagem de produtores na categoria de produção especializada. De acordo Dias (2017) com a especialização está ligada a profissionalização da agricultura familiar, na qual a redução da variedade de produtos possibilita que o agricultor familiar cultive produtos qualificados. Pode proporcionar ganhos de escala superior ao de uma produção diversificada.
Financiamento	Menos de 10% dos produtores acessaram financiamento rural, reduzindo a capacidade de investimentos.	Menos de 10% dos produtores acessaram financiamento rural, reduzindo a capacidade de investimentos.	A porcentagem de produtores que acessaram financiamentos rurais foi mais que o dobro dos demais polos.
Idade	A elevada porcentagem de adultos constitui importante fonte de mão de obra.	Maior quantidade de crianças reduz a disponibilidade de mão de obra familiar.	Apresentou maior porcentagem de adultos que pode melhorar os resultados da produção, pois representa força de trabalho com maior experiência.



**Quadro 02** – Variáveis socioeconômicas dos agricultores familiares dos polos agroflorestais (Cont).

Organização Social	A pesquisa de campo revelou que as igrejas e a Associação de produtores rurais participam ativamente na vida da comunidade.	Na percepção da maioria dos produtores é pequena a contribuição da Associação dos produtores rurais para a melhoria do polo.	De forma geral os produtores acreditam que Associação de produtores rurais dentro das suas limitações procura desenvolver ações para melhorar o polo.
Escolaridade	Apresentou moradores com maiores níveis de escolaridade, ensino médio e superior.	Apresentou maior percentual de moradores sem escolaridade e que sabem ler e escrever. Menor percentual de moradores com ensino médio	Não apresentou nenhum morador com ensino superior completo. Apesar disso, possui um percentual significativo de moradores com ensino médio e ensino fundamental.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Diante do fato que os níveis mais graves de insegurança alimentar (insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave), representa situações reais de fome, pode-se afirmar que quanto menor o percentual de famílias nestas categorias melhor é a condição de segurança alimentar do grupo. Neste sentido, o polo Custódio Freire apresentou a melhor condição entre os polos analisados. As variáveis que contribuíram para este resultado foram, a maior renda agrícola, maior acesso ao mercado institucional e ao financiamento rural.

Apesar de ter apresentado o maior nível de famílias na categoria segurança alimentar, os elevados os níveis de insegurança alimentar moderada e grave verificados no polo Geraldo Fleming apresentaram o segundo maior percentual dentro do universo empírico. Por isso, as famílias do polo Geraldo Fleming representam a segunda melhor condição de segurança alimentar. Entre os elementos que influenciaram na melhoria da segurança alimentar deste polo estão os maiores níveis de autoconsumo, maior diversificação dos canais de comercialização, organizações sociais atuantes e melhores níveis de escolaridade.

Em virtude de apresentar mais de 30% da sua população nos piores níveis de insegurança alimentar o polo Wilson Pinheiro encontra-se na pior situação de segurança alimentar. Algumas variáveis favoreceram esta posição, como a forte presença de crianças na composição familiar, organizações sociais com pouca participação na vida da comunidade e baixo nível de escolaridade dos moradores. Ressalta-se que as famílias dos agregados representam parcela significativa dos que se encontram nas piores condições de segurança alimentar neste polo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho contribuiu para revelar as condições de segurança alimentar dos agricultores familiares dos polos agroflorestais de Rio Branco, a partir do formulário da EBIA, metodologia que foi aplicada pela primeira vez no universo empírico desta pesquisa.

Os resultados obtidos na pesquisa de campo confirmaram a hipótese de que a renda agrícola é a variável que exerce maior influência nas condições de segurança alimentar dos assentados. Verificou-se que as famílias do polo Custódio Freire apresentaram maior renda agrícola média mensal e foram as que estavam em menor percentual dos níveis mais graves de insegurança alimentar. Além disso, os cruzamentos mostraram que a condição de segurança alimentar está relacionada com maior renda agrícola.

Os bons resultados da produção de hortaliças, em comparação a outras culturas presentes nos polos, devem-se a possibilidade de produzir em áreas menores com uso de adubo químico ao contrário de outros produtos que exigem maiores investimentos na correção do solo. Portanto, a horticultura constitui a principal fonte de renda devido às condições propícias de produção para este tipo de assentamento, bem como a estrutura de comercialização em torno das feiras de bairros que facilitam a venda destes produtos e possibilita acesso a capital de giro mais rápido.

No que tange às ações da prefeitura de Rio Branco, verifica-se que a falta de recursos próprios prejudica a manutenção dos polos agroflorestais. Observa-se que a prefeitura atua de forma mais efetiva nas atividades de comercialização; mesmo assim, os produtores reclamam da contrapartida que devem dar para o transporte dos produtos.

Apesar da crise orçamentária enfrentada em todas as esferas de governo, pode-se afirmar que a gestão pública municipal poderia ter uma atuação mais eficiente nos polos agroflorestais. Um exemplo é a realização de um projeto de assistência técnica direcionada para a resolução dos problemas das lavouras. Tendo em vista que a SAFRA dispõe em seus quadros de profissionais para este trabalho, mas a ineficiência destes serviços resulta em diversas reclamações por parte dos produtores.

A prefeitura poderia realizar parcerias com instituições que desenvolvem pesquisas na área de ciências agrárias, como a Universidade Federal do Acre e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre para aliar o conhecimento gerado na academia à aplicação prática, enfrentando os problemas que atingem os agricultores familiares.

Quanto ao desenvolvimento de novos estudos, sugere-se a realização de pesquisa em grupos de agricultores familiares de Rio Branco que não fazem parte dos assentados nos polos agroflorestais. A comparação entre beneficiários e não beneficiários

permitirá a verificação da existência de casualidade dos resultados apresentados com a política pública analisada.

## REFERÊNCIAS

ACRE. Secretaria de Meio Ambiente. **Aspectos socioeconômicos:** população e as condições de vida, infraestrutura e a economia do Acre/Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Rio Branco: SEMA, 2011.

ALMEIDA, C. S. **Organismos geneticamente modificados e atores diretamente impactados:** Como agricultores brasileiros avaliam os cultivos transgênicos? 342f. Tese (Doutorado). Programa Educação, Gestão e Difusão em Biociências, Instituto de Bioquímica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ALMEIDA, L. M. M. C. **Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar:** análise comparativa entre municípios paulistas. 220f. Relatório técnico-científico (Pós-Doutorado). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

ALMEIDA, F. B.; ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde, GO: efeitos, entraves e diferenciações. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 277-287, jul./dez. 2015.

ALMEIDA, Carla da Silva. **Organismos geneticamente modificados e atores diretamente impactados:** Como agricultores brasileiros avaliam os cultivos transgênicos? 342f. Tese (Doutorado). Programa Educação, Gestão e Difusão em Biociências, Instituto de Bioquímica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ANDRADE, C. F. **Análise multitemporal da cobertura e uso da terra, impactos ambientais e aspectos socioeconômicos do pólo-agroflorestal Custódio Freire, Rio Branco – AC.** 88f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2008.

ASPF, Análise Socioeconômica dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre. **Diagnóstico social, produtivo e econômico do cinturão verde de Rio Branco-AC.** Relatório de pesquisa. Rio Branco, 2016.

BELIK, W. SOUZA, L. R Algumas reflexões sobre programas de alimentação escolar na América Latina. In: FILHO, N. A.; RAMOS, P. (org.). **Segurança Alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial**. Campinas: Editora Alínea, 2010. p.81-103.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. PNAD Segurança Alimentar 2009**. Rio de Janeiro, 2010.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**. 1995.

LANI, J. L. **Diagnóstico de uso atual de terra do polo do agroflorestral Geraldo Fleming, Rio Branco, estado do Acre**. Rio Branco, 2006.

MALUF, R. S. **Ações Públicas Locais de Apoio à Produção de Alimentos e à Segurança Alimentar**. São Paulo, 1999.

PANIGASSI, G; SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON; PÉREZ-ESCAMILLA, R; MARANHA, L. K; SAMPAIO, M. F. A. Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos. **Revista de Nutrição**, 135s-144s, jul./ago. Campinas, 2008.

PINHEIRO, J. R. N. O. **Contribución de los sistemas agroforestales a la seguridad alimentaria (con énfasis en huertos caseros) de la población del Pólo Agroforestal Wilson Pinheiro en Rio Branco, Acre**. Magister Scientiae en Agroforestería Tropical, Escuela de Posgrado. Turrialba, Costa Rica, 2013.

PONTES, C. J. F. A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os soldados da borracha. **South American journal of basic education, technical and technological**, v. 2, p. 56-67, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. **Programa de Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco-AC, ZEAS**. Boletim Técnico 001, 2008.

PUGLIESE, L. **Segurança alimentar dos agricultores assentados no território de Araraquara/SP; uma análise a partir do índice UFSCar e das efetividades do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (mestrado) – Centro Universitário de Araraquara. Araraquara, 2016.

SAFRA. **Ações da SAFRA no Pólo Agroflorestal Geraldo Fleming.** Rio Branco, 2018.

SILVA, M. E.; M. SILVA, S. S. **O uso rural do solo em área de transição:** O estudo dos polos do Bujari e do Custódio Freire estado do Acre (BR). Rio Branco, 2012.

SOUZA, E. F. **Os pólos agroflorestais como política de desenvolvimento rural sustentável para as famílias assentadas em Rio Branco no Acre.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2008.

SOUZA, E. F.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C. Os Polos Agroflorestais em Rio Branco, Acre: uma análise a partir da sua viabilidade econômica e consumo familiar. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 24, p. 93-112, 2013.

VAZ, J. C. **Iniciativas Municipais para o Desenvolvimento Sustentável:** Coletânea de experiências bem sucedidas no Brasil - para serem aplicadas no âmbito da atuação do PCPR no Piauí. Governo do Estado do Piauí. Teresina, 2002.



## Um balanço da operacionalização do PRONAF em Marabá e suas implicações em um Assentamento Rural entre 2013 e 2019

Evandro Carlos Costa Neves<sup>1</sup>

Heribert Schmitz<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo analisou como a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) se configurou em Marabá, Sudeste do Pará, no septênio 2013-2019 e quais foram suas implicações no Assentamento 26 de Março, localizado nesse município. As questões que nos auxiliaram foram: qual foi o comportamento do Pronaf em Marabá no período analisado? Quais foram suas implicações no Assentamento 26 de Março? Metodologicamente, realizamos levantamento bibliográfico-documental e pesquisas de campo nos anos de 2017 e 2018, com o uso de entrevistas não diretivas e observação participante. Analisamos os dados a partir das abordagens quantitativa e qualitativa. Os resultados permitem afirmar que: (i) o comportamento do Pronaf no município de Marabá foi associado à pecuária bovina entre 2013 e 2019; (ii) e sua operacionalização não contemplou a diversidade dos sistemas produtivos agroecológicos do seu público no Assentamento 26 de Março. No geral, identificamos uma natureza contingente do programa e afirmamos que sua orientação enviesada não fortaleceu seu público. Em razão disso, apontamos algumas possibilidades para operacionalizações futuras.

**PALAVRAS-CHAVE:** PRONAF; Marabá; Assentamento 26 de Março; Agroecologia..

**A REVIEW OF OPERATIONALIZATION OF RURAL CREDIT IN MARABÁ AND ITS IMPLICATIONS IN AN AGRARIAN REFORM SETTLEMENT**

**ABSTRACT:** This article analyzed how the operationalization of the National Program for the Strengthening of Family Farm (PRONAF, in Portuguese) was configured in Marabá between 2013 and 2019 and what were its implications in the 26 of March Settlement (Assentamento 26 de Março, in Portuguese), located in Marabá municipality, Southeast of Pará. The following question guided us: what was the Pronaf's demeanor in Marabá in the context analyzed? What were its implications in the 26 of March Settlement? To answer them, we have used the following methodological procedures: bibliographic-documental survey, field research in which we have realized interviews and participant observation in 2017 and 2018, and quantitative and qualitative approach. We found that: (i) Pronaf's demeanor is associated with cattle raising Marabá municipality; (ii) and the operationalization of the federal program did not include the diversity of the agroecological production systems of its public in the 26 of March Settlement. In general, we claim that the skewed demeanor of the Pronaf does not strengthen its public. Finally, we show some limits and possibilities for the following years.

**KEYWORDS:** PRONAF; Marabá; Assentamento 26 de Março; Agroecology.

<sup>1</sup> Geógrafo, doutorando do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: [evandronevez@live.com](mailto:evandronevez@live.com)

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia Rural, professor de Sociologia da Universidade Federal do Pará, Belém, PA, bolsista produtividade CNPq; E-mail: [heri@zedta.fu-berlin.de](mailto:heri@zedta.fu-berlin.de).

## INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um dos programas federais mais marcantes na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro dos últimos 25 anos. Sua criação marcou uma mudança institucional de abrangência nacional que promoveu o reconhecimento dos agricultores familiares, especialmente em termos de recursos financeiros (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2021), e confirmou uma transição em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Para alcançar o fim de oferecer crédito agrícola e garantir apoio institucional à agricultura familiar (GRISA, 2017), o PRONAF vem se diversificando para atender as demandas de seu público e atingir maior evolução e aperfeiçoamento. Mudanças institucionais e financeiras como a criação de doze subprogramas, três grupos e duas linhas de crédito<sup>3</sup> deram maior capilaridade às diversas modalidades de crédito, tipos de financiamento e reconhecimento da diversidade da agricultura familiar ao longo dos anos.

É inegável o papel relevante que o PRONAF ocupa em termos produtivos, especialmente no que se refere à produção de alimentos básicos (MATTEI, 2014). Consideramos que eleger a agricultura familiar como protagonista de uma política orientada para o desenvolvimento rural é um indicativo de mudanças importante na orientação dada aos agricultores familiares. Entretanto, como qualquer política pública, o comportamento do PRONAF tem suscitado muitas polêmicas – uma delas faz referência à polissemia e multivocidade que têm marcado sua trajetória e fertilizado estudos sobre sua execução (BARONE; FERRANTE, 2017).

Uma avaliação do programa após dez anos de sua criação coordenada por Mattei (2005) concluiu que a busca pelo benefício, respeito e fortalecimento à agricultura familiar preconizada por essa política pública não tem sustentação por duas razões: ênfase na dimensão produtivista e má distribuição dos recursos no território nacional. Estudos com base na dimensão produtivista do PRONAF avaliam que sua execução ao longo do tempo não o qualifica como uma política empenhada apenas em promover o fortalecimento do seu público. Mesmo que o programa tenha sido permeado em sua origem por uma demanda social que emanou sobretudo de movimentos sociais do campo, sua criação foi baseada em experiências que tiveram

<sup>3</sup> Os subprogramas são: Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf Bioeconomia, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Jovem, Pronaf Microcrédito, Pronaf Cotas-partes, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf ECO e Pronaf Produtivo Orientado. Os grupos são: Pronaf A, Pronaf A/C, Pronaf B. as linhas de crédito são: Pronaf Custeio e Pronaf Investimento.

[...] como referência as experiências europeias, principalmente as da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural [...] o padrão de organização da produção privilegiado pelo Pronaf e a sua função social de desenvolvimento econômico do país estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes (CARNEIRO, 1997, p. 71-72).

A importação do modelo não guardou com segurança as especificidades dos contextos históricos de cada realidade. Ao contrário do que aconteceu na França, onde se realizou um esforço da sociedade com a intenção de se transformar a base social e histórica da agricultura francesa em um setor dinâmico e produtivo, produtor e consumidor na mesma medida (LAMARCHE, 1993), a intenção do PRONAF em selecionar, preferencialmente, o público da “agricultura familiar em transição” (GRISA, 2017, p. 294) – aqueles com melhores condições de respostas ao mercado – revelou uma lógica produtivista sustentada na tecnificação e produtividade (CARNEIRO, 1997).

Em razão desse acúmulo histórico, o PRONAF carrega consigo intenções antigas de qualificar economicamente os agricultores para inseri-los satisfatoriamente no mercado econômico (SABOURIN, 2017), estimulando, dessa maneira, a inserção de um grupo seletivo de agricultores capitalizados. Isso pode ser percebido na concentração dos contratos no Sul do país em comparação os do Norte e Nordeste (AQUINO; SCHNEIDER, 2011; BELIK, 1999; SILVA; GOMES; SANTOS, 2008). Por essa razão, alguns estudiosos associam o programa à “modernização conservadora” (CARNEIRO; PALM; ALVARENGA, 2017, p. 117).

Essas características do programa desnudaram-se com o enxugamento dos recursos nos últimos anos. Sua cobertura alcançou apenas 8% dos estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros em 2017 (WESZ JUNIOR, 2021, p. 89). Por consequência, sua seletividade e concentração ficaram mais evidentes, especialmente em termos de produtos e produtores, o que consolidou e ampliou o processo de diferenciação social entre os agricultores familiares (TOLEDO; ZONIN, 2021) num contexto de desidratação das políticas públicas para a agricultura familiar (FAVARETO, 2017, p. 8). Além disso, afetou sobretudo as atividades diferenciadas (especialmente aquelas com base na agroecologia) e os produtores menos capitalizados situados nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste (WESZ JUNIOR, 2021).

Em parte, essas características explicam o motivo de a operacionalização do PRONAF sempre ter sido marcada por polêmicas e legitimam o questionamento: “qual o real fortalecimento da agricultura familiar?”, levantado por Gazolla e Schneider (2013). À vista disso, nosso estudo teve como pretensão responder o

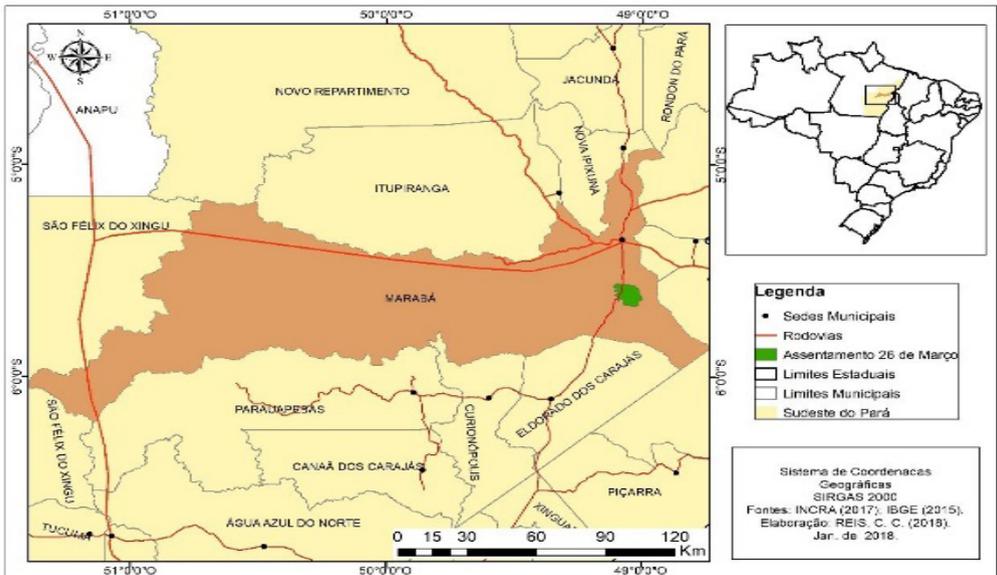
seguinte o problema de pesquisa: como a operacionalização do Pronaf se configurou no município de Marabá, Sudeste do Pará, no septênio 2013-2019 e quais foram suas repercussões no Assentamento 26 de Março?

Além desta introdução e das considerações finais, organizamos o texto em três tópicos. No primeiro, apresentamos os procedimentos metodológicos e a área de estudo. Em ato contínuo, ilustramos a operacionalização do PRONAF no município de Marabá. Finalmente, analisamos as implicações da operacionalização do PRONAF no Assentamento 26 de Março, no qual apontamos limites e possibilidades para operacionalizações futuras.

### APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Assentamento 26 de Março está localizado no município de Marabá e corresponde a uma área de aproximadamente 10.000 hectares (EMATER, 2013) distribuídos em 207 lotes cujos tamanhos médios são de 48 hectares cada. Sua criação por meio de portaria oficial aconteceu em 19 de dezembro de 2008, apesar de a primeira ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) ter acontecido em 26 de março de 1999.

**Figura 1-** Localização do Assentamento 26 de Março.



**Fonte:** IBGE (2015); INCRA (2017).

O histórico do uso da terra produziu um mosaico de paisagens com coberturas vegetais distintas. Por isso, seus sistemas de produção são constituídos atualmente

por atividades produtivas diversas, conforme ilustrado abaixo.

**Tabela 1-** Coberturas vegetais do Assentamento 26 de Março.

<b>Tipologia</b>	<b>Famílias</b>	<b>Porcentagem</b>
Área de Mata	60	30%
Área de Pasto	105	50%
Área de Capoeira	41	20%
Total	206	100%

**Fonte:** Emater (2013).

Podemos observar que 50% das famílias estão em lotes com predomínio de pastagens. Nessas áreas, a classificação dos solos evidencia que as classes de aptidão agrícola são boas para a pecuária e impeditivas à agricultura. Essas circunstâncias naturais decorrem da fertilidade baixa do solo e da suscetibilidade à erosão provocadas ao longo do tempo<sup>4</sup>.

Em razão das circunstâncias físicas boas à produção da pecuária extensiva, há um foco à matriz leiteira por parte do setor público e do próprio movimento social que organiza a produção no assentamento (MST). A atividade está presente em pelo menos 75% dos sistemas produtivos familiares e no centro da atenção do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), cujas diretrizes tem por objetivo orientar o crédito rural e a assistência técnica de modo a valorizar as peculiaridades produtivas locais.

A bovinocultura de leite é apresentada como alternativa viável haja vista que compreende aspectos ecológicos produtivos e sociais perfeitamente aplicáveis. [...]. Se a atividade for desenvolvida sob as bases agroecológicas, realizando o manejo rotacionado das pastagens, regulando a taxa de lotação adequada, promovendo o sistema silvipastoril diversificado a partir da das espécies de regeneração natural, do roço seletivo, e o enriquecimento com espécies de valor econômico, certamente os impactos ambientais negativos serão evitados ou minimizados (EMATER, 2013, p. 132).

Porém, as orientações locais não se reduzem a essa atividade. Existe um Projeto de Recuperação do Assentamento (PAR) ao longo do PDA que reúne, de modo

<sup>4</sup> Dados recolhidos de estudos técnicos elaborados por alunos do curso de agronomia do Campus Rural de Marabá (CAMPUS RURAL DE MARABÁ, 2012) pesquisas científicas (CARLOS; WATRIN, 2013; GAMA, 2016) e do próprio Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (EMATER, 2013).

geral, diretrizes para a agricultura e pecuária em busca da:

[...] melhor organização e desenvolvimento dos sistemas produtivos atuais no sentido de trabalhar a diversificação combinada com a proposta da agroecologia, sustentabilidade econômica e ambiental contribuindo na consolidação das unidades produtivas das famílias, e na reprodução social camponesa (EMATER, 2013, p. 109).

Convém ressaltar ainda outro fator importante além desse documento. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA- Campus Rural de Marabá), localizado no interior do assentamento, promove cursos técnicos (Técnico em Agroecologia e Técnico em Agropecuária, por exemplo) que auxiliam a implementação de sistemas produtivos diversificados e aprofundam o conhecimento dos agricultores sobre a diversificação agrícola.

De modo geral, as características do assentamento conformam cinco tipos de sistemas produtivos entre as famílias assentadas.

**Tabela 2 - Grupos dos sistemas de produção no Assentamento 26 de Março.**

Grupos	Famílias
1) Prioridade com a pecuária bovina	35%
2) Prioridade com a agricultura	19%
3) Prioriza a diversificação da produção	20%
4) Prioriza a criação de animais de pequeno porte	17%
5) Baixa produção agropecuária	9%

**Fonte:** Emater (2013). Adaptado.

Com base nesses dados, organizamos as pesquisas de campo do seguinte modo: selecionamos previamente as famílias que seriam entrevistadas de acordo com os grupos de produção mencionados na Figura 3. Selecionamos três grupos (1, 2 e 3)<sup>5</sup> a partir destes critérios: acesso ao Pronaf; predominância da pecuária no sistema produtivo; prioridade aos sistemas diversificados; prioridade na agricultura. O grupo 1 prioriza a pecuária bovina, possui pelo menos 15 bovinos, menos de 1,0 hectare de produção agrícola e é representado por aproximadamente 35% do número total de famílias. O grupo 2 prioriza a agricultura, pelo menos 1,2 hectares são destinados a essa atividade, apresenta a criação de gado bovino e constitui 19% do universo familiar do assentamento. O grupo 3 privilegia a diversificação da produção: possui

<sup>5</sup> Não trabalhamos com o grupo 4 porque tivemos pouco contato com os seus membros durante as pesquisas de campo. As condições materiais não nos possibilitaram chegar aos seus lotes e entrevistá-los. O mesmo vale para o grupo 5.

bovinos, áreas cultivadas e animais de pequeno porte e soma 20% das famílias.

O objetivo central do artigo é analisar a operacionalização do Pronaf no município de Marabá no septênio 2013-2019 e suas implicações no Assentamento 26 de Março. Para alcançar esse fim, realizamos pesquisas de campo entre 2017 e 2018 com o uso de entrevistas não diretivas e observação participante e levantamento bibliográfico-documental em bibliotecas físicas e digitais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESPA), da Secretária Estadual do MST, da Casa de Cultura Marabá e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-Marabá).

As informações sobre o comportamento do PRONAF foram obtidas da Matriz de Referência do Crédito Rural, disponível no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil (BCB). O recorte temporal compreendeu o septênio 2013-2019 em razão do início da operacionalização do programa no assentamento (2013) e da disponibilidade dos dados na plataforma digital pesquisada. Os dados referentes ao balanço do PRONAF no Assentamento 26 de Março foram coletados a partir das informações obtidas dos agricultores e de documentos pessoais que servem de organização da produção para algumas famílias.

As entrevistas incluíram 17 famílias de assentados de cada grupo selecionado do assentamento (11 homens e 6 mulheres), 4 lideranças locais do MST vinculados ao setor de produção do assentamento e 2 técnicos da Emater-Marabá. A observação participante incluiu visitas aos lotes dos agricultores entrevistados e participação em reuniões internas organizadas por eles. Por fim, a análise dos dados foi feita por meio de abordagens quantitativas e qualitativas.

Duas questões nos auxiliaram ao longo da elaboração do texto: como o comportamento do Pronaf se configurou em Marabá no septênio 2013-2019? Quais foram suas implicações no Assentamento 26 de Março?

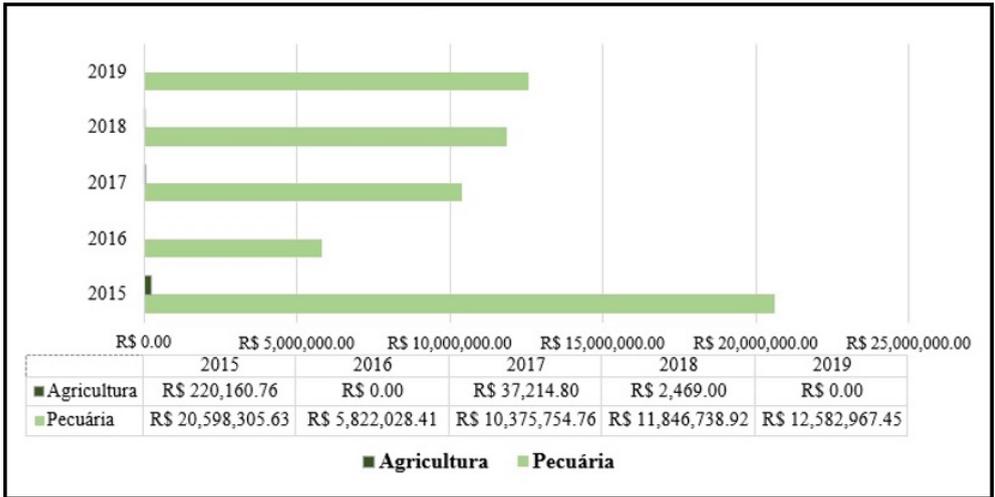
A operacionalização do PRONAF em Marabá

Marabá liderou a quantidade e os valores dos Contratos de Custeio e Investimento do PRONAF por município no Pará entre 2013 e 2019 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019). Os valores das duas linhas de crédito do programa nesse período chegaram a R\$ 96.416.300,04, distribuídos da seguinte maneira: R\$ 95.214.858,07 foram direcionados à pecuária e R\$ 1.201.442,38 foram fomentaram a produção agrícola. O balanço deixa claro o lado do pêndulo: aproximadamente 97% do valor total foi concentrado só na pecuária em um período de sete anos.

Essa diferença tem sido mais evidente a partir de 2015. O valor aplicado pelo programa nesse ano foi de R\$ 20.818.466,39 nas duas atividades: à pecuária, o valor de R\$ 20.598.305,63 foi firmado em 1.656 contratos; enquanto o valor de R\$ 220.160,76 foi distribuído para apenas 14 signatários da produção agrícola. Em 2016, o número de contratos decresceu surpreendentemente (aproximadamente

400%) em relação ao ano anterior, pois apenas 350 contratos foram assinados, todos destinados para a pecuária no valor de R\$ 5.822.028,41 (Figura 2).

**Figura 2** - Quantidade e os valores dos Contratos de Custeio e Investimento do PRONAF por município no Pará entre 2013 e 2019.

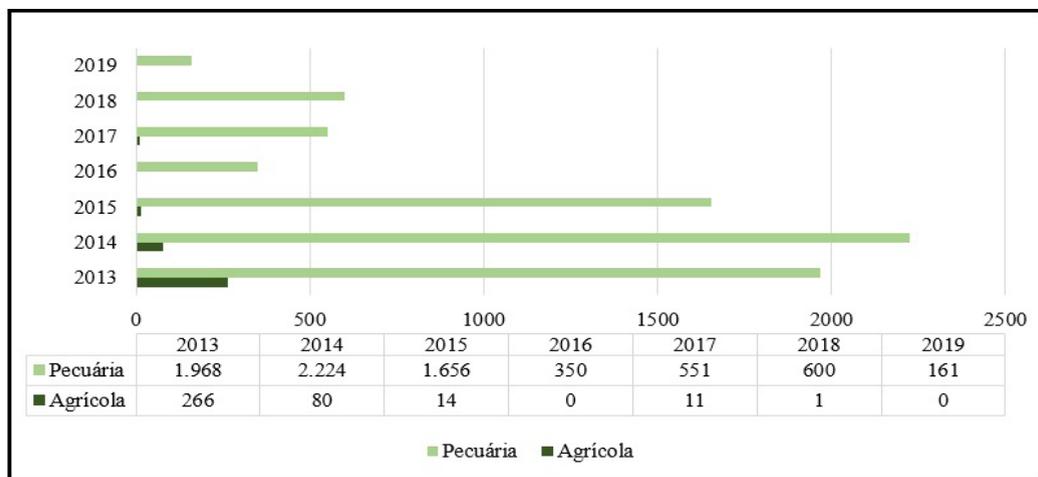


**Fonte:** Banco Central do Brasil. Dados organizados pelos autores.

Em 2017, 551 contratos foram destinados à pecuária com um valor total de R\$ 10.375.754,76; à agricultura, 11 signatários assinaram contratos cujo valor total foi de R\$ 37.214,80. Em 2018, 600 contratos foram assinados para a pecuária no valor de R\$ 11.846.738,92 enquanto apenas um único contrato no valor de R\$ 2.469,00 foi firmado para a produção agrícola. Já em 2019, 282 contratos foram firmados somente para a pecuária com um valor de R\$ 12.582.967,45 e, novamente, não houve nenhum contrato para a produção agrícola.

Além disso, no que diz respeito ao número de contratos, a pecuária obteve 7.631 signatários; a agricultura, 372.

**Figura 3 - Quantidade dos Contratos de Custeio e Investimento do Pronaf por atividade em Marabá.**



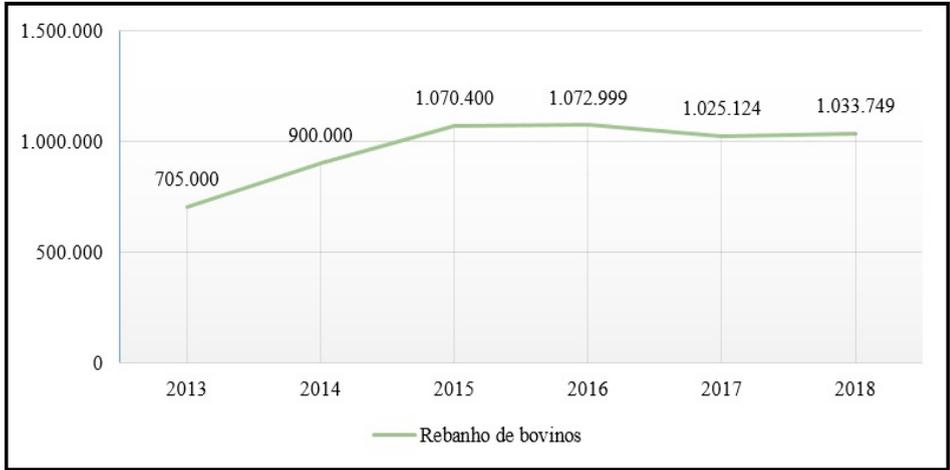
**Fonte:** Banco Central do Brasil (2019). Organizado pelos autores.

De acordo com esses dados, podemos notar que, apesar do decréscimo do número de Contratos de Custeio e Investimento nos últimos quatro anos (2016-2019) – se comparados com o triênio 2013-2014-2015 –, a orientação do programa foi circunscrita de modo ainda mais seletivo. 99,9% do valor liberado (R\$ 40.667.173,34) foi destinado para a pecuária; isso equivale 99,3% do número de contratos.

Ao longo dessa seletividade, a preferência à bovinocultura se destacou. Nos sete anos analisados, constatamos que 2.287 Contratos de Investimento foram liberados para a criação de bovinos no valor total de R\$ 54.028.250,86. Quanto aos Contratos de Custeio na mesma atividade, contabilizamos 7 no valor de R\$ 240.501,62. A soma dos valores das duas linhas de crédito só para a criação de bois chegou ao total de R\$ 54.268.752,48.

À base do exposto, argumentamos que quase sempre que o Pronaf foi operacionalizado no município, o efetivo de rebanho bovino aumentou, com exceção do período entre 2016 e 2017. De 705.000 mil em 2013 o número saltou para 1.033.749 em 2018<sup>6</sup>. Em decorrência disso, o município passou da 5ª posição para a 2ª no ranking do número de cabeça de gado no estado, ficando atrás apenas de São Félix do Xingu; no Brasil, o salto foi ainda mais significativo: de 14º em 2013 saltou para 6ª posição em 2018 (IBGE, 2020).

<sup>6</sup> Em 2018, todos os efetivos animais cresceram no Brasil, menos o rebanho bovino, que diminuiu 0,7% em relação a 2017 após atingir patamar recorde em 2016. No entanto, a Região Norte apresentou aumento de 0,2% em cabeças de gado. Em Marabá, em especial, o efetivo alcançou 1.025.124 cabeças em 2017. Em 2018, o número total de rebanhos foi de 1.033.749, contrastando a lógico decrescente em nível nacional com um percentual de aumento de 0,8% (IBGE, 2020).

**Figura 4** - Número de rebanhos bovinos em Marabá entre 2013 e 2019.

**Fonte:** IBGE (2020). Dados organizados pelos autores.

Essa dinâmica confirma o sucesso que a orientação às políticas públicas e ao crédito rural feita pelo Boletim Agropecuário (FAPESPA, 2017) do estado tem afirmado. A pecuária bovina se tornou atividade importante no setor de exportação do Sudeste do Pará ao longo do tempo e hoje contribui com 54% do Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário dessa mesorregião.

Esses dados nos permitem fazer alusão à especialização e intensificação da produção agropecuária que se espera para o Brasil atualmente, conforme um estudo elaborado por colaboradores da Embrapa (BOLFE, 2018), segundo o qual o crédito rural tem papel fundamental para conduzir uma mudança de ordem econômica na agropecuária brasileira. Logo, os dados apresentados confirmam que o PRONAF contribui para a diversidade da pauta de exportação do país ao gerar ganhos monetários significativos por meio da pecuária bovina no Sudeste do Pará.

Porém, para contrastar essa perspectiva econômica, veremos que a operacionalização do programa não é tão animadora quando assentados da reforma agrária e seus sistemas de produção são considerados na análise.

### **AS IMPLICAÇÕES DO PRONAF NO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO**

Francisco Xavier e Maria da Paz, referências em produção de leite no assentamento, constituem uma família migrante. Mudaram-se do Maranhão para o Pará no final de 1980.

A gente teve muito problema com a terra lá. Na verdade, a gente foi perdendo aos poucos, porque era poucas condições para plantar lá. A gente tinha

poucos recursos e um proprietário de uma fazenda grande lá disse que toda a área onde a gente vivia era dele. Aí veio eu mais meu irmão para cá conseguir terra, né? Entramos no movimento [MST], eu fiquei em Marabá, ele foi para Parauapebas [...] e conseguimos acampar e hoje somos assentados, graças a Deus (Francisco Xavier, entrevista cedida em julho de 2017).

A chegada ao Pará foi motivada pela possibilidade de aquisição de terra para trabalhar e viver. Ambos almejavam praticar a agricultura – atividade que esteve na base das motivações que o levaram a migrar. Isso foi possível quando ambos entraram no MST e participaram da ocupação da fazenda Cabaceiras. Durante o acampamento, eles praticaram a agricultura nas áreas coletivas. Mas a realização desse desejo teve curto prazo.

No final de 2007 – um ano antes da criação do assentamento – houve um sorteio para definir a distribuição dos lotes entre as famílias acampadas. Em 2008, quando o assentamento foi criado, os agricultores foram para os lotes individuais. Francisco Xavier e Maria da Paz foram sorteados com um lote com cobertura vegetal quase exclusivamente de pastagens. Em razão disso, os anos iniciais foram difíceis à manutenção de ambos, habituados à agricultura, porque as condições físicas do lote não forneciam as condições imediatas ao plantio. Sob essa circunstância, a família realizou o “sistema de corte e queima” para conseguir plantar<sup>7</sup> no início, mas ao longo do tempo se dedicou mais propriamente à pecuária.

A decisão da Francisco Xavier e Maria da Paz em “tocar o gado” resultou tanto das condições físicas do solo já impostas como dos benefícios iniciais da política de reforma agrária. Em 2009, eles receberam o Crédito Instalação e acessaram a Modalidade “Apoio para a aquisição de subsídios à pecuária de matriz leiteira”. Em 2011, acessaram o crédito Fomento para a aquisição de arames e outros subsídios. Um ano depois, acessaram o PRONAF A no valor de R\$ 5.000,00, a partir do qual adquiriram os primeiros bovinos.

A pecuária representa a garantia de alimento à família por meio da obtenção de carne (pecuária de corte), do ganho monetário a partir da venda do leite (e de seus derivados, sobretudo leite e iogurte) e de bezerros e, principalmente, da permanência na terra. Ambos os agricultores compõem o grupo 1 (prioridade com a pecuária bovina) dos sistemas produtivos, entretanto, a agricultura permanece enraizada na prática cotidiana desse núcleo familiar.

<sup>7</sup> Apesar de essa prática ter permitido a realização da agricultura por meio da queima da vegetação e decomposição de nutrientes no solo, ela não foi exercida nas condições ideais se considerarmos que aproximadamente 36 hectares dos 48 são só de pastagens, aproximadamente 75% da área total do lote. Convém destacar, desse modo, que os lotes do Assentamento 26 de Março quase sempre contrariam o Código Florestal Brasileiro no que se refere à Reserva Legal de vegetação nativa. Existe uma proposta para a organização das áreas de reserva proposta pelo PDA em fase de estudos e implementação.

Uma das possibilidades de investimento à prática agrícola é o PRONAF. Porém, sua operacionalização gera implicações negativas. Deixemos a assentada aduzir o seu argumento:

O crédito rural é muito direcionado aqui [no assentamento]. Quando eu entrei no curso técnico de agropecuária [no IFPA do Campus Rural de Marabá] eu entendi muita coisa. Uma delas foi o fato de o estado [do Pará] incentivar mais a pecuária que a agricultura aqui na região. E a gente sofre isso aqui todo santo dia, porque a gente já produz pouco leite por dia [cerca de 20 litros diários] e vende a um preço muito barato [R\$ 2,00/litro] em Marabá, que às vezes não paga nem a gasolina [da motocicleta]<sup>8</sup>, porque tem dia que a gente nem consegue vender [...]. Então a gente é muito limitado na pecuária aqui, porque a terra não ajuda não [...] não tem a assistência técnica [...]. Por isso a gente não deixa a roça de lado. Mas se a gente pudesse plantar mais nossos produtos, com a mesma ajuda que a gente tem para a pecuária, a gente não ficaria tão limitado. Teríamos outras alternativas. O que a gente mais produz aqui é leite. Faz o queijo, o iogurte. Mas também produzimos a banana, que deu muito ano passado. Se a gente pudesse continuar plantando em grande quantidade, não só a banana, mas outros cultivos também [...] tem o açaí, o cacau, a castanha [...] a gente não teria tantas dificuldades na produção (Maria da Paz, entrevista cedida em julho de 2017).

O enunciado de Maria da Paz revela a seletividade do programa e sinaliza para a limitação que ele proporciona ao seu sistema produtivo. Se considerarmos apenas a venda do leite, os 20 litros produzidos diariamente pela família gerariam uma receita de R\$ 40,00 diariamente – algo aproximado de R\$ 1.200,00 por mês. Entretanto, essa possibilidade quase nunca se realiza porque a produção diária de leite nem sempre é de 20 litros. Mesmo quando os agricultores conseguem produzir essa quantidade, eles não têm a garantia de vender tudo. O fortalecimento da produção agrícola seria uma alternativa à oscilação produtiva e econômica da pecuária de matriz leiteira. Isso supriria as baixas receitas adquiridas pela atividade e ampliaria as possibilidades produtivas da família.

A partir do exposto, podemos compreender que o PRONAF viabiliza à família o acesso ao crédito rural, porém sua orientação é enviesada e parcial. Em certa medida, a pecuária assegura a renda diária e possibilita a produção agrícola familiar,

<sup>8</sup> Convém ressaltar que a família usa os meios próprios de comercialização, geralmente uma motocicleta, apesar de haver um caminhão coletivo no assentamento para a comercialização dos produtos. Durante as pesquisas de campo, a circulação do veículo era organizada por um assentado que, de certo modo, se apropriava dele e impedia que as famílias pudessem usá-lo para a comercialização dos produtos agrícolas. Entrevistas revelam que o “organizador” usava o veículo para fins próprios.

mas sua oscilação financeira e outras alternativas, como a agricultura, devem ser consideradas. Portanto, o programa não contempla a diversificação produtiva proveniente da experiência dos agricultores.

De modo geral, constatamos que essa realidade se estende às demais famílias que compõem o grupo 1. As entrevistas revelam que, apesar de a pecuária bovina ser a atividade principal entre os agricultores desse grupo, eles almejam fortalecer e/ou implementar práticas agrícolas em seus lotes. Esse objetivo é orientado pelo desejo de diversificar os seus sistemas produtivos de forma a não dependerem apenas da pecuária.

Quando entrevistamos agricultores do grupo 2 (preferência à agricultura), identificamos uma situação ainda mais grave decorrente do comportamento do PRONAF. Edivaldo Silveira nunca assinou um contrato referente ao programa, apesar de possuir a Declaração de Aptidão (DAP) que o torna apto a acessá-lo. O PRONAF nunca liberou um contrato referente à sua prática agrícola, o que gerou certa repulsa por parte do agricultor. Edivaldo pratica exclusivamente a agricultura, ainda que as condições físicas do seu lote sejam favoráveis à pecuária (40 ha dos 48 ha da área total são de pastagens, segundo a estimativa dele). Ele é o assentado que mais produz hortaliças no assentamento. Para ele, o PRONAF:

[...] não ajuda a gente aqui não. A gente tem que começar a plantar para fazer a terra criar nutrientes [...]. Mas fazer isso sem crédito é difícil. O investimento pra pecuária, desse que tá hoje, só tá aumentado o desmatamento dentro do assentamento e piorando a condição da terra. Esse lote aqui já foi só pasto, mas eu plantei mesmo assim. Você pode ver aí [Edivaldo aponta à sua horta], lá atrás tem cacau, castanha, mandioca, feijão. Aí eu pergunto: eu preciso de financiamento para a pecuária ou para a minha horta? Eu sou agricultor, então preciso fortalecer a minha agricultura. Mas do jeito que a política da reforma agrária está isso é difícil (Edivaldo Silveira, entrevista cedida em fevereiro de 2018).

A preferência do programa à pecuária gera implicações ainda mais incisivas no grupo 2. No caso de Edivaldo, não se trata apenas de o crédito fomentar uma única atividade em detrimento de outra, como no exemplo de Francisco Xavier e Maria da Paz, mas sim da negligência ao fortalecimento da única atividade praticada pelo agricultor. De modo geral, constatamos que essa desatenção se estende às demais famílias que priorizam a agricultura.

Além disso, o viés direcionado do programa não inclui outros aspectos que emergem do assentamento, como o reflorestamento. Identificamos que os assentados do grupo 3 (privilegia a diversidade produtiva) desempenham papel importante

no que se refere à recuperação das áreas degradadas.

Hoje temos uma luta que é tentar converter essas áreas degradadas em áreas boas para a produção agrícola e futuramente em florestas novamente. Temos algumas iniciativas aqui [seu próprio lote], nos lotes de outras famílias [...]. Estamos tentando fazer que essa seja uma iniciativa de todos aqui dentro. Temos muitos obstáculos, desafios, mas vamos construindo com o tempo o nosso projeto. Nós não queremos acabar com a pecuária leiteira, porque sabemos que ela é importante para as famílias, mas se pudermos combinar essa atividade com a agricultura, vamos tentar (Giselda Coelho, entrevista cedido em fevereiro de 2018).

Esses agricultores reservam parte dos lotes para a plantação de frutíferas e leguminosas. Quando suas sementes germinam, eles as compartilham com outros agricultores no assentamento. Suas iniciativas são parte do objetivo – tanto deles como do setor de produção do MST – de ampliar as possibilidades de produção no assentamento, disseminar sementes crioulas e criar condições futuras para a implementação de sistemas agroflorestais<sup>9</sup>. O cultivo de cacau (*Theobroma cacao*), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) e açaí (*Euterpe oleracea*) se destacam no cultivo de frutíferas; as espécies de feijão-trepa-pau (*Vigna unguiculata*), feijão-trepa-pau-seco (*Vigna unguiculata* L. Walp) e feijão guandu (*Cajanus cajan*) se destacam na produção de leguminosas.

Essas iniciativas apresentam ao PRONAF um campo amplo de possibilidades para que sua operação possa concretizar aquilo que a sua denominação evoca: o fortalecimento da agricultura familiar. Especificamente, o PRONAF Floresta poderia impulsionar não só os sistemas agroflorestais por meio de investimentos, mas também auxiliar na recomposição e manutenção de áreas degradadas. Outrossim, o PRONAF Agroecologia também poderia enriquecer as áreas que já apresentam cobertura vegetal diversificada pelas iniciativas. Entretanto, não constatamos a liberação de nenhum desses subprogramas.

Não podemos aduzir que o viés da operacionalização do PRONAF se deve ao desconhecimento das peculiaridades locais. Antes da liberação do crédito aos assentados, havia um planejamento produtivo no Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Esse documento desempenha a função de orientar os sistemas produtivos e sinaliza como as políticas públicas devem assisti-los. De acordo com o coordenador do setor de produção do MST, Antônio Cordeiro, antes mesmo da liberação dos primeiros contratos do PRONAF em 2012,

<sup>9</sup> Os sistemas agroflorestais no assentamento são caracterizados por formas de uso da terra pelas quais o consórcio de espécies arbóreas (frutíferas e/ou florestais), os cultivos agrícolas e a criação de animais são promovidos (EMATER, 2013).

[...] nós tivemos a preocupação com o crédito rural aqui, mesmo antes dele chegar pra gente. Porque a gente sabia que estava na área de uma antiga fazenda e que Marabá produz muito gado. Então nós juntamos algumas experiências aqui e auxiliamos a elaboração do projeto da Emater [trata-se do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento] para que a gente tivesse um horizonte. Para que a gente pudesse dizer qual o caminho que o crédito rural devia tomar aqui (Antônio Cordeiro, entrevista cedida em fevereiro de 2018).

Podemos notar que o PDA é um documento cujas diretrizes não resultaram apenas de questões institucionais, pois a preocupação do setor de produção do MST está presente no documento. Membros desse setor trabalharam diretamente com os técnicos da Emater de Marabá nos momentos de criação do plano. Por isso, as orientações possuem tanto origem institucional como legitimidade social entre os agricultores.

Essa colaboração entre instituição política e movimento social considerou que :

[...] os sistemas de produção propostos levam em conta o manejo biológico do solo, como estratégias de minimizar os impactos ambientais negativos. Conforme descrito em todas as atividades produtivas, os assentados, na conjuntura atual, onde tanto as práticas tradicionais do sistema corte e queima, quanto as práticas da agricultura convencional oriundas da Revolução Verde necessitam serem avaliadas e redesenhadas a partir de paradigmas e práticas de bases agroecológicas. Mudanças estas que dependem de um serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental diferenciado, que seja mais estável, duradouro e dialógico e sem rupturas por pelo menos cinco anos consecutivos, com equipes multidisciplinares, onde os profissionais tenham identidade e formação com ênfase em agricultura familiar/campesina e princípios agroecológicos. Nas condições em que vivem os assentados, todo e qualquer sistema de produção necessita de investimentos e ou custeio para serem desenvolvidos. Sozinhos e sem recursos para investir, dificilmente terão condições de desenvolver qualquer sistema produtivo. Nestas circunstâncias os assentados necessitarão de crédito rural da linha do PRONAF (EMATER, 2013, p. 132).

Considerando essas orientações, devemos pontuar que o PRONAF é uma política de desconcentração em nível nacional que implica duas condições importantes: a sua capacidade de adaptação às peculiaridades regionais e o seu reconhecimento da capacidade de gestão territorial por parte dos assentados da reforma agrária. No contexto de Marabá especificamente, o estudo de Oliveira (2008) sinalizou que o

PRONAF deveria ser inserido no município de acordo com as referências regionais. Ao distinguir três referências – a primeira de caráter nacional, a segunda de caráter regional e a terceira baseada na apropriação da política pelos assentados – o autor sugeriu que o programa deveria passar por alterações técnicas de forma a se adaptar à segunda referência. Isso requalificaria:

[...] as normas definidas em âmbito nacional que, na maioria das vezes, não condizem com a realidade regional e/ou estadual [...]. A orientação nacional do crédito, a adaptabilidade do mesmo para a realidade regional e a apropriação do crédito pelos agricultores são as principais referências que propiciam uma mudança expressiva no crédito para as áreas da reforma agrária (OLVEIRA, 2008, p. 20).

Para o autor, a apropriação da política pelos agricultores nos assentamentos rurais só é realizada quando o programa é adaptado em nível regional. Isso ocorre quando os administradores dos recursos públicos estão atentos aos fóruns municipais e aos documentos técnicos dos assentamentos, como o PDA. Entretanto, como temos ilustrado, a instância local ainda não tem sido privilegiada.

Além disso, quando consideramos o PDA do Assentamento 26 de Março, identificamos que o serviço de assistência técnica é uma condição para a implementação dos sistemas produtivos. Mas constatamos outro problema quando analisamos a prestação desse serviço. Ele foi realizado somente em 2015 – sete anos após a criação do assentamento – por uma prestadora de serviço terceirizada, a Empresa de Desenvolvimento de Projetos Agrícolas Ltda. (Proagri). De acordo com as fontes da Emater e do Incra<sup>10</sup>, 77% das famílias receberam o serviço. No universo desta pesquisa, 10 dos 17 entrevistados (59%) receberam a assistência técnica, mas cinco deles não estavam satisfeitos.

Um deles é o assentado Valmir Pereira, que compõe o grupo 1 dos sistemas produtivos (privilegia a pecuária). O anúncio da realização do serviço de assistência técnica o animou. A atividade predominante em seu lote é a pecuária bovina, mas seu objetivo sempre foi fortalecer a agricultura, o que poderia acontecer com o apoio dos técnicos da Proagri. Porém, a entrevista com o interlocutor nos permite afirmar que o serviço não foi satisfatório pelas seguintes razões: primeiro, a prestação do serviço não aconteceu conforme as recomendações do PDA, que propõe o estabelecimento de sistemas produtivos diversificados; segundo, os técnicos não eram profissionalmente hábeis para orientar diretrizes ao sistema silvipastoril; terceiro, não houve continuidade no trabalho: a execução do serviço teve apenas uma visita dos técnicos nos lotes e não permitiu um acompanhamento

<sup>10</sup> Informações coletadas em pesquisa de campo.

dos resultados; além disso, o mapeamento feito pela empresa gerou sobreposição de áreas e desentendimento entre agricultores.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto analisou como a operacionalização do Pronaf se configurou em Marabá no septênio 2013-2019 e as suas implicações no Assentamento 26 de Março. Apesar de o programa assegurar o acesso do agricultor ao recurso financeiro, sua operacionalização não contempla a diversidade do seu público em alguns casos. No período analisado, aproximadamente 97% (R\$ 95.214.858,07) do valor total das linhas de crédito custeio e investimento foram concentrados só na pecuária. Especificamente, 56,8% (R\$ 54.268.752,48) desse valor foi aplicado só na bovinocultura.

Podemos confirmar essa assertiva a partir dos resultados constatados na análise dos grupos de produção do assentamento. Todos os grupos de produção analisados – o que prioriza a pecuária (1), aquele cuja atenção é orientada à agricultura (2) e o que pretende implementar sistemas diversificados (3) – são prejudicados pelo programa, em maior ou menor grau. O grupo 1 tem a sua principal atividade fortalecida, apesar de as iniciativas agrícolas não serem assistidas pelo programa. Nesse caso, consideramos que as implicações do comportamento do programa se configuram de modo parcial. Diferentemente, no grupo 2, especialmente no caso dos agricultores que não praticam a pecuária, concluímos que o PRONAF se comporta de modo negligente. Inclusive, vimos no exemplo de Edivaldo Silveira que há certa repulsa ao programa. Finalmente, o comportamento do programa não possibilita o fortalecimento das estratégias e dos objetivos locais, como a diversificação produtiva, a recuperação de áreas degradadas e a implementação de sistemas agroflorestais, como constam nas diretrizes do PDA e nas práticas produtivas dos assentados que compõem o grupo 3.

Se as palavras “fortalecimento da agricultura familiar” tivessem a força e eficácia que evocam, o comportamento do programa seria minimamente orientado às estratégias produtivas locais. Entretanto, este estudo revelou que a sua aplicação se dá no sentido oposto da lógica produtiva dos assentados: ao invés da diversificação, prioriza-se a especialização. Por consequência, ela não oferece os caminhos para o alcance dos efeitos desejados porque não alinha o programa às aspirações do seu público. Ao contrário, à medida que ela se realiza, negligencia questões sociais e políticas que emanam do Assentamento 26 de Março.

Para finalizar, consideramos pertinente apontar alguns encaminhamentos para pensarmos sobre o assentamento tanto no presente como no futuro. A pecuária permanece sendo a atividade principal nos sistemas de produção: 35% das famílias

têm prioridade nesse ramo. Porém, há um esforço dos assentados de combiná-la com outras atividades produtivas. Logo, está havendo um movimento em direção à complexificação produtiva desenhada pelos próprios agricultores que pode ser percebido pela valorização às culturas perenes com espécies frutíferas: banana, cacau, cupuaçu, açaí, castanha-do-pará, bem como de hortas desenvolvidas a partir de ações individuais.

Ainda que essas práticas exijam algum tipo de investimento inicial, os agricultores as desenvolvem com recursos próprios e à base do apoio mútuo, à revelia do PRONAF. Além disso, existe um aparato disponibilizado pelo IFPA que auxilia os assentados a alcançarem seus objetivos. Por exemplo, a formação de alguns deles, ou mesmo o contato com estudantes dos cursos da instituição, supre a omissão do programa e promove a disseminação de práticas agrícolas diversificadas. Sem dúvida, essa instituição oferece condições excelentes ao sucesso do assentamento.

Além disso, convém ressaltar o caráter agroecológico da produção proveniente da colaboração entre o movimento social e a Emater, materializado no PDA. A agroecologia implica a multifuncionalidade da agricultura (SARANDÓN; FLORES, 2014). Além de produzir alimentos, os agricultores também contribuem para a recuperação de áreas impactadas historicamente. No assentamento, ela inclui a diversificação dos sistemas produtivos, implementação de sistemas agroflorestais e sistemas integrados de agricultura-pecuária. É um enfoque que questiona o passado, propõe medidas no presente de modo a projetar o futuro.

É necessário que haja a adaptação do PRONAF à referência regional para que essas medidas sejam fortalecidas. Se isso for atendido, ele deverá favorecer a diversidade produtiva e a heterogeneidade das paisagens. Reduzirá os efeitos negativos decorrentes da sua preferência a uma única atividade e poderá fortalecer a associação entre produção agrícola e segurança alimentar de forma a oferecer condições mais propícias aos agricultores. Portanto, recomendamos que o programa seja reorientado para que ele possa realmente fortalecer seu público.

Nós esperamos contribuir com uma análise sobre o comportamento do PRONAF ao advertir para o seu caráter enviesado. Apresentamos alguns limites e algumas possibilidades ao programa de modo a interpretá-lo como uma iniciativa governamental importante aos agricultores. Mas elucidamos a necessidade de sua reorientação imediata às peculiaridades locais.

## REFERÊNCIAS

AQUINO Joacir Rufino de, SCHNEIDER, Sérgio. **12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008):** uma reflexão crítica. *Revista de Extensão e*

*Estudos Rurais*, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 309-347, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 15 out. 2019.

BARONE, Luís Antônio; FERRANTES, Vera Lúcia Silveira Botta. Reforma agrária no Brasil do século XXI: bloqueios e ressignificações. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 22-39.

BELIK, Walter. **PRONAF: avaliação da operacionalização do programa**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas – NEA, 1999.

BOLFE, Édson Luis (Coord.) **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Embrapa: DF, 2018. 214p.

CAMPUS RURAL DE MARABÁ. **Diagnóstico preliminar sócio, cultural e agroambiental do Projeto de Assentamento 26 de Março e da área do Campus Rural de Marabá**. Marabá: Campus Rural de Marabá/IFPA, 2012.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública a agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 8, p. 70-82, 1997.

CARNEIRO, Maria José; PALM, Juliano Luis; ALVARENGA, André Costa. Informando política pública. Uma revisão sobre PRONAF e qualidade de vida. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 110-132.

CASTRO, Allison Reinaldo da Costa; WATRIN, Orlando dos Santos. Análise espacial de áreas com restrição de uso do solo em projeto de assentamento no sudeste paraense. **Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria**, v.17, n. 2, p. 157-166, 2013.

EMATER. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento 26 de Março**. Marabá: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2013.

FAPESPA. **Boletim agropecuário do Pará 2017**. Fundação de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará, Belém, 2017. 92p.

FAVARETO, Arilson. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o Governo Temer e além. **Raízes**, Goiânia, v. 37, n. 2, p. 7-26, 2017.

GAMA, Andreza Angélica Frota. **Desmatamento no Assentamento 26 de Março em Marabá**: em busca de alternativas agroecológicas aliadas à educação ambiental. 2016. 80f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016.

GAZZOLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **RESP**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GRISA, Cátia. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: MDA, 2017. p. 290-311.

GRISA, Cátia. SCHNEIDER, Sérgio. Políticas públicas para la agricultura familiar en Brasil: Trayectoria, análisis y desafíos. In: SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. (org.). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe**: balance, desafíos y perspectivas. Santiago de Chile, Ed. CEPAL, CIRAD – IICA, 2014. p. 75-100.

IBGE. **Bases cartográficas**. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 08 jan. 2015.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2020.

INCRA. **Acervo fundiário**. Disponível em: <http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Acesso em: 15 fev. 2017.

LAMARCHE, Hugues (org.) **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Unicamp, 1993.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF**: Análise de Indicadores. Brasília: NEAD, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

MATTEI, Lauro. O debate sobre a reforma agrária no contexto do Brasil rural atual. **Política e Sociedade, Florianópolis**, v. 15, p. 234-260, 2016.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

OLIVEIRA, Dvandro Pereira. **Mudanças nos parâmetros técnicos dos projetos de crédito rural: o caso dos projetos de assentamento no Sudeste do Pará**. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 263-289.

SARANDÓN, Santiago J.; FLORES, Claudia C. La agroecología: el enfoque necesario para una agricultura sustentable. In: SARANDÓN, Santiago J.; FLORES, Claudia C. (org.). **Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014. p. 42-69.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, Dossiê Pronaf 25 anos: histórico, transformações e tendência, vol. 30, n. 51, p. 12-41, jan./abr. 2021.

SILVA, Márcia Ap. de Paiva; GOMES, Marília Fernandes Maciel; SANTOS, Maurinho Luiz dos. Análise da eficiência tecnológica dos agricultores familiares e sua comparação com a distribuição dos recursos do PRONAF. **Informe Gepec**, Toledo (PR), v. 12, n. 1, p. 01-19, 2008.

TOLEDO, Eliziário Noé Boeira; ZONIN, Valdecir José. O PRONAF: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, Dossiê Pronaf 25 anos: histórico, transformações e tendência, vol. 30, n. 51, p. 141-162, jan./abr. 2021.



# Economia popular e agroecologia na época da Covid-19: estratégias de comunicação, trabalho e consumo no movimento dos pequenos agricultores<sup>1</sup>

Bruna Távora<sup>2</sup>  
Débora Lins<sup>3</sup>  
Marcos Dantas<sup>4</sup>

**RESUMO:** Esse artigo é uma reflexão sobre as estratégias de economia popular que vem sendo desenvolvidas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores na época da Covid-19, no estado do Rio de Janeiro. As ações analisadas são aquelas que destacam o papel da comunicação na organização do consumo e da comercialização de alimentos agroecológicos, bem como na difusão das pautas políticas do MPA. A ação ocorreu por meio da estruturação da Brigada de Comunicação Popular do movimento, que atuou fortalecendo os processos produtivos dos grupos camponeses vinculados ao Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) do MPA no Estado. Os resultados apontam que a experiência proporciona a formação técnica e profissional de comunicadores e comunicadoras para atuação no campo da agroecologia, confirmando a importância das redes que permitem a consolidação de formas de trabalho, cooperação e reciprocidade próprios das economias populares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos dos Pequenos Agricultores; Comunicação; Abastecimento Alimentar Popular.

**POPULAR ECONOMY AND AGROECOLOGY AT THE TIME OF COVID-19: COMMUNICATION, WORK AND CONSUMPTION STRATEGIES IN THE SMALL FARMERS MOVEMENT**

**ABSTRACT:** This article is a reflection on popular economy strategies that have been developed by the Small Farmers Movement at the time of Covid-19, in the state of Rio de Janeiro. The actions analyzed are those that highlight the role of communication in the organization of consumption and marketing of agroecological foods, as well as in the dissemination of the MPA's policy guidelines. The action took place through the structuring of the movement's Popular Communication Brigade, which worked to strengthen the productive processes of peasant groups linked to the Popular Food Supply System (SAAP) of the MPA in the state. The results show that the experience provides technical and professional training for communicators to work in the field of agroecology, confirming the importance of networks that allow the consolidation of forms of work, cooperation and reciprocity typical of popular economies.

**KEYWORDS:** Small Farmer Movements; Communication; Popular Food Supply.

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>2</sup> Doutoranda em Comunicação e Cultura na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [tavora.bruna@gmail.com](mailto:tavora.bruna@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda em Engenharia de Produção na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: [debora.linsbatista@gmail.com](mailto:debora.linsbatista@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE-UFRJ. E-mail: [marcos.dantas@eco.ufrj.br](mailto:marcos.dantas@eco.ufrj.br).

## INTRODUÇÃO

A experiência histórica de luta pela terra no Brasil tem desenvolvido, ao longo das décadas, formas de organização e resistência, legando à questão agrária uma centralidade nas lutas brasileiras. Acesso e permanência na terra, recursos para produção de subsistência e por fim, o direito de produzir e comercializar alimentos tem sido pautas pelas quais lutam os povos das florestas, dos rios e das matas, ao mesmo tempo que enfrentam a violência e o genocídio de seus ecossistemas – que combina assassinatos de lideranças, extinção de políticas públicas e devastação ambiental.

Apesar disso, a agroecologia camponesa resiste e se mantém formando redes de apoio e solidariedade, organizando-se através de uma economia popular (QUIJANO, 2007) que, permite o controle do processo total – desde a produção até a distribuição e o escoamento dos alimentos. Hegemonizada por cooperativas, movimentos sociais e associações dirigidas pelos próprios camponeses (as), a agroecologia camponesa por ser mais inclusiva democrática, representa uma diferença em relação às práticas do agronegócio, comandadas por transnacionais e pelo empresariado rural, as quais se revelam mais inclusivas.

Nesse sentido, neste artigo, combinamos a análise teórica com a observação da experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores, comentando especificamente algumas estratégias de comunicação, trabalho e consumo que foram desenvolvidas através da formação de uma Brigada de Comunicação Popular, que atuou entre março e julho de 2020 no estado do Rio de Janeiro. O objetivo da brigada foi consolidar as relações de comunicação entre o movimento e os consumidores atuar na organização de grupos de consumo, ampliar o vínculo com as famílias camponesas, bem como difundir as pautas dos movimentos camponeses no primeiro semestre do isolamento social.

Os resultados apontam para a compreensão de que as estratégias de reciprocidade instauradas pela dinâmica das economias populares, foi possível articular um conjunto diverso de profissionais da comunicação que atuaram facilitando o escoamento de alimentos. Um outro resultado observado é que, com isso, foi possível constituir um espaço de aprendizagem acerca do tema comunicação e agroecologia, colaborando ainda com a transição agroecológica, na medida em que possibilita a formação de profissionais em comunicação para a atuação no campo da agroecologia familiar e camponesa.

## SISTEMA DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR POPULAR DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (SAAP)

No Brasil, são cerca de 30 milhões de pessoas que residem em zonas rurais e que moram em cerca de 4 milhões de localidades em todo o país (BOZA; VINHA,

2020). Apesar disso, as políticas públicas de infraestrutura de estradas e transporte, o crédito para a produção agrícola e as compras públicas da agricultura camponesa e familiar recebem apenas 15% dos créditos, enquanto o agronegócio fica com a maior parte do fundo público destinado a essas políticas (85%) (BOZA; VINHA, 2020).

Nesse contexto, a demanda por uma comunicação permanente entre os movimentos sociais organizados e os públicos consumidores é um desafio para que o sistema da agroecologia camponesa ocorra, garantindo a soberania e autonomia dos processos de produção e trabalho. Isto porquê só é possível consumirmos algo que conhecemos.

O Movimento dos Pequenos Agricultores surge no ano de 1996, no bojo da abertura neoliberal dos anos 1990 e passa a atuar no estado do Rio de Janeiro em 2013. De uma forma geral, o objetivo do movimento é lutar pela soberania alimentar, garantindo não apenas a permanência na terra, mas também a organização política do campesinato, articulado por meio da produção e do escoamento dos alimentos agroecológicos (PLANO, 2019). Estes, produzidos pelos Sistemas Camponeses de Produção, com a consolidação da luta, passam a constituir um Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) que busca organizar a totalidade do processo produtivo, abarcando as etapas de produção, comunicação, transporte, distribuição e comercialização de alimentos.

O programa apresentado pelo MPA afirma que isto não ocorre apenas na perspectiva econômica, mas sobretudo, na perspectiva da organicidade do campesinato, no horizonte da construção de uma outra relação entre o homem/mulher e a natureza, e na perspectiva do Poder Popular (PLANO, 2019)

Nesse sentido, pode-se afirmar que se trata-se de um sistema, ao mesmo tempo, político e econômico que organiza de maneira associada e comunitária, a produção, a distribuição e o escoamento dos alimentos produzidos nos Sistemas Camponeses de Produção a ele vinculados. As formas de comercialização são diversas e envolvem feiras, participação em programas e políticas públicas, organização de grupos de consumo, consignação de alimentos para Unidades de Produção Camponesa, e arrecadação junto às entidades parceiras para doação na campanha de solidariedade de classe Mutirão contra a Fome<sup>5</sup>.

Atualmente, no estado do Rio de Janeiro, a experiência de abastecimento popular de alimentos ocorre escoando a produção camponesa e familiar de cerca de 21 unidades de produção que ficam do interior e litoral do Estado, e realiza a comercialização em outras 12 cidades (Quatis, Porto Real, Volta Redonda, Barra Mansa, Visconde de Mauá, Resende, Campos dos Goytacazes, Petrópolis,

<sup>5</sup> Campanha nacional idealizada pelo MPA, lançada em 09 de abril, que tem como objetivo a arrecadação e distribuição de alimentos da agroecologia camponesa da base do movimento para apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Mangaratiba e na região metropolitana do RJ (Rio de Janeiro, Niterói e Paquetá). Além disso, incorpora unidades de produção de outros seis estados: Goiás, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Sergipe e Espírito Santo. Em relação a biodiversidade, atualmente está cadastrado na base de dados do SAAP/RJ, uma diversidade de 859 itens ofertados aos cestantes (como são chamados os consumidores).

**Tabela 1** - Territórios de localização das famílias camponesas que participam do SAAP no RJ.

<b>Sistema Camponês de Produção</b>	<b>Território</b>
Associação de Produtores do Vale do Lúcius	Teresópolis, RJ
CoopaMesqui	Mesquita
Cogumelos Vale da Lua	Nova Friburgo, RJ
Coletivo Terra	Assentamento Terra Prometida – Tinguá, RJ
Dona Mirian e Seu Aldir	Assentamento Campo Alegre -
Márcia - Vargem Grande TERESOPO	Teresópolis, RJ
Naturalmente	Rio de Janeiro, RJ
Sítio Sabor da Montanha	Teresópolis, RJ
Sustenta Chips Banana e Aipim	Duque de Caxias, RJ
Unidade de Produção Camponesa Luciano	Nova Iguaçu, RJ
Unidade de Produção Camponesa Matheus	Assentamento Fazenda Pau Grande, Magé
Unidade de Produção Camponesa Seu Severino	Magé, RJ
Unidade de Produção Camponesa Sítio do Hudson	Paty de Alferes, RJ
Unidade de Produção Camponesa Sítio dos Sonhos	Areial, Três Rios
Unidade de Produção Camponesa Agroecovida	Bonfim, Petrópolis
Unidade de Produção Camponesa Josué	Barra do Piraí, RJ
Quilombo de Santa Justina e Santa Izabel	Managaratiba, RJ
Unidade de Produção Camponesa Vicente E Cia	Quilombo de Santana, Quatis/RJ
Unidade de Produção Camponesa Thiago	Silva Jardim, RJ
Unidade de Produção Camponesa Sítio Birico	São João da Barra
Unidade de Produção Camponesa Sítio Muxuango	Pitangueiras, Campos dos Goytacazes

Fonte: elaboração própria.

Um trabalho vinculante entre produção e consumo é realizado pelo SAAP. Ao mesmo tempo em que se busca estruturar processos produtivos nos territórios rurais, também se organizam ações para fortalecer e criar grupos de consumo e formas de comunicação cada vez mais ampliadas com as populações das cidades. A prática histórica de organização dos processos produtivos demonstrou a identidade existente entre produção e consumo, identidade que deve ser levada em consideração ao organizar os processos produtivos da agroecologia (MARTINS, 2019). Fato que demonstra a importância da comunicação, que enquanto ferramenta, tem realizado o diálogo entre o campo e a cidade.

Esse vínculo entre territórios urbanos e rurais é uma das determinações que definem o significado da agroecologia camponesa. “A agroecologia camponesa não se completa, não se efetiva, se desligada de sistemas de abastecimentos que vinculem campo e cidade, sejam os vínculos criados e mediados pelo Estado e suas políticas de abastecimento (que podem ser em cooperação, em conflito ou híbridas) ou edificados pelo poder popular (PLANO, 2019, p. 70)

Essa ciência fornece um conjunto, que envolve tecnologia, produtividade e comunitarismos, culminando em uma estrutura metodológica de trabalho que, ao mesmo tempo, se opõe ao sistema do agronegócio, e investiga novas técnicas produtivas e de cooperação. A agroecologia expressa um acúmulo e uma articulação entre ciência e saberes tradicionais e, desde meados dos anos 1970, vem se consolidando como prática produtiva.

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (ALTIERI, 2004, p. 90).

A agroecologia pressupõe ainda uma relação equilibrada entre a lógica produtiva e a natureza e também entre os homens e mulheres entre si. Nesse sentido, entendemos que ela se aproxima de uma prática de economia que convencionou-se chamar de Economia Popular.

## **ECONOMIAS POPULARES, ABASTECIMENTO ALIMENTAR E APRENDIZAGENS**

Os empreendimentos de economia popular se originaram nas lutas organizadas

dos grupos sociais que enfrentam as problemáticas da carestia, organizando formas econômicas para garantir sua sobrevivência e reprodução social. Diante do vazio político deixado pelo estado, milhares de camponeses e camponesas, bem como outros trabalhadores e trabalhadoras da cidade se vinculam em processos econômicos próprios, de modo a garantir sua sobrevivência.

Dentre as estratégias de organização são observadas nessas economias ditas populares, Anibal Quijano (2007) destaca as práticas de associativismo e autogestão. Orlando Nuñez (2007) e Gonzalo Vázquez (2017) analisam, contudo, que essas formas econômicas não advém *a priori* da existência de valores solidários ou humanistas. Trata-se de um tipo de recurso útil e necessário, uma estratégia de sobrevivência frente à natureza do capitalismo. Diante do aumento cada vez maior da escassez, se impõe a necessidade de organização e vinculação para garantir as diversas etapas que envolvem a produção e a circulação das mercadorias que produzem. Os sujeitos que operam sua realização são marginalizados dos processos hegemônicos da economia, e, portanto,

São as necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo e, por conseguinte, o comportamento da realidade, o que leva os trabalhadores a compreender que, só na medida que saiam e se liberem das regras do jogo do capitalismo, e exercitem práticas sociais será possível reapropriar-se do controle de seu trabalho, recursos e produtos (QUIJANO, 2007, p.154).<sup>6</sup>

O autor explica que, com o contexto de crise do capital, amplos setores de trabalhadores exercitam práticas sociais marcadas pela apropriação do controle sobre o trabalho e em estratégias de reciprocidade para manejar - com menos desvantagem - as relações econômicas do sistema capitalista. Com isso, garantem o acesso às necessidades materiais necessárias para sua existência, em um processo produtivo que não se ancora na acumulação de excedentes, mas na reprodução social da vida dos envolvidos.

Nesse aspecto, as condições materiais e contingenciais da economia popular culminam em uma organização produtiva que resulta em recursos/processos para o benefício comum de seus participantes, e coexistem em contradição com as dinâmicas da economia hegemônica (VÁSQUEZ, 2017).

Deste modo, observa-se que os atores se organizam, ao mesmo tempo, esquivando-se das lógicas da economia capitalista e desenvolvendo formas cooperadas, arranjos institucionais próprios e diversos, e ações políticas aderentes à resolução

---

<sup>6</sup> Tradução nossa.

de seus problemas. Deste modo, gerando uma racionalidade associativa, de reciprocidade, e *reprodutiva*, em que a solidariedade e a noção de cooperação (em oposição ao individualismo) são estruturantes desse modo de fazer (VÁZQUES, 2017; QUIJANO, 2007).

Trata-se de um conhecimento acumulado, expresso em um acervo de reflexões e experiências institucionais, que se desenvolveram tanto em experiências de caráter socialista quanto como alternativa às dinâmicas de exclusão do capitalismo no campo. Também permite a vivência cotidiana de outras racionalidades produtivas, que privilegiam a reprodução social e o ser humano, em detrimento da apropriação privada dos lucros. Essas estratégias passam a organizar a forma social da vida e da cultura desses grupos, mediando novas aprendizagens, formas de conhecimento e novos vínculos.

Um importante fato a ser destacado é sua potencialidade para constituir uma racionalidade alternativa (FURTADO, 2008) que irradia das práticas concretas, construindo formas de conhecimento, aprendizagens, ações e reflexões que estimulem novas relações entre o homem e a natureza. Nesse sentido, a experiência proporciona o desenvolvimento de uma aprendizagem técnica e possibilita um tipo de formação profissional adequadas às lógicas organizativas dos grupos populares e dos movimentos sociais.

MARTINS (2019), em seu livro acerca dos processos produtivos agroecológicos desenvolvidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra destaca que as experiências populares promovem inovações, e ao conceber a dimensão participativa e o controle dos processos produtivos, também geram uma nova ética política, construindo escolhas alternativas ao sentido empreendedor tão difundido pela economia hegemônica. Gestão, produção de conhecimentos e valores de cooperação são instituídos para que as relações de produção ocorram. O autor destaca que, graças a adesão de um conjunto de famílias camponesas, e frente à crise do modelo do agronegócio, a produção se constitui, ao mesmo tempo, em um processo coletivo de resistência ativa, trabalho, conhecimento e novas aprendizagens.

No caso da articulação aqui relatada, por um lado, há um trabalho de organização da produção, e por outro, há um trabalho de organização da comunicação, da distribuição e do consumo realizados de maneira associada e cooperada. De modo que no caso analisado, é possível observar uma articulação da totalidade do processo de produção, distribuição, escoamento e comercialização dos alimentos agroecológicos tornado possível por estratégias de cooperação e reciprocidade.

## **COMUNICAÇÃO E TRABALHO: A BRIGADA DE COMUNICAÇÃO POPULAR DO MPA NA ÉPOCA DA COVID-19**

Na época do isolamento social, o trabalho do SAAP concentrou-se no espaço Raízes do Brasil, localizado no bairro de Santa Tereza, capital do Rio de Janeiro. O espaço, que abraçava outros serviços como restaurante e hospedagem, converteu-se em Centro de Abastecimento Alimentar Popular, passando a atuar exclusivamente na estruturação da logística, organização e distribuição dos alimentos. Atualmente, sua estrutura de trabalho divide-se nas seguintes brigadas: brigada de abastecimento externo (sistematização, finanças e comunicação), e de abastecimento interno (montagem de cestas, logística, estocagem e armazenamento).

Desde o início da pandemia da Covid-19, as formas de consumo, comercialização e escoamento tiveram que ser alteradas, pela restrição da circulação de pessoas e mercadorias e pela diminuição das feiras livres – fato que aumentou a demanda pelo escoamento dos alimentos produzidos pelas famílias camponesas. Para atender essa demanda, foi organizado um conjunto de estratégias de trabalho e brigadas de atuação.

Especificamente na região metropolitana, o escoamento se manteve por meio através da Feira Camponesa, que ocorre sábados e quartas-feiras e por meio da comercialização de Cestas Camponesas. Em outras cidades como Mangaratiba, Quatis, Petrópolis e Silva Jardim, o isolamento social produziu a demanda por entregas de cestas de comercialização e, com isso, foram montados grupos de consumo para o escoamento da produção.

Nessas cidades, a comercialização ocorre por grupos de consumo no *Whatsapp* que agrupam os cestantes, neologismo criado pelo movimento para conceituar os consumidores que participam e compra no SAAP, e as famílias camponesas. O procedimento é simples e conhecido. É divulgada a lista de alimentos disponíveis, há uma pessoa responsável pela logística que organiza o recebimento dos pedidos e faz o repasse da demanda para as famílias camponesas.

Já na região metropolitana, encontra-se a experiência mais consolidada. Ela é organizada através dos Núcleos Territoriais de Consumo, que somam 21 localidades, agrupando cerca de 65 bairros nas zonas sul, centro, e zona norte no Rio de Janeiro, e nas cidades de Paquetá e Niterói. Já foram comercializadas aproximadamente 170 toneladas de alimentos agroecológicos, dentre os quais 78 toneladas são alimentos frescos, hortaliças, frutas, e outros itens *in natura* oriundos do campesinato fluminense. O sistema contabiliza 8.940 pedidos de cestas camponesas, contados a partir do dia 21 de março. A compra é realizada por um sistema informacional próprio, que foi compartilhado com o MPA pela Rede Ecológica, e funciona através do acesso pelo site [www.cestacamponesa.com.br](http://www.cestacamponesa.com.br).

Os grupos são organizados por meio de aplicativo de *Whatsapp*. Cada núcleo possui um coordenador ou coordenadora, que é um cestante responsável por

organizar a comunicação e a informação nos Núcleos Territoriais, informando horário de chegada das cestas, tirando dúvidas, fazendo o controle de qualidade dos alimentos recebidos, dentre outras demandas comunicacionais. O SAAP possui, na região metropolitana, 3.754 cestantes consumidores cadastrados. A média de cestas comercializadas mensalmente é de 1000 unidades. Durante a pandemia, foram incorporados cerca de 10 novos cestantes diariamente.

Além das estratégias de comercialização, também destacam-se a criação de grupos de consumo de famílias em situação de insegurança alimentar, através da campanha do Mutirão contra a Fome. Em territórios como Rocinha e Mangueira e outras 10 comunidades periféricas do Rio de Janeiro foram montados Comitês Populares dos Alimentos, em articulação outros movimentos sociais e lideranças comunitárias, núcleos que organizam a distribuição de alimentos nesses territórios. Além disso, a campanha já somou a doação de 11.326 cestas de alimentos agroecológicos, garantindo ainda o escoamento de cerca de 92 toneladas de comida.

Diante das exigências com o crescimento da demanda na época do isolamento social, o Coletivo de Comunicação constituiu a Brigada de Comunicação Popular para auxiliar nas demandas comunicacionais do SAAP.

A brigada articulou um conjunto de comunicadores que se dispuseram a participar da iniciativa de maneira voluntária, que funcionou entre março e julho de 2020, aglutinando cerca de 15 profissionais de áreas diversas (produtores de conteúdo, editores de áudio e vídeo, jornalistas, fotógrafos, dentre outros). Os brigadistas aderiram ao projeto voluntariamente, fato que permitiu ampliar as ações sem aumentar os custos totais. Apesar disso, pelo mesmo motivo, a tendência é que essas experiências sejam esporádicas e ocorram em curtos períodos de tempo, apresentando desafios de continuidade.

A organização do trabalho da brigada foi assim realizada: os/as brigadistas se vincularam a um grupo de *Whatsapp*, onde foram socializadas as demandas, bem como os conteúdos, informes, e materiais de áudio, vídeo e texto, que seriam utilizados como dados e matéria-prima para produção de conteúdo que originam as experiências comunicativas.

Tratou-se de uma proposta político-organizativa de frente de massas do MPA/RJ, que foi operacionalizada pelo Coletivo de Comunicação. Os resultados indicam que, além de auxiliar no escoamento dos alimentos, a brigada também se constituiu como espaço de formação profissional para atuação no campo da agroecologia, pois ajudou a desenvolver saberes e conhecimentos técnicos na área da comunicação.

O trabalho técnico-profissional foi dividido nos seguintes Grupos de Trabalho (GTs): GT de Produção de conteúdo [Site]; GT de Produção de conteúdo [Redes Sociais e grupos de whatsapp]; GT Artes Gráficas; GT Vídeo e edição de vídeos; GT

Territórios; GT Revisão de Conteúdo e Assessoria de Imprensa; GT Distribuição. Cada brigadista esteve vinculado a um GT e ficou responsável por desenvolver uma experiência comunicativa específica.

A montagem da equipe da brigada se deu através da divulgação da peça comunicativa abaixo (Figura 2), publicada nas redes sociais do movimento e também enviada aos contatos pessoais das pessoas que participam do movimento.

**Figura 2** - Panfleto Digital - Chamada realizada para composição de brigadistas para atuação na Brigada de Comunicação do MPA.



**Fonte:** MPA.

Também foi realizada uma parceria com o projeto de extensão Comunicação e Conscientização realizado pelo Departamento de Letras e Comunicação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), através do curso de jornalismo, e que possibilitou incorporar duas alunas extensionistas ao grupo da brigada.

Em razão da época da pandemia da Covid19, as experiências comunicativas se dividiram em três campanhas, que foram deliberadas pela Coordenação Nacional do MPA como linhas políticas a serem desenvolvidas pelos estados. Para responder a cada campanha geral, foram criadas experiências comunicativas particulares, abaixo identificadas.

As experiências comunicativas são ações incluídas nas rotinas de produção de conteúdo. O objetivo é produzir para divulgar para um público externo, e também configurar o próprio processo de produção seja um processo instrutivo para os e as comunicadoras que atuam. Essa perspectiva, vincula-se a ideia de comunicação como mediação social e da comunicação popular como aquela que transforma

as perspectivas de pensamento e ação (FREIRE, 1983; PERUZZO, 1998). Nesse sentido, a comunicação objetivou combinar as estratégias de divulgação para a comercialização, com a demanda por mobilização social através da divulgação das pautas da agroecologia camponesa.

Abaixo seguem descritas as campanhas realizadas:

**Campanha 1** - “*Fique em Casa, Seguiremos Produzindo seu Alimento!*”. Esta campanha foi impulsionada pela Via Campesina. O objetivo consistiu em demonstrar o papel da produção familiar camponesa e agroecológica no momento da crise, garantindo comida saudável na mesa da população brasileira. Para realizá-la, devolvemos as seguintes experiências comunicativas:

a) **Deu na Roça Tem Na Cesta.** Consistiu na divulgação do alimento da estação que precisava ser escoado pelas compras do Sistema de Abastecimento Popular de alimentos, através das Cestas Camponesas. Incluía ainda informações sobre história e cultura do Alimento. A divisão do trabalho entre os brigadistas ficou assim dividada: um designer no GT de Produção Gráfica e um produtor de conteúdo do GT Produção de Conteúdo. O público prioritário eram os consumidores que estão nos grupos de whatsapp dos Núcleos Territoriais das Cestas Camponesas (Figura 3);

**Figura 3** - Panfleto digital “Deu na Roça, Tem na Cesta” divulgando a produção do limão galego, produzido pelo Seu Ismael (Coletivo Terra/ Assentamento da Reforma Agrária Terra Prometida – Duque de Caxias (RJ).



Fonte: MPA.

b) Comer é um Ato Político. Cozinhar é um Ato Revolucionário. Divulgação do preparo de uma receita com itens que constam na lista de compras do Sistema de

Abastecimento Popular de alimentos. Para organizar essa experiência, o trabalho foi assim dividido: 1 *designer no GT de Produção Gráfica* e 1 produtor de conteúdo do GT Produção de Conteúdo. O público prioritário eram os e as cestantes-consumidoras que estão nos grupos de whatsapp dos Núcleos Territoriais das Cestas Camponesas e e seguidores das Redes Sociais.

c) O que é Agroecologia camponesa? Produção de conteúdo para postagens semanais, com enfoque na afirmação da agroecologia como sistema de abastecimento alimentar viável, curadoria de notícias com conteúdo político e informativo, e outros temas como cultura e território, denúncia de ações do agronegócio. Temas que tiveram como objetivo difundir a perspectiva holística da agroecologia, bem como visibilizar o campesinato, sujeito político implicado no processo de produção. Para organizar essa experiência, o trabalho foi assim dividido: um *designer no GT de Produção Gráfica* e um produtor de conteúdo do GT Produção de Conteúdo. O público prioritário eram os seguidores das redes sociais (Figura 4).

**Figura 4** - Panfleto digital publicado nas redes sociais, difundindo a perspectiva integrada da agroecologia camponesa, que envolve produção alimentar diversificada, como a pesca.



**Fonte:** MPA.

**Campanha 2:** Mutirão contra a Fome. O objetivo foi divulgar a solidariedade camponesa e entre os movimentos sociais, no período da crise, enfatizando a campanha de arrecadação financeira Mutirão contra a Fome, desenvolvida pelo movimento. Foram divulgadas a distribuição de cestas camponesas para comunidades em vulnerabilidade social, informes com número da conta para depósitos, estímulo as relações de solidariedade de classe e divulgação da proposta

organizativa dos Comitês Populares do Alimento, metodologia de trabalho da campanha.

### EXPERIÊNCIA COMUNICATIVA:

a) *Postagens Solidariedade de Classe*. Divulgação com fotos e dados sobre os alimentos doados pela campanha, apresentação de imagens de plantio e colheita, menção das instituições que doaram. O trabalho foi desenvolvido por um designer do GT Artes Gráficas e por uma jornalista do GT de Produção de Conteúdo. O público prioritário eram os seguidores de redes sociais; contatos das organizações que doaram; potenciais doadores; organizações políticas e outras possíveis alianças institucionais (Figura 5).

**Figura 5-** Panfleto digital de balanço do Mutirão Contra a Fome no período de Abril a Junho de 2020.



Fonte: MPA.

b) **Organização dos Comitês Populares do Alimento** através de comunicação interpessoal em encontros presenciais para a doação dos alimentos e em grupos de *Whatsapp* formado por famílias que recebem os itens. Nos grupos, são trocadas mensagens sobre organização das entregas, troca de receitas e troca de informação sobre o uso de alimentos frescos e não tão comuns na dieta alimentar dos grupos que recebem. Os Comitês têm os objetivos de consolidar o vínculo entre o MPA e as famílias urbanas, consolidando o elo do campo e da cidade através do alimento.

Esse foi um conjunto de experiências comunicativas que buscaram destacar a importância da organização do trabalho da comunicação nos processos produtivos da agroecologia camponesa. Assim construindo estratégias para que o alimento

chegue até a mesa das famílias urbanas. Essas estratégias envolveram o escoamento para a comercialização e o escoamento para a doação.

Entende-se que a ação antagoniza com a lógica do agronegócio, tanto no campo quanto na cidade, pois constitui formas de produção e alimentação distintas das determinadas pelo sistema agroalimentar hegemônico.

## CONCLUSÕES

Por meio do fortalecimento de vínculos entre as Unidades de Produção Camponesa e os consumidores da cidade, e relações de comunicação e organização do trabalho, ancorados em premissas da economia popular, - como reciprocidade, ajuda mútua e cooperação, - tem sido possível escoar alimentos das famílias camponesas, e organizar comercialização e ações de solidariedade para enfrentar os desafios da Covid-19.

Assim sendo, este trabalho buscou sintetizar as formas organizativas desenvolvidas nas relações de reciprocidades e solidariedade, próprias das economias populares organizadas pelas classes trabalhadoras, no interior do Movimento dos Pequenos Agricultores. Pelo exposto, pode-se observar que, graças às estratégias de reciprocidade, foi possível estruturar um trabalho que possibilitou o aumento da capacidade de comunicação, abastecimento e escoamento de alimentos agroecológicos.

Além disso, tratou-se de sistematizar as estratégias de comunicação em experiências agroecológicas. Ainda que organizada em pequena escala, permite não apenas concretizar a produção e distribuição alimentar das Unidades de Produção Camponesas vinculadas ao MPA, como também permite desenvolver aprendizagens e conhecimentos próprios de comunicação orientados para uma economia popular do sistema agroalimentar.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 120 p. 2004.

ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3º ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BOZA, Eider. VINHA, Janaina. **Mercado popular de alimentos: território da agricultura camponesa e da luta pela soberania alimentar no município de São Gabriel da Palha (ES)**. Boletim Goiano de Geografia, v. 40, 2020

CHISTOFFOLI, Pedro; AZERÊDO, Raoni. A relação cooperação – autogestão. Aspectos históricos de uma difícil e necessária construção dialética. In: MAZIN, Angelo; NOVAES, Henrique; PIRES, João; LOPES, Joice. (org). **QUESTÃO AGRÁRIA, COOPERAÇÃO E AGROECOLOGIA**. Ed. Outras Expressões, São Paulo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Ed. definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MARTINS, Adalberto. **A produção ecológica do arroz e a Reforma Agrária Popular**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2019

NÚÑEZ, Orlando. **La economía popular, asociativa y autogestionaria**. In: **CORAGGIO, L. (org)**. LA ECONOMÍA SOCIAL DESDE LA PERIFERIA. CONTRIBUCIONES LATINOAMERICANAS, Ed. Altamira, Buenos Aires, 2007

PERUZZO, Cecília. **Comunicação nos Movimentos Populares**. São Paulo, Ed. Vozes, 1998

QUIJANO, Aníbal. **¿Sistemas alternativos de producción?** In: **CORAGGIO, L. (org)**. LA ECONOMÍA SOCIAL DESDE LA PERIFERIA. CONTRIBUCIONES LATINOAMERICANAS, Ed. Altamira, Buenos Aires, 2007

PLANO **Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular. MOVIMENTO dos Pequenos Agricultores (MPA)**. São Paulo, Outras Expressões, 2019.

VÁSQUEZ, Gonzalo. **Antecedentes de la Noción de Economía Popular: La Perspectiva Coraggiana**. DOSSIER. CdS, Nº 6, DICIEMBRE/2017



## Expressões da transição agroecológica: uma análise da percepção de agricultores e agricultoras do acampamento quilombo Campo Grande, no Sul de Minas Gerais

Lucas da Silva Tamura<sup>1</sup>

Adriano Pereira Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** Os processos de fomento à modernização da agricultura promovidos pela chamada “Revolução Verde” e suas inovações tecnológicas impactaram profundamente os arranjos sociais, políticos e ecológicos das comunidades rurais desenvolvidas às margens das economias de mercado. Os conflitos socioambientais nas áreas da falida usina Ariadnópolis em Campo do Meio-MG são exemplos concretos desses impactos, pois colocam em evidência as complexidades das lutas sociais por reforma agrária e outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir as percepções de agricultores e agricultoras do MST em processos graduais e continuados de transição agroecológica presentes no acampamento Quilombo Campo Grande no município de Campo do Meio-MG. De maneira geral, conclui-se que a transição agroecológica é percebida não só como uma possibilidade maior de associação e organização das comunidades rurais em defesa da reforma agrária, mas também enquanto construção coletiva do conhecimento agroecológico em direção a outro modo de desenvolvimento rural sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** MST; Cultura e ambiente; Comunidade rurais; Agroecologia; Reforma agrária.

**EXPRESSIONS OF AGROECOLOGICAL TRANSITION: AN ANALYSIS OF FARMERS PERCEPTION AT QUILOMBO CAMPO GRANDE CAMP, IN THE SOUTH OF MINAS GERAIS**

**ABSTRACT:** The processes of fomenting to modernization of agriculture promoted by the so-called “Green Revolution” and its technological innovations deeply impacted the social, political, and ecological arrangements of rural communities developed at the margins of market economies. The socio-environmental conflicts in the areas of the bankrupt Ariadnópolis plant in Campo do Meio-MG are concrete examples of these impacts, as they highlight the complexities of the social struggles for agrarian reform and other public policies aimed at sustainable rural development in Brazil. This article aims to present and discuss the perceptions of MST farmers in gradual and continuous processes of agroecological transition present in the Quilombo Campo Grande encampment in the municipality of Campo do Meio-MG. In general, it is concluded that the agroecological transition is perceived not only as a greater possibility of association and organization of rural communities in defense of agrarian reform, but also as a collective construction of agroecological knowledge towards another mode of sustainable rural development.

**Keywords:** MST; Culture and environment; Rural community; Agroecology; Agrarian reform.

<sup>1</sup>Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: [luctamura@gmail.com](mailto:luctamura@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: [adriano.santos@unifal-mg.ed.br](mailto:adriano.santos@unifal-mg.ed.br)

## INTRODUÇÃO

O presente artigo<sup>3</sup> tem como objetivo analisar as percepções de agricultores e agricultoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em processos graduais e continuados da transição agroecológica nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, principalmente em agroecossistemas que compõe e contribuem com a construção do conhecimento agroecológico nos lotes delimitados pelo pré-projeto do assentamento Quilombo Campo Grande no município de Campo do Meio em Minas Gerais. Para tanto, a metodologia desenvolvida foi a pesquisa participante em trabalho de campo, como elucidada por Brandão (2007), utilizando os registros da observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 2002, p. 58) como instrumentos da coleta de dados. Considerando a complexidade dos processos de transição agroecológica, para a delimitação do universo de estudo e do objeto de pesquisa como destacado por Duarte (2002) foram também adotados o modelo explicativo piramidal dos indicadores de sustentabilidade dos agroecossistemas sugeridos por Caporal e Costabeber (2004), bem como os níveis complementares e explicativos das fases de transição caracterizados por Stephen Gliessman e Martha Rosemeyer (2010) e brevemente apresentados por Reiniger, Wizniewsky e Kaufmann (2017).

A partir da revisão bibliográfica de estudos, pesquisas, reportagens e de mídias audiovisuais produzidas sobre os processos de modernização da agricultura, da Revolução Verde de 1960 e das lutas sociais e questão agrária na América Latina, a construção do objeto da pesquisa foi desenvolvida destacando tanto os impactos socioambientais da modernização da agricultura, quanto as políticas de fomento da expansão das tecnologias agrícolas como uma racionalidade característica de adesão ao discurso neoliberal. Todavia, a compreensão dos fundamentos da agroecologia e dos desafios colocados pelo desenvolvimento rural sustentável permitiu estabelecer a emergência de outros campos do conhecimento que se consolidaram cientificamente como reação aos impactos gerados pela modernização da agricultura, configurando de um modo geral, novas relações características no mundo contemporâneo do homem e da natureza. Como afirmam Caporal e Costabeber: “O intenso processo modernizador da agricultura brasileira acarretou impactos ambientais e transformações sociais em magnitudes tão amplas que, por si só, justificam a revisão de todo o modelo de desenvolvimento imposto ao setor agrícola” (2004, p. 7).

No Brasil, a escravidão, os ciclos econômicos característicos do período colonial e a economia majoritariamente agroexportadora, definiram a concentração fundiária

<sup>3</sup> Este trabalho é parte da pesquisa realizada no ano de 2019, concluída e apresentada como monografia de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no ano de 2020 como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas.

e de renda em extensos latifúndios baseados em monocultura durante as primeiras fases da república. Nesse sentido, sob a lógica da subordinação econômica, o desenvolvimento do capitalismo tardio nos trópicos passava a ser determinado por mecanismos de perpetuação da dependência, articulados à complementariedade entre o moderno e o atrasado por uma modernização conservadora da transição democrática desde o final da ditadura militar e que é caracterizada pela subordinação concorrencial entre países periféricos e centrais (MARINI, 2005). É nesse contexto de modernização conservadora que, a partir de 1984, emerge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como uma resposta insurrecional do campo às debilidades das políticas sociais em reestruturar as condições básicas de participação política das massas de populações rurais em escala nacional.

No município de Campo do Meio, em Minas Gerais, a atuação do MST é resultante de um longo processo de lutas sindicais iniciado em 1980 contra o trabalho escravo nas lavouras de café na região (LUCAS; VALE, 2014). O movimento se consolida no sul de Minas Gerais a partir da ocupação da antiga Usina Ariadnópolis em 1995 com uma greve dos trabalhadores rurais que durou cerca de 90 dias (COCA; BEZERRA; CAPUCHINHO, 2019). A usina já acumulava dívidas desde meados dos anos 1980 em função das políticas de desregulamentação do Proálcool. Em 1993, quando abre falência, a usina acumulava na época mais de 317 milhões de reais em dívidas fiscais e mais de 5 milhões de reais em dívidas trabalhistas pelo não pagamento de salários (SOUZA; LOURENÇO, 2010). De acordo com o Laudo de Avaliação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2013), a antiga Fazenda Ariadnópolis é registrada como propriedade da Massa Falida da Cia. Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA) e comporta em área registrada 3.636,1493 hectares e em área avaliada 3.730,4953 hectares.

O resultado das lutas dos trabalhadores naquele período por meio das greves culminou na indenização legal do proprietário da fazenda ocupada pela União. A indenização, prevista no PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), por meio dos Títulos de Dívida Agrícola (TDA's), ocorre de forma consensual a partir da regulação da propriedade entre credor (Tesouro Nacional) e devedor (BERGAMASSO; NORDER, 1996, p. 81-82).

Portanto, em maio de 1997 a ocupação da antiga Fazenda Jatobá, iniciada no final do ano anterior, tornava-se oficialmente, mediante a imissão de posse do governo federal, o primeiro assentamento da reforma agrária no Sul de Minas Gerais. Desde 2000, a territorialização do movimento no município totalizou novas ocupações na área, incluindo a formação do conjunto de onze acampamentos que compõem atualmente o pré-projeto do assentamento Quilombo Campo Grande, que são: Tiradentes, Coloninha, Fome Zero, Girassol, Potreiro, Sidney Dias, Rosa Luxem-

burgo, Irmã Doroty, Betinho, Chico Mendes e Vitória da Conquista. Ao todo, são 462 famílias acampadas com população aproximada de 2029 pessoas, como estimam Coca, Bezerra e Capuchinho (2019). Em sua maioria, a população é oriunda de diversas regiões do país, principalmente dos municípios próximo a Campo do Meio, dos estados de Minas Gerais e São Paulo, mas também dos estados do Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Pará e Maranhão (COCA, BEZERRA; CAPUCHINHO, 2019).

As dificuldades sofridas e vivenciadas pelas famílias evidenciam os impactos que o modelo hegemônico do agronegócio pode provocar sobre a atividade e os modos de vida dos agricultores familiares e camponeses invisibilizados pelo desenvolvimentismo. Reconstituir e elucidar as nuances que gradualmente substituíram as técnicas convencionais da agricultura moderna por práticas agroecológicas das comunidades rurais, seus desdobramentos no âmbito da vida doméstica e nas atividades cotidianas, possibilita aos agricultores e agricultoras perspectivas conjuntas ao movimento social sobre a emancipação no campo, as lutas sociais e passam a compor a elaboração de um modelo explicativo que elucida os processos nos quais, as culturas rurais, conhecimento científico e o discernimento da justiça social, consolidam as bases para a transição agroecológica. Diante deste cenário, considerou-se as seguintes questões como orientadoras: Quais percepções e sentidos compõem a construção do conhecimento agroecológico por agricultores e agricultoras da reforma agrária? Como a transição agroecológica em processos continuados fornecem outras perspectivas da recomposição dos modos de vida em comunidades rurais assentadas pelo MST?

A partir destas questões, foram definidos três objetivos específicos que indicam as principais fases da pesquisa, bem como o fruto de seus resultados: a) analisar os processos de transição agroecológica; b) diagnosticar as razões da adesão à agroecologia e a emergência das outras relações com a terra e a natureza; c) descrever e vivenciar as rotinas de trabalho dos agricultores e agricultoras, identificando os desafios e dificuldades da transição agroecológica no cotidiano das comunidades. Como planejamento da investigação, foram adotadas três abordagens gerais da pesquisa qualitativa, conforme Duarte (2002, p. 142): 1) bibliográfica; 2) genealógica e 3) a etnográfica. De maneira geral, as percepções e os sentidos da transição agroecológica identificados durante a pesquisa se concentram na melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais. Elas indicam também a necessidade da construção coletiva do conhecimento agroecológico para a construção coletiva do conhecimento agroecológico para a construção de outro modo de desenvolvimento rural sustentável.

## OS HORIZONTES E OS RISCOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Dentre as muitas complexidades da agricultura, a que talvez mais ganhe destaque é que em uma acepção geral, ela corresponde a principal atividade produtiva realizada pelas sociedades humanas. Sendo imprescindível à existência humana, animal e microbiológica, a produção de alimentos e de matéria prima é fundamental à sustentação e ao desenvolvimento de modos de vida dependentes do consumo energético. Por um lado, a geração e a exploração de riquezas associadas ao cultivo do solo são comumente percebidas por algumas noções gerais que genericamente caracterizam a atividade, porém, definindo impropriamente os seus limites e suas finalidades. De outro, sobre a atividade agrícola se resguarda toda a temporalidade de conhecimento objetivo que as presentes gerações possuem como privilégio; dispomos de recursos provenientes das mais distintas regiões do planeta e com isto adquirimos uma vantagem inédita sobre as práticas nômades, tais benefícios ora se traduzem como responsabilidade, ora se apresentam como escopo de nossa civilização.

Desta constatação decorrem duas asserções que orientarão a teorização e sistematização dos dados coletados em revisão bibliográfica, a primeira é que as populações, de um modo geral, apesar de dependerem fundamentalmente dos produtos gerados pela agricultura, desconhecem a complexidade de exigências determinantes, não só de sua consumação, como da própria manutenção da vida em sociedade. E segundo, dado os impactos sociais, políticos e ecológicos gerados pela agricultura, o conhecimento constituinte das práticas e das técnicas da atividade agrícola são regulados em última instância por relações desiguais entre o homem e a natureza. De maneira geral, a abordagem bibliográfica buscou elucidar as transformações do mundo contemporâneo e a emergência de outras ciências e saberes que instrumentalizam as lutas sociais pela construção de outro modelo de sociedade.

Resultante da experiência das ditas “sociedades de mercado” os objetivos da agricultura moderna se instauram em um campo de soluções que assumem como compromisso a responsabilidade pelo desenvolvimento dos atrasados setores agrícolas, ao menos em sua lógica tecnocrata, a especialização massiva e a aquisição dos pacotes tecnológicos como proposição, seriam suficientes a superação dos problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pelas populações e organizações em todo o globo. Este pressuposto torna-se, portanto, a base da formação de enunciados que distorcem os impactos de ameaça à vida no planeta, como a escassez de alimentos, a distribuição de recursos e a integração especializada de ciência e de tecnologia.

De acordo com os historiadores Mazoyer e Roudart (2010), o processo de modernização da agricultura é iniciado na Europa, sendo compreendido por duas grandes revoluções agrícolas: uma primeira caracterizada pela mecanização massiva dos sistemas agrícolas e de transporte (setores ferroviários e navais) que está

associada a Primeira Revolução Industrial e a segunda revolução agrícola associada à Segunda Revolução Industrial que perdura até o fim da Segunda Guerra Mundial, correspondendo ao progresso científico e tecnológico da exploração de fontes energéticas e os meios de armazenamento, estabelecendo três grandes processos de expansão: a motorização, a maquinização e a quimificação da atividade agrícola. Segundo os autores, as duas Grandes Guerras Mundiais marcam a transposição da motomecanização da agricultura ao continente americano e a outros continentes, principalmente nas antigas colônias europeias.

A massificação dos adubos químicos e a sintetização de nutrientes passavam a se unir à seleção e a redução das variedades de espécies cultivadas que suportassem o acúmulo excessivo de nutrientes isolados, acompanhando as exigências de consumo das indústrias agroquímicas e motomecânicas, que visualizaram não só a rentabilidade da comercialização de seus produtos, mas também a cadeia de produção agrícola que modificava as propriedades gustativas dos alimentos. Para os autores, o modelo de desenvolvimento urbano e industrial da modernização da agricultura, ao submeter toda a atividade agrícola ao ritmo acelerado do aumento da produtividade, estabeleceu uma crise generalizada e de profundas implicações sociais, políticas, econômicas e ecológicas (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Nestas circunstâncias, as ciências sociais, em seu conjunto, passam a compor a elucidação da complexidade das implicações socioambientais nos territórios e no modo de vida de comunidades rurais afetadas pelo sempre recente, mas já tão longo processo de modernização da agricultura. O cenário das agriculturas mundiais é evidenciado por efeitos concretos de transformações de realidades sociais, esgotamentos dos recursos naturais e modificações irreversíveis no clima e na biota terrestre, constituindo exponencialmente a configuração de atores sociais, de sujeitos que protagonizam intervenções e movimentos sobre culturas e territórios na fase atual de desenvolvimento do capitalismo. De acordo com Durkheim (2012), um dos fundadores da sociologia, a caracterização *sui generis* de um fato social é explicada propriamente por seu conjunto de regras e normas:

[...] a sociedade não é uma simples soma de indivíduos, mas o sistema formado por sua associação representa uma realidade específica que tem suas características próprias. Sem dúvida, nada de coletivo pode se produzir sem consciências particulares; mas esta condição necessária não é suficiente. É preciso ainda que estas consciências sejam associadas, combinadas, e combinadas de determinada maneira; é dessa combinação que resulta a vida social e, por isso, é essa combinação que a explica (DURKHEIM, 2012, p. 114)

Considerando esta fase característica do desenvolvimento das sociedades contemporâneas a referente pesquisa estabeleceu uma problemática metodológica inicial da análise do processo de modernização da agricultura, delimitando a segunda abordagem da pesquisa qualitativa como indicado por Duarte (2002, p.142). Por conseguinte, a abordagem genealógica estabeleceu a análise dos enunciados da Revolução Verde e os impactos da modernização da agricultura, dispondo em segundo plano a reconstituição histórica deste processo em um dado período, como a abordagem de um fato histórico ou de um processo histórico contínuo, mas antes, apreendendo-o em sua prática discursiva como uma série histórica formada por descontinuidades sobre as culturas rurais, como elucida Foucault em “*A ordem do discurso*” (2014).

Colocadas em evidência, as articulações do discurso “modernizador” podem ser consideradas como produto de uma lógica estratégica vigente ao neoliberalismo, como também define Foucault (2008): “A lógica da estratégia tem por função estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos díspares e que permanecem díspares.” (2008, p. 58). Para tanto, o autor se debruça sobre as formações discursivas e a dimensão própria dos acontecimentos que culminaram nas transformações do liberalismo clássico a partir de um diagnóstico do presente e de como foi possível a emergência dominante da racionalidade neoliberal. De maneira geral, uma das matrizes analíticas e críticas abordadas por Foucault se referem às liberdades econômicas inauguradas pelo *laissez-faire* que distingue amplamente o novo liberalismo.

Segundo as teorias clássicas do século XVIII era necessário constituir um espaço para o mercado em uma sociedade política já constituída, relações mercantis que se constituíam no bojo do estatuto de liberdades civis frente a razão de Estado de sociedades monárquicas. Neste sentido, “o mercado surge como um espaço de jurisdição, de justiça distributiva que se regulava pela compra e a venda” (FOUCAULT, 2008, p. 42). Destas relações, advém o discernimento e o questionamento da verdade ou o falseamento de políticas governamentais. Neste mercado do século XVIII é que se constitui segundo Foucault, o papel do mercado como regulador da conduta do Estado pelo mínimo de intervenção e na ampliação de vantagens para o enriquecimento.

A significativa transformação das teorias do liberalismo clássico é resultante de um longo processo em que nenhuma razão de Estado supera concorrencialmente a racionalidade do mercado em sua prática governamental. Segundo Foucault o problema presente do neoliberalismo é explorar vias (em escalas incalculáveis) para que o poder político seja exercido globalmente de acordo com os princípios da economia de mercado (2008, p. 181). A genealogia proposta pelo autor adota como conceito da reflexão a racionalidade das “*governamentalidades*” que sugerem a configuração de sujeitos políticos em processos de subjetivação que visam definir,

portanto não mais uma economia de mercado, mas uma sociedade de mercado. Sobre as negociações da modernização da agricultura na Europa, o autor destaca a objetividade deste processo:

A ideia não era: dado o estado de coisas, como encontrar o sistema econômico capaz de levar em conta os dados básicos próprios da agricultura europeia? Mas sim: dado que o processo de regulação econômico político é e não pode ser senão o mercado, como modificar essas bases materiais, culturais, técnicas, jurídicas que estão dadas na Europa? Como modificar esses dados, como modificar essa moldura para que a economia de mercado intervenha? (FOUCAULT, 2008, p. 193-194).

As proporções quase absolutas do mercado tecnológico na agricultura moderna foram não só flexibilizadas pelas decisões governamentais, mas foram principalmente, produzidas por uma configuração política própria de um sujeito governável e produtivo a essa modernização. A abordagem genealógica destes atores sociais evidenciou a derivação de um discurso econômico peculiar a fase atual de desenvolvimento do capitalismo, em que as políticas sociais devem estabelecer condições materiais, culturais, técnicas e jurídicas propícias à intervenção das economias de mercado. Elas devem definir uma moldura, como define Foucault (2008), de modo que a razão de ser governado seja constituinte ao próprio indivíduo, colocando em questão a noção das *governamentalidades*. De um modo geral, essas racionalidades neoliberais passam a definir um mecanismo de controle social da produção de interpretações econômicas de relações não econômicas, mas sociais e culturais orientadas por um princípio da concorrência que supera qualquer razão de Estado e que engendraram em práticas discursivas do progresso científico e tecnológico.

A denúncia de Rachel Carson (1907-1964) sobre a dimensão de contaminação proveniente da adoção destas tecnologias (principalmente o uso do diclorodifeniltricloroetano – DDT) publicada em 1962 no livro “Primavera silenciosa”, marcou um novo panorama civilizatório dos riscos e ameaças à vida no planeta. Segundo a bióloga e ecologista norte americana: “A dúvida é se a civilização pode mesmo travar esta guerra contra a vida sem se destruir e sem perder o direito de se chamar de civilizada” (CARSON, 2010). De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), o modelo de produção agrícola dirigido pela Revolução Verde, pode ser decomposto mediante a articulação de seu modo de reprodução: a exploração, a apropriação e a expropriação da natureza e da força de trabalho humana, que configura uma relação predatória entre sociedade e natureza.

A socialização dos custos externos ao modelo agrícola hegemônico do agronegócio apresenta uma “perspectiva sobre a dicotomia dos espaços de concentração e de dominação do capital que partiam das cidades ao campo ou dos centros às periferias, custos como os danos à saúde humana e a degradação ecológica” (CARNEIRO, 2015, p. 97). Tais custos transformaram a atividade agrícola em uma das ocupações mais perigosas no cenário mundial, oferecendo riscos imediatos e prolongados aos trabalhadores rurais, ao meio ambiente e populações urbanas, exigindo essencialmente o deslocamento do eixo de análise à marginalização epistêmica do desenvolvimento rural (CARNEIRO, 2015).

No Brasil, o progressivo aumento no número de casos de intoxicações agudas, a proliferação de doenças crônicas, problemas reprodutivos e óbito no campo se somam a fatores que agravam a situação. Ainda conforme os estudos da Abrasco (2015): “[...] o Brasil carece de dados sobre o número de intoxicações por não contar ainda com um sistema de registro eficiente, capaz de identificar especificamente os agrotóxicos envolvidos nos casos de intoxicações agudas e crônicas” (CARNEIRO, 2015, p. 125). A incerteza do significado dos vetores de contaminação aumenta a vulnerabilidade de agricultores e populações a ambientes contaminados pelo acúmulo residual externo e interno dos agrotóxicos que dificultam a comprovação dos riscos à saúde humana por evidência clínica, diagnósticos, tratamentos e principalmente a fiscalização da comercialização e o descarte destes produtos (CARNEIRO, 2015, p. 133). As análises da Abrasco apresentam ainda, um terceiro agravante da toxicidade do uso dos agrotóxicos correspondente também a centralidade da compreensão da saúde pública entendida pela: “relação entre saúde, desigualdades sociais e déficit democrático” (CARNEIRO, 2015, p. 212). Este terceiro agravante define-se pela configuração de um espaço de jurisdição deficiente, tanto na incapacidade jurídica de populações exercerem a liberdade da cidadania, como da disposição e a acessibilidade de recursos cabíveis e de instâncias competentes à proteção das comunidades rurais e tradicionais.

Segundo Altieri (2012), a agricultura moderna é o anúncio da tragédia ecológica. A especialização massiva das unidades produtivas voltadas à agropecuária e a simplificação dos ciclos ecológicos naturais, ao contrário do que se esperava, resultaram em perdas significativas de produção agrícola. De maneira geral, o aumento das populações e a monocultura de exploração do solo determinaram o aumento progressivo das aplicações de agrotóxicos como parte integrante do manejo de um ecossistema cultivado. De acordo com o engenheiro agrônomo e entomologista, as doenças ecológicas podem ser entendidas como: “a quantidade de energia investida para obter um rendimento desejado acaba superando a da energia produzida” (ALTIERI, 2012, p. 32). A perda de resistência natural de espécies

vegetais em monoculturas é resultado da seleção de variedades voltadas à alta produtividade, em consequência, o uso de insumos para a adubação (baseada na correção de macro nutrientes) e o controle de “pragas” acarretam no esgotamento nutricional dos solos e das condições para que insetos benéficos componham o ecossistema, repetindo a necessidade de aplicação. O aumento dos custos externos, ao contrário novamente do que se esperava, não é em relação à superfície expandida, mas ao distúrbio da mesma área cultivada, revelando uma camada mais recente da exploração e da expropriação econômica agrícola.

Assim, é possível indicarmos um significado latente da modernização da agricultura. Inicialmente, compreende este macroprocesso pela incorporação da atividade agrícola a modelos urbanos e industriais, transformações que possibilitaram modificações sobre o direito à propriedade. No Brasil, o estímulo legal concedeu inovações sobre a propriedade industrial que visava o encorajamento de atividades científicas, tecnológicas e comerciais desenvolvidas no país pela correção da debilidade e a ausência da proteção dos direitos intelectuais que se integravam ao “milagre econômico”. Como destaca Scholze (2002, p. 100), aprovada pelo Congresso Nacional em 1996 a Lei de Propriedade Industrial, as patentes nacionais dos setores tecnológicos (farmacêuticos, químicos e alimentícios) passavam a se adequar a remuneração econômica da inovação científica e tecnológica. Em nosso país, a propriedade da obtenção de novas espécies vegetais não é operacionalizada integralmente mediante a concessão de patentes, mas pela Lei de Proteção de Cultivares (1997) que caracterizam segundo critérios de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade, de sementes cultivares essencialmente derivadas. Esta lei apresenta a repartição e o pagamento de *royalties* pela propriedade intelectual da biotecnologia utilizada e o germoplasma (material genético que conserva características) comercializado.

De acordo com Altieri (2012) os países signatários da Convenção sobre a diversidade biológica (vigente desde 1993 tem como objetivo a adoção de medidas para a conservação e o uso sustentável dos recursos biológicos) iniciaram os processos de implementação de legislações e de comitês técnicos de biossegurança, como as apresentadas anteriormente. Porém segundo o autor, essas decisões são tomadas por representantes dos setores privados, governo e tecnólogos favoráveis à biotecnologia, sem a consulta e participação da sociedade civil que pauta o acesso à informação sobre os impactos da engenharia genética no meio ambiente e para a saúde humana. O aumento da produtividade como principal fator da defesa da agrobiotecnologia inviabiliza que essas legislações sejam pensadas e debatidas mediante um princípio da precaução<sup>4</sup>, o que fundamenta a regulamentação da

<sup>4</sup> Segundo Carneiro, “o princípio da precaução é um enunciado moral e político” segundo o qual “a ausência de certeza, levando-se em conta os conhecimentos científicos disponíveis, é encarada como razão suficiente para impedir o desenvolvimento e/ou

introdução destas tecnologias e resultando na facilitação e flexibilização do Estado frente a pressão dos interesses de mercado (ALTIERI, 2012, p. 50-51). Com efeito, a espoliação de direitos civis, como o acesso à informação, é compensada na lógica de mercado em maior lucratividade, sendo latente à perda da liberdade de pensamento, de escolha ou de decisão.

Os riscos das tecnologias agrícolas, principalmente os agrotóxicos e os transgênicos, além de caracterizarem a agricultura moderna como a atividade mais perigosa no âmbito internacional, expuseram as populações urbanas, rurais e indígenas à quase completa vulnerabilidade jurídica da garantia de seus direitos e de seus territórios, sobretudo pela vulnerabilidade de concepções dos direitos não só da propriedade, mas de direito à vida. Por isso, os conflitos socioambientais emergem da calamidade das relações entre naturezas e culturas características de nosso momento contemporâneo. A complexidade das lutas sociais por políticas públicas e por direitos sociais e civis, levadas à frente principalmente pelos movimentos sociais no Brasil, encontram uma alternativa resiliente nas culturas rurais da recomposição dos seus modos de vida. Assim, fundamentada no tripé da ciência, do movimento e da prática, a agroecologia emerge em defesa da reforma agrária como uma concepção ética do desenvolvimento rural sustentável, mas também em defesa da construção de outro modelo de sociedade.

Tais impactos definiram por sua vez, no Brasil, a partir dos anos 1970, um movimento ecológico, social e político contrário à adesão da agricultura ao modelo do agronegócio. Essas primeiras ações caracterizaram o movimento das agriculturas alternativas de bases ecológicas (ALTIERI, 2004). Atualmente, a agroecologia se fundamenta também como uma proposta de outra agricultura, porém com uma base metodológica própria à construção de um conhecimento científico alternativo ao modelo imposto às agriculturas tradicionais. De maneira geral, podemos considerar que a agroecologia busca estabelecer um planejamento agrícola com base principalmente em elementos que possibilitem o deslocamento de concepções exclusivamente antropocêntricas da atividade. Neste sentido, este campo de conhecimentos parte dos conjuntos clássicos das disciplinas agrárias e das ecológicas, alcançando um campo multi e interdisciplinar do conhecimento científico capaz de estabelecer práticas e conceitos próprios ao questionamento amplo da realidade social e ambiental. Como assinala Guzmán e Woodgate (2013):

Entender la naturaleza como participante activa en los procesos de cambio es fundamental para la perspectiva agroecológica. Ya sea que se vea

---

o emprego de tecnologias que podem gerar danos graves ou irreversíveis para a saúde e para o meio ambiente” (CARNEIRO, 2015, p. 30).

con desaliento o con optimismo, es evidente que la mitigación del impacto medioambiental negativo antropogénico y la adaptación a las nuevas condiciones medioambientales dependerá de más factores, además de la buena ciencia y la buena gobernación<sup>5</sup> (2013, p. 32).

Ao caracterizar a sustentabilidade da agricultura tradicional, Altieri (2004) destaca que os principais elementos constituintes da composição dos agroecossistemas tradicionais e autossuficientes é a autoconfiança criativa dos agricultores, o conhecimento empírico e a utilização dos recursos locais disponíveis (ALTIERI, 2004, p. 29). Comum a estes três elementos, as subjetividades dos mundos rurais emergem de longos processos de territorialização das culturas rurais no campo, as relações e os vínculos interativos com a biodiversidade, a geografia das paisagens, os biomas, a hidrografia, os hábitos alimentares, o clima, as variações linguísticas, entre outras, definem organizações associativas e modos de vida característicos de comunidades rurais. É sobre estas bases que a modernização da agricultura se fixou, deformando profundamente estas relações. De maneira geral, a diferenciação entre os agroecossistemas partem, portanto: dos agroecossistemas tradicionais que caracterizam a agricultura tradicional; dos agroecossistemas convencionais provenientes da agricultura moderna ou do agronegócio e os agroecossistemas sustentáveis estabelecidos pelas agriculturas de bases ecológicas.

Segundo Caporal e Costabeber (2004), a sustentabilidade passa a ser definida como “a capacidade de um agroecossistema manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo” (2004, p. 111) definindo novas bases estratégicas ao desenvolvimento rural sustentável. A principal, apresentada pelos autores, são os indicadores de sustentabilidade de um agroecossistema, que consistem, inicialmente, na sistematização por um modelo explicativo piramidal (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 112), de dimensões características da transição agroecológica e que são classificadas pelos autores segundo o grau de sua complexidade e de mútua influência. Cada dimensão comporta aspectos indicativos da sustentabilidade do agroecossistema. Portanto, o desafio é estabelecer novos indicadores capazes de evidenciar os avanços e os retrocessos da sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 112).

Já o conceito de transição agroecológica se refere aos processos graduais e continuados da adoção de práticas e de concepções que possibilitem aos agricultores o desempenho de sua atividade por critérios e usufrutos correspondentes aos níveis de sustentabilidade dos agroecossistemas, correspondendo a: “um processo

<sup>5</sup> “Compreender a natureza como uma participante ativa nos processos de mudança é central para a perspectiva agroecológica. Seja vista com desânimo ou otimismo, é evidente que a mitigação dos impactos ambientais antropogênicos negativos e a adaptação às novas condições ambientais dependerá de mais fatores do que apenas a boa ciência e a boa governação” (GÚZMAN; WOODGGATE, 2013, p. 32, *tradução nossa*)

social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrícola” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 129). Originalmente estabelecidos pelo ecólogo social Stuart B. Hill, os níveis explicativos próprios à orientação das fases da transição agroecológica foram também adotados e complementados pelo biólogo e agroecólogo Stephen Gliessman (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010, p. 6) e são considerados também uma ferramenta temporal para agricultores. Para o autor, a transição agroecológica consiste na adoção de uma perspectiva cultural: “Os sistemas agrícolas desenvolvem-se como resultado da co-evolução que ocorre entre cultura e ambiente, e uma agricultura verdadeiramente sustentável valoriza o componente humano, bem como o ecológico, e a interdependência que pode desenvolver-se entre ambos” (GLIESSMAN, 2000, p. 74, In: REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017, p. 74), expressando “uma notável resiliência e engenho nos processos de transição” (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010, p.12, *tradução nossa*).

A construção interdisciplinar do conhecimento agroecológico em processos graduais e continuados de transição “tem possibilitado nos últimos anos o protagonismo de agricultores e agricultoras em ações conjuntas com as agendas internacionais pela promoção do desenvolvimento rural sustentável” (CARNEIRO, 2015, p. 93) e a regeneração dos agroecossistemas, ao exercício da cidadania e das lutas sociais pela conquista dos direitos humanos e civis. Este esforço tem sido mobilizado por variados agentes e por distintos movimentos sociais que passam a compor a elucidação dos processos em que culturas rurais, conhecimento científico e o discernimento da justiça social fornecem outras práticas, políticas e perspectivas da participação dos coletivos humanos, sobre seus territórios e de sua relação com a vida, a água e a terra.

### **A ABORDAGEM ETNOGRÁFICA NAS COMUNIDADES RURAIS**

A abordagem etnográfica consistiu na última abordagem, definindo propriamente um segundo momento da pesquisa qualitativa e que antecedeu os procedimentos da análise das entrevistas e dos resultados. O trabalho de campo nas comunidades rurais ocorreu no breve período de sete dias no mês de novembro de 2019 e se refere a uma abordagem etnográfica das culturas rurais, uma vez que a coerência da produção de uma etnografia propriamente dita exigiria um prazo maior da pesquisa em campo. O planejamento da proposta da pesquisa na área ocupada consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com cinco agricultores participantes, na visita à residência e nos lotes dos grupos familiares, bem como nas áreas coletivas da ocupação. Ao longo dos dias em campo foi realizado o acompanhamento da rotina de trabalho nos acampamentos e assentamento, e quando possível a prática conjunta

nos manejos dos agroecossistemas e de outras atividades apresentadas ao longo do dia. Em outros momentos, os agricultores e agricultoras foram acompanhados em seu ambiente doméstico visando a observação das distintas fases e dificuldades da transição. O limite dos cinco agricultores entrevistados foi pré-definido com o orientador, sendo o entrevistado tanto indicado pelos agricultores e lideranças do movimento como escolhido ao longo das aproximações estabelecidas com o movimento nos meses anteriores. O trabalho de campo, portanto, consistiu em estabelecer uma relação produtiva do conhecimento, entre a construção do conhecimento agroecológico mobilizado pelo pesquisador, acampados e assentados do movimento e a metodologia própria das ciências sociais.

De acordo com Carlos Rodrigues Brandão é no trabalho de campo que o pesquisador, ou melhor o etnógrafo, se questiona sobre quem são os sujeitos da pesquisa, e é esta questão que irá definir, segundo o autor, o trabalho de campo como “um encontro etnográfico, uma vivência em que a experiência de campo se dá, principalmente em sua dimensão de intensa subjetividade e que incide sobre a objetividade desejada dos dados” (BRANDÃO, 2007, p. 12). Essa dimensão subjetiva, afirma o autor, são partes da prática do trabalho de campo e são por excelência, constituintes ao método etnográfico:

A própria relação interpessoal e o próprio dado da subjetividade são partes de um método de trabalho, por isso que a gente vai falar em observação participante; que vai falar, numa outra dimensão, em pesquisa participante; vai falar em envolvimento pessoal do pesquisador com as pessoas, com o contexto da pesquisa e assim por diante, como dados do próprio trabalho científico. Ou seja, como dados que, em vez de serem tomados como alguma coisa que se põe contra e precisa ser controlada, são tomados como alguma coisa que faz parte da própria prática do trabalho de campo (BRANDÃO, 2007, p. 12).

Além da descrição em campo, o planejamento das entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados consistiu na elaboração de um roteiro geral, contendo inicialmente o quadro de informações gerais dos entrevistados, com nome; idade; sexo; escolaridade; estado civil; número de filhos e identificação étnico racial dos agricultores e agricultoras, adotando os seguintes critérios de seleção: a) serem acampados em uma das onze comunidades rurais acampadas no pré-projeto do assentamento Quilombo Campo Grande ou atuarem nos setores de organização e nos espaços de comercialização da produção orgânica do movimento; b) serem agricultores ou agricultoras em transição agroecológica e c) participarem por tempo significativo das ocupações na área da CAPIA. Para a elaboração das perguntas,

foram definidos previamente alguns eixos temáticos que permitissem tanto a orientação da entrevista voltada aos objetivos da pesquisa, como a sistematização das informações e dos dados coletados para a posterior análise, como sugere Duarte (2004). Os eixos definidos foram respectivamente: a) modernização da agricultura e agricultura familiar; b) agroecologia e reforma agrária e c) transição agroecológica e permanência no campo. As perguntas elaboradas no primeiro eixo visaram inicialmente, identificar o sujeito entrevistado com base em sua autorepresentação. Neste momento inicial, as informações e os dados estão relacionados a subeixos temáticos como as histórias de vida e ao sistema de parentesco. Segundo Duarte (2004) o começo da entrevista deve:

[...] propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a ‘provocar’ um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante é uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista (2004, p. 221).

Posteriormente, as perguntas são articuladas a outro subeixo temático, o trabalho, e passam a ser dirigidas à elucidação dos impactos da modernização da agricultura relatados nos depoimentos. Em alguns momentos foi necessário pedir ao entrevistado que retomasse com mais detalhes alguns dos eventos mencionados. Foram coletados também, os dados sobre as redes de significados atribuídos à atividade agrícola antes da adesão dos agricultores e agricultoras ao MST. Ou seja, essas perguntas buscaram responder questões como: quem são os sujeitos da pesquisa? Este agricultor (a) já praticava a agricultura antes de participar das ocupações? Em qual agricultura (tradicional ou convencional) é situada suas práticas agrícolas? Quais eram as origens destes saberes?

O segundo eixo temático de orientação das entrevistas foi: b) agroecologia e reforma agrária. Visa inicialmente reconstituir a partir dos relatos da história de vida, os deslocamentos e a trajetória das famílias até chegarem nos respectivos lotes no município de Campo do Meio-MG, evidenciando quem são os “sem-terra”. Quais eram as experiências e os contatos anteriores destes agricultores com a luta pela reforma agrária? Quais eram as condições, sociais, políticas, econômicas e ambientais nos primeiros anos de ocupação das áreas da CAPIA? As perguntas iniciais buscaram introduzir o entrevistado no segundo eixo temático e estão articuladas às dificuldades da ocupação da área. Posteriormente, busca estabelecer o lugar da subjetividade na territorialidade “sem-terra”, evidenciando quais foram os principais motivos que os fizeram adotar práticas mais sustentáveis nos

agroecossistemas; quais foram as vias de acesso ao desenvolvimento rural sustentável e a como foi a sistematização do conhecimento agroecológico nessas comunidades rurais ao longo dos anos.

O último eixo temático definido foi: c) transição agroecológica e permanência no campo. Em que as perguntas buscaram diagnosticar os níveis e a influência entre as dimensões percebidas pelos agricultores na relação entre a sustentabilidade e a agricultura, a correspondente adesão da perspectiva agroecológica bem como a percepção das implicações políticas internas e externas às comunidades rurais acampadas e assentadas desde que cerca de 25 famílias de agricultores e agricultoras acampados no pré-assentamento Quilombo Campo Grande adotaram a agroecologia.

As fases de planejamento do trabalho de campo consistiram, portanto em: primeiro, estabelecer a interlocução por intermédio da dirigente do movimento, delimitando a relação entre pesquisador e agricultores (as) participantes da pesquisa. Segundo, a atualização da revisão bibliográfica dos processos de formação dos acampamentos e assentamento do MST no município de Campo do Meio-MG. E terceiro, a elaboração do roteiro de entrevistas consistindo na penúltima fase de planejamento, pois a programação das visitas ao longo do período do trabalho de campo foi estabelecida informalmente no primeiro dia de campo junto à dirigente, lideranças e aos agricultores definindo duas outras localidades da pesquisa de campo que não pertencem ao pré-projeto do assentamento Quilombo Campo Grande.

### **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A delimitação do tema da transição agroecológica nos acampamentos e nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, definiu a revisão bibliográfica de três temáticas principais para a elucidação, tanto das percepções e dos sentidos que compõe a construção do conhecimento agroecológico pelos agricultores e agricultoras, quanto a elucidação de como a transição agroecológica em processos continuados fornecem outras perspectivas da recomposição dos modos de vida em comunidades rurais da reforma agrária, no município de Campo do Meio em Minas Gerais. Essas temáticas consistiram na análise do discurso de enunciados da modernização da agricultura, promovidas exponencialmente pela chamada “Revolução Verde” entre os anos de 1950 e 1960 no continente europeu. Isso coloca em evidência a imposição da integração do campo ao modelo de desenvolvimento urbano e industrial e as descontinuidades históricas dos processos de adesão à agricultura moderna, teoricamente definidos pela maquinização da atividade agrícola, a quimificação dos cultivos (MAZOYER; ROUDART, 2010) e as inovações da transgenia agrícola (ALTIERI, 2012) ou o comumente conhecido

pacote tecnológico do agronegócio, que correspondem às violentas transformações nos arranjos sociais, políticos e ecológicos dos ecossistemas cultivados marginais ao desenvolvimento das economias de mercado.

Em sua moldura dirige-se um novo programa político e econômico em escala global em que o mercado passa a definir conduta, percepções e desejos das massas e das populações ao redor do planeta como regime governamental. Como afirma Foucault (2008), sintomático ao neoliberalismo norte americano, o mercado passa a regular não só as políticas sociais que caracterizam as concepções das economias de mercado, como as relações de oferta e de procura e intervenção mínima do Estado, mas passa a definir um conjunto pré-significante, uma nova racionalidade de interpretações econômicas de relações não econômicas, mas sociais e culturais. É possível assim, nos aproximarmos do significado da noção de *governamentalidade* mobilizada pelo autor: “a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder” (2008, p. 258). Intrínseco a esta noção está a dimensão subjetiva dos atores sociais, em que são aplicados propriamente, as políticas de moldura e os mecanismos disciplinares da vigilância, local por excelência dos processos de subjetivação, suficientemente capaz de transformar e converter utilitariamente as bases da noção de indivíduo, a sua identidade.

Comum a muitos agricultores, a sujeição ao pacote tecnológico é expresso em entrevista pelo relato da agricultora “A”<sup>6</sup>, ela e seu marido investiram grande parte dos recursos que tinham disponível no modelo convencional de agricultura, com o passar do tempo e sem obterem o rendimento esperado da aquisição do pacote tecnológico, a família passa a se dedicar à produção de subsistência e ao trabalho rural em cafezais da região durante cerca de três anos como única atividade produtiva da geração de renda. É importante ressaltar, nesta passagem, que a produção de subsistência, muitas vezes atribuída ao “que se destina” às ocupações dos agricultores do MST, expõe essas populações à riscos imediatos, como pela contaminação, pela exploração e precarização do trabalho agrícola e o êxodo rural, destacando a vulnerabilidade jurídica dos vínculos empregatícios, quando estes são estabelecidos oficialmente. Como assinalam Gliessman e Rosemeyer sobre o agravamento da vulnerabilidade de agricultores e agricultoras no continente americano com a adoção de políticas neoliberais de abertura ao mercado global: “the agrofuel boom and resulting diversion of food energy to feed the global demand for energy, and the enormous spike in the cost of petroleum in 2008 that caused a rise in the cost for all fossil-fuel-based inputs to agriculture”<sup>7</sup> (GLIESSMAN;

<sup>6</sup> Os agricultores e agricultoras participantes e entrevistados foram referenciados na pesquisa respectivamente por letras maiúsculas do alfabeto, com o intuito de resguardar suas identidades.

<sup>7</sup> “[...] o boom dos agrocombustíveis e o consequente desvio de energia alimentar para alimentar a procura global de energia,

ROSEMEYER, 2010, p. 3).

A análise dos processos de transição agroecológica nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária consistiu, ao todo, na consulta de cinco agricultores e na visita a seus respectivos lotes: no agroecossistema cultivado pelo grupo familiar da agricultora “A” no acampamento Irmã Dorothy (fundado em 2004) e nos agroecossistemas dos agricultores “D” e “E” no acampamento Rosa Luxemburgo (fundado em 2008), ambos os acampamentos estão inclusos no pré-projeto do assentamento Quilombo Campo Grande. O agroecossistema cultivado pela agricultora “B” localizado no acampamento Nova Conquista I (fundado em 2012), regulamentado provisoriamente pela concessão de uso. E um agroecossistema no assentamento Nova Conquista II (fundado em 2012) cultivado pelo agricultor “C”. A análise nestes agroecossistemas foi estabelecida mediante os modelos sugeridos pelos agroécólogos referenciados e apresentaram níveis e fases distintos. É importante ressaltar que os modelos adotados não são classificações evolutivas, mas estabelecem graus de avanços e de retrocessos da sustentabilidade nos agroecossistemas, assinalando a importância ética da atuação do agricultor e a variação local dos processos sociais.

A distinção entre as categorias de acampado e assentado elucida algumas características particulares das comunidades rurais da reforma agrária e dos agricultores em transição agroecológica, como exemplo, se acessarmos o portal digital do INCRA a categoria de assentamento é definida da seguinte maneira:

[...] conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

E sobre o funcionamento dos assentamentos:

Os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. Até

---

e o enorme pico no custo do petróleo em 2008 provocou um aumento no custo de todos os insumos à base de combustíveis fósseis para a agricultura” (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010, p. 3, *tradução nossa*).

que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao Incra. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiários não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros<sup>8</sup>.

Notamos, porém, que esta definição se mantém distante e desvinculada da territorialidade “sem-terra”, ao supor o acesso direto às políticas públicas de desenvolvimento agrário viabilizado pela extensão rural e a reprodução social da própria comunidade rural assentada. Já os acampamentos da reforma agrária podem ser entendidos como a pré-delimitação de unidades agrícolas ainda não instaladas pelo Incra, mas que definem o cumprimento da função social da terra (como promulgado pelo Estatuto da Terra) em um movimento posterior à ocupação de uma propriedade improdutiva, em processos democráticos e participativos da demanda por reforma agrária em que as ocupações indicam às instâncias competentes do Estado Brasileiro a localidade de onde é necessária a intervenção, cumprindo grande parte dos planos de reforma agrária como destaca Carter (2010, p. 179).

Uma das principais observações em campo, realizada ao longo das conversas com os agricultores é de como eles se referem a suas casas, os “barracos”. Algumas impressões sobre os usos do termo podem ser destacadas: a primeira é que quando constroem suas casas, de maneira geral, elas estão relacionadas a fases de uma territorialidade “sem-terra”, simbolizada pelo material de que são construídas, por exemplo, a lona ou a madeira no início das ocupações e madeira ou a alvenaria nos acampamentos e assentamentos. Essas moradias revelam elementos específicos dos modos de vida dessas comunidades rurais, apesar de o termo remeter a um tipo inferiorizado de habitação e de evidenciar a vulnerabilidade, a desigualdade e o esquecimento dessas comunidades na garantia de seus direitos básicos pelo poder público, os “barracos” em muitas conversas com os agricultores, é operado como uma categoria de análise da confiança e dos vínculos entre eles, sendo provavelmente oriunda da resistência frente à violência e aos abusos a que são submetidos.

Ao erguerem juntos os “barracos” no início das ocupações e nas reocupações, esta ação coletiva parece introduzir os agricultores e seus grupos familiares em relações sociais próprias das organizações associativas das comunidades rurais nos acampamentos, em alguns momentos das conversas ao longo do trabalho de campo, os agricultores remetem a esta época como símbolo de amizade, de comprometimento e de apoio mútuo, tanto com os companheiros, como com o próprio MST. A segunda impressão é que os “barracos” podem indicar também uma atitude contrária e de questionamento a toda uma lógica de reprodução do status quo, uma vez que compreendido como a fixação desses grupos familiares nos lotes da área

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 3 de out. 2019.

ocupada, os “barracos” remetem também à realização da atividade agrícola e da geração de renda por conjuntos de práticas e concepções distintas da agricultura moderna e do enriquecimento vislumbrado por seu discurso, estas práticas antes, são estabelecidas pela interação específica dos agricultores com o meio local e com a biodiversidade.

Sobre a história de vida da agricultora “B”, ganha destaque a narrativa sobre sua emancipação e independência de seu antigo marido conquistada ao longo do tempo, principalmente na ocupação da CAPIA e que parecem permanecer refletidas em sua adesão à agroecologia, como também nas palavras e na atuação de sua filha, a agricultora “A”. Sobre esta relação, a entrevistada afirma: “[...] *ele mandava em mim sabe. Não era autoritária, né, assim, hoje eu quero, eu faço o que eu quero, saio a hora que eu quero, trabalho, sabe. Ajudo bastante assim, eu acho né, porque as pessoas gostam de mim na militância*”. (B). A partir da análise da história de vida de “B” e de “A”, podemos observar que aparentemente as relações do parentesco são fundamentais para a comunicação e a mobilização das ocupações e dos acampamentos do MST. As agricultoras evidenciam as relações de poder constituintes da autoridade e da obediência entre os sexos nos grupos familiares, delimitando o gênero como um possível fundamento ao indicador de sustentabilidade da autonomia das mulheres nos agroecossistemas. Apesar de implicar em mudanças amplas na organização das comunidades rurais, a dimensão política estabelece que através da participação política a transição agroecológica deve avançar no: “empoderamento dos agricultores e comunidades rurais como protagonistas e decisores dos rumos dos processos de mudança social [...] o resgate da autoestima e o pleno exercício da cidadania” (REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017, p. 51).

No que diz respeito ao acesso dos grupos familiares à educação, para a agricultora “A”, a educação não só está relacionada às necessidades da realidade do campo, mas também a uma educação no campo voltada à agroecologia como aspecto fundamental da transição agroecológica continuada, instrumentalizando o agricultor tanto na geração de renda como também na possibilidade da recomposição de modos de vida característicos das culturas rurais. Para Altieri (2004): “a abordagem agroecológica provou ser culturalmente compatível, na medida em que se constrói com base no conhecimento agrícola tradicional, combinando-o com elementos da moderna ciência agrícola” (2004, p. 44). Sobre esta compatibilidade “A” comenta sobre educação de crianças no MST:

As crianças hoje, se você sentar com as crianças hoje, dos sem-terrinha que a gente tem, eles vão te saber falar se é bom ou não usar remédio, vão te ensinar a fazer uma calda, ensina a fazer um uso biológico, um controle biológico. Então isso parte muito dos pais, né, que tão dentro da agroeco-

logia e os filhos vão aprendendo, tanto dentro da própria organicidade do movimento das atividades que a gente vem fazendo. (A)

Com certificado de produção orgânica há cinco anos, “C” é também um dos agricultores formados pelo Curso Técnico em Agropecuária Subsequente - ênfase Agroecologia para Educandos da Reforma Agrária do Sul de Minas Gerais oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Campus Machado (IFSULDEMINAS), e afirma: *“através da agroecologia, além de agregar conhecimento, agrega valor no que cê tem e também à saúde”*. (C). Quando pergunto se ele observou alguma mudança entre os jovens no acampamento depois que o movimento aderiu a agroecologia, ele responde afirmativamente, porém que ainda são poucas as famílias que aderiram (cerca de 25 famílias) e que avançaram significativamente na transição. Esta problemática é comum a todos os entrevistados, segundo eles as principais dificuldades da adesão dos agricultores estão nos processos de convencimento da eficiência dos agroecossistemas sustentáveis e nos processos sociais da mudança de posturas e de atitudes sujeitas ainda ao modelo convencional da agricultura moderna. Nesta passagem, podemos destacar a *Pedagogia do Exemplo* como método de territorialização próprio de agricultores e de agricultoras nas lutas sociais mobilizadas pela Via Campesina, como caracterizam Peter Rosset e Lia Pinheiro Barbosa ao afirmarem que *“na maioria dos casos, a problemática central na assunção da agroecologia não é a disponibilidade de alternativas, mas sim a falta de um processo social para impulsionar sua adoção”*. Em outras palavras, segundo os autores, *“o que mais convence a um camponês que uma alternativa, sim, funciona, é visitar outro camponês igual a ele, que usa essa alternativa com êxito”* (ROSSET; BARBOSA, 2019, p. 47).

Sem prática anterior com a agricultura, “D” trabalhou durante muitos anos no setor industrial, incluindo o trabalho nas linhas de montagem de fábricas e na produção e manuseio de produtos químicos, entre outras atividades. Relata que até então, a imagem que possuía do MST era promovida pela grande mídia nacional, nesta época, as informações que tinha acesso definiam o MST como um grupo *“de baderneiros, de quebradores, de destruidores, de pessoas que não produziam [...] e achava que eu que estava no caminho certo”*. E diferente do que esperava, “D” afirma: *“Quando eu cheguei aqui, eu fui abraçado”*. (D).

Segundo o relato do agricultor, quando ele chegou em seu lote, também começou a atividade agrícola a partir do cultivo convencional do milho e do feijão, após um tempo, adota a goiaba como principal cultivo, sobre este período ele afirma: *“eu quando cheguei aqui era bem do convencional”*. Um dos talhões do cultivo de goiabeiras precisou ser retirado da certificação orgânica, pois o agricultor enfrenta a presença de besouros nas fases de floração da árvore, comprometendo a comercialização dos

frutos. Como relata em entrevista, ao tentar comercializar as goiabas “manchadas” na feira livre do município, os consumidores desconfiam da sanidade do produto, mesmo passando por toda uma cadeia produtiva certificada e sustentável. Por todo este esforço ser ignorado pelos consumidores e para que não comprometesse a geração de renda, o produtor regrediu a utilização dos agrotóxicos, estabelecendo um planejamento futuro para a recuperação da certificação orgânica da goiaba.

Este relato apresenta complexificações e problemáticas concretas da comercialização orgânica, a desvalorização do agricultor, a perda da autoconfiança do produtor no seu produto e as implicações da falta do acesso à assistência rural e ao acompanhamento da transição. Em termos dos níveis da transição agroecológica, como mencionado anteriormente, o quarto nível sugerido por Stephen Gliessman é complementar aos três níveis estabelecidos por Stuart B. Hill e corresponde ao: “development of a kind of ‘food citizenship’, where everyone forms part of the system and both is able to influence change and be influenced by it”<sup>9</sup> (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010, p. 7).

Como destacam Reiniger, Wizniewsky e Kaufmann (2017) o quarto nível pode ser caracterizado pela “conexão direta com o mercado consumidor, de modo a estabelecer uma cultura direcionada a sustentabilidade, em consideração a todos os componentes que integram o sistema produtivo” (2017, p. 72), não só é consolidada após o redesenho do agroecossistema no terceiro nível, mas implica no grau de sustentabilidade do mesmo. As práticas de promoção da cidadania alimentar nos espaços de comercialização, como as feiras, não se referem somente a agregação de valor, mas passam a compor um espaço associativo de conscientização dos consumidores. Como afirma Gliessman e Rosemeyer, “We need to think beyond organic to all levels of the food system, with the idea of transcending product-focused thinking and maintaining a focus on achieving fully sustainable food systems”<sup>10</sup> (2010, p. 8).

As participações das universidades na transição agroecológica podem ser evidenciadas por iniciativas voltadas ao fomento significativo destes espaços pela extensão universitária, como no município de Alfenas em Minas Gerais em que alguns projetos de extensão atuaram para que os produtores do MST de Campo do Meio institucionalizassem dois espaços de comercialização<sup>11</sup> voltados

<sup>9</sup> “[...] isto significa o desenvolvimento de uma espécie de ‘cidadania alimentar’, onde todos fazem parte do sistema e ambos são capazes de influenciar a mudança e ser influenciados por ela” (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010, p. 7, *tradução nossa*).

<sup>10</sup> “Precisamos pensar para além do orgânico para todos os níveis do sistema alimentar, com a ideia de transcender o pensamento centrado no produto e manter o foco na realização de sistemas alimentares totalmente sustentáveis” (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010, p. 8, *tradução nossa*).

<sup>11</sup> Um dos objetivos do projeto de extensão “Fórum de Combate ao Uso dos Agrotóxicos: soberania alimentar e agroecologia na região de Alfenas” da Universidade Federal de Alfenas é promover espaços de conscientização e sensibilização dos riscos dos agrotóxicos no município e na região de Alfenas, a partir de 2017 e 2019 o projeto articulou junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e outras organizações, a Feira Agroecológica e Cultural de Alfenas (FACA) e a Feira

à conscientização e a sensibilização da população sobre os riscos dos agrotóxicos, como nas palavras de “A”:

Então, esse trabalho nosso de feira, de palestra, de mostrar nossa produção, é lógico que a gente precisa sobreviver, mas o objetivo principal, é de formar novas pessoas para defender a agroecologia, ou para estudar a tecnologia de uma forma que não vai trazer mais prejuízo ainda para o ser humano e a natureza. (A)

Porém para o agricultor “D”, a principal dificuldade da transição agroecológica se refere ao acesso ao crédito rural, como destacam Coca, Bezerra e Capuchinho (2019) sobre o pré-projeto do assentamento Quilombo Campo Grande: “as famílias não podem acessar nenhuma linha de crédito existente, sejam elas públicas ou privadas, além de outras modalidades correlatas de crédito destinado ao público da reforma agrária”. Ainda segundo os autores, até hoje os agricultores das onze comunidades já investiram ao todo mais “de 22.000.000,00 de reais entre imóveis (casas, currais e cercas) e produção agropecuária (café, lavouras, gado, suínos e aves)”. A geração econômica da produção total, convencional e orgânica do MST no município apresenta também indicativos para uma maior segurança e estabilidade de adesão dos agricultores à agroecologia, além das feiras, a Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (Camponesa) e o café “Guaii”<sup>12</sup> são os principais pontos de escoamento da produção certificada e agroecológica.

Refletida nas relações com a população do município de Campo do Meio-MG, o agricultor “D” relata que um de um modo geral: “vários comerciantes na cidade, eles passam dificuldade quando nós passamos três dias fora daqui [...] porque o povo do sem-terra compra tudo à vista”. (D). Se comparado, em termos de crescimento econômico do município, os agricultores relatam que após a antiga Usina Ariadnópolis Açúcar e Álcool S/A falir, Campo do Meio teria se tornado uma cidade fantasma, evidenciando novamente os impactos de esgotamento do modelo de desenvolvimento agrário flexibilizado pelo Estado brasileiro e as dimensões locais deste conflito socioambiental.

Assim como relatam os agricultores “A” e “D”, o entrevistado compara os malefícios do estilo de vida urbano com a vida no acampamento: “eu pesava cento e vinte quilos, tomava oito tipos de remédio, para controlar estresse, para controlar pressão, para controlar ansiedade. Hoje eu peso oitenta e poucos quilos [...]foi um dos fatores também que fez com que eu falasse, vou mudar bruscamente de vida”.

---

Agroecológica e Cultural da Unifal-MG (FACU) respectivamente, instituindo espaços voltados a ampliação do escoamento dos produtos da reforma agrária e a participação do movimento social nas atividades realizadas pela universidade pública.

<sup>12</sup>Mais informações na página digital: [www.guaii.com.br](http://www.guaii.com.br)

(E). “E” comenta sobre o sistema de iluminação fotovoltaica que instalou em sua casa, pois fez um curso próprio de instalação e manutenção de placas fotovoltaicas na Universidade Corporativa da Companhia Energética de Minas Gerais S/A (UniverCemig), isso permitiu que o agricultor pudesse gerar sua própria energia, tornando seu lote autossuficiente. Desta iniciativa, surge a conversão do modelo de energia renovável em um projeto voltado a iluminação nos acampamentos da ocupação. O avanço significativo tanto na permanência como na transição agroecológica dos agricultores beneficiados com a eletricidade, delimita também um possível indicador da sustentabilidade dos agroecossistemas, correspondendo, além da dimensão ecológica, a dimensão econômica sugerida por Caporal e Costabeber. Isto é, ela se caracteriza também pela “necessidade de obterem-se balanços energéticos positivos nos cultivos e criações, sendo necessário compatibilizar a relação entre produção agropecuária e consumo de energias não renováveis” (CAPORAL, COSTABEBER, 2004, p. 113).

Retratar a agricultura tradicional é uma tarefa complexa (BRANDÃO, 1990). Considerando os limites do presente artigo, a análise realizada das entrevistas dos agricultores “B”, “C” e “E” vinculados à agricultura tradicional, destacou não só complexificações para a efetiva sustentabilidade, mas evidenciou também saberes e concepções fundamentais que podem estar vinculadas à própria transição agroecológica, em todas as suas dimensões e níveis. Segundo “E”: *“sem saber o que é agroecologia, a gente já praticava isso um pouco [...] a gente não sabia exatamente o que estava fazendo (tecnicamente) mas já fazia”*, revelando que seus vínculos com a agricultura tradicional estão associados também à infância:

[...] eu lembro que meu pai fazia as trocas de dias com os compadres dele [...] então juntava os compadres tudo para limpar roça de fulano, aí, esses mesmo compadre ia fazer a limpeza da roça do outro, isso na enxada, na enxada, roçado na foice, aí os caras faziam esse tipo de mutirão [...] é o mesmo que a gente faz hoje em dia, inclusive estudando sobre o assunto para fazer esse tipo de serviço agroecológico. Por exemplo, as mulheres ficavam por conta da alimentação, aquele monte de mulher, fazendo aquele monte de comida [...] e fazia isso em todos os sítios ao entorno. Só que a maioria dos sítios uns eram arrendados, eram poucos que tinham o título daquilo ali. Outros no caso do meu pai, era assim, o amigo dele deixou ele produzir no sítio [...] era desse jeito a nossa posse. (E)

E continua:

[...] (se refere a mãe) ela aprendeu com a mãe dela, que aprendeu com a

avó dela e assim seguia [...] meu pai sempre foi empregado da zona rural até final dos anos oitenta [...] aí o que acontece, a gente sempre produzia desta forma, minha mãe fazendo, é, cobertura com capim, pondo esterco de vaca, sem uso de adubo, sem uso de defensivo. (E)

A impressão é que as ações voltadas à extensão rural sustentável, quando realizada por atores que portam o conhecimento e que são externos às comunidades rurais, apresentam a ambiguidade de uma atuação que reproduz o cientificismo característico do discurso da modernização da agricultura, principalmente ligado a um modelo positivista de ciência. Segundo “D”: *“o técnico não é habilitado, é um técnico que tem capacidade de te explicar”*. Esta relação, portanto, destaca um outro desafio, que nas palavras do agricultor é expressa pelo termo *“confiança”* que o agricultor estabelece, propriamente, com este agente. Para Rosset e Barbosa (2019) a *Pedagogia do Movimento* característica da luta social do MST, pode vir a contribuir com os processos de adesão à agroecologia ao *“promover e divulgar a materialização da experiência agroecológica”* (ROSSET; BARBOSA, 2019, p. 49). Em espaços dedicados ao trabalho de base, ela é *“debatida em suas dimensões científicas e política, com o intuito de compreender a diversidade que representa o mundo rural”*. Assim, *“abrem-se os caminhos para a transformação agroecológica e sua incidência no processo de superação da revolução verde e do agronegócio”* (SAUER; BALESTRO, 2013).

As análises dos resultados e os registros feitos durante a pesquisa de campo evidenciaram que a diversificação da produção nos agroecossistemas é uma prática que viabiliza os avanços na transição agroecológica correspondendo à segurança alimentar das famílias dos agricultores, em consequência, dos consumidores, caso a comercialização possa se estabelecer pela cidadania alimentar. O planejamento das atividades agrícolas conjuntas à geração de renda, como a sazonalidade dos cultivos, garante mais tranquilidade ao agricultor. A recuperação dos ecossistemas e da biodiversidade promove o aproveitamento dos serviços ecossistêmicos, entre outros. As atividades como a apicultura, a fitoterapia, a culinária, a produção de madeira de lei, a construção civil, o trabalho voluntário, entre outras, descritas em trabalho de campo e relatadas pelos sujeitos entrevistados na pesquisa, são atividades que diversificam a produção, mas também dinamizam a rotina dos agricultores, muitas vezes voltadas ao trabalho árduo e à cafeicultura.

Quando transmitidas e promovidas pelas organizações associativas das comunidades rurais, essas atitudes podem contribuir diretamente com a aproximação de outros agricultores dos acampamentos e assentamentos às práticas sustentáveis, fornecendo também outras perspectivas para os jovens nas comunidades rurais e na permanência no campo, também a partir da atuação local e do crescimento

peçoal e profissional de cada agricultor em sua comunidade. A adequada capacitação, instrumentalização e profissionalização dos agricultores sobre a interação com a biodiversidade e o cultivo dos ecossistemas podem ser compreendidos como indicadores institucionais orientadores das dimensões sugeridas por Caporal e Costabeber (2004) promovendo, portanto, a reflexão ética dos impactos tanto das ações antrópicas, mas também gerando grandes “mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais, o que não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico (CAPO-RAL; COSTABEBER, 2004, p. 129).

As principais razões de adesão à agroecologia, evidenciadas pelos agricultores e agricultoras entrevistadas estão fundamentadas na concepção da melhoria da qualidade de vida, principalmente pelo acesso à saúde, a soberania alimentar e à prevenção dos riscos associados à atividade agrícola. A caracterização feita pelos agricultores, anteriormente vinculados à agricultura convencional, sobre os malefícios do estilo de vida “normal” de nossa sociedade, se referiram ao isolamento, ao individualismo, ao uso dos agrotóxicos, aos hábitos alimentares não saudáveis e ao consumismo. A essa caracterização feita pelos entrevistados revela um impacto ainda mais profundo da modernização da agricultura e do avanço do neoliberalismo, a domesticação dos *corpos*. Se anteriormente destacamos a produção de um sujeito neoliberal, agora, esta produção revela também a modificação e padronização do próprio corpo biopolítico assujeitado e que domestica a si mesmo. Em entrevista, o significado da “terra” busca se dissociar de um sentido unicamente utilitarista, de descarte, de esgotamento e exploração da fertilidade do solo, para um sentido do “cuidado”, da regeneração dos solos. Propriamente não só de uma noção de totalidade, como quando os agricultores afirmam: “*a terra é tudo*”. Mas também, estabelece outra relação, uma relação de troca, que indica que a natureza também é tudo e é ela que “*cuida da gente*”. De uma maneira geral, revela que a adesão à agroecologia e a emergência de novas relações entre terra e natureza parecem também estar associadas ao fazer outro corpo, a recomposição de outra lógica que define os lugares de uma subjetividade contrária e que passa a repelir as racionalidades neoliberais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, algumas impressões da abordagem etnográfica realizada pela pesquisa aqui referenciada podem ser destacadas: em primeiro lugar é preciso assinalar a supressão da interação desses agricultores com os elementos da biodiversidade local. A brutalidade das ações de reintegração de posse, principalmente evidenciadas pelos entrevistados sobre o “grande despejo” (B) no ano de 2009, a não permanência de famílias nos acampamentos, a constante per-

turbação pelas liminares e as constantes ameaças de novos deslocamentos forçados, principalmente nas épocas de colheita, como relatado pela dirigente, apresentam afastamentos também forçados da criação desses vínculos. Evidenciando que o conflito das áreas da falida CAPIA não está circunscrito ao acesso à terra. As ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desde 1996 indicam que muitos dos agricultores e das famílias que ali se fixaram há mais de 20 anos construíram suas vidas a partir desta interação e desenvolveram modos de vida próprios a esta interação, recolocando a pesquisa propriamente etnográfica e a continuidade da elucidação sobre a recomposição dos modos de vida dessas comunidades.

Um segundo aspecto que precisa ser enfatizado, é que as organizações associativas características das comunidades rurais favorecem outro tipo de desenvolvimento rural sustentável tanto pelos saberes e as práticas conservacionistas dos agricultores que emergem desta interação com a biodiversidade local, como o apoio mútuo e o comprometimento que estabelecem com as relações sociais nos acampamentos, evidenciados na rotina de trabalho do espaço comunitário, no beneficiamento da eletricidade e da assistência rural coletiva, estabelecendo assim outras relações entre os saberes. Por fim, cabe destacar o lugar próprio das subjetividades rurais nos processos de transição agroecológica. Neste caso, é preciso estabelecer também as práticas do “cuidado”, as relações de troca constante entre os agentes da transição, esta “*confiança*” vinculada às relações das comunidades, fornecendo aos agricultores marginalizados o exercício pleno da cidadania.

Podemos sugerir, portanto, que o modelo de desenvolvimento agrário vinculado ao discurso neoliberal pela incorporação das tecnologias agrícolas tem a ver também com o modelo de desenvolvimento urbano e industrial imposto à agricultura. Tal modelo exige não apenas a necessidade das políticas públicas de reforma agrária, mas sua constituição como direito social fundamental à redução das desigualdades sociais. Nesse sentido, ao tratarmos do desenvolvimento rural consideramos os aspectos sociais e políticos das populações rurais como elementos determinantes para a formulação das políticas públicas e avançamos um pouco mais quando consideramos a biodiversidade que envolve essas populações como recurso e garantia da reprodução social destas comunidades. Enfim, a sustentabilidade do desenvolvimento rural pode estar associada não só ao conceito de agroecossistema sustentável, mas também às culturas rurais que permitem ao agricultor mapear alternativas em relação às dificuldades enfrentadas na transição agroecológica, mobilizando todo um arranjo de saberes e de concepções, um movimento que incide sobre um corpo, um corpo propriamente “rural”.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. Expressão popular: AS-PTA, 2012. p. 400. 3. ed. rev. e ampl.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 4. ed.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 87. (Coleção primeiros passos; 301)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**, v. 10, n. 1, jan. /jun. 2007, p. 11-27.

\_\_\_\_\_. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**. v.1, n. 1, mar. 2007, p. 37-64.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, João Antônio. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre (RS). 2004.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 624.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia Editora, 2010.

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 564.

COCA, Estevan L. de Freitas; BEZERRA, Cristina; CAPUCHINHO, Michelle Neves. **Dossiê Quilombo Campo Grande**: Aspectos históricos, sociais econômicos e políticos para implantação definitiva do Assentamento Quilombo Campo Grande, antiga fazenda Adrianópolis, Campo do Meio –MG. SEDA. Alfenas. 2019.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

\_\_\_\_\_. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, março/ 2002.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: EDIPRO, 2012. p. 159. 1. ed.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 74. 24. ed.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes Editora LTDA, 2008. p. 474.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

GLIESSMAN, Stephen R.; ROSEMEYER, Martha. **The conversion to sustainable agriculture: principles, process, and practices**. Florida: CRC Press Taylor & Francis Group, 2010. p. 352.

GÚZMAN, Eduardo Sevilla; WOODGATE, Graham. Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. **Agroecología**. vol. 8. n. 2. 27-34, 2013

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Extrato de laudo de avaliação. **Laudo SR 06/MG/Nº06/2013**. Belo Horizonte: INCRA. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/media/incra\\_nos\\_estados/minas\\_gerais\\_sr06/extrato\\_laudo\\_fazenda\\_ariadnopolis.pdf](http://www.incra.gov.br/media/incra_nos_estados/minas_gerais_sr06/extrato_laudo_fazenda_ariadnopolis.pdf). Acesso em: 3 de out. 2019.

LUCAS, Kelson Serafini; VALE, Ana Rute do. **Assentamento Primeiro do Sul: passado de luta, presente de resistência e futuro de incertezas**. Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 18, n. 1, jan. /abr. 2014. Disponível em: [https://periodicos.ufsm.br/index.php/geografia/article/view/7417?fbclid=IwAR0Jk0DCZD0\\_E2I9RIODptzZeNM2AwlBdRipUMU3CGU0q7WULH5dEu0iBlk](https://periodicos.ufsm.br/index.php/geografia/article/view/7417?fbclid=IwAR0Jk0DCZD0_E2I9RIODptzZeNM2AwlBdRipUMU3CGU0q7WULH5dEu0iBlk). Acesso em: 26 de ago. 2020

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João P. Ruy Mauro Marini: **Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular,

2005. p. 137-180.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. p. 568.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, p. 31-66.

REINIGER, L. R. S.; WIZNIEWSKY, J. G.; KAUFMANN, M. P. **Princípios de agroecologia** [recurso eletrônico]. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017. 1. ed.

ROSSET, Peter; BARBOSA, Lia Pinheiro. Territorialização da agroecologia na Via Campesina. Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Boletim n. 39/ **Ecoeco Edição Especial**, julho de 2019.

SAUER, S.; BALESTRO, M.V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 328.

SCHOLZE, Simone H. C. **Patentes, transgênicos e clonagem: implicações jurídicas e bioéticas**. Brasília, DF: Editora UnB, 2002. p. 304.

SOUZA, Alex Cristiano de; LORENÇO, Arthur Rodrigues. **As primeiras ocupações de terra nas áreas da ex-Usina de cana-de-açúcar Ariadnópolis, no município de Campo do Meio-MG: a história dos acampamentos Girassol e Vitória da Conquista**. Geografia – UNIFAL. Alfenas. 2010, p. 49.



## Paradoxos no impedimento para licenciamento da agricultura tradicional em Assentamento ambientalmente diferenciado em Anapu, Pará

Francisco José de Oliveira Parise<sup>1</sup>

Roberto Porro<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa os desafios de assentados do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá (PDS VJ), em Anapu, Pará, para o licenciamento ambiental de seus roçados em Área de Uso Alternativo. Impedimentos para a agricultura tradicional nos PDS estimulam a crescente evasão e substituição de assentados por ocupantes sem perfil de reforma agrária, potencializando o impacto ambiental de práticas irregulares de uso da terra. A situação socioambiental na modalidade diferenciada de assentamento e os pressupostos necessários para a conciliação do manejo florestal sustentável com a atividade agrícola são inicialmente contextualizados no PDS VJ. Em seguida, são analisadas as motivações para o protocolo do projeto de adequação ambiental e as etapas do processo de solicitação de regularização ambiental. Finalmente, é discutido o indeferimento do pedido pelo órgão competente, após 19 meses. A resposta negativa fragilizou tanto assentados que defendiam a manutenção de práticas legais, como a proposta de assentamento ambientalmente diferenciado. No contexto de ilegalidade vivenciado na Amazônia, políticas de comando e controle são essenciais para conter o desmatamento e crimes ambientais. Contudo, a atuação inconsistente do Estado em relação a assentados em PDS reforça a colisão entre direitos sociais e ambientais, impedindo tanto o alcance de metas de justiça social quanto as de conservação ambiental. Reduzir desmatamentos desse segmento depende de políticas adequadas e da criação de alternativas econômicas que lhes ofereçam oportunidades de renda, sem, porém, lhes tolher as relações sociais estabelecidas no cultivo da roça.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adequação Ambiental; Amazônia; Cultivos Anuais; Reforma Agrária.

### PARADOXES IN THE IMPEDIMENT FOR LICENSING TRADITIONAL AGRICULTURE IN AN ENVIRONMENTALLY DIFFERENTIATED LAND REFORM SETTLEMENT IN ANAPU, PARÁ

**ABSTRACT:** This article analyzes the challenges faced by settlers of the Virola Jatobá Sustainable Development Project (PDS VJ), in Anapu, Pará, for the environmental licensing of their swidden fields in the settlement's Alternative Use Area. Impediments to traditional agriculture in the PDS stimulate the growing plot turnover and replacement of settlers by occupants without agrarian reform profile, increasing the environmental impact of illegal land use practices. The socio-environmental situation in the differentiated settlement modality and the necessary assumptions for reconciling sustainable forest management with agriculture are initially contextualized in the PDS VJ. Then, the motivations for the submission of an environmental adequacy project and the stages of the process of requesting environmental regularization are analyzed. Finally, the rejection of the request by the environmental agency after 19 months is discussed. The negative response weakened settlers who defended the maintenance of legal practices and the proposal for an environmentally differentiated settlement. In the context of illegality experienced in the Amazon, command and control policies are essential to

<sup>1</sup> Mestrado e Doutorado em Irrigação e Drenagem pela Universidade de São Paulo (USP) E-mail: [fjoparise@gmail.com](mailto:fjoparise@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Conservação e Desenvolvimento e doutor em Antropologia pela Universidade da Flórida. E-mail: [roberto.porro@embrapa.br](mailto:roberto.porro@embrapa.br)

contain deforestation and environmental crimes. However, inconsistent performance of State agencies in relation to PDS settlers reinforces the collision between social and environmental rights, preventing both the achievement of social justice and environmental conservation goals. Reducing deforestation caused by this segment depends on adequate policies and the creation of economic alternatives that offer them income opportunities, without, however, hampering the social relations they established in cropping their traditional fields.

**KEYWORDS:** Environmental Adequacy; Amazon, Annual Fields; Land Reform.

## INTRODUÇÃO

Embora a maior parte do desmatamento e degradação florestal na Amazônia ocorram associados a grandes e médias propriedades (FEARNSIDE, 2006), os agricultores familiares, e, particularmente, assentados de reforma agrária, representam segmento relevante na compreensão destas dinâmicas (LE TOURNEAU BURSZTYN, 2010). Analisando o período de 2004 a 2011, Godar *et al.* (2014) identificaram que próximo da metade do desmatamento ocorreu em propriedades grandes (>500 ha), contrastando com 12% nas pequenas (<100 ha). Na Amazônia, mais de 3.500 assentamentos de reforma agrária ocupam 41 milhões de hectares, beneficiando cerca de 580 mil famílias. O desmatamento nesses assentamentos correspondia a 24% da área desmatada total na Amazônia (ALENCAR *et al.*, 2016). Em 2008, tal fato ganhou destaque quando o Ministério do Meio Ambiente (MMA) incluiu projetos de reforma agrária na lista dos maiores responsáveis pelo desflorestamento da Amazônia. Para Brandão Jr. & Souza Jr. (2006), mesmo que as áreas nas quais os projetos são instalados possam ser antigas fazendas, já com certo grau de antropização, observa-se sempre um surto de desmatamento logo após a criação dos projetos, sinalizado por taxas anuais muito altas.

O presente artigo contribui com os debates sobre impactos causados por assentados da reforma agrária em florestas da Amazônia, a partir de um estudo de caso em que são analisados os impedimentos e procedimentos para licenciamento ambiental em um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Os assentamentos ambientalmente diferenciados, como os PDS, apesar de não constituírem áreas protegidas, representam contingente significativo de terras na Amazônia, mais de 15 milhões de hectares (ALENCAR *et al.*, 2016), cuja finalidade inclui a conservação da floresta. Nos PDS afloram, contudo, as contradições de uma política pública que, embora vise proporcionar alternativas para o modelo convencional da expansão da ocupação na Amazônia, tem sua operacionalização inviabilizada, agravando tensões internas e pressões externas. Em síntese, impedimentos para a agricultura

tradicional nos PDS estimulam a crescente evasão e substituição de assentados por ocupantes sem perfil de reforma agrária, potencializando o impacto ambiental de práticas irregulares de uso da terra.

Em particular, serão analisados os pressupostos necessários para a conciliação do manejo florestal sustentável com a atividade agrícola, por meio de uma diretriz de uso da terra que combine a manutenção da maior parte da cobertura florestal na reserva legal dos assentamentos. O PDS é uma modalidade de assentamento na qual camponeses, que via de regra vêm de um histórico de expropriação e migração, passam a trabalhar em áreas com predominância de florestas primárias. O êxito da modalidade PDS demanda a gradual inserção dos assentados na atividade florestal, com a qual a maioria não tem familiaridade, combinada com o estabelecimento de condições que viabilizem a produção agrícola em pequena escala, e sua intensificação sustentável. Outros estudos se debruçaram sobre os desafios para a condução da atividade florestal nos PDS, e nos conflitos agrários e sociais que resultam da insuficiente presença e ação do Estado (PORRO *et al.*, 2015, 2018; PORRO & PORRO, 2020). Neste artigo, será priorizada a análise crítica dos desafios relacionados ao licenciamento ambiental para a atividade agrícola nos PDS.

De acordo com a Resolução nº 458 do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), de 16 de julho de 2013, beneficiários da Reforma Agrária responsáveis por atividades agrossilvipastoris devem requerer, individual ou coletivamente, com apoio do poder público, o licenciamento de suas atividades. Para Bombardi *et al.* (2009), as resoluções Conama que dispõem sobre o licenciamento ambiental em projetos de Reforma Agrária atribuem aos assentados o ônus e a responsabilidade pela elaboração do diagnóstico ambiental e de um projeto de restauração e adequação ambiental. Além de se tornarem reféns das exigências do Estado, os assentados se deparam com normas que prejudicam seu modo de fazer a roça.

No sistema tradicional de corte e queima, único compatível com suas condições econômicas, os camponeses mantem a terra em pousio, para possibilitar a recuperação da fertilidade do solo. Considerando que o período de pousio utilizado nesses sistemas tradicionais é superior a cinco anos, o cultivo dos roçados requer a obtenção de autorização de desmatamento, por meio de um processo de licenciamento extremamente complexo (SOUSA & PORRO, 2020). Procedimento simplificado ocorre associado à autorização para limpeza, em áreas de pousio até 5 anos, que, porém, requerem maior investimento de mão de obra para capinas, além de resultarem em colheitas mais modestas, o que inviabilizam economicamente tais cultivos.

Ao refletir sobre os desafios encontrados pelos assentados para licenciar suas roças no PDS Virola Jatobá, em Anapu, Pará, neste artigo partiremos de uma

contextualização do sítio de estudo para discorrer sobre as motivações que levaram os assentados a submeterem ao órgão competente um projeto de adequação ambiental, instruído pela legislação vigente. A seguir, detalharemos e discutiremos os diversos componentes e etapas desse projeto, até o seu desfecho para, por fim, avaliar as consequências do indeferimento pelo órgão ambiental e tecer as considerações finais.

### DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS NO PDS VIROLA JATOBA

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) permite a prática da agricultura familiar, extrativismo e atividades de baixo impacto ambiental. A modalidade foi criada com o propósito de demonstrar que assentados de reforma agrária não constituem, necessariamente, uma ameaça ao meio ambiente, principalmente às florestas, podendo, ao contrário, protegê-las (PORRO *et al.*, 2015). Surge com a Portaria Incra nº 477/1999, modificada pela Portaria nº 1.040/2002, que contempla agricultores familiares cuja experiência de trabalho anterior não fosse necessariamente a atividade extrativa.

Em cada PDS, existem Áreas de Reserva Legal (ARL) e Áreas de Uso Alternativo<sup>3</sup> (AUA), além das APP (Áreas de Preservação Permanente), que podem ocorrer no interior de ambas. A ARL em PDS é destinada à conservação, e pode ser objeto de planos de manejo florestal sustentável (PMFS) aprovados pelos órgãos ambientais, no caso a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas-PA). Já a AUA é utilizada sob regime familiar, usualmente em lotes de 20 ha para uso de cada família beneficiária (PORRO *et al.*, 2018), de acordo com Planos de Uso (PU) aprovados pelos assentados e ratificados pelos órgãos fundiário e ambiental.

O conceito de um projeto de assentamento ambientalmente diferenciado surgiu com o apoio de movimentos sociais para integrar a conservação ambiental aos projetos de reforma agrária e produção agrícola sustentável. No caso de Anapu, município localizado na microrregião de Altamira, na chamada região da rodovia Transamazônica, a opção por esse instrumento diferenciado deveu-se, sobretudo, ao trabalho realizado pela religiosa Dorothy Stang e à Comissão Pastoral da Terra (CPT) (PORRO *et al.*, 2015, 2018).

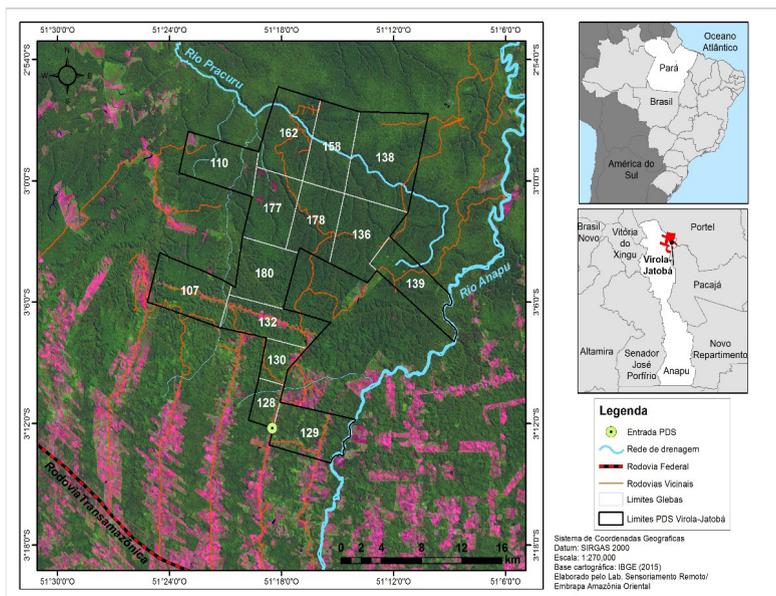
A criação dos PDS em Anapu ocorreu em meio a violentos conflitos sociais (BRATMAN, 2011; PORRO *et al.*, 2017). A partir da década de 1970, várias das glebas que viriam a compor o PDS estavam sob Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP) entre empresários e o governo, os quais foram rompidos

<sup>3</sup> Conforme o Art. 3º, Inciso VI, da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, novo “Código Florestal”, uso alternativo do solo corresponde à substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana.

por falta de cumprimento por uma ou ambas as partes. Quebrado o contrato, as terras retornariam ao patrimônio da União, mas os então pretensos proprietários não reconheceram essa determinação. Desprovidos de direitos sobre as glebas, desafiaram o Estado quando os PDS de Anapu foram criados, perseguiram camponeses, destruíram suas habitações e, a despeito de inúmeras denúncias, em fevereiro de 2005, assassinaram Dorothy Stang no PDS Esperança. Somente então, o governo tomou providências emergenciais, enviando o Exército, que ocupou o município por meses e assegurou, ao menos temporariamente, a permanência das famílias em lotes na AUA.

Em Anapu, dois PDS foram instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra): o PDS Esperança, ao sul da rodovia Transamazônica, com terras mais férteis, e o PDS Virola Jatobá (PDS VJ), ao norte da rodovia, com terras menos férteis. O PDS VJ, criado pela Portaria SR01 nº 39/2002, compreendia dois módulos distintos (PDS Anapu III e PDS Anapu IV). Em 31 de agosto de 2018, a Portaria nº 1.470 do Incra determinou a anexação de mais duas glebas, o que permitiu que os dois módulos fossem unificados, em área total de 41.869 ha (WATRIN *et al.*, 2020) (Figura 1).

**Figura 1** – Mapa de localização do PDS Virola-Jatobá, município de Anapu, PA.



Fonte: F. Elleres (2020).

Os lotes de uso alternativo são parcelas com em média 20 ha, destinadas ao uso agropecuário. Estão, portanto, passíveis ao desflorestamento integral, desde que devidamente autorizado. Medidas de controle do desmatamento na Amazônia resultaram, contudo, em procedimentos mais rígidos para obtenção de autorizações de supressão florestal, notadamente em municípios que não cumpriram metas de acordos visando a redução do desmatamento, como é o caso de Anapu (PORRO *et al.*, 2018). O maior rigor na aplicação da legislação ambiental descaracteriza a noção de AUA adotada pelo Incra para instalação das famílias quando da criação do PDS. Na implantação do assentamento, lotes para uso familiar foram distribuídos a ocupantes que teriam autonomia para utilizá-los integralmente para cultivos (exceto onde neles houvesse APP), desde que seguindo normas estabelecidas por um Plano de Uso aprovado pelos assentados. Porém, no novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de 25.05.2012), a supressão de vegetação nativa passa a depender de prévia autorização do órgão ambiental, e áreas desmatadas após julho de 2008 são tratadas como infração ambiental que demanda recomposição e pagamento pecuniário. Desde o estabelecimento do PDS, a obtenção destas autorizações se mostrou impraticável, dada a incapacidade dos próprios órgãos em viabilizar mecanismos para o licenciamento, situação que perdura até o presente.

Ao se buscar a conservação do meio ambiente, proibiu-se a roça. Constatase, porém, que as áreas desmatadas para roças durante os primeiros 15 anos de existência do PDS VJ representavam menos de 5% de sua superfície total (WATRIN *et al.*, 2020). Em 2002, quando as famílias iniciaram a ocupação dos lotes, a AUA continha 99,5% de cobertura florestal. Os assentados, embora dispoendo de tanta floresta estavam impossibilitados (por acordo até então informal) de desflorestar mais de 3 ha por ano. Assim, em sua maior parte não exploraram integralmente seus lotes antes de 22 de julho de 2008, marco temporal estabelecido pelo Código Florestal para definir área rural consolidada, e anistiar a pena de multa aos que desmataram ilegalmente. Como consequência, os produtores que mais conservaram sofreram o ônus de confiarem nas instituições públicas, seguindo a regra dos 3 ha por ano, enquanto outros que não a obedeceram e desmataram mais, resultaram anistiados da pena pecuniária.

É esperado que os projetos de assentamento rurais apresentem maiores taxas de desflorestamento durante os primeiros anos de implantação, período de consolidação no uso das terras nos lotes. Com o passar do tempo, o avanço das atividades agropecuárias tende a esgotar as reservas florestais e as taxas de desflorestamento entram assim em um inexorável declínio (WATRIN *et al.*, 2005). A despeito da inquietação referente ao desmatamento em assentamentos, NARVAES *et al.* (2021), ao interpretarem imagens de satélite, constataram forte predominância de cobertura florestal no PDS VJ, que em 2018 superava 91% de sua superfície.

Mesmo a AUA apresentava 61,5% de florestas em 2016 (WATRIN *et al.*, 2020). Em síntese, os níveis de desmatamento e substituição da cobertura florestal no PDS VJ resulta ainda aquém dos 20% preconizados para estabelecimentos rurais no bioma Amazônia pelo Código Florestal, e mesmo aos 10% conforme disposto no Art. 16 do Decreto 6.063/2007, que versa sobre a gestão de florestas públicas.

Porém, conflitos internos e externos que assolam o assentamento desde o final de 2017 (PORRO; PORRO, 2017) comprometem a razão de sua existência. Sem uma ação efetiva do poder público, o assentamento tem sido gradualmente ocupado por pessoas que ilegalmente adquiriram lotes na área de uso alternativo, muitas vezes por meio de prepostos. Com pretensões de domínio sobre áreas muito maiores, tais atores investem na progressiva derrubada de florestas na AUA e reserva legal. Estes ocupantes não aceitam as normas ambientais do PDS, sendo apoiados e financiados por grileiros, madeireiros ilegais e especuladores de terras.

A desestabilização do PDS VJ adquire maior expressão em novembro de 2017, quando cerca de duas centenas de invasores organizados ocupam a reserva legal, demarcando áreas individuais. A maior parte destes ocupantes vem da cidade de Anapu, movidos por boatos intencionalmente plantados sobre a existência de terras livres no PDS para se “tirar” um lote. Invasões iniciadas naquele ano resultaram na grilagem e desmatamento de mais de 1.000 hectares, segundo relatório da Semas-PA (BATISTA *et al.*, 2021). Em meio ao caos e na iminência do saque da floresta, alguns assentados regulares aderiram a esta ocupação, desesperados por verem seus direitos sobre a reserva legal serem apropriados por recém-chegados e, principalmente, por não mais acreditarem na ação do Estado. Como será abordado na sequência, um fator que muito contribuiu com a desestabilização do PDS foi a impossibilidade dos assentados licenciarem suas roças.

## **FUNDAMENTOS PARA ADEQUAÇÃO AMBIENTAL E LICENCIAMENTO AGRÍCOLA EM PDS**

Agricultores familiares assentados em áreas com cobertura florestal na Amazônia devem conciliar suas necessidades de área para cultivos com as expectativas de redução do desmatamento (SOUSA, 2017). Segundo Alencar *et al.* (2016), é nos assentamentos diferenciados que se observam os menores índices de desmatamento, indicando que o investimento nessa modalidade promoveria avanços na redução de impactos ambientais vinculados a assentamentos na Amazônia. Contudo, valorar a minimização do impacto ambiental nos PDS acima de sua função social e econômica conduzirá os projetos a resultados frustrantes, sendo imprescindível assegurar aos assentados condições para produzir seu alimento de forma apropriada e soberana, garantindo assim sua dignidade (SOUSA, 2017), o que implica em garantir a cada

família o direito de uso agrícola na AUA.

No PDS VJ, ao se estimar o desflorestamento num cenário de exploração total da AUA, com a ARL sendo mantida sob manejo florestal sustentável, mais de 90% das florestas permaneceriam intactas. Até o ano de 2015, 38,5% do total de 3.411 hectares da AUA haviam sido utilizados para produção agropecuária (WATRIN *et al.*, 2020), o que corresponde a 4,7% da área total do PDS.

Ao analisar o processo de licenciamento para exploração florestal protocolado em 2015 pela Associação Virola Jatobá (AVJ), representando os assentados, a Semas-PA, observando as disposições do Art. 5º de sua Instrução Normativa (IN) nº 6, de 19 de maio de 2011, constatou irregularidades e emitiu autos de infração. Segundo estes, foram identificados desmatamentos após 2008, sem autorização prévia do órgão, deixando um passivo de 431,72 ha desflorestados na AUA, 62,64 ha em área de reserva legal e 23,21 ha em APP.

No caso de haver passivos ambientais em assentamentos, o Art. 56 da IN nº 2 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), de 6 de maio de 2014, versa que o cumprimento dos dispositivos da Lei nº 12.651, de 2012, deverá ser feito mediante adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Já o Decreto Estadual nº 1.379, de 3 de setembro de 2015, que cria o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado do Pará, define, dentre os instrumentos do PRA, o Termo de Compromisso Ambiental – TCA<sup>4</sup> e o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas – Prada. O decreto prevê que, em assentamentos de reforma agrária, o TCA deverá ser assinado pelo beneficiário da reforma agrária e pelo órgão fundiário, e que a adesão ao PRA será efetuada com auxílio do órgão público responsável pela assistência técnica rural no Estado ou outros entes com que o órgão ambiental estabeleça parcerias.

Assim, em setembro de 2016, com o objetivo de regularizar o passivo na AUA do PDS antropizada antes e após 22 de julho de 2008, a AVJ, com apoio técnico de instituições de pesquisa e ensino, submeteu à Semas-PA, Proposta de Regularização e Licenciamento Ambiental. A demanda fundamentava-se no argumento de que a taxa de antropização do PDS estava aquém dos limites determinados pelo Código Florestal, e que a AUA dos PDS teria a função social da produção de alimentos. Na proposta, solicitou-se que o órgão ambiental reconhecesse o caráter de Área de Uso Alternativo, inicialmente em 56 dos 160 lotes, e, em decorrência, considerasse como consolidada a extensão já antropizada, desde que não estivesse localizada em APP. Desse modo, estaria se descaracterizando o desmatamento não autorizado em

<sup>4</sup> TCA: documento formal, a ser firmado com o órgão ambiental competente, que tem como objetivo fixar as obrigações de manutenção de toda a vegetação nativa remanescente existente em qualquer situação na propriedade ou posse rural, recomposição de áreas de preservação permanente e reservas legais, bem como estabelecer os compromissos de adequação ambiental e legal das atividades produtivas nas áreas destinadas ao uso alternativo do solo, nos termos da legislação vigor.

ARL como passivo ambiental, isentando os assentados de penalidades pecuniárias e da necessidade de recompor a vegetação nativa, conduzir a regeneração natural ou compensar a Reserva Legal, conforme o Art. 31º do Decreto Estadual nº 1.379. Nestes lotes, os assentados se comprometeriam a recompor apenas a vegetação nativa em APP.

Observações em campo realizadas desde 2012 por um dos autores deste artigo registravam que a falta de licenciamento ambiental da AUA prejudicava o bom andamento do assentamento, afetando a execução do manejo florestal comunitário. Nesse sentido, além de regularizar a área consolidada na AUA, a proposta demandou autorização de supressão florestal e licenciamento de atividade agropecuária, em pedido feito para 47 dos 56 lotes mencionados.

O Art. 13º da IN nº 6 da Semas-PA, de 19 de maio de 2011, define procedimentos de conversão de uso do solo por meio de Autorização de Supressão Florestal nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal, e indica que é o órgão responsável pelo empreendimento que deve solicitar a autorização de supressão. Por meio desta instrução, é obrigatório ao interessado a apresentação de inventário florestal a 100% dos indivíduos florestais comerciais considerados como tora, com diâmetro à altura do peito (DAP) superior a 0,50 m e, correlativamente às classes diamétricas inferiores, obrigatoriedade da apresentação de inventário florestal amostral. Em projetos de assentamento, a autorização de supressão florestal deverá ser requerida mediante a apresentação, dentre outros, de plano de exploração florestal, juntamente com plano de implantação da atividade de uso alternativo do solo e plano de controle ambiental, que contemplem toda a descrição da atividade de uso alternativo do solo a ser implementada, juntamente com seu cronograma físico de implantação. Em seu Art. 12º, a instrução indica que, para projetos em áreas sob responsabilidade do Incra, deverão ser apresentadas as poligonais pretendidas à supressão florestal em cada lote, de forma a viabilizar o monitoramento da implantação da atividade pleiteada e objeto de regularização.

No que diz respeito à recomendação acima, técnicos da Semas-PA manifestaram, em reuniões com os responsáveis pela elaboração da proposta submetida para o PDS VJ, unir as poligonais dos lotes, formando poligonal única. Tal foi justificado por facilitar a análise do pedido de regularização do passivo e supressão florestal, em função das limitações de recursos humanos disponíveis na Secretaria. Como será visto adiante, essa recomendação foi fator decisivo para o indeferimento da solicitação.

Uma vez suprimida, a floresta primária deixa indivíduos que se tornam matéria prima florestal. Havendo autorização para sua utilização, esta pode ser comercializada. Em anos anteriores, haviam fracassado várias tentativas dos

assentados em obter autorização para comercialização de toras das áreas utilizadas para os roçados tradicionais, que assim terminaram por ser queimadas. Assim, a proposta contemplou também o pedido de autorização para comercialização de créditos de madeira em tora, proveniente das áreas autorizadas para supressão em 2016-2017. O Art. 23º da IN nº 6 da Semas-PA, de 2011, estabelece que tal requisição deverá ser precedida do romaneio da matéria-prima florestal em suas diferentes classes diamétricas e de utilização, precedido de informações sobre a metodologia, empilhamento e prospecções volumétricas.

Em conclusão aos fundamentos para elaboração da proposta de regularização ambiental e licenciamento das atividades agrícolas do PDS VJ, é razoável argumentar que, a despeito de terem seus direitos originais restringidos, os assentados, ao encaminharem a proposta à Semas-PA, sinalizavam forte expectativa de dar continuidade ao cultivo da roça como estratégia essencial de seus meios de vida. Conforme Gomes *et al.* (2018), a imposição de normas excessivas prejudica o fazer camponês, pois o tempo do campesinato, que ajusta o trabalho para obtenção do alimento cotidiano com o calendário agrícola, é diferente do tempo da burocracia estatal, que exige condicionantes que nem seus próprios agentes governamentais conseguem avaliar em tempo hábil.

### COMPONENTES DE UMA PROPOSTA PARA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

A iniciativa para regularização ambiental no PDS partiu de 56 famílias associadas à AVJ, que buscavam viabilizar mecanismos para a integração das atividades agrícolas tradicionais com o manejo florestal. Durante reunião do Comitê de Acompanhamento ao Manejo Florestal nos PDS de Anapu (Camflor<sup>5</sup>), realizada em novembro de 2015, com participação de representantes da Semas-PA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Inkra, acordou-se que seria elaborado projeto visando regularizar a atividade agropecuária nos lotes da AUA do PDS Anapu IV.

Após discussão com a AVJ e a Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Florestais do PDS (Coopaf), a partir de dados coletados pelos próprios assentados à época da reunião, formou-se, em abril de 2016, um grupo de trabalho composto por pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) e Embrapa Amazônia Oriental, visando mapear de forma participativa as áreas e recursos dos lotes de uso alternativo, e elaborar a proposta piloto. Como produto desse trabalho e por meio de documento protocolado junto

<sup>5</sup> O Camflor se reuniu em cinco ocasiões, entre 2014 e 2016, como ação promovida pelo projeto de pesquisa “Governança local e sustentabilidade do manejo florestal de base comunitária nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável em Anapu, Transamazônica (Automanejo)”, sob coordenação da Embrapa Amazônia Oriental, e executado em colaboração com a UFPA, Ufra, Inpe e IFPA.

à Semas-PA, sob observação do Ministério Público Estadual, delimitava-se a área para a qual a AVJ solicitava o reconhecimento da consolidação do uso agrícola, além da supressão florestal e concessão e créditos para comercialização de madeira em áreas a serem destinadas para agricultura e pecuária no período de 2016 a 2018. A seguir, apresentam-se os componentes da proposta submetida, com detalhamento das respectivas etapas necessárias para sua elaboração.

### **RECONHECIMENTO DO CARÁTER CONSOLIDADO DA ÁREA ANTROPIZADA EM AUA NO PDS**

A análise da dinâmica de uso e cobertura da terra do PDS partiu da construção, tratamento e análise de dados georreferenciados, classificação das imagens de satélite, geração da legenda e imagens temáticas e quantificação de área das classes mapeadas. Para o mapeamento dos padrões de uso e cobertura da terra foram empregadas imagens Landsat, órbita/ponto 225/62. Considerou-se para a análise a área de 39.485,76 ha, que, à época, correspondia à soma das áreas dos módulos PDS Anapu III e IV (WATRIN *et al.*, 2020). Como resultado da análise, constatou-se que, passados 13 anos de sua criação, o PDS apresentava uma taxa de antropização muito inferior aos limites preconizados pelo Código Florestal. Em 2015, a antropização correspondia a cerca de 6,7% da então área total do PDS, destacando-se que, dos 2.652,8 ha identificados, 1.100 ha já estavam desflorestados em 1999, bem antes da chegada das primeiras famílias ao PDS, em 2002.

Em comum acordo da AVJ com instituições parceiras (Embrapa, UFPA) e o órgão gestor (Incrá), decidiu-se restringir a proposta de regularização ambiental a 56 dos 160 lotes. Tal decisão baseou-se na realização do trabalho apenas em lotes com condição regular de assentados perante o Incra, vinculação dos mesmos à AVJ, e ao apoio ou participação destes nas atividades de manejo florestal sustentável.

### **DEFINIÇÃO DAS CLASSES DE USO E COBERTURA DO SOLO COM DIMENSÃO TEMPORAL**

A partir de entrevistas com os assentados, das exigências legais estabelecidas pelo Código Florestal e pela Semas-PA, e das observações em campo realizadas em julho de 2015 (Assunção, 2016), foram definidas 14 classes de uso e cobertura do solo. O objetivo de incluir a dimensão temporal às classes mencionadas era classificar o desmatamento ocorrido em referência ao disposto no Código Florestal e à legislação estadual. A classe capoeira foi subdividida em três: anterior à 2008, posterior a 2008 com idade superior a 5 anos, caracterizando necessidade de autorização para supressão e, posterior a 2008, mas com idade inferior a 5 anos, caracterizando a não necessidade de autorização para supressão, e sim a de limpeza. As APPs foram

delimitadas em laboratório, utilizando-se a rede de drenagem constituinte das bases cartográficas utilizadas pela Semas-PA.

### **LEVANTAMENTO DAS CLASSES DE USO E COBERTURA DO SOLO DOS LOTES E ELABORAÇÃO DE CROQUIS**

A princípio, foram confeccionados croquis com os limites de cada lote, a partir de arquivos disponibilizados pelo Incra, para serem preenchidos em campo. Participaram da atividade 10 estudantes sob coordenação de docentes da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPA, Campus de Altamira. De posse do croqui impresso em papel cartão e de um GPS de navegação, dois estudantes e o produtor (para informar detalhes da cronologia do uso) percorriam o lote, identificando tipos de uso ou cobertura e seus limites, e os assinalando no croqui, assim como registrando os limites com utilização do GPS.

### **GEORREFERENCIAMENTO DA AUA**

O perímetro do PDS havia sido georreferenciado em 2015 por empresa contratada pelo Incra, o mesmo não ocorrendo com o da AUA e da ARL. Para efeito da regularização e licenciamento ambiental, entendeu-se que a Semas-PA exigiria a definição destas áreas, com o mesmo procedimento utilizado para o perímetro do PDS. Assim, em junho de 2016, equipe da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) coordenada por responsável técnico cadastrado no Incra, georreferenciou o perímetro da AUA, utilizando um par de GPS geodésicos. Ao longo do trabalho, constatou-se diferenças entre um dos limites da AUA (levantado pela Ufra) que se sobrepunha ao limite do PDS (levantado pela empresa contratada), o que implicaria em perda significativa de terras do PDS. A empresa reconheceu e retificou o erro. O Incra aprovou o relatório e, em agosto do mesmo ano, o resultado do georeferenciamento foi inserido no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), associado ao perímetro do PDS.

Ao longo do georreferenciamento da AUA, percebeu-se que, em diversos casos, os arquivos digitais utilizados pelo Incra não correspondiam à localização em campo dos limites físicos dos lotes. Ou seja, os assentados adotavam limites significativamente distintos do que constava na malha digital. Contribuía para isso o relevo, exigindo o traçado das estradas de acesso em local diferente do planejado, ou mesmo, limites consistentemente deslocados, indicando problemas de ordem operacional. Sugeriu-se, então, realizar auditoria visando redefinir a malha fundiária utilizada pelo Incra, com base na localização efetiva dos lotes, ou proceder a ajustes na demarcação dos mesmos. Além disso, os lotes, que deveriam medir 20 hectares, apresentavam dimensões bastante variadas. Apesar do tamanho médio dos 160 lotes

ser de 20,8 hectares, havia 22 lotes com menos de 18 ha (4 deles com menos de 16 ha), e 41 lotes com mais de 22 ha (5 deles com mais de 30 ha). Recomendou-se, à época, vistoriá-los in loco e analisar ajustes que os tornassem mais equitativos. Com relação aos lotes com APP, sugeriu-se verificar sua situação, pois, conforme discutido em reunião no Ministério Público Estadual e inserido no Plano de Utilização de Recursos Naturais do PDS, lotes com APPs significativas teriam o direito de ter sua área ampliada como forma de compensação, de tal maneira que aos assentados estivesse efetivamente disponível ao menos 20 ha para uso agrícola. Tal ampliação implicaria na alteração do perímetro da AUA, e conseqüentemente, do tamanho da ARL. A auditoria proposta não foi realizada até o presente (agosto de 2021).

### **ELABORAÇÃO DE MAPAS INDIVIDUAIS E MAPA GERAL DE CLASSES DE USO E COBERTURA DO SOLO**

Os limites das classes de uso levantados em campo foram convertidos em formato vetorial pelo programa de sistemas de informações geográficas ArcGIS. A seguir, esses limites no formato vetorial de linha foram editados, ajustados, unidos aos limites dos lotes e convertidos em formato vetorial de polígono. Os polígonos formados foram identificados conforme registros das classes ilustradas nos croquis em cartão e, ao final, os limites de cada lote foram unidos aos dos demais para se obter um mapa geral de classes, a partir do qual foi possível se calcular a área total de cada classe nos 56 lotes.

### **IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DA ÁREA CONSOLIDADA**

A partir do mapa geral de classes de uso e cobertura do solo, foi possível quantificar a área e o percentual de cada classe nos 56 lotes selecionados. Dos 1.210,96 ha de área total, equivalente a pouco mais de um terço (35,5%) da AUA, 51,6% continuava coberta por floresta primária em 2016. As áreas em regeneração (capoeiras) somavam 17,6% e as pastagens, entre pastos sujos e limpos, somavam 15,6%. A área restante incluía atividades agrícolas (10%), floresta secundária e açcaizal nativo (3,5%), e edificações com quintais (1,7%).

Em 2016, o total da área desflorestada nos 56 lotes era de 543,91 ha. Desse total, restava quantificar o desmatamento ocorrido após 2008. A partir das informações de campo foi possível quantificar e somar as áreas de capoeira formadas antes de 2008, perfazendo 41,22 ha. Para quantificar o desmatamento ocorrido antes de 2008 nas demais classes, compararam-se imagens Landsat de julho de 2008 e julho de 2015. As áreas desflorestadas na AUA eram respectivamente, 494,99 ha e 1.306,67 ha, sendo este último percentual aplicado para junho de 2016. Ou seja, dos 1.306,67 ha desflorestados até junho de 2016, 37,9% já estavam desflorestados até julho de

2008. Tomando-se a soma das áreas de pastagens e cultivo permanente em junho de 2016 (219,03 ha) e aplicando-se a mesma porcentagem acima, estimou-se que 82,96 hectares destas classes de uso tenham sido estabelecidos em áreas desmatadas até julho de 2008, o que reduziria para 419,73 ha o total implantado após o marco temporal do Código Florestal.

Com base na identificação do passivo ambiental e no argumento de que as áreas correspondentes a esse passivo deveriam ser consideradas áreas de uso alternativo consolidadas e não áreas de reserva legal, a AVJ, em setembro de 2016, protocola proposta junto à Semas-PA para regularização ambiental dos 56 lotes. No caso de o passivo incidir sobre APP, a AVJ comprometeu-se a recuperar as mesmas dentro de um prazo de 5 anos, a contar do início da data do pedido de regularização. Destaca-se que dos 1.210,96 ha, 16,53 ha estavam localizados além dos limites da AUA, estabelecida conforme arquivo digital utilizado pelo Incra. Constatou-se em campo que diversos marcos utilizados pelos assentados para delimitação da área de seus lotes não correspondiam ao mapeamento digital. Assim, optou-se por inserir a referida área no estudo, porém conferindo-lhe tratamento diferenciado.

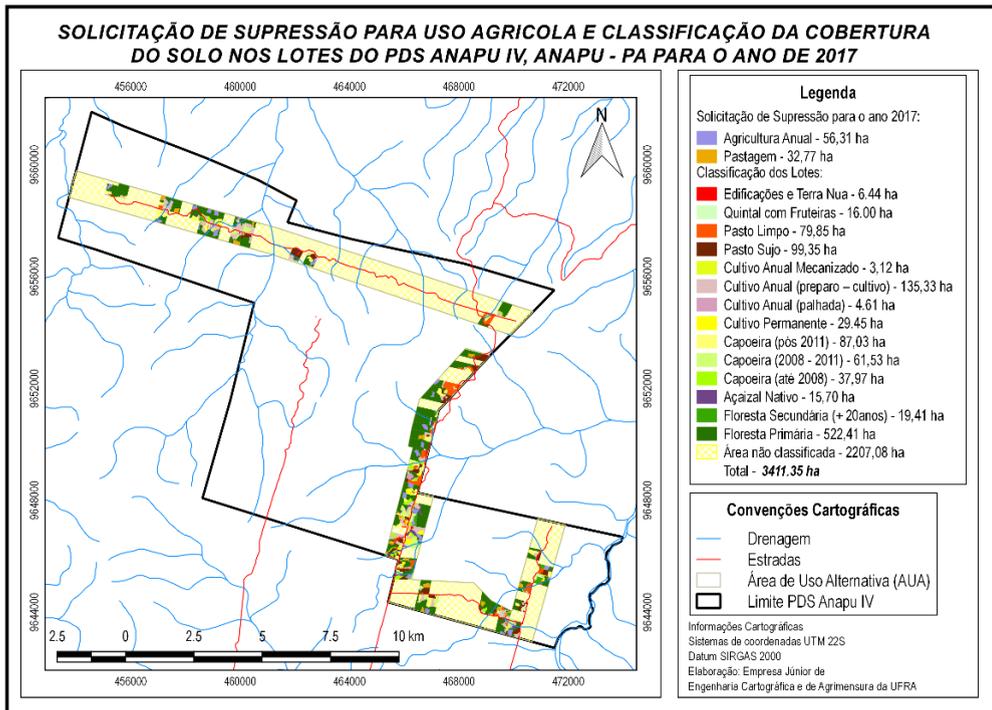
#### **MAPEAMENTO DE ÁREAS PARA SUPRESSÃO FLORESTAL VISANDO O CULTIVO TRADICIONAL**

Como cláusula constante da proposta, considerava-se de comum acordo que seriam submetidas solicitações de supressão florestal nas parcelas da AUA, atendendo-se a legislação ambiental vigente. Como parte desse levantamento, realizou-se em julho e agosto de 2016 trabalho de campo junto a assentados nas 56 parcelas selecionadas, com o objetivo de identificar a área para a qual seria solicitada autorização de supressão. Em cada uma das parcelas, procedeu-se ao mapeamento em campo das áreas de floresta ou capoeira superior a cinco anos, previstas para utilização no ano agrícola 2016-2017. Cada assentado indicou o objetivo do licenciamento, distinguindo entre cultivos agrícolas e pastagens. Seguiu-se o disposto no Plano de Utilização do PDS VJ, que limita em 3 hectares a área máxima para desmatamento anual em cada parcela.

A partir do mapa total de intenção de uso em 2017, foram quantificadas áreas que seriam destinadas a cultivos e a pastagens. A proposta considerou 47 dos 56 lotes, pois os demais não seriam cultivados no período em questão. Foram solicitados 61,45 ha para licenciamento agrícola e 32,91 ha para estabelecimento de pastagens, totalizando 94,36 ha, sendo 92,0 ha em floresta primária e 2,36 ha em capoeiras com mais de cinco anos. A Figura 2 apresenta a classificação de uso e cobertura do solo em 56 lotes da AUA, e identifica as áreas para as quais se solicitou a supressão florestal. No decorrer desse trabalho, constatou-se que 11,23 ha às quais se solicitava

autorização para supressão se localizavam além dos limites da AUA, segundo base de dados utilizada pelo Incra. Tal área foi excluída da proposta, assim como 1,58 ha localizados em APP.

**Figura 2** – Classificação da cobertura do solo e identificação de áreas para supressão florestal nas parcelas de uso alternativo do PDS Virola-Jatobá, Anapu, PA.



Fonte: T. Marques (2017).

## **AVALIAÇÃO DA VOLUMETRIA PARA SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS DE MADEIRA EM TORA PROVENIENTE DAS ÁREAS AUTORIZADAS PARA SUPRESSÃO**

Após a definição das áreas a serem inventariadas, procedeu-se à realização de inventário florestal 100% nas áreas de floresta primária e capoeira acima de 5 anos. Os inventários foram realizados pela equipe de manejadores florestais do PDS, com supervisão de pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental. Foram inventariadas 47 áreas descontínuas, num total de 94,36 ha. O trabalho constou de inventário 100% das árvores com DAP acima de 45 cm. Para a espécie acapu (*Vouacapoua americana* Aublet), a mais abundante, o DAP utilizado foi de 35 cm. Foi ainda realizado inventário amostral na forma de 138 parcelas temporárias de 10m x 40m, em 32 dos 47 lotes selecionados, totalizando 5,52 ha (5,84% dos 94,36 ha).

Os resultados do levantamento foram digitalizados e produziram-se planilhas para cada tipo de inventário (amostral e 100%). Para cada um deles, calculou-se o volume das árvores, adotando-se o fator de forma de 0,7 para o ajuste dos valores. Havia sido acordado, na discussão com representantes da Semas-PA, que a comercialização das toras seria realizada associada ao Plano de Manejo Florestal Sustentável em curso no PDS.

### **PARADOXOS NOS ARGUMENTOS PARA O INDEFERIMENTO DO LICENCIAMENTO**

Passados mais de 19 meses desde o protocolo da proposta, em maio de 2018 a Semas-PA formalmente indeferiu o pedido da AVJ. Por si só, a lentidão no processo de análise já havia comprometido as perspectivas de um resultado satisfatório, pois aguardava-se uma definição positiva para o calendário agrícola de 2016-2017. O projeto havia assumido função estratégica na negociação interna no PDS, como instrumento proposto pelo grupo de assentados que defendia a manutenção de práticas legais relacionadas ao uso e gestão da floresta. A aprovação da proposta de licenciamento ambiental ratificaria a posição desse grupo, questionada por um número crescente de ocupantes, a maior parte recém-chegados, que não aceitavam tais ingerências restritivas. Percebe-se, assim, a incapacidade do órgão em dirigir a situação com a urgência necessária. A demora na análise da proposta ocorreu em momento crítico, pois coincidiu com a invasão da reserva legal do PDS por setores que visavam desestruturar a modalidade PDS e a proposta de manejo florestal sustentável (PORRO; PORRO, 2021). Assim, quando a resposta negativa foi recebida, o grupo que defendia a legalidade já estava muito fragilizado em sua organização. A seguir, são analisados os argumentos utilizados pela Semas-PA para indeferir a proposta de reconhecimento da área consolidada, licenciamento para atividades agrícolas e autorização de supressão florestal. A análise aponta para idiossincrasias associadas à tramitação de processos nos órgãos licenciadores, e inconsistências nos argumentos utilizados para o indeferimento.

### **PDS EM PERÍMETROS DESCONTÍNUOS, COM DOIS REGISTROS NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL**

Cerca de 15 meses após o protocolo do pedido, em 7.12.2017, a Diretoria de Geotecnologias (Digeo) da Semas-PA concluiu a avaliação do componente de regularização ambiental da proposta, e emitiu laudo técnico. Neste, consta apenas a avaliação do PDS Anapu IV como área para se contabilizar a porcentagem de antropização. O técnico responsável pelo laudo, ao realizar análise multitemporal das imagens de satélite, observou que o percentual de floresta (76,7%) estava abaixo do estabelecido pela Lei 12.651/2012. Ao não considerar a área completa do PDS JV

para contabilizar o percentual de desmatamento, a Semas-PA ignorou a realidade de campo, consequência dos tortuosos meandros técnicos associados à implementação da política ambiental.

Desde a criação dos PDS em Anapu, pendências e contestações judiciais impediram destinar algumas glebas ao Incra e, conseqüentemente, à reforma agrária. O PDS VJ foi assim formado por duas áreas descontínuas, o Anapu III e Anapu IV. Contudo, as áreas foram sempre consideradas complementares, em projeto de assentamento único, sendo que o Anapu III nunca incluiu lotes para uso alternativo e assentamento de famílias em função de restrições para assentamento apontadas pelos próprios técnicos do Incra (distância, limitação hídrica, baixa fertilidade do solo). As matrículas distintas associadas a cada área não geraram conseqüências até 2014. O Plano de Manejo Florestal, elaborado em 2006, e cuja primeira etapa vigorou até 2013, abrangia áreas nos dois perímetros, tendo sido emitidas desta forma pela Semas-PA a Licença de Atividade Rural (LAR) e quatro Autorizações para Exploração Florestal (Autef). Em 2013, com a entrada em vigor do Cadastro Ambiental Rural, a AVJ providenciou a elaboração de registros para cada um dos perímetros do PDS, protocolados no Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (Simlam), mantido pela Semas-PA.

Com a migração do monitoramento ambiental para o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), uma série de dificuldades passam a ser aplicadas à situação particular de um projeto de assentamento estabelecido em perímetros descontínuos, com registros distintos no Sicar. Para renovação da LAR e emissão de Autef, em 2016 a Semas-PA excluiu do PMFC a área que pertencia ao PDS Anapu IV, na qual foram exploradas duas Unidades de Produção Anual (UPAs). Prejuízos ambientais resultaram da exclusão, devido à necessidade de instalar novo pátio de estocagem florestal em substituição ao localizado na área excluída, e conseqüentemente, suprimir a vegetação nessa nova área. O georeferenciamento dos perímetros, realizado em 2015 pelo Incra, havia resultado em modificações cartográficas a serem atualizadas nos registros do CAR. No processo de migração para o Sicar, registros adicionais foram então superpostos aos iniciais, alguns deles com imprecisões, em trabalho contratado pelo Incra, gerando duplicidades e demandando retificações. Porém, o fato de existir uma Autef em vigor com um registro de CAR associado, impedia o cancelamento desses registros até que a produção florestal fosse comercializada, pois a alteração do CAR afetaria o status ativo da AVJ no Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais (Ceprof/PA).

Também em relação ao pedido de licenciamento para atividades agrícolas, o fracionamento formal do PDS afetou diretamente o direito dos assentados. Como



de que possuíam o direito ao uso integral para agricultura do lote na AUA. Porém, desde os anos iniciais de instalação, um grupo de famílias ocupou a parte oeste do então PDS Anapu IV, com acesso pela vicinal do km 115 da rodovia Transamazônica, à revelia do Incra, não aceitando as regras da modalidade PDS, inclusive apropriando-se de áreas individuais superiores aos previstos 20 ha. É nesta parte do PDS que se constatam os maiores índices de desmatamento, praticados por produtores que nunca fizeram parte da AVJ. A incidência destes desmatamentos trouxe consequências negativas para os assentados, que, por meio de sua associação, foram responsabilizados pelos órgãos ambientais por danos ali ocorridos. A análise empreendida pela Semas-PA, do desmatamento no PDS, incorporou as áreas convertidas em pastos por estes ocupantes.

Após o laudo técnico emitido em dezembro de 2017, equipe da Semas-PA que vistoriava o PDS se deslocou à área situada nesta vicinal. A equipe constatou que, naquele local, não havia lotes que buscavam autorização de supressão. Nesta área apenas se verificou o desmatamento causado por seus ocupantes. A área era, segundo o relatório, caracterizada por grandes extensões de pasto, ou seja, convertida em fazendas.

Em agosto de 2018, oito meses após a vistoria, ocorre a decisão da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal, que aprova a incorporação de duas glebas adicionais ao PDS VJ, promovendo a integração dos dois perímetros, e excluindo a área sob domínio dos ocupantes irregulares que causaram substancial desmatamento. Ou seja, os técnicos não procuraram investigar que a porção do PDS que continha a maior área desmatada era um caso especial de ocupação ilegal, que deveria ser tratado de forma diferenciada nas análises. Estas, ao não levarem em consideração tais aspectos contextuais, foram mais uma vez determinantes no parecer de indeferimento.

### **INCOMPREENSÃO QUANTO AO SISTEMA TRADICIONAL CAMPONÊS DE CULTIVO NA AMAZÔNIA**

De acordo com o relatório, os lotes vistoriados, em geral, se encontravam com parte de suas áreas desmatadas, geralmente ao lado das residências, sem aproveitamento agrícola, com aspecto de abandono, evidenciado pela presença de espécies invasoras. Algumas das áreas cujas árvores foram inventariadas se encontravam em APP. Outras se encontravam em locais que, para acessá-los, era necessário atravessar cursos d'água e escalar áreas bastante íngremes, conseqüentemente, sujeitas à erosão. Em um dos lotes estava ocorrendo desmatamento no momento da vistoria. Em outros, foram identificadas queimadas propositas no sub-bosque e o beneficiamento de castanha do Pará, espécie protegida por lei. Segundo o relatório, os

técnicos tiveram a impressão de que os ocupantes não sabiam ao certo a dimensão dos seus lotes, prejudicando a manutenção dos mesmos devido à falta de domínio sobre eles.

Ao julgarem áreas abertas como ociosas, os técnicos ignoram a prática camponesa, que embora possa ser considerada precária na perspectiva de um ordenamento e planejamento técnico, possui lógica e racionalidade próprias. Num contexto agrário de rotatividade ocupacional extremamente alta, desprovidos em sua grande parte de capital, e lidando com normas oficiais que inviabilizam a transformação da terra em ativo de valor sob sua própria concepção, os camponeses têm sua capacidade de trabalho limitada por imposições ambientais.

Às ameaças ao cultivo da roça, instituição fundante deste campesinato, sustentada por institutos de autonomia no controle dos meios de produção e de reciprocidade entre unidades familiares de produção e consumo (SHANIN, 1995; GODOI *et al.*, 2009), alternativa que se coloca para a reprodução social dos mesmos é o diferencial de valor do lote, entre ocupação inicial e eventual saída. Para assentados que recebem lotes com custo de ocupação reduzido, a opção de repassá-lo adiante com benfeitorias, incluindo áreas abertas, mostra-se plausível, embora o valor auferido dificilmente supere o obtido pela família caso permanecesse cultivando roçados no lote, reforçado pela renda monetária nos períodos de vigência do manejo florestal.

### **O PARECER DE INDEFERIMENTO**

Em abril de 2018, a Semas-PA emitiu o parecer técnico em atenção ao pedido de supressão florestal, se manifestando pelo indeferimento do pedido, baseando-se na Lei 12.651/2012, no Plano de Utilização dos Recursos Naturais dos PDS e no Relatório Técnico originado da vistoria realizada na área. De acordo com o parecer, constatou-se, ao longo da vistoria, a prática de desmatamento, fogo proposital no sub-bosque da floresta, derrubada de árvores de acapu e castanha do Pará em alguns lotes e o processamento, com uso de motosserra, de árvores de castanha do Pará. De modo geral, identificou-se áreas nos lotes com solo exposto que poderiam ser destinadas à prática agrícola, evitando-se assim novas aberturas de cobertura florestal. Observou-se também lotes com área florestal preservada, porém com pedidos de supressão florestal em APP (cursos d'água e áreas íngremes). Assim, com base no exposto, sustentou a posição em manter o caráter dos desmatamentos identificados pelo laudo técnico como sendo passivos ambientais.

No mês seguinte, a Diretoria de Gestão Florestal e Agrossilvipastoril (DGFLOR da Semas-PA) emitiu nota para esclarecer os critérios técnicos adotados, que culminaram no indeferimento do processo em questão. Segundo a nota, considerou-se prioritariamente as informações de passivo ambiental contidas no laudo da Digeo,

sendo as maiores aberturas concentradas em fazendas instaladas às margens da vicinal do km 115. Porém, dizia a nota técnica, áreas abertas foram constatadas na maioria dos lotes visitados, onde as terras correspondentes não eram devidamente utilizadas.

Ainda, conforme a nota técnica, não havia demarcação em campo dos lotes, dificultando sua manutenção pelos ocupantes, além de propiciar o avanço do desmatamento sobre áreas de reserva legal. Por fim, a nota concluiu que, como o registro no CAR do PDS Anapu IV independe daquele do PDS Anapu III, a análise incorreu apenas sobre a área do primeiro. Portanto, não haveria mais área disponível a ser suprimida, no limite de 20%.

Em síntese, ao completar a avaliação do pedido de regularização ambiental e autorização para supressão florestal, a Semas-PA expôs os motivos que a levaram a indeferir o pedido: excluir da análise, por falta de CAR unificado, a contabilização das florestas existentes na área do PDS Anapu III e constatar in loco ilícitos no PDS Anapu IV.

Ao longo das tratativas relacionadas à legalidade da gestão ambiental no PDS, por diversas vezes, os gestores e técnicos da Semas-PA se mostraram receptivos, demonstrando apreço pela causa dos assentados em PDS, considerando a modalidade fundamental para a conservação da floresta amazônica. Contudo, ao ser o processo tramitado por diferentes departamentos, tal interesse se esvaiu ao ponto de a proposta ser indeferida. Ou seja, apesar da aparente compreensão, por parte dos gestores, o órgão ambiental não cria condições para transferir tal abordagem em procedimentos processuais, para que servidores e técnicos incorporem em seu repertório analítico a interpretação de aspectos contextuais. A falta desta dimensão limitou de forma decisiva a capacidade crítica dos servidores.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao indeferir o pedido de regularização ambiental, a Semas-PA prejudica a autonomia organizacional e produtiva das famílias assentadas. As regras, apesar de criar novos deveres, impõem prioridades e, conseqüentemente, interferem diretamente no modo de vida das famílias (MENDES; PORRO, 2015). Para as autoras, uma situação como essa conduz as famílias a ter que se dedicar bastante à atividade florestal em detrimento da atividade agrícola. Segundo as mesmas, essa é exatamente a meta do governo. Assim, a prática social e agrícola da “roça” deixaria de ser atividade principal, o que levaria o camponês a abdicar de seu direito vivido à terra para investir no direito formal à terra.

A negativa ao pedido de regularização ambiental e licenciamento do PDS VJ e a incompreensão do órgão ambiental sobre a urgência e a vantagem comparativa

do licenciamento das atividades agrícolas e do plano de manejo florestal do PDS VJ enfraquecem não somente a proposta de manejo, mas também a associação dos assentados e a própria proposta do PDS enquanto modalidade de assentamento ambientalmente diferenciado (SABLAYROLLES *et al.*, 2019). Segundo os autores, a aderência rígida a regras burocráticas impediu o licenciamento, apesar das falhas serem possíveis de se sanar. Do outro lado, apesar das sistemáticas denúncias, a Semas-PA não cumpriu as regras vigentes que poderiam ter impedido 18 meses de desmatamento por invasores, com crimes intencionais de impossível reparação.

As famílias alinhadas ao PDS são as que, proporcionalmente, desmatam menos, apesar do maior número de anos de uso, e têm enfrentado sérias dificuldades, principalmente conflitos com aqueles que disputam a apropriação da madeira e terras do assentamento (PORRO *et al.* 2018). A partir de 2017, as dificuldades se intensificam pelo expressivo aliciamento de agricultores familiares a processos de invasão a assentamentos de reforma agrária. Além disso, parte dos ocupantes recém-chegados no assentamento questiona a gestão da área coletiva, prevista no formato legal do PDS. São observados, inclusive, casos de famílias que desistiram do PDS, num contexto onde segmentos do campesinato aderiram ao mercado ilegal de terras e madeira na Transamazônica. Por fim, a morosidade em licenciar as atividades agrícolas fragiliza a economia das famílias e, conseqüentemente, a proposta de manejo florestal.

O agravamento de conflitos internos inclui divergências sobre como proceder diante das normatizações ambientais (GOMES *et al.*, 2018). Ocorre, simultaneamente, a relativa associação entre segmentos em reação ao “inimigo comum”: o excesso de normas que os impede de realizar suas atividades, atrelado à criminalização dos que desrespeitam as regras impostas.

Os desafios que envolvem o PDS VJ expressam a fragilidade dos assentados em manterem sua existência com atividades de subsistência (SOUSA; PORRO, 2020). Expressam também a fragilidade da própria legislação, em não viabilizar instrumentos e medidas que possam se adequar aos que necessitam manter suas atividades, porém não possuem meios necessários para se ajustar ao exigido. Os autores, ao citarem Azevedo-Ramos & Pacheco (2016), afirmam não ser possível o Estado, na busca de maior controle, criar regras sem condições de serem cumpridas. Como resultado, fortalece-se atividades ilegais e enfraquece-se os produtores legais. Além disso, a proximidade com outros tipos de assentamento, onde não são observadas tantas fiscalizações, intensifica a sensação de injustiça entre os assentados (GOMES *et al.*, 2018). Como afirma um dos fundadores do PDS VJ: “o governo pune quem quer ser PDS, mas passa a mão em quem é contra. Quanto tempo estamos lutando para ter a licença de nossas roças? Enquanto isso, nossa

Associação leva multa porque os contra estão abrindo pasto adoidado e nem Incra, nem Ibama, nem olha”.

Os camponeses, organizados em torno do PDS, são conscientes de que não foram e não são eles os principais responsáveis pelo desmatamento no município. Por isso, sentem-se injustiçados com a proibição de práticas que permitem a sobrevivência de suas famílias (GOMES *et al.*, 2018). A narrativa de um dos assentados do PDS, em entrevista concedida a Sousa (2017), traduz o que eles sentem a respeito:

*“Eu penso assim, que eles querem nos barrar, eles querem proibir a gente de fazer nosso pedaço de roça. Aí eu fico: como vamos ficar aqui sem botar nosso pedaço de roça? Nós não podemos botar roça, e o fazendeiro larga os 20 alqueires dele no chão, e eu com 4 alqueires não posso fazer minha roça?[...] O que deveria tomar uma providência é a Semas, e os próprios coordenadores daqui. Não era para ter isso de todos os anos ter que tirar licença para derrubar a roça. Era para a Semas vir aqui ver o que a gente passa, e aí dar um documento para o agricultor dizendo que os quatro alqueires é nosso direito. Você pode derrubar suas oito ou doze linhas, não tem que ter esse negócio de você correr o risco de ser multado toda hora. Esse ano não pode derrubar.”*

No contexto de ilegalidade vivenciado na Amazônia contemporânea, políticas de comando e controle são essenciais para conter a destruição da floresta e crimes ambientais associados. Contudo, a atuação inconsistente do Estado em relação a camponeses assentados em PDS reforça a colisão entre direitos sociais e ambientais (BENATTI, 1999), impedindo tanto o alcance de metas de justiça social quanto as de conservação ambiental. Reduzir o desmatamento causado por esses produtores depende de políticas públicas adequadas e/ou da criação de alternativas econômicas que lhes ofereçam outras oportunidades de renda (BARROSO; MELLO, 2020), sem, porém, lhes tolher as relações sociais estabelecidas no cultivo da roça.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, A.; PEREIRA, C.; CASTRO, I.; CARDOSO, A.; SOUZA, L.; COSTA, R.; BENTES, A. J.; STELLA, O.; AZEVEDO, A.; GOMES, J.; NOVAES, R. **Desmatamento nos assentamentos da Amazônia: histórico, tendências e oportunidades**. Brasília: IPAM, 2016. 93p.

ASSUNÇÃO, H. N. **Interações entre agricultura e manejo florestal: uma análise do uso da terra, meios de vida e sustentabilidade no projeto de desenvolvimento sustentável Virola-Jatobá em Anapu (PA)**. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em

Ciências Ambientais) – UFPA, Belém, 2016.

AZEVEDO-RAMOS, C.; PACHECO, J. Economia florestal comunitária e familiar na Amazônia. In: PEZUTTI, J.; AZEVEDO-RAMOS, C. (Orgs.). **Desafios amazônicos**. Belém: NAEA, 2016. p. 357-396.

BARROSO, L. R.; MELLO, P. P. C. Como salvar a Amazônia: por que a floresta de pé vale mais do que derrubada. **Revista de Direito da Cidade**, v. 12, n. 2, p. 331-376, 2020. <https://doi.org/10.12957/rdc.2020.50980>.

BATISTA, F. R. O.; PORRO, R.; QUARESMA, E. D. S. Valoração da distribuição e destruição de ativos biológicos: abordagem da contabilidade ambiental aplicada a um assentamento em conflito na Amazônia brasileira, 2020 (submetido).

BENATTI, J. H. A criação de unidades de conservação em áreas de assentamento de populações tradicionais. **Novos Cadernos NAEA**, v. 1, n. 2, p. 1-14, 1998. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v1i2.7>.

BOMBARDI, L. M.; MANFREDINI, S.; Fernandez, G. A. Desafios da produção agrícola camponesa nos assentamentos de reforma agrária. Assentamento Milton Santos – Americana/SP. **GEOUSP: Espaço e tempo**, v. 13, n. 2, p. 135-148, 2009. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2009.74132>.

BRANDÃO JR., A.; SOUZA JR., C. Deforestation in land reform settlements in the Amazon. **State of the Amazon**: 7. Belém: Imazon, 2006. Disponível em: <https://imazon.org.br/en/publicacoes/deforestation-in-land-reform-settlements-in-the-amazon/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007. Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 55, p. 1-4, 21 mar. 2007.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**:

seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 102, p. 1-8, 28 mai. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Portaria SR-01 nº 39, de 13 de novembro de 2002. Dispõe sobre a criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola-Jatobá. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 236, p. 66, 06 dez. 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Portaria nº 1.040, de 11 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a criação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 240, p. 274, 12 dez. 2002.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Portaria nº 477, de 04 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação de Projeto de Desenvolvimento Sustentável. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 137, n. 212, p. 82, 05 nov. 1999.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Portaria nº 1.470, de 31 de agosto de 2018. Dispõe sobre alterações do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola-Jatobá. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 186, p. 3, 26 set. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 458, de 16 de julho de 2013. Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 137, p. 73, 18 jul. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. GABINETE DA MINISTRA. Instrução Normativa nº 2, de 05 de maio de 2014. Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 84, p. 59, 6 mai. 2014.

BRATMAN, E. Villains, victims, and conservationists? Representational frameworks and sustainable development on the Transamazon highway. **Human Ecology**, v. 39, n. 4, p. 441-453, aug., 2011. <https://doi.org/10.1007/s10745-011-9407-x>.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazonica**, v. 36, n. 3, p. 395-400, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0044-59672006000300018>.

GODAR, J., GARDNER, T. A., TIZADO, E. J.; PACHECO, P. Actor-specific contributions to the deforestation slowdown in the Brazilian Amazon. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 111, n. 43, p. 15591-15596, oct., 2014. <https://doi.org/10.1073/pnas.1322825111>.

GODOI, E. P., MENEZES, M. A.; ACEVEDO MARIN, R. E. Introdução. In: GODOI, E. P., MENEZES, M. A.; ACEVEDO MARIN, R. E. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009. v. 1, p. 23-36.

GOMES D. L.; BRITO, A. E. M. C.; PORRO, N. M. Ambientalismo e des-territorialização in situ em assentamentos na Amazônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 1, p. 13-32, fev./mai., 2018. <https://doi.org/10.36920/esa-v26n1>.

LE TOURNEAU, F. M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 111-130, jan./jun., 2010. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2010000100008>.

MENDES, J.F.; PORRO, N. M. Conflitos sociais em tempos de ambientalismo: direito vivo à terra em assentamentos com enfoque conservacionista. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 97-114, abr./jun., 2015. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEX06V1822015en>.

NARVAES, I. S.; PORRO, R.; CORDEIRO, T. F.; ELLERES, F. A. P.; SAMPAIO, S.M.N.; WATRIN, O.D.S. Efetividade de uma iniciativa de manejo para contenção da exploração florestal ilegal em um Projeto de Desenvolvimento Sustentável em Anapu, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Ciências Naturais**, v.

16, n. 1, p. 97-114, 2021. <http://doi.org/10.46357/bcnaturais.v16i1.320>

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 6, de 19 de maio de 2011. Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de Supressão florestal nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal, conforme especificações detalhadas e Anexos. Belém: **Diário Oficial do Estado do Pará**, n. 31.920, caderno 2, p. 6-8, de 23/05/2011. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/pages/2011/2011.05.23.DOE.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Instrução Normativa nº 8, de 28 de outubro de 2015. Define procedimentos administrativos para a realização de limpeza e autorização de supressão, a serem realizadas nas áreas de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, localizadas fora da Reserva Legal e da Área de Preservação Permanente - APP dos imóveis rurais, no âmbito do Estado do Pará, e dá outras providências. Belém: **Diário Oficial do Estado do Pará**, n. 33.003, p. 31-33, de 03/11/2015. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/pages/2015/2015.11.03.DOE.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PARÁ. Decreto nº 1.379, de 3 de setembro de 2015. Cria o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado do Pará – PRA/PA e dá outras providências. Belém: **Diário Oficial do Estado do Pará**, n. 32.965, p. 5-10, de 04/09/2015. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/6673.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PORRO, N. M.; PORRO, R.; SANTOS JUNIOR, C. F. D.; BRITO, A. O povo da roça sem a roça e o manejo florestal comunitário sob a vigilância e controle: políticas públicas de combate ao desmatamento em um PDS na Amazônia. **Raízes**, v. 37, n. 2, p. 55-73, 2017. <https://doi.org/10.37370/raizes.2017.v37.66>.

PORRO, R.; PORRO, N. S. M.; MENEZES, M. C.; BARTHOLDSON, Ö. Collective action and forest management: institutional challenges for enhanced social-ecological systems of the environmental agrarian reform in Anapu, Brazilian Amazon. **International Forestry Review**, v. 17, S1, p. 20-37, mar., 2015. <https://doi.org/10.1505/146554815814668990>.

PORRO, R. (Org.). **Proposta para regularização e licenciamento ambiental da área de uso alternativo nas parcelas do PDS Anapu IV (PDS Virola-Jatobá)**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

PORRO, R.; PORRO, N. M. **State-led agrarian and environmental policy failure in a Brazilian forest frontier: Anapu's Sustainable Development Project.** (manuscrito submetido, em fase final de revisão, 2021)

PORRO, R.; PORRO, N. M. O colapso anunciado de um projeto de desenvolvimento sustentável. **Carta Capital**, blog Brasil Debate. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/o-colapso-anunciado-de-um-projeto-de-desenvolvimento-sustentavel/21-de-dezembro-de-2017>. Acesso em 3 out. 2020.

PORRO, R.; PORRO, N. S. M.; WATRIN, O. D. S.; ASSUNÇÃO, H. D. N.; SANTOS JUNIOR, C. F. D. Implicações sociais, econômicas e ambientais de uma iniciativa de manejo florestal comunitário em assentamento na Amazônia oriental. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 56, n. 4, p. 623-644, out./dez., 2018. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560405>.

SABLAYROLLES, P.; PORRO, N. M.; OLIVEIRA, M. C. C. Construindo a governança local para a gestão socioambiental na Amazônia. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 2, p. 14-38, ago./jan., 2019. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i2.374>.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, v. 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez., 2005. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i7.1456>. [Original: A definição de camponês: conceituações e desconceituações. *Novos Estudos Cebrap*, n. 26, p. 43-80, 1980].

SOUSA, L. **Legislação, imposição e infração ambiental: uma análise de discursos e práticas em assentamento ambientalmente diferenciado em Anapu.** 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – UFPA, Belém, 2017.

SOUSA, L.; PORRO, R. Autuação e descompasso: legislação, roça e manejo florestal em assentamento ambientalmente diferenciado em Anapu, Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 23, n. 1, p. 195-218, jan./abr., 2020. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v23i1.6693>.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, n. 2, p. 42-61, out./mar., 2003. <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/22>.

WATRIN, O. S.; CRUZ, C. B. M.; SHIMABUKURO, Y. E. Análise evolutiva da cobertura vegetal e do uso da terra em projetos de assentamentos na fronteira agrícola amazônica, utilizando geotecnologias. **Geografia**, v. 30, n. 1, p. 59-76, jan./abr., 2005. <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/684>.

WATRIN, O. D. S.; SILVA, T. M. D.; OLIVEIRA JR, M. M. D.; PORRO, R.; BELLUZZO, A. P. Dinâmica do uso e cobertura da terra em Projeto de Desenvolvimento Sustentável na região da rodovia Transamazônica, Pará. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 92-107, 2020. DOI: 10.14393/SN-v32-2020-45146.



## Potencialidades e caracterização da produção agrícola familiar: Uma análise a partir dos quintais produtivos

Francisca Érica Cardoso Nobre<sup>1</sup>

Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima<sup>2</sup>

Maria Lúcia de Sousa Moreira<sup>3</sup>

Sara Maria Spinosa Juvêncio<sup>4</sup>

Ivana Leila Carvalho Fernandes<sup>5</sup>

**RESUMO:** Este estudo tem o objetivo de caracterizar as potencialidades da produção agrícola familiar decorrente dos quintais produtivos do Assentamento Vida Nova/Aragão, localizado no município de Miraima, Ceará. Os quintais configuram-se como uma tecnologia social que permite a combinação de espécies alimentícias, florestais e medicinais, associadas com a criação de pequenos animais nos espaços adjacentes a residências. Os dados coletados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas com 19 famílias residentes no local. Observou-se a produção de frutíferas, hortaliças, plantas medicinais, leguminosas (feijão), gramíneas (milho) e a criação de aves, suínos e cabras. Os insumos empregados no controle de pragas e na adubação são provenientes do próprio assentamento, sendo representados pela utilização de defensivos alternativos e adubos orgânicos, respectivamente. Os resultados dessa produção destinam-se especialmente para o autoconsumo, distribuição para outras famílias dentro do assentamento e comercialização do excedente. Devido a fatores como o manejo ecológico utilizado, acesso a água e demais insumos, os quintais possibilitam o cultivo de uma diversidade de espécies que se encontram acessíveis durante o ano todo, além de garantir a renda por intermédio da comercialização do excesso produzido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autoconsumo; Semiárido; Assentamento Rural; Desenvolvimento Sustentável.

### POTENTIALITIES AND CHARACTERIZATION OF FAMILY AGRICULTURAL PRODUCTION: AN ANALYSIS BASED ON PRODUCTIVE BACKYARDS

**ABSTRACT:** This study aims to characterize the potential of family agricultural production arising from the productive backyards of the Vida Nova/Aragão settlement, located in the municipality of Miraima, Ceará. Backyards are a social technology that allows the combination of food, forest and medicinal species, associated with the creation of small animals in spaces adjacent to homes. The collected data were obtained from semi-structured interviews with 19 families living in the place. The production of fruits, vegetables, medicinal plants, legumes (beans), grasses (corn) and the raising of poultry, pigs and goats were observed. The inputs used in pest control and fertilization come from the settlement itself, being represented by the use of alternative pesticides

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: [ericacn@alu.ufc.br](mailto:ericacn@alu.ufc.br)

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará – UFC E-mail: [pvpslima@gmail.com](mailto:pvpslima@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Ciências (Economia Aplicada) e Professora do Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: [malu.jmc2@gmail.com](mailto:malu.jmc2@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestra em Avaliação de Políticas Públicas e Técnica do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará. E-mail: [saraspinosa@yahoo.com.br](mailto:saraspinosa@yahoo.com.br)

<sup>5</sup> Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: [ivanaleilac@yahoo.com.br](mailto:ivanaleilac@yahoo.com.br)

and organic fertilizers, respectively. The results of this production are destined especially for self-consumption, distribution to other families within the settlement and sale of the surplus. Due to factors such as the ecological management used, access to water and other inputs, backyards make it possible to grow a variety of species that are accessible throughout the year, in addition to generating income through the sale of the excess produced.

**KEYWORDS:** Self-consumption; Semiarid; Rural Settlement; Sustainable development.

## INTRODUÇÃO

Nos países em desenvolvimento, a fome e a desnutrição são problemas com magnitudes relevantes que ameaçam a permanência da vida principalmente daqueles que já se encontram em situação de vulnerabilidade. No contexto Brasileiro, dados da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) revelam o aumento significativo da fome no país ao indicar que 43,1 milhões de brasileiros vivenciam atualmente uma situação de insegurança alimentar moderada. Além disso, em termos percentuais, 14,5% da população ainda não tem acesso a uma dieta saudável, acarretando problemas sérios de saúde como anemia e subnutrição (MWALUPASO, 2020; FAO, 2017).

Nesse cenário, é importante evidenciar a atuação da agricultura familiar por meio da produção nos quintais produtivos como uma alternativa viável para garantir a obtenção de alimentos mais saudáveis, seja para o autoconsumo, ou para o abastecimento dos mercados locais. Os quintais produtivos são espaços que viabilizam essa produção e possibilitam o cultivo de uma diversidade de espécies vegetais, associados com a criação de pequenos animais, facilitando a disponibilidade e o consumo desses alimentos (STRATE; DA COSTA, 2018).

Essa metodologia de produção garante para a agricultura familiar potencialidades que são refletidas na variedade de produtos obtidos e no aproveitamento dos recursos durante o período chuvoso, sendo também uma estratégia favorável para a convivência com os períodos de estiagem prolongada, especialmente no contexto da região semiárida brasileira (LOPES; BORGES; LOPES, 2011).

Principalmente quando comparados com as demais tecnologias sociais, os quintais produtivos apresentam características mais vantajosas dado a sua atuação multidimensional: na conservação do solo e água, na convivência com a seca, na geração de renda, no combate à fome, na promoção do desenvolvimento sustentável e na garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional (LOPES; BORGES; LOPES, 2011).

Observa-se que a agricultura familiar é um ambiente favorável a implementação e difusão de tecnologias e práticas sustentáveis, especialmente por adotarem procedimentos alternativos que reduzem a utilização de insumos externos, como agrotóxicos e fertilizantes minerais e priorizarem os elementos presentes na própria comunidade (STOFFEL; COLOGNESE; DA SILVA, 2014).

Aliadas a esse processo de transformação, as tecnologias sociais são alternativas cruciais para fomentar a organização, o desenvolvimento e a implementação de ações efetivas e representativas direcionadas para o desenvolvimento social e a sustentabilidade (BAUMGARTEN, 2006).

Portanto, é importante promover um modelo de produção agrícola que apresente potencial para preservar a sustentabilidade dos seus sistemas, para conservar os recursos naturais utilizados e para propiciar a produção de alimentos mais saudáveis, causando menos impactos ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que garante a saúde dos seus consumidores (BEVILAQUA, 2016). Entretanto, é importante também considerar as limitações que rodeiam esses sistemas, com o intuito de formular e implementar alternativas participativas eficazes capazes de eliminá-las, ou mitigá-las.

Diante do exposto, esse estudo tem como objetivo geral caracterizar as potencialidades da produção agrícola familiar decorrente dos quintais produtivos do Assentamento Vida Nova/Aragão, localizado no município de Miraíma, região noroeste do estado do Ceará.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### QUINTAIS PRODUTIVOS: TECNOLOGIA SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os quintais produtivos se classificam como uma tecnologia social que visa promover a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento rural sustentável (LEONEL, 2010; ABRANTES, 2015). No Brasil, o termo quintal produtivo é utilizado para definir os espaços adjacentes a residências onde as famílias agricultoras desenvolvem algumas atividades agropecuárias, valorizando os seus saberes culturais, tradicionais e alimentícios (FERREIRA, 2018).

Esses espaços caracterizam-se principalmente pela diversificação dos cultivos, representados pela variedade de frutas, legumes, verduras e ervas medicinais que contribuem para subsistência, soberania, segurança alimentar e nutricional e estabilidade socioeconômica das famílias (MARINHO, 2017). A importância desses ambientes perpassa a dimensão alimentar, uma vez que as atividades realizadas também contribuem para a melhoria da sustentabilidade social, econômica e ambiental (FERREIRA, 2018).

Uma produção mais diversificada, de acordo com os anseios locais, favorece o alcance da segurança e soberania alimentar e nutricional das famílias, pois na própria residência encontram-se disponíveis uma variedade alimentícia em quantidade e qualidade que conseqüentemente serão incorporadas na dieta usual e comercializadas em feiras livres, ou por intermédio de outros meios (SOUSA, 2019).

Ressalta-se, portanto, a contribuição dos quintais para a manutenção do bem-estar principalmente daquelas famílias que apresentam níveis de renda e escolaridade mais baixos. Ao produzirem os seus próprios alimentos, agricultores e agricultoras familiares garantem parte das suas cestas básicas mensais e conseguem permanecer no campo, evitando ciclos longos e intensos de êxodo rural para os centros urbanos (CARNEIRO *et al.*, 2013).

Nesse contexto, a produção resultante desses locais tem a função primordial de atender as necessidades do âmbito familiar, facilitando o acesso aos alimentos e suprindo as suas exigências nutricionais (FERREIRA, 2018). Para isso, tem-se a implementação de cultivos biodiversos, focados na produção de espécies alimentícias que promovem o acesso e a melhoria da qualidade alimentar das famílias produtoras e consumidoras, incentivando também a conservação do meio ambiente (SILVA, 2019).

Observa-se a autonomia desse sistema quanto a utilização de insumos externos, uma vez que os recursos empregados são predominantemente originados dentro da comunidade. Assim, infere-se sobre a sustentabilidade desse ambiente, devido a sinergia existente durante o processo de produção, bem como o destino dos alimentos obtidos, gerenciados para o autoconsumo, priorizando a função e a independência do espaço rural e da produção agrícola familiar (CARNEIRO *et al.*, 2013).

Como potencialidades, esses espaços extrapolam as questões produtivas ao contribuir para a promoção da saúde e responsabilidade ambiental, e influenciar nos aspectos socioeconômico, cultural, político e ético (SOUSA, 2016). Além disso, apresentam-se como ambientes de promoção e manutenção da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, atuando como percussor na valorização da autonomia e soberania local (DO CARMO, 2018).

Nesse contexto, os quintais produtivos possuem papel crucial para o fortalecimento da agricultura familiar, a partir da complementação do uso da terra e da autonomia produtiva (FERREIRA, 2018). Esse ambiente representa ainda uma importante tecnologia social, principalmente no contexto do semiárido, promovendo a saúde das famílias a partir da produção e do autoconsumo de alimentos mais saudáveis (SOUSA, 2016).

## O AUTOCONSUMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS

O autoconsumo pode ser definido como a produção obtida pela família que é destinada para o seu consumo próprio. Dessa forma, está relacionado diretamente com o acesso a alimentos sem haver a necessidade de um “atravessador” ou agente intermediário. Especialmente por possuir essa característica, contempla a dimensão da segurança alimentar que diz respeito a acessibilidade aos alimentos, além de abranger as necessidades sociais, econômicas e alimentares dessas famílias (GRISA, 2011).

No contexto da agricultura familiar, especialmente das famílias localizadas em assentamentos rurais, a produção destinada ao autoconsumo se classifica como uma estratégia para a diversificação dos modos de sobrevivência e soberania local (GAZOLA, 2004). Além disso, demonstra resistência ao modelo agrícola atual pautado na produção de *commodities* e na manutenção de relações puramente mercantilistas, uma vez que a orientação para a redução da diversidade agrícola em detrimento do cultivos de monoculturas minimiza a importância que o autoconsumo tem para a segurança alimentar e nutricional e para o desenvolvimento econômico e social das famílias rurais (GRISA, 2011).

Por mais que essa produção seja classificada em muitos aspectos como marginalizada e invisível, os alimentos obtidos de maneira excedente conseguem ser alocados e comercializados em feiras locais de caráter agroecológico, colaborando para a maior visibilidade e categorização desses ambientes como verdadeiros produtores de alimentos, enfocando principalmente no caráter qualidade (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDE, 2010).

É importante ressaltar que os métodos utilizados se pautam em princípios agroecológicos, visando uma produção mais saudável e orientada para o respeito ao meio ambiente e a comunidade em questão, além de ser destinada inicialmente para o consumo das famílias, ao mesmo tempo em que a comunidade e a sociedade em também geral também são contempladas com os benefícios (DUVAL; VALENCIO; FERRANTE, 2008)

Dessa forma, o papel do autoconsumo para as famílias assentadas está intrinsecamente relacionado com a autonomia alimentar e produtiva observada nesses ambientes (JAEHN *et al.*, 2020). A pobreza, a fome e a segurança alimentar também são questões que entram em pauta, uma vez que os impactos gerados são fundamentais para a melhoria na qualidade de vida e minimização desses e de outros problemas sociais, especialmente a partir das seguintes estratégias: economia nos recursos utilizados, diversificação e manutenção econômica das famílias (ELLIS, 2000).

De maneira complementar, essa produção possibilita a melhoria na renda das famílias, principalmente a não monetária. Mesmo que esse tipo de renda ainda

não seja capaz de suprir todo o consumo alimentar essencial, a economia gerada a partir da substituição da compra de alimentos por outros já produzidos no ambiente familiar garante uma reprodução mais autônoma e de acordo com as características locais e culturais. O respeito ao dinamismo, saberes e culturas tradicionais também rompe com a dependência externa e enfoca o controle familiar sobre os seus hábitos alimentares (GRISA, 2007).

O assentamento rural é um ambiente dinâmico, portanto, as ações exercidas nele também se caracterizam como tal. Assim, se observa a presença da multifuncionalidade desde espaço desde a produção para o autoconsumo, respeito aos hábitos alimentares, até a comercialização e manutenção da pluriatividade (MENASCHE; MARQUES; ZANETTI, 2008).

### **MULTIFUNCIONALIDADE DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NOS QUINTAIS PRODUTIVOS**

Dentre as potencialidades promovidas pelos quintais produtivos, destaca-se a valorização da multifuncionalidade de agricultura familiar, representada por quatro dimensões: concepção socioeconômica dos agentes envolvidos; promoção da segurança alimentar; manutenção do aspecto sociocultural; e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

O conceito de multifuncionalidade rural extrapola as contribuições e potencialidades da agricultura familiar, focadas apenas na geração de matérias primas, bens e produtos, ao considerar os aspectos sociais, como o papel do agricultor e da agricultora na preservação ambiental, na promoção da sustentabilidade e na manutenção da dimensão cultural, sempre em sincronia com a realidade local (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Ao analisar de maneira detalhada a produção nos quintais produtivos, observa-se a existência de alguns manejos diretamente relacionados com a promoção dessa multifuncionalidade: A utilização dos bancos de sementes que garantem a defesa dos recursos genéticos locais; a conservação dos reservatórios de água coletivas, como açudes e cisternas de produção, que atuam como estratégias para o fornecimento hídrico especialmente durante os períodos de estiagem; a preservação dos fundos de pasto que promovem o aproveitamento coletiva da terra, dos recursos, e a preservação da vegetação nativa presente (SABOURIN, 2008).

A partir das ações exercidas pelos agricultores e agricultoras familiares nos seus respectivos quintais, observa-se a manutenção dos modos de vidas tradicionais, ao mesmo tempo em que se realizam atividades distintas capazes de gerar renda e transformar positivamente a realidade em questão. Cada quintal apresenta as múltiplas características específicas dos seus próprios mantenedores e da região

trabalhada. Nesse cenário, há também uma relação entre a multifuncionalidade da agricultura familiar com a multifuncionalidade dos próprios quintais produtivos, responsáveis visivelmente por conservar a biodiversidade local e potencializar a produção para o autoconsumo (AMARAL, 2014).

Portanto, a multifuncionalidade dos quintais produtivos, oriunda principalmente dos manejos tradicionais, exerce implicações importantes na produção agrícola sustentável e na autonomia econômica, social e cultural das famílias. Dessa forma, a produção nesses espaços analisada sob o viés da multifuncionalidade se relaciona com a manutenção da vida e dos modelos produtivos locais, com a conservação dos recursos naturais e com a promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional (AMARAL, 2014).

A produção nos quintais produtivos relaciona-se ainda com o conceito de multifuncionalidade através do fortalecimento social da agricultura familiar com o intuito de fomentar uma produção para o autoconsumo das famílias (MALUF, 2003). Diante disso, há a orientação para a produção de uma diversidade de culturas alimentícias e ornamentais e medicinais importantes para o autoconsumo e comercialização da própria família, da comunidade e dos espaços adjacentes (NASCIMENTO, 2003).

Nesse cenário, utiliza-se a expressão “quintais multifuncionais” para se referir especialmente a diversidade produtiva e alimentar evidentes nesses espaços. Ao elencar essas múltiplas funções observadas tem-se o fornecimento de uma alimentação em quantidade e qualidade, que respeita as características culturais locais; a geração de renda a partir da comercialização da produção excedente; o convívio social possibilitado pela produção familiar e o intercâmbio de estratégias de produção dentro e fora da comunidade; e a conservação ambiental através da preservação das sementes crioulas e demais insumos (DO NASCIMENTO; GUERRA, 2014).

Associando-se com a multifuncionalidade está o conceito de pluriatividade definido como “a combinação de uma ou mais formas de renda, ou inserção profissional dos membros de uma mesma família” (SCHNEIDER, 2003). Relacionando os dois termos, percebe-se que ambos atuam como estratégias para melhorar a qualidade de vida da população camponesa proporcionando benefícios que afetam toda a sociedade (MACHADO; CAUME, 2008).

A pluriatividade também aborda as diferentes atividades e formas de produção, sejam elas agrícolas e capazes de gerar trabalho e renda, ou não. Entretanto, elas devem ser necessariamente exercidas por uma mesma família agrícola, residente no ambiente rural. Como principal impacto, a prática da pluriatividade contribui com a melhoria da dimensão econômica das famílias, especialmente nos períodos de estiagem prolongadas. Contudo, esse benefício ainda não é eficiente para elevar

completamente a renda da comunidade rural e suprir todas as necessidades sociais requeridas (SILVA, 2015).

Ao considerar a pluriatividade possibilitada a partir da produção nos quintais, têm-se a produção alimentar relacionada com a manutenção de outras necessidades típicas e essenciais dos agricultores e das agricultoras. Tendo em vista principalmente o ambiente semiárido, a pluriatividade relaciona-se com as ferramentas encontradas pela a família agrícola para manter no mínimo a sua condição de subsistência (SCHNEIDER, 2003).

Nesse contexto, os quintais como tecnologia social se caracterizam como essa estratégia, uma vez que a combinação das atividades realizadas nesses espaços (produção de hortaliças, frutíferas, ornamentais, pecuária, bem como o beneficiamento e a comercialização de demais produtos) exercem impactos econômicos, sociais e ambientais capazes de melhorar a qualidade de vida dessas famílias (DO CARMO, 2018).

Assim, as políticas e demais iniciativas direcionadas para a agricultura familiar devem considerar os conceitos utilizados, reorientando os seus significados para a promoção de um ambiente agrário mais sustentável que garanta a manutenção, o desenvolvimento e a qualidade de vida das famílias rurais (MACHADO; CAUME, 2008).

Diante disso, é importante haver a valorização do papel multifuncional dos quintais produtivos, já que eles propiciam a conservação da agrobiodiversidade e a preservação da agroecossistema, das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, ao mesmo tempo em que atuam no fortalecimento das ações que culminam na sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. (AMARAL, 2014).

## **METODOLOGIA**

Esse estudo foi organizado nas seguintes seções: i) descrição do objeto de estudo; ii) procedimento de coleta de dados; iii) definição do método de análise. Dessa forma, é possível observar os instrumentos utilizados para a obtenção das informações, tratamento dos dados e formulação dos resultados.

## **DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO**

O Assentamento Vida Nova/Aragão está localizado no município de Miraíma, região noroeste do estado do Ceará. O nome Aragão corresponde a antiga fazenda existente no local, sendo a denominação reconhecida oficialmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Já o nome Vida Nova foi escolhido de maneira coletiva pelos agricultores, reafirmando o sentimento de pertença ao ambiente em que residem.

Fundado pelo INCRA em 6 de dezembro de 1995, o assentamento possui 1.266,182 hectares que comportam atualmente 47 famílias, sendo 41 assentadas e 6 agregadas. Do total de hectares apresentados, em média 426ha são destinados a pastagem nativa, 20ha a culturas permanentes e 103ha a culturas temporárias. O imóvel possui ainda capacidade para alocar 57 famílias, com uma área média por família de 29,85ha. No que se refere a agricultura, há mais de 80ha plantados, sendo 12ha destinados ao plantio coletivo de milho e feijão e mais de 64h ao plantio individual. Todos esses dados foram retirados do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA.

Desde 1994 constava a denúncia da existência do latifúndio e a necessidade de se adotar as devidas providências necessárias para o remanejamento da posse da terra e alocação das famílias. Entre os anos de 1996 e 1999 houve o fornecimento dos primeiros investimentos destinados para a construção das casas das famílias, para a compra do gado coletivo, para a construção do açude principal e de dois cacimbões, para a reforma da Casa Sede e transformação em um ambiente coletivo, no qual as reuniões e assembleias ainda hoje são realizadas (PEREIRA, 2019).

Apesar de ser fundado de fato em 1995, somente nos anos 2000 (entre 2000 e 2009) foram realizados investimentos expressivos para a manutenção do assentamento e desenvolvimento das famílias. Houve, portanto, a incorporação do Projeto São José I e II para a construção do segundo açude e a compra do primeiro trator, respectivamente; o fornecimento de recursos para a reformas das casas; a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF como maneira de ampliar os sistemas de irrigação e as cisternas do tipo calçadão, enxurrada e barreiro-trincheira, a partir dos recursos disponibilizados pela Petrobrás em parceria com o Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (PEREIRA, 2019).

Durante o processo de denúncia, desapropriação do latifúndio e implementação do assentamento as famílias se mostraram resistentes a qualquer resultado que não culminasse na efetivação do seu direito á terra. Como consequência, percebe-se que ao longo dos anos os agricultores e as agricultoras fizeram jus a esse direito e ao pertencimento do local, a partir da apropriação dos espaços coletivos e participação em reuniões, capacitações e assembleias, bem como das políticas de fomento e demais investimentos.

Observa-se também a preservação da unidade coletiva do grupo, uma vez que todas as decisões são tomadas e validadas mediante a realização de assembleias com a presença do presidente e/ou vice-presidente e a assinatura da ata. As decisões tendem a representar os anseios da maioria, demonstrando a política democrática que predomina no local, bem como o respeito as decisões tomadas.

As famílias exercem suas atividades agropecuárias em áreas individuais e coletivas. Contudo, também trabalham nas seguintes funções externas: comerciantes, professores, domésticas, zeladores, pedreiros, carpinteiros entre outros. Por essa razão, em algumas residências as atividades relacionadas com a agricultura são realizadas apenas em segundo plano, com o intuito de gerar produtos para o autoconsumo, ou complementar a renda. Como resultado, das 30 famílias presentes no assentamento no momento de realização da pesquisa, 19 possuem quintais produtivos enquanto 11 não.

A principal fonte de renda fixa local também provém das políticas de transferência de renda, destacando-se o Programa Bolsa Família. Algumas famílias também comercializam o excedente das suas produções agropecuárias e se dedicam ao extrativismo da carnaúba no segundo semestre do ano. Os manejos empregados focam na sustentabilidade do agroecossistema, sendo utilizados principalmente defensivos agrícolas alternativos (extrato de plantas) e compostos orgânicos.

Dessa forma, as estratégias produtivas adotadas são pautadas principalmente em manejos conservacionistas que visam a proteção do solo e da água. O consórcio, a rotação de culturas, a utilização de cobertura morta, a ensilagem e a fenagem, por exemplo, empregadas principalmente nos sistemas de produção semi-intensivos são práticas que permitem a criação animal e o cultivo de espécies alimentares ao mesmo tempo em que geram menos impactos ao meio ambiente.

Nesse contexto, o principal dilema encontrado pelas famílias se pauta na dificuldade de escoar os alimentos produzidos, sendo a figura do “atravessador” ou agente intermediário constante no local. Dessa forma, parte considerável do valor obtido com a comercialização, em especial do excedente, não retorna para as famílias e consequentemente para o assentamento, fato ainda mais prejudicial quando se consideram aqueles que escoam poucos produtos e necessitam quase exclusivamente do valor obtido para a sua manutenção.

Para reverter essa situação ou pelo menos minimizar os impactos acarretados, foi decidido de maneira coletiva pela comercialização dos produtos nas feiras agroecológicas locais e em uma loja física disposta na cidade de Miraíma. Além disso, há também o escoamento realizado de maneira individual dentro do assentamento, em Miraíma e em comunidades próximas. Entretanto, ambas as formas se encontram suspensas ou com atividades reduzidas devido a pandemia da COVID-19.

## **COLETA DE DADOS**

Com o intuito de atingir o objetivo definido, a pesquisa foi realizada apenas com as famílias que possuem quintais produtivos. Devido a coleta de dados ser realizada em outubro de 2019, um período de intenso trabalho nos carnaubais,

alguns agricultores não se encontravam no assentamento. Dessa forma, o número de amostras/questionários obtidos foi 19, correspondendo a aproximadamente 63% do total de indivíduos presentes.

As perguntas utilizadas pretendem caracterizar e observar as potencialidades presentes nos quintais produtivos. Para isso, abordam-se as seguintes questões: tamanho da área ocupada, alimentos produzidos, origem dos insumos, responsável por cuidar do quintal, tempo disponível para essa atividade, qualidade e quantidade da água utilizadas, insumos empregados para adubar e controlar pragas e doenças, destino dos produtos cultivados e influência do quintal na melhoria dos hábitos alimentares das famílias. Além dos questionários com perguntas semiestruturadas, utilizou-se também um caderno de campo e diversos registros fotográficos, permitindo uma descrição mais detalhada dos espaços observados e da leitura de paisagem realizada.

### **MÉTODO DE ANÁLISE**

Para caracterizar a produção presente nos quintais, bem como pontuar as suas potencialidades, implementou-se uma análise estatística descritiva. Inicialmente, as informações foram tabuladas no Excel e posteriormente tratadas no software SPSS. Para apresentar os resultados utilizou-se procedimentos gráficos.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Observa-se que os quintais estão localizados na área externa as residências, próximas ao ambiente familiar. São destinados aproximadamente 0,5ha para essas atividades em uma área média por família em torno de 29,85ha, com 3,6 horas de trabalho diárias. Na maioria das famílias entrevistadas (52,6%) o papel do homem sobressai o da mulher nas atividades de manutenção dos quintais. A responsabilidade da mulher e dos filhos só é observada em 21,1% dos entrevistados.

O trabalho feminino está voltado principalmente para os cuidados com o lar e com os filhos. Por isso, atribuir outros afazeres demanda um tempo significativo em uma jornada de trabalho já exaustiva. Como as atividades realizadas pelos homens já são voltadas para a produção agropecuária, o cuidado com os quintais está naturalmente incluso na sua lista de obrigações diárias.

As 11 famílias que não possuem essa tecnologia social afirmam que a falta de tempo e as dificuldades de acesso aos insumos necessários a produção, principalmente água no período de seca, são os principais motivos limitantes.

Além disso, destaca-se ainda a dificuldade de comercializar a produção, uma vez que a figura do “atravessador”, aquele indivíduo que compra o produto mais barato das famílias e vende-o por um valor mais caro, ainda é muito presente.

Como solução, as famílias que possuem quintais produtivos têm se organizado e comercializado os seus produtos de forma coletiva, principalmente no município de Miraíma.

As figuras 1 e 2 apresentam alguns dos quintais produtivos existentes no assentamento, indicando a ocorrência de espécies animais e vegetais como hortaliças e frutíferas, respetivamente.

**Figura 1** - Apresentação do quintal produtivo.



**Fonte:** Acervo pessoal dos autores, 2019.

**Figura 2** - Apresentação do quintal produtivo.



**Fonte:** Acervo pessoal dos autores, 2019.

As famílias relatam a participação em diversas oficinas ministradas por Organizações Não Governamentais e pela Universidade Federal do Ceará. O Programa Residência Agrária - PRA, por exemplo, atua de maneira efetiva no assentamento, realizando ações de ensino, pesquisa e extensão de acordo com a demanda da comunidade.

Em julho de 2019, o PRA promoveu uma capacitação sobre o manejo dos quintais produtivos para os agricultores e agricultoras do assentamento. O espaço durou 4 dias e contou com a presença de 6 pessoas (5 homens e 1 mulher). Os conteúdos abordaram a montagem dos canteiros produtivos, escolha das culturas, compostagem, produção e aplicação de defensivos naturais e poda de frutíferas. A capacitação foi inteiramente formada por aulas práticas em um quintal escolhido de maneira coletiva. Nesse momento foi possível observar a relação intrínseca que os agricultores têm com esses espaços, bem como a sua importância para a autonomia e empoderamento da comunidade.

Dessa forma, as práticas sustentáveis utilizadas são perpassadas por gerações, ou adquiridas em capacitações internas e externas, sendo de ambas as formas compartilhadas com a comunidade. Essa troca de saberes é essencial para propor metodologias produtivas representativas, adequadas aos anseios e aos insumos disponíveis.

Torna-se importante expandir as experiências positivas das próprias famílias para as demais, incentivando uma produção agrícola que além de focar no autoconsumo, promova a organização da comunidade. O acesso a alimentos livres de agrotóxicos e frutos da sua própria produção representa uma grande conquista na luta pela autonomia e liberdade, principalmente no contexto de um assentamento rural.

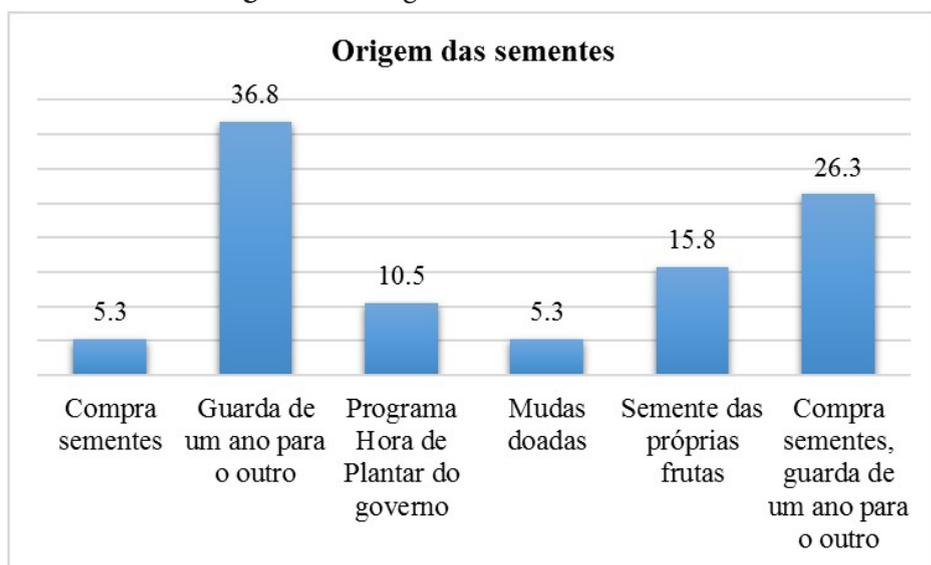
As figuras a seguir caracterizam o manejo dos quintais produtivos, apresentando informações sobre os insumos utilizados desde a implementação até a contínua manutenção da produção (sementes, água, adubação e controle de pragas). As sementes empregadas nas atividades, como o apresentado na figura 3, são originadas das próprias atividades, reutilizadas de um ano para o outro, ou obtidas através do Programa Hora de Plantar, principalmente as de milho e feijão. Essa prática comum e que perpassa por gerações contribui para a manutenção da biodiversidade local e consequentemente, para a preservação de um valioso potencial genético.

Guardar as sementes de um ano para outro e utilizar as obtidas das próprias frutas produzidas no assentamento também se configuram com estratégias produtivas de manutenção da cultura e dos hábitos alimentares locais. Dessa forma, a autonomia e soberania das famílias encontram potencial para serem concretizadas, já que o principal insumo necessário para a produção tem origem definida, ou seja, das próprias famílias. Associando esse aspecto ao próprio manejo utilizado nas espécies,

pautados em sua maioria em princípios agroecológicos, as dimensões da segurança alimentar e nutricional também são potencialmente contempladas.

Principalmente quando se consideram as sementes crioulas, se observa a sua importância para a manutenção de um modelo de produção e consumo mais sustentável e ecológico. Nesse cenário, os bancos ou as casas de sementes desenvolvidos pela agricultora familiar contribuem para a organização e conservação do potencial genético disposto em uma determinada região. Além disso, apresenta uma forma de resistência aos modelos pautados no agronegócio e promoção da segurança e soberania alimentar (ELTETO, 2019).

**Figura 3** – Origem das sementes utilizadas.



**Fonte:** Autoria própria, 2019.

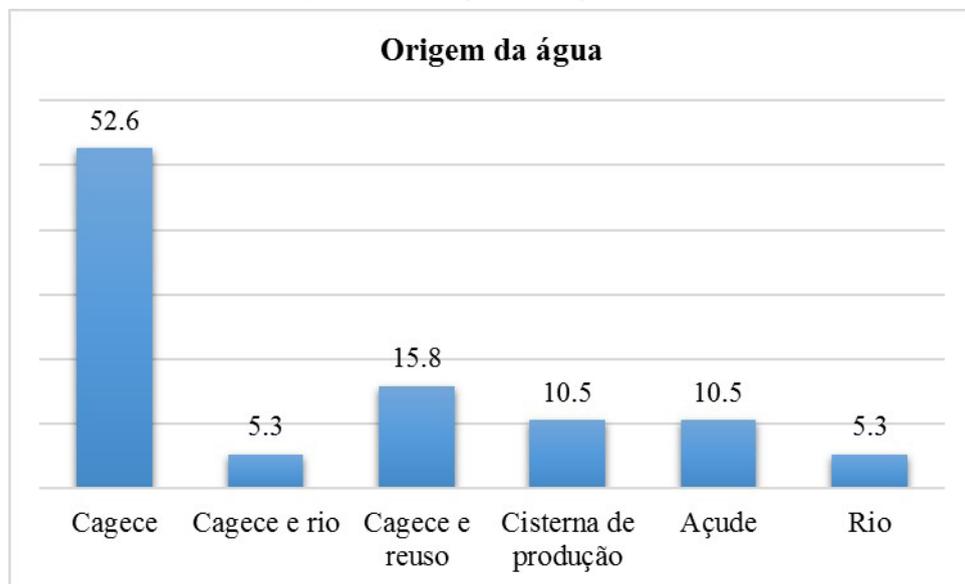
Por estarem localizados tão próximos as suas residências, a água utilizada na irrigação é proveniente da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, associada muitas vezes com a água de reuso. Há também a utilização de cisternas de produção dos tipos calçadão, barreiro e trincheiro. É relevante destacar que independentemente do método utilizado, 84,7% dos entrevistados reconhecem a qualidade da água empregada como boa, enquanto 94,7% avaliam como suficiente no quesito quantidade. A figura 4 apresenta esses dados mencionados.

A utilização das tecnologias de convivência com o semiárido, principalmente as cisternas de produção, garantem o fornecimento de um insumo de qualidade e facilitam o cultivo de uma variedade de espécies vegetais e animais. Dessa forma,

há a evolução da qualidade de vida das famílias representada pela melhoria na alimentação, geração de renda e alcance de outras necessidades básicas. Associado a isso, os períodos intensos de estiagem prolongadas são enfim amenizados, possibilitando a manutenção da vida no campo com dignidade (BARBOSA, *et al.*, 2015).

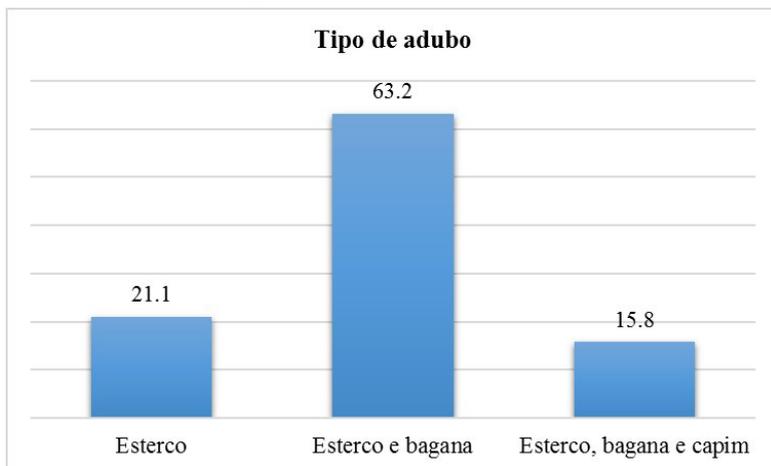
No semiárido brasileiro a disponibilidade de água apresenta-se como uma variável que pode afetar significativamente a produção de alimentos. Nesse cenário, obter resultados que apontam uma percepção positiva da população rural quanto o seu acesso e qualidade é um indicativo que as políticas de gerenciamento hídrico estão sendo implementadas de maneira mais representativa e efetiva. Portanto, é importante que esses relatos de sucesso sejam analisados, mantidos e replicados em outras comunidades.

**Figura 4 – Origem da água utilizada.**



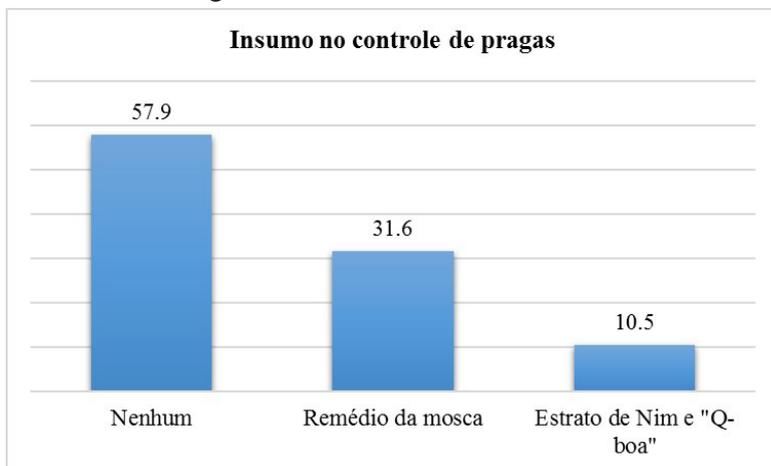
**Fonte:** Autoria própria, 2019.

Com relação as práticas de adubação e o manejo de pragas e doenças, observa-se a responsabilidade ambiental das famílias ao optarem por adubos orgânicos e defensivos alternativos. Nesse contexto, há a predominância do emprego de bagana de carnaúba associada com esterco, sendo comum também utilizar apenas o esterco, ou a junção esterco, bagana e capim, conforme apresentado na figura 5.

**Figura 5 – Adubos utilizados.**

**Fonte:** Autoria própria, 2019.

Com relação a utilização de defensivos, de acordo com a figura 6, quando demonstra ser necessário as famílias utilizam apenas o “remédio da mosca”, ou “remédio azul”, bem como o extrato de algumas plantas alternativas, como o de nim indiano (*Azadirachta indica*).

**Figura 6 – Defensivos utilizados.**

**Fonte:** Autoria própria, 2019.

As estratégias adotadas relacionadas com a preparação do solo e o controle de pragas e doenças, preconizam o respeito ao meio ambiente e o interesse de

produzir alimentos com melhor qualidade, sem resquícios de fertilizantes minerais e agrotóxicos que além de contaminar o solo e os recursos hídricos também possuem potencial para contaminar os alimentos e conseqüentemente o homem.

Essas características enfatizam o diferencial da produção agrícola familiar especialmente no contexto da segurança alimentar e nutricional. Quando os alimentos são produzidos em sistemas de saberes ecológicos, que preconizam a sua qualidade alimentar e nutricional, a saúde dos consumidores também possui indicadores melhores, ao mesmo tempo em que o meio ambiente sofre menos impactos (PEREIRA; FRANCESCHINI; PRIORE, 2021).

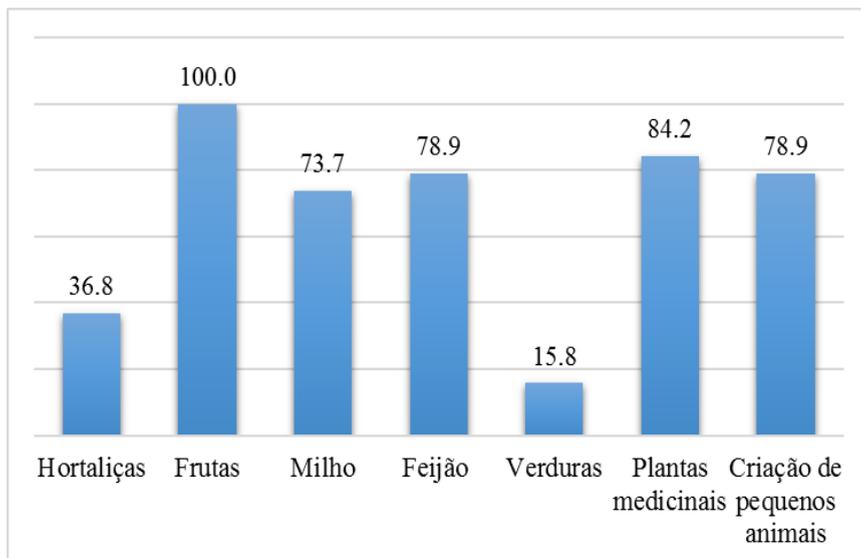
Com relação às variedades produzidas, como demonstra a figura 7, observa-se principalmente o cultivo de espécies frutíferas, medicinais, hortaliças, leguminosas (feijão) e gramíneas (milho), associadas com a criação de pequenos animais (suínos, patos e galinhas). As principais frutas produzidas são: banana, goiaba, acerola, limão, seriguela, mamão e caju; as principais ervas medicinais são: cidreira, boldo, capim-santo e malva; e as principais hortaliças são: coentro e cebolinha.

A produção e conseqüentemente o consumo de uma diversidade de espécies contribuem para a melhoria da condição alimentar das famílias. É importante que a quantidade ingerida seja condizente com a produção, bem como suficiente para suprir as exigências nutricionais e alimentares de cada indivíduo. Nesse contexto, ao fornecer pelo menos os alimentos considerados básicos (feijão, ovos, frutas legumes e verduras) os quintais impactam positivamente no consumo alimentar, permitindo a superação ou redução das condições de insegurança alimentar (CARNEIRO, 2020).

Algumas dimensões da segurança alimentar e nutricional são contempladas na produção agrícola familiar dos quintais produtivos, principalmente com relação aos aspectos qualidade, quantidade e variedade dos alimentos obtidos e consumidos. Isso é possível pela potencialidade produtiva, em consonância com as características específicas de cada região (clima, solo, pragas e demais patógenos), além do manejo utilizado livre de agrotóxicos. Através desse sistema, há a autonomia alimentar e produtiva familiar, que contribui também para o alcance da sua soberania (OKLAY, 2004).

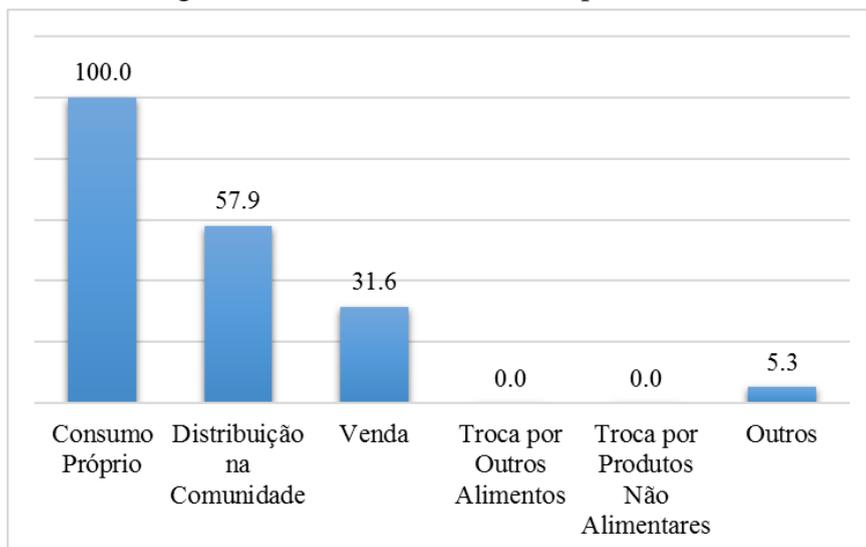
Com relação à destinação dos alimentos produzidos, representada na figura 8, tem-se que a maior parte se mantém no próprio assentamento, sendo destinada para o autoconsumo ou para a distribuição entre as famílias. Observa-se também que a venda do excedente ocorre de forma expressiva, contribuindo direta ou indiretamente para a melhoria da renda das famílias. Entretanto, o escoamento da produção ainda é uma limitação reconhecida, sendo necessário a adoção de medidas participativas para reverter essa realidade.

**Figura 7 - Principais produtos cultivados/produzidos.**



**Fonte:** Autora própria, 2019.

**Figura 8 - Destino dos alimentos produzidos.**



**Fonte:** Autora Própria, 2019.

Os quintais produtivos são potencialmente capazes de promover a segurança alimentar e nutricional, questão relevante especialmente dado o atual contexto da

COVID-19. O acesso e a disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade promovem melhorias na vida das famílias tanto no quesito alimentar, quanto no quesito saúde. Além disso, as famílias ficam menos dependentes aos mercados externos, contribuindo para a economia de recursos e geração de renda, seja ela monetária ou não.

Destaca-se ainda a importância dos quintais para a promoção da multifuncionalidade da agricultura familiar, uma vez que os alimentos e produtos originados desses locais podem ser consumidos in natura, beneficiados, transformados em outros produtos, reutilizados no próprio sistema, trocados, doados na comunidade e comercializados.

Nesse cenário, promover a implementação e o manejo dos quintais produtivos contribuem para o fortalecimento e o desenvolvimento do assentamento, representando uma alternativa de geração de renda e autonomia socioeconômica. Através da comercialização da produção excedente, garante-se o surgimento de rendimentos importantes para a manutenção das famílias. Segundo Silva (2019) essa renda extra é proveniente da combinação de dois fatores: diversidade de espécies cultivadas e venda do excesso após o autoconsumo.

Principalmente em um contexto de tantas limitações como um assentamento rural localizado no semiárido nordestino, o papel dos quintais se destaca a partir da ênfase da multifuncionalidade e da pluriatividade. Essa relação extrapola a função básica produtiva para outras dimensões ao considerar a atuação das famílias como protagonista dos seus próprios modelos de subsistência e consumo, um ato típico de soberania.

Dessa forma, as múltiplas funções dos quintais são principalmente visualizadas quando analisadas de maneira minuciosa a partir das dimensões já citadas nesse artigo. Assim, observa-se a presença dos seguintes aspectos: geração de renda; promoção de uma fonte alimentar segura, contribuindo para a soberania e segurança alimentar e nutricional; proteção ambiental, através da conservação da agrobiodiversidade; e utilização de práticas e manejos que preservam os recursos naturais. Além disso, o convívio social promovido nesses espaços também proporciona a integração e o diálogo de saberes dentro e fora das famílias e da comunidade (DO NASCIMENTO; GUERRA, 2014).

De maneira conjunta, a pluriatividade observada nesses espaços, representada pela heterogeneidade de ações exercidas pela agricultura familiar, enfatiza as potencialidades dos quintais produtivos, seja para melhorar a qualidade de vida daqueles que dependem diretamente da sua produção, o próprio grupo familiar, ou daqueles que dependem de maneira indireta, denominados muitas vezes de consumidor final. O fato é que ambos conceitos relevam os impactos positivos que esses espaços exercem na vida das pessoas, sobretudo para aqueles no qual a sua

produção é destinada.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os quintais produtivos também atuam como agentes importantes para o desenvolvimento e manutenção da sustentabilidade local. Ao gerar uma fonte de renda direta ou indireta, a partir da comercialização do excedente, apresenta-se como uma estratégia para o enfrentamento da pobreza e manutenção da população do campo. O ambiente produtivo ainda possibilita o cultivo e interação de diferentes espécies, que controlam ou inibem o aparecimento de pragas potenciais e favorece a ciclagem de nutrientes.

Ao associar a produção nesses espaços com os conceitos de pluriatividade e multifuncionalidade tem-se a valorização da agricultura familiar, principalmente como forma de produção alimentos em quantidade, qualidade e variedade. Essa orientação de manejo tão inviabilizada em outros contextos, apresenta-se hoje como estratégia para se atingir a segurança alimentar e nutricional em suas múltiplas dimensões, mesmo que ocorra inicialmente com a manutenção do autoconsumo das famílias.

Nesse cenário, os resultados nos permitem observar que o fortalecimento da produção agrícola familiar se constitui como uma alternativa no combate à fome e a insegurança alimentar. Especialmente no contexto do Assentamento Vida Nova/Aragão, onde a produção é pautada um manejo mais sustentável (utilizando sementes tradicionais, compostos orgânicos e defensivos alternativos) há a geração de alimentos mais saudáveis e aptos para o autoconsumo, principal destino citado pelas famílias. A facilidade do acesso a água em quantidade e qualidade também é uma variável que proporciona uma produção mais diversificada e fortalece a subsistência alimentar e socioeconômica familiar.

O percentual de famílias que não adotam essa tecnologia social (em torno de 37%) pode ser um indicativo de que as potencialidades geradas não são usufruídas por todos os indivíduos. Dessa forma, a produção de alimentos orientada para o autoconsumo, a sua disponibilidade em quantidade, qualidade e variedade, a comercialização do excedente e a geração de renda, contribuem diretamente para a melhoria da qualidade de vida e segurança alimentar apenas das famílias que se dedicam a produção nos quintais. Para que esses benefícios atinjam toda a comunidade, faz-se necessário que essas experiências sejam replicadas. Portanto, espera-se que esse trabalho contribua para o alcance desse objetivo e auxilie na multiplicação desses espaços.

### **REFERÊNCIAS**

ABRANTES, K. K. de J.; PAULA, L. A. M. de; ESMERALDO, G. G. S. L.; ARAÚJO,

J. A. de; MONTE, F. C. D. Tecnologia social quintal produtivo - uma estratégia para o Desenvolvimento Rural Sustentável. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, n. 4, p. 61-77, ago. 2015.

AMARAL, C. N. do. **Multifuncionalidade e etnoecologia dos quintais de agricultores tradicionais da baixada cuiabana: agrobiodiversidade e segurança alimentar**. 2014. 270 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BARBOSA, L. B. *et al.* A importância da cisterna calçadão na agricultura familiar em um município do semiárido Paraibano. In: II Workshop Internacional sobre Água no Semiárido Brasileiro, 2015, Campina Grande – Paraíba. **Água das chuvas: captação, armazenamento e distribuição**. Campina Grande. **Anais...** Campina Grande (PB). 2015.

BAUMGARTEN, M. Tecnologias sociais e inovação social. In: Antônio David Cattani; Lorena Holzmann. (Org.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, v. 358, p. 302-304.

BEVILAQUA, K. A. **Pensando além da produção: uma análise da agricultura familiar como ferramenta de consolidação da sustentabilidade pluridimensional e da segurança alimentar**. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016.

CARNEIRO, F. F. **Práticas alimentares e estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional de famílias em vulnerabilidade social**. 2020. 200 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Alimentar e Nutricional) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

CARNEIRO, M. G. R. *et al.* Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 135-147, ago. 2013.

CAZELLA, A. A; BONNAL, P; MALUF, R, S. – Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: Ademir A. Cazella; Philippe Bonnal; Renato S. Maluf (Org.) **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, v.1, cap. 2, p. 26-71.

DO CARMO, M. S. **O potencial dos quintais produtivos numa comunidade quilombola no território do recôncavo da Bahia.** 2018. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Agroecologia) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018.

DO NASCIMENTO, E. C.; GUERRA, G. A. D. Quintais multifuncionais: a diversidade de práticas produtivas e alimentares desenvolvidas pelas famílias da comunidade quilombola do Baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. **Revista IDEAS**, v. 8, n. 2, p. 7-40, dez. 2014.

DUVAL, H. C.; VALENCIO, N. F. LS; FERRANTE, V. L. S. B. Autoconsumo num Assentamento Rural: segurança alimentar e agroecologia em debate a partir de um estudo de caso. **Retratos de Assentamentos**, v. 11, n. 1, p. 101-132, 2008.

ELLIS, F. 2000. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** Oxford: Oxford University Press.

ELTETO, Y. M. **As sementes crioulas e as estratégias de conservação da agrobiodiversidade.** 2019. 155 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia). – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2019.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe.** Santiago, Chile, 2017. v. 107, 118 p.

FERREIRA, O. M. F. **O uso dos quintais produtivos pela agricultura familiar na comunidade rural João Ferreira no município de Ribeirópolis-SE.** 2018. 65 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para o autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GRISA, C. **A produção “pro gasto” um estudo corporativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul.** 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A” produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

GRISA, C. Segurança alimentar e autonomia na agricultura familiar: a contribuição da produção para o autoconsumo, Rio de Janeiro. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**. v. 1, n. 1, p. 97-129, jan. - jun. 2011.

JAEHN, Eduardo *et al.* Autoconsumo em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

LEONEL, J. C. **Quintais para a vida: agroecologia e convivência com o semiárido**. Fortaleza: CETRA, 2010.

LOPES, K. C. S. A.; BORGES, J. R. P.; LOPES, P. R. Percepção ambiental de agricultores familiares assentados como fator preponderante para o desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, nov. 2011.

MACHADO, A. G.; CAUME, D. J. Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46ª, 2008, Rio Branco - AC. Amazônia, mudanças globais e agronegócio: o desenvolvimento em questão. Rio Branco. **Anais...**Rio Branco (AC), 2008.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, p. 135-152, 2003.

MARINHO, K. **A importância socioambiental do quintal produtivo no bairro São José Operário, Parintins-AM: um estudo nas ruas Coronel Barreto Batista e Raimundo Almada**. 2017. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2017.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança ali-

mentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 145s-158s, 2008.

MWALUPASO, G. E. *et al.* Ameliorating Food and Nutrition Security in Farm Households: Does Informatization Matter?. **Sustainability**, v. 12, n. 2, p. 522, jan. 2020.

NASCIMENTO, A. P. B. do. **A migração como estratégia adaptativa em populações humanas rurais de Novo Cruzeiro, MG para Piracicaba, SP.** 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

OKLAY, E. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural. **Agriculturas**, v. 1, n. 1, p.37-39, 2004. PINHEIRO, F. Quintais agroecológicos: resgatando tradição e construindo conhecimento.

PEREIRA, A. V. de A. **Pluriatividade na agricultura familiar: o caso do Assentamento Vida Nova/Aragão - Miraima/Ceará.** 2019. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

PEREIRA, N; FRANCESCHINI, S.; PRIORE, S. Qualidade dos alimentos segundo o sistema de produção e sua relação com a segurança alimentar e nutricional: revisão sistemática. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. e200031, 2021.

SABOURIN, E. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semiárido brasileiro. **Tempo da Ciência**, v.15 n. 29, p 57-72, 2008.

SCHENEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 258 p. (Série Estudos Rurais).

SILVA, J. R. S. da. **Caracterização socioeconômica e ambiental de quintais urbanos em Marituba, Estado do Pará.** 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2019.

SILVA, V. R. da. **Pluriatividade e sustentabilidade em comunidades rurais do**

**semiárido nordestino**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SOUSA, E. P. de O. *et al.* **Quintais produtivos na agricultura familiar: caracterização e participação nas compras governamentais no município de Apodi/RN**. 2019. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Interdisciplinar em Educação Do Campo) - Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2019.

SOUSA, F. C. R. de. **Quintais produtivos no assentamento palmares: um resgate de saberes, sabores e beleza**. 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S. A.; DA SILVA, R. N. B. A sustentabilidade na agricultura familiar e as formas de organização produtivas em contextos locais. **Tempo da Ciência**, v. 21, n. 42, p. 53-67, 2014.

STRATE, M. F.; DA COSTA, S. M. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável das mulheres rurais no RS–Brasil/ Productive quintais: contribution to food safety and sustainable development of rural women in RS–Brazil. Brazilian. **Journal of Development**, v. 4, n. 7, p. 3732-3744, ago. 2018.



## As mulheres do Assentamento Serra Verde, Barra do Garças-MT: trabalho e participação

Ana Heloísa Maia<sup>1</sup>

Flaviana Cavalcanti da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho, partiu da necessidade de compreender como se dá a atuação da mulher dentro do Assentamento Serra Verde, objeto de estudo, a participação nas decisões, o trabalho no lote e coletivo, as atividades que desenvolvem no dia-a-dia e os desafios para o reconhecimento da figura de mulher e agricultora. A metodologia envolveu a aplicação de questionários, observação direta e análise de discurso para posterior apresentação dos resultados. As mulheres do Assentamento Serra Verde em sua maioria estão envolvidas nas decisões quantos aos aspectos produtivos e domésticos da propriedade, possuem forte engajamento político e social. A participação no grupo de mulheres tem proporcionado a elas o reconhecimento e renda por meio do trabalho que realizam. A atuação do agente de ATER dentro do assentamento tem motivado a participação das mulheres na esfera pública o que denota a importância deste no processo de empoderamento feminino, mas ainda é necessário garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pelas mulheres no grupo, criando-se estratégias que permitam a reprodução da agricultura familiar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Gênero; Assentamento Rural; Pluriatividade

**THE WOMEN OF THE SERRA VERDE SETTLEMENT, BARRA DO GARÇAS-MT: WORK AND PARTICIPATION**

**ABSTRACT:** The present study, we started with the need to understand how women work within the Serra Verde settlement, object of study, participation in decisions, work in the lot and collective, the activities they develop in the day-to-day and the challenges for the recognition of the figure of woman and farmer. The methodology involved the application of questionnaires, direct observation and discourse analysis for the subsequent presentation of the results. The women of the Serra Verde settlement are mostly involved in decisions regarding the productive and domestic aspects of the property, they have a strong political and social commitment. Participation in the women's group has provided them with recognition and income through the work they do. The role of the ATER agent within the settlement has motivated the participation of women in the public sphere, which indicates their importance in the process of female empowerment, but it is still necessary to guarantee the continuity of the activities carried out by the women in the group, creating strategies that reproduction of family farming.

**KEYWORDS:** Family farming; Genre; Rural settlement; Pluriativity.

<sup>1</sup> Doutora em Agronomia/Sistemas de Produção pela UNESP Campus de Ilha Solteira-SP. E-mail: [anaheloisamaia@unemat.br](mailto:anaheloisamaia@unemat.br)

<sup>2</sup> Docente do Curso de Agronomia da Unemat Câmpus de Tangará da Serra-MT. E-mail: [flavianacavalcanti@gmail.com](mailto:flavianacavalcanti@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa faz parte de um projeto<sup>3</sup> mais amplo intitulado “Mulheres da terra: trajetória, permanência e empoderamento feminino no Assentamento Serra Verde, Barra do Garças-MT”, que tem como objetivo realizar uma investigação sobre as mulheres do Assentamento Serra Verde, o trabalho, o lazer, seus projetos de vida e estratégias de permanência, além de identificar de que forma as ações voltadas para seu empoderamento via instituições públicas/privadas e órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER que atuam diretamente no assentamento, tem favorecido o reconhecimento dessas mulheres.

A escolha da temática dessa pesquisa deu-se principalmente devido aos escassos estudos sobre mulheres rurais na região. Neste contexto, ao refletir sobre as mulheres assentadas, cuja trajetória envolve as migrações e lutas por terra, é admitir que a construção da identidade se encontra carregada de elementos voltados à memória das lutas passadas, às experiências que viveram em grupo e às tradições históricas, culturais e as transformações que marcam suas vidas (MENEGAT, 2008).

No presente trabalho, partiu-se da necessidade de compreender como se dá a atuação da mulher dentro do assentamento objeto de estudo, a participação nas decisões, o trabalho no lote e coletivo, as atividades que desenvolvem no dia-a-dia e os desafios para o reconhecimento da figura de mulher e agricultora. Dentro desta perspectiva, segundo Maia *et al.* (2018a) a questão da invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura familiar é um tema muito discutido no meio científico, pois ainda que as mulheres trabalhem efetivamente no conjunto de atividades no lote, realizando por vezes múltiplas jornadas de trabalho, este é reconhecido apenas como ajuda e grande parte delas não recebem qualquer remuneração pelas atividades que executam.

O não reconhecimento do trabalho da mulher na produção agropecuária familiar reflete as desigualdades de gênero. De acordo com Barduni Filho, Deleposte e Carvalho (2010) a palavra gênero refere-se as características e qualidades atribuídas ao masculino e feminino, as percepções dos sujeitos, quanto ao papel desempenhado por homens e mulheres em todos os aspectos social, político, econômico, privado/público e cultural, construídos ao longo dos tempos nas relações sociais.

No contexto familiar rural brasileiro há uma delimitação entre o doméstico e público, balizada pelo o que chamamos “do lar e da roça”, constituído culturalmente pela divisão do trabalho e a incumbência de funções masculino e feminino. Essa

<sup>3</sup> Coordenadora: Profa. Dra. Ana Heloisa Maia, docente do Curso de Agronomia da Unemat Câmpus de Nova Xavantina-MT. O projeto é realizado desde 2017, envolvendo pesquisadores da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, Universidade Federal do Estado de Mato Grosso – UFMT Câmpus de Sinop, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp Câmpus de Ilha Solteira-SP e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Unidade Avançada do Vale do Araguaia, Barra do Garças-MT.

estruturação em domínios doméstico e público no meio rural, são os reflexos de uma sociedade patriarcal, onde a supremacia dos homens, relacionada ao domínio público da vida, e as mulheres limitavam-se a apenas ao espaço doméstico (FREIRE, 1975).

Ainda que existam políticas públicas voltadas ao reconhecimento da mulher e seu empoderamento em áreas de assentamentos rurais, os resultados são a longo prazo, para Refati, Fabrini e Marschner (2017) as mudanças em relação a subordinação das mulheres no campo, exige superar as desigualdades de gênero, impostas socialmente, mas por meio de ações efetivas que indiquem mais do que oportunidades, e sim ações efetivas que garantam suprir suas necessidades imediatas. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar os aspectos relacionados ao trabalho e a participação das mulheres nos diversos processos (produtivos, organizativos e culturais) no Assentamento Serra Verde, município de Barra do Garças-MT.

### **MATERIAL E MÉTODOS**

O presente estudo foi realizado no Projeto de Assentamento Serra Verde, localizado no município de Barra do Garças-MT, motivado principalmente pela ausência de pesquisas sobre mulheres rurais na região, havendo a necessidade de conhecer o universo dessas mulheres do assentamento, possibilitando o compartilhamento dos resultados obtidos para conhecimento e debate sobre essa realidade.

O método baseia-se na abordagem qualitativa, amplamente utilizada no desenvolvimento das pesquisas descritivas (OLIVEIRA, 1999). De acordo com Gil (1991, p. 5) esse tipo de abordagem “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Envolvendo também o levantamento documental junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Unidade Avançada de Barra do Garças-MT e pesquisa de campo (realizada durante os meses de junho a agosto de 2018, totalizando quatro campos), por meio de observação direta e interpretação da realidade vivenciada, além da aplicação de questionários junto as mulheres do assentamento.

Foi aplicado questionário semiestruturado com questões abertas e fechadas com 20 mulheres do assentamento. Este total de mulheres corresponde as que estavam presentes nos lotes no momento da pesquisa e que aceitaram participar da mesma. O questionário foi constituído de questões que visavam caracterizar as mulheres e a família, a participação nas decisões, o trabalho executado no lote, as fontes de renda, a participação social e política, seus planos futuros e projetos de vida, no intuito de compreender o papel mulher na unidade familiar e os desafios

encontrados nessa trajetória.

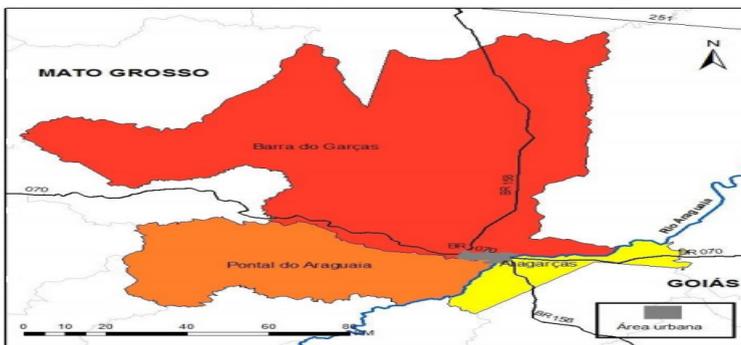
A aplicação do questionário foi realizada durante as visitas aos lotes/propriedades, buscando empregar uma abordagem, que proporcionasse liberdade as mulheres para expor os aspectos inerentes ao tema da pesquisa. Após o trabalho de campo, os dados dos questionários foram tabulados e analisados no intuito de apontar os aspectos que possam contribuir para o entendimento do universo dessas mulheres no assentamento. Na transcrição dos depoimentos, as mulheres foram identificadas somente com a letra M (mulher), seguida do número do questionário aplicado e idade. Em toda esta análise deve-se considerar que os sujeitos não são plenamente conscientes das estratégias que utilizam, portanto é necessário um trabalho de análise e interpretação dos discursos, a comparação dos diferentes discursos sobre situações semelhantes e a observação das práticas para melhor alcance dos resultados (MAIA, 2011).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS E DO ASSENTAMENTO SERRA VERDE

O município de Barra do Garças, localiza-se na região leste mato-grossense e é considerado o oitavo município mais populoso do estado de Mato Grosso, possuindo cerca de 60 mil habitantes e área de 9.078 km<sup>2</sup> de extensão, com sua economia baseada nas atividades agropecuárias (principalmente na pecuária de corte e produção de grãos – milho e soja), turismo e comércio. É unificada a mancha urbana de duas cidades Pontal do Araguaia -MT, Aragarças – GO (Figura 1), cuja divisa são apenas os Rios Garças e Araguaia (IBGE, 2018).

**Figura 1** - Localização geográfica do município de Barra do Garças-MT e a mancha urbana que o unifica a Pontal do Araguaia - MT e Aragarças-GO.



Fonte: IBGE (2018).

Com predomínio dos biomas de Cerrado, Amazônia e de transição o aglomerado de oito cidades próximas a Barra do Garças (Figura 2) soma mais de 125 mil habitantes que transitam e comercializam diariamente em conjunto sendo considerada uma Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) e por ser um polo regional, um quinto dos habitantes da região vive na cidade de Barra do Garças, e em paralelo à concentração urbana, a região apresenta um índice de ruralidade de 32%, quase o dobro se comparado com o restante do Estado, 18% (ISA, 2012).

**Figura 2** – Municípios limítrofes de Barra do Garças que formam a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE).

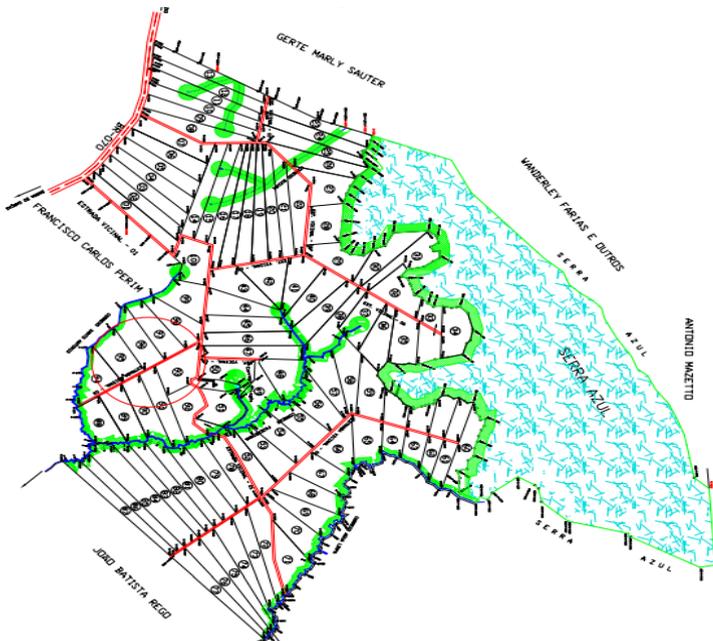


Fonte: Adaptado de Santos (2016).

Ainda que as características demonstrem essa perspectiva de RIDE, de acordo com dados do INCRA (2009) 1,8% dos estabelecimentos, todos com mais de 10.000 hectares, ocupam 35% do território regional; enquanto que os estabelecimentos com menos de 100 ha (27,3%) ocupam 1,0% da área, demonstrando uma estrutura fundiária concentrada fundamentalmente em grandes propriedades.

O Projeto de Assentamento (P.A.) Serra Verde (Figura 3), localiza-se no município de Barra do Garças-MT, dista cerca de 30 km da cidade. Possui uma área total de aproximadamente 3000 hectares, onde vivem 100 famílias, em lotes de 17 hectares, além de diversos cursos d'água e nascentes, com uma área de preservação permanente (em cor verde no mapa) de mais de 600 hectares de Serra (indicada em cor azul no mapa) (INCRA, 2016). O histórico da área é de intenso uso do solo e recursos naturais, o que acaba sendo um fator limitante a produção agropecuária, realidade típica de outras áreas destinadas à formação de assentamentos rurais no Brasil.

**Figura 3** – Mapa da área do Assentamento Serra Verde. Barra do Garças-MT.



**Fonte:** Incra, Unidade Avançada do Vale do Araguaia, Barra do Garças-MT (2018).

De acordo Oliveira *et al.* (2018) o processo de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária<sup>4</sup> da fazenda Serra Verde teve início no ano de 2004, a partir da ocupação das famílias de trabalhadores rurais sem terra nas margens da rodovia BR -70, próxima a sede da fazenda. Após vistorias e emissão de laudo de constatação de improdutividade da área pelo Incra, deu-se o decreto presidencial de desapropriação da Fazenda Serra Verde para fins de reforma agrária, com emissão na posse em 2007, entretanto, o então proprietário entrou com pedido de reintegração de posse, ajuizando o pedido na Justiça Federal. Em 2009, o Tribunal Federal Regional da 1ª Região homologou definitivamente o acordo entre Incra e o expropriante, autorizando a criação do assentamento e entrada definitiva das famílias na área.

Observou-se que no Assentamento os cultivos agrícolas predominantes são: abacaxi, banana, hortaliças e mandioca, além da diversidade de espécies nativas, como baru, pequi, caju e mangaba que são aproveitadas para a venda in natura e processamento artesanal. Na pecuária predomina a criação de bovinos (produção de leite e derivados), frutos do cerrado, aves e porcos, para autoconsumo e comercialização em feiras, além do próprio assentamento.

### **CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES E DA FAMÍLIA**

Todas as mulheres pesquisadas são de origem rural e possuem experiência anterior na atividade agrícola, no mínimo 20 anos na atividade, com faixa etária entre 35 e 60 anos. A maioria (15) das mulheres assentadas que participaram do estudo possui baixa escolaridade, estudando no máximo até a 4ª série (atual 5º ano), embora tenha ocorrido uma expressiva evolução na escolaridade dos membros da família, quando se compara a escolaridade entre pais e filhos.

Dentre as famílias das mulheres há uma média de 2 a 4 membros, com predomínio do casal como morador do lote. Percebe-se também que nas propriedades, onde as titulares são relativamente mais jovens essas possuem maior escolaridade que seus cônjuges/companheiros, e nestes lotes percebeu-se nitidamente, a maior participação das mulheres nas decisões, o que revela também que a escolaridade é uma importante estratégia de empoderamento feminino.

Em pesquisa do IBGE (2010), mostra que houve um aumento da escolaridade em relação aos homens, no ensino médio a frequência feminina é de 52,2% e a masculina 42,4%, além disso, há um maior percentual de mulheres no ensino superior (57,1%) na faixa etária de 24 anos, sendo maior do que os homens na mesma faixa etária.

---

<sup>4</sup> A desapropriação por interesse social é aquela que condiciona a propriedade da terra ao cumprimento da sua função social, de acordo com o Estatuto da Terra (Lei Nº 4505, de 30 de novembro de 1964) verificada na forma prevista desta lei quando simultaneamente, favorece o bem-estar dos que nela vivem, mantém níveis satisfatórios de produtividade, assegura a conservação dos recursos naturais e observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho (BRASIL, 1964).

A maioria dos filhos(as) das mulheres pesquisadas moram, estudam e/ou trabalham fora do assentamento, predominantemente no centro urbano de Barra do Garças, fazendo visitas pontuais aos finais de semana, quando estão próximos ao Assentamento. A faixa etária dos filhos é bastante variável, média entre 15 a 29 anos, onde em 17 lotes, esses alcançaram a maioridade e apenas em um lote foi identificado, que mesmo o filho sendo maior de idade, ainda mora com a mãe, sendo responsável no acompanhamento das atividades diárias do lote, incluindo o turismo rural que é principal fonte de renda dessa propriedade, o que também demonstra o interesse pela sucessão e continuidade das atividades no lote.

De maneira geral a trajetória das mulheres do Assentamento Serra Verde, é marcada pela migração, o assalariamento rural ou urbano e nas lutas pela posse da terra, que culminaram na conquista do assentamento e na concretização de um sonho.

Essa terra aqui é meu sonho, eu não vendo, lutei muito pra ter esse chão aqui e a gente passa apertado muitas vezes... mais é meu sonho. (M5, 45 anos)

Eu e meu marido lutamos muito pra estar aqui e também para permanecer, tentamos todos os dias diversificar mais nossa produção, vendemos tudo que aqui dá é o nosso sonho e com muita luta debaixo do barraco, na beira da estrada conseguimos a nossa terra. (M1, 42 anos)

Quando eu resolvi acampar na beira da estrada, minha vida inteira eu trabalhei pros outros, em fazenda... queria um pedaço de terra pra mim...eu sonhei com isso...e pra mim isso aqui é mais que uma realização, é a minha vida. (M17, 48 anos)

Esses resultados corroboram com os encontrados por Alves (2006), que ao analisar o processo de conquista da terra por agricultores do município de Araponga, na zona da Mata mineira, desde o ano de 1979 verificou que esse processo constitui a (re)construção da identidade dos agricultores e faz parte da memória e história desse grupo, sendo também uma busca pela liberdade e autonomia de gerenciamento de algo próprio, que tanto sonharam.

Resultados semelhantes foram encontrados por Maia *et al.* (2018b) ao estudar assentamentos rurais no município de Nova Xavantina. Segundo esses autores, embora a conquista da terra tenha significados diferentes entre os assentados, essa remonta as memórias passadas e o sentimento de pertencimento a um lugar, de sonhos realizados, que por vezes, lhe foram tomados.

Quanto ao trabalho externo à propriedade, 17 mulheres mencionaram que

ocorre esporadicamente, sendo reservado ao homem, que realiza algum trabalho externo, voltado para a atividade agropecuária, em outras propriedades rurais, foram também mencionados a realização de serviços de pedreiro, eletricista, borracheiro e mecânico. Apenas uma das mulheres pesquisadas revelou que realiza trabalho externo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no município de Barra do Garças, mas que retorna todos os dias para a propriedade.

Dentre as principais fontes de rendas mencionadas estão: aposentadoria, trabalho externo, mandioca, derivados (leite e cana-de-açúcar), frutíferas diversas (abacaxi, banana, baru, pequi, caju e mangaba), artesanato e turismo.

### **PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS DECISÕES**

Quanto a participação das mulheres em relação as atividades na propriedade, somente uma das mulheres pesquisadas afirmou que não participa das decisões. Nove mulheres decidem sozinhas sobre a distribuição de serviços e aspectos técnicos da condução de culturas e criações, venda de produtos e para quem é vendido; quais investimentos devem ser feitos e necessidade ou não de financiamento. Junto ao cônjuge decidem quanto a distribuição de serviços na propriedade e à introdução de novas culturas (13) e secundariamente sobre a venda de produtos e para quem é vendido (7). As mulheres pesquisadas têm menor poder decisão, em relação aos aspectos técnicos da condução das culturas e criações.

Refati, Fabrini e Marschner (2017) ao avaliarem o trabalho das mulheres em dois assentamentos rurais no Paraná encontraram resultados diferentes em relação a participação nas decisões. Segundo essas autoras, 20% das mulheres decidem sozinhas os financiamentos, a distribuição dos serviços e a introdução de cultivos novos, o homem especificamente é responsável pela compra e venda de produtos do lote (86,7%) e o plantio de culturas (60%) e a venda de animais (80%), nenhum homem e filho dos assentamentos pesquisados decidem sozinhos sobre essas atividades.

Durante a realização da pesquisa, percebeu-se que as mulheres que mais participavam das decisões eram aquelas que atuavam juntamente ao grupo de mulheres do assentamento que se uniram para comercialização dos produtos do lote vendidos in natura e os processados, através da produção artesanal/tradicional que dão uma característica de reconhecimento do saber-fazer, passado de geração a geração ou do conhecimento que foi adquirido em se especializar no processamento/beneficiamento daquele produto específico, como é o caso do baru e do requeijão, nos quais duas das mulheres pesquisadas são destaque por isso.

### **TRABALHO DAS MULHERES**

De acordo com Moraes, Silva e Barone (2011) ao conhecer as singularidades do cotidiano das mulheres, é que compreendemos a percepção destas sobre as atividades que realizam, o significado do trabalho que executam, as dificuldades diárias para permanência e como de fato elas estão inseridas neste meio.

As mulheres pesquisadas ao serem questionadas sobre as atividades que realizam no dia-dia, os serviços são diversos, desde o trato com as criações, tirar leite, manejo da produção e colheita, beneficiamento dos produtos para comercialização, além dos serviços domésticos (limpeza da casa, o cuidado com os filhos, fazer as refeições principais: café da manhã, almoço e janta, lavar a roupa, etc), havendo muito pouco espaço para as atividades de lazer, apenas uma delas mencionou que pelos menos umas duas vezes por semana, deixa o serviço diário no lote para pescar.

Eu levanto cedo e já vou tirar leite, o meu marido traz as vacas pro curral enquanto eu preparo o café, terminei de tomar café, daí eu vou tiro o leite... ele não sabe tirar...aí aparta as vacas e vou mexer com as plantas, o trato do gado fazemos mais tarde...ele busca as vacas e nós dois tratamos juntos, fazemos tudo junto...depois em casa já é hora de preparar o almoço, daí e eu que faço, as galinhas é também nós dois...se um tá ocupado o outro vai e trata e assim vai...depois do almoço a gente dá uma cochilada e mais tarde é hora do gado de novo, consertar uma cerca ... serviço tem toda hora. (M15, 72 anos)

Todo dia eu levanto cedo e faço o café daí o meu marido vai cuidar das coisas na roça e eu fico com as coisas da casa, eu não aguento fazer muita coisa, é mais ele mesmo que tá mais novo e faz as coisas mais pesada, eu limpo a casa, lavo a roupa, faço o almoço e janta e passo a roupa se precisar. (M3, 72 anos)

Eu levanto cedo, tiro leite, mexo com o gado e meu marido vai consertar cerca ou vai fazer algum serviço em outro lote aqui dentro do assentamento mesmo, o lote fica mais por conta minha mesmo, porque ele precisa trabalhar fora, se não a gente não consegue sobreviver do que tem aqui... daí também faço meus doces pra vender na feira e depois do almoço fico mais dentro de casa e só no final da tarde é que coloco as vaca no curral e separo os bezerros pra não ter que ficar indo atrás delas no pasto. Eu gosto de pescar, daí dá um tempinho, pelo menos umas duas vezes na semana eu deixo tudo de lado e vou pescar. (M12, 44 anos)

Percebe-se pelos depoimentos acima, os múltiplos trabalhos que as mulheres realizam, que vão da esfera produtiva a doméstica, além das várias estratégias

(agregação de valor aos produtos, pluriatividade, comercialização, diversidade de produção) para permanência no lote. Há também relatos em que aparece nitidamente a divisão sexual do trabalho (o homem o serviço produtivo – da roça e a mulher o doméstico, do lar). Além disso, devido ausência dos filhos(as), netos(as) na propriedade, ficou nítido o cansaço expresso nas palavras e na fisionomia de cada mulher, e mesmo assim, ainda reflete-se um olhar de autoestima, de gosto pelo rural e de realização/missão cumprida a cada dia de permanência na propriedade.

Em relação ao questionamento sobre a tarefa que é considerada a mais importante pelos membros da família, todas as 20 entrevistadas responderam que são as tarefas laborais, as quais envolvem a produção agropecuária associada as atividades de subsistência e comercialização, e que essas caracterizam o agricultor familiar, pois o trabalho realizado predominantemente pelos membros da família na produção de alimentos. Nas famílias, ao mesmo tempo, há também uma desvalorização do trabalho da mulher nas atividades não agrícolas (limpar, lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos), embora extremamente importante para a reprodução familiar, este serviço não é reconhecido, nem mesmo por elas, já que essas atividades domésticas não geram renda à família. Essa observação em campo relatada acima, vai de encontro aos resultados encontrados por Araújo, Oliveira e Monteiro (2015) que ao pesquisarem as condições de vida das mulheres do assentamento rural Santana Nossa Esperança, em Teresina, Piauí concluíram que o trabalho produtivo é mais valorizado pela família e o trabalho doméstico, executado predominantemente pelas mulheres, é desvalorizado, já que este não gera renda monetária.

Segundo Boni e Bosetti (2017) é importante o reconhecimento primeiramente da família, do trabalho que realizam, que possui uma relação direta com a segurança alimentar da população, a medida que produção de alimentos básicos dependem da força de trabalho familiar e a existência /resistência dessas famílias.

### **PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS MULHERES**

A maioria das mulheres entrevistadas (19) participam de algum grupo, sendo predominante a associação do assentamento e o grupo de mulheres. Dentre as mulheres que participam do grupo de mulheres, denominado “Mulheres do Cerrado”, as atividades que realizam junto ao grupo envolvem principalmente o processamento/beneficiamento de alimentos (confeção de pães, bolos, bolachas, doces, queijo, requeijão, rapadura melão e conservas) e o artesanato (Figura 4).

A formação do grupo de mulheres se deu por intermédio do técnico do Incra José Juarez, que motivou a união dessas para produção e comercialização dos produtos, para evidenciar a importância do trabalho feminino no assentamento e também para que essas mulheres consigam uma renda do seu próprio serviço. Embora haja

um grupo de mulheres articulado para comercialização desses produtos, o trabalho coletivo na produção/confeção, propriamente não existe, já que realizam essas atividades individualmente nos lotes.

**Figura 4** - Diversidade de produtos do grupo de mulheres do Assentamento Serra Verde. Feira da Agricultura Familiar, Lote 23, P.A. Serra Verde, Barra do Garças-MT.



**Fonte:** Maia (2017).

O grupo serve mais para que juntas possam participar na demonstração dos seus produtos em feiras e eventos, além de das capacitações técnicas que envolvem a confecção de receitas diversas e a higiene e manipulação de alimentos, conforme pode ser observado no depoimento da líder do grupo:

O Juarez chegou e perguntou se a gente queria montar um grupo de mulheres, daí juntamos as mulheres interessadas, que já faziam as coisas e tinham interesse em aprender outras coisas “Mulheres do Cerrado”, já que trabalhamos também diretamente com os frutos do cerrado. Começamos a fazer os cursos, veio o Senar, as faculdade e outras pessoas pra cá. Começamos a nos destacar nas feiras e eventos, as pessoas começaram a conhecer nossos produtos e comprar. Agora tem gente que vem comprar aqui, ou quando levamos vende grande parte ou quase tudo que fazemos. É muito divertido

o grupo, nas reuniões dávamos muitas risadas. O Juarez vem busca a gente pra participar, nos ajuda muito e estimula sempre pra que a gente continue participando.

A trajetória de formação do grupo de mulheres do assentamento é semelhante a outros trabalhos a respeito do tema (CARVALHO; SCHNEIDER, 2013; TRIGO, SANT'ANA; TARSITANO, 2009; SANT'ANA, 2003), onde as mulheres passaram a ganhar espaço público por meio da mediação dos agentes de ATER e demais agentes externos ao assentamento nesse processo. Corroborando com Mélo *et al.* (2014) que, analisando a participação das mulheres no grupo “Reciclarte” do Assentamento Carnaúba do Ajudante, em Serra Talhada, Pernambuco, verificaram a importância da interferência externa dos agentes de ATER na motivação das mulheres, no incentivo ao trabalho coletivo e no empoderamento feminino. Conforme Instrução Normativa nº 15/2004 (INCRA, 2004), é atribuída órgão de ATER o papel de fortalecer o processo de constituição da capacidade organizativa entre os(as) assentados(as).

Constatou-se pela pesquisa que as assentadas têm consciência sobre a importância da organização das mulheres e/ou trabalho coletivo para conseguirem autonomia e uma renda própria dos esforços do seu trabalho, e o papel do agente de ATER e de outras instituições que atuaram diretamente com o grupo, foi fundamental para o estímulo inicial na formação do grupo e do desenvolvimento de outras atividades no lote. Entretanto vale ressaltar, que seria necessário uma (re) estruturação do grupo para que os interesses das mulheres fossem defendidos e não se limitasse apenas aos encontros para realização dos cursos de capacitação (Figura 5) e comercialização dos produtos (em feiras e exposições).

As mulheres entrevistadas quando questionadas se sentem a vontade para expressar sua opinião tanto em público quanto na família todas as mulheres afirmaram que não possuem problemas neste sentido e que se sentem a vontade para expressar sua opinião. Até pelo histórico de participação da família dentro do assentamento, onde elas atuaram diretamente como líder/componente da associação do assentamento, do sindicato e do grupo de mulheres.

Dentre os desafios das mulheres para reconhecimento da profissão de agricultora, três delas mencionaram questões relacionadas a gênero, como pode ser observado no depoimento abaixo:

*O maior desafio tá dentro de casa, que tem muitas mulheres que não participam porque o marido não deixa ou o filho tem ciúmes. (M1, 42 anos)*

Já dezesseis (16) mulheres relataram a falta de recursos financeiros, e apenas uma das entrevistadas não soube responder:

*Não tem dinheiro pras mulher, se tivesse um recurso ajudava a começar as coisas, a comprar o que precisa pra fazer. (M20, 50 anos)*

**Figura 5** – Assentadas do P.A. Serra Verde junto ao técnico do Incra em unidade demonstrativa de cultivo de milho com maracujazeiro. Chácara Canarinho, Nova Xavantina-MT.



Fonte: Maia (2016).

Os depoimentos acima reforçam a necessidade de atuação dos agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, do Incra, do poder público (Municipal, Estadual e Federal) e demais instituições (sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais, empresas, etc.); envolvidas na proposição e formulação de políticas de valorização do trabalho feminino, do reconhecimento de sua identidade, criando estratégias que assegurem a continuidade das atividades desenvolvidas pelas mulheres de forma autônoma, com reflexos diretos na reprodução socioeconômica das famílias.

## CONCLUSÃO

As mulheres do Assentamento Serra Verde em sua maioria estão envolvidas nas decisões quanto aos aspectos produtivos e domésticos da propriedade, possuem forte engajamento político e social. Pode-se afirmar que a participação das mulheres do Assentamento Serra Verde em associações, sindicatos e grupos tem crescido e, portanto, revelam-se mudanças positivas, como em relação a diminuição da subordinação das mulheres do campo, e isso representa um marco histórico na trajetória dessas mulheres, assim como também é uma forte expressão de seu engajamento político e social, além disso a participação no grupo de mulheres tem proporcionado a elas o reconhecimento e renda por meio do trabalho que realizam.

A atuação do agente de ATER dentro do assentamento tem motivado a participação das mulheres na esfera pública o que denota a importância deste no processo de empoderamento feminino, mas ainda é necessário garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pelas mulheres no grupo, criando-se estratégias que permitam a reprodução da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. A “conquista da terra”: (re)produção social e (re)construção histórica entre agricultores familiares do município de Araponga - MG. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 269-283, 2006 .

ARAUJO, C. F.; OLIVEIRA, A. M. S.; MONTEIRO, M. S. **Condições de vida das mulheres do assentamento rural Santana Nossa Esperança, Teresina-PI**. Disponível em: [https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2014/Trabalhos%20Completo/2\\_G%C3%AAnero%20e%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20no%20meio%20rural/2B\\_G%C3%AAnero%20e%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20no%20meio%20rural/4\\_Clarissa%20Ara%C3%BAjo.pdf](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Trabalhos%20Completo/2_G%C3%AAnero%20e%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20no%20meio%20rural/2B_G%C3%AAnero%20e%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20no%20meio%20rural/4_Clarissa%20Ara%C3%BAjo.pdf). Acesso em: 12 jan. 2018.

BARDUNI FILHO, J; DELESPOSTE A. G.; CARVALHO, A. L. de. As novas perspectivas de gênero no meio rural: o papel feminino em (re)construção. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010 , Curitiba. **Anais...** Curitiba: Mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político, 2010: Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPR, 2010. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/biblio/ag/F?sort=title&order=asc>. Acesso em: 10 set. 2018.

BONI, V.; BOSETTI, C. J. Camponês é aquele que produz seu próprio alimento”: segurança e soberania alimentar como meio de resistência. **Revista Grifos**, n. 42

, p. 211-228, 2017

BRASIL. Lei n. 4505, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 fev. 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Terra%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.&text=2%C2%B0%20%C3%89%20assegurada%20a,na%20forma%20prevista%20nesta%20Lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Terra%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.&text=2%C2%B0%20%C3%89%20assegurada%20a,na%20forma%20prevista%20nesta%20Lei). Acesso em: 25 nov. 2020.

CARVALHO, C.; SCHNEIDER, S. “Fornadjeras”: mulheres, mobilidade social e gênero na produção de aguardente (grogue) em comunidades rurais de Cabo Verde/África. **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 215-232, 2013.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 93 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Histórico da questão Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questaoagraria/historico-da-questao-agraria>. Acesso em: 09 jan de 2018.

MAIA, A. H. **Vivências e projetos das jovens rurais: um olhar sob sua condição de mulher na agricultura familiar e a relação com suas estratégias de vida**. 99f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Ilha Solteira, 2011.

MAIA, A. H.; SANT’ANA, A. L.; SILVA, F. C. da; ZARATIM, A. P.P. Participação das mulheres a partir da formação de grupos produtivos em assentamentos rurais da microrregião de Andradina (SP). **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 7, n.1, p. 294-310, 2018.

MAIA, A. H.; SANT’ANA, A. L.; SILVA, F. C. da. Políticas Públicas de Acesso à Terra: uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em Nova Xavantina

(MT). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 56, n. 2, Brasília, p. 310-317, 2018.

MENEGAT, A. S. Mulheres de assentamentos rurais: identidades e trajetórias em construção. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008. 7p.

MORAES, A.P.S.; SILVA, E.A. da; BARONE, L. A. A participação da mulher nos assentamentos rurais: um estudo no Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, v.14, n.1, p.115-134, 2011.

OLIVEIRA, G. V.; FERREIRA, P. A.; CORTE, R. T.; GAVLIK, M. Educação agroflorestal no assentamento rural Serra Verde: quatro anos de vivência. **Revista Corixo**, v. 1, n.6, 2018.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 320p.

REFATI, D. C.; FABRINI, J. E.; MARSCHNER, W. R. O trabalho das mulheres nos assentamentos Antonio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste - Paraná. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 20, n. 35, p.83-107, 2017.

SANT'ANA, A. L. **Raízes na terra**: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP). 2003. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SANTOS, A. E. **Agrupamento de cidades de pequeno porte**: um estudo sobre Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO. 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2016.

SANTOS, N. A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **R. Pol. Públ.**, São Luís, Número Especial, p. 331-337, 2016.

TRIGO, J. M; SANT'ANA, A. L.; TARSITANO, M. A. A. **Participação das mulheres no trabalho e nas decisões familiares em assentamentos rurais**. Informações Econômicas, São Paulo, v. 39, p.18 - 30, 2009.



## Caminhos de luta: historicidade, desafios e transformações no percurso do Assentamento Porto Seguro, Marabá, Pará

Janaina Almeida Santos<sup>1</sup>

Flávia Cristina Araújo Lucas<sup>2</sup>

Airton dos Reis Pereira<sup>3</sup>

**RESUMO:** O objetivo dessa pesquisa foi descrever o processo histórico da luta pela criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro identificando e analisando as mudanças que ocorreram no seu espaço geográfico, a partir das relações humanas e histórias de vida dos agricultores. O estudo foi desenvolvido com oito assentados e baseou-se em pesquisa qualitativa, que incluiu o método de história oral temática, análise documental e anotações de campo. A análise espaço-temporal fora construída através do *software* QGIS 3.10 e da base gratuita de dados geoespaciais MapBiomias, coleção 4.1. As estratégias adotadas ao longo do processo de luta e resistência se deram através de ocupações, ações coletivas e organizadas que foram essenciais na conquista de direitos à terra que são direitos de respeito à dignidade humana. Com a criação do PDS os esforços em permanecerem e sobreviverem na terra se remodelaram impactando diretamente o crescimento socioeconômico dos assentados. As transformações ocorridas no espaço geográfico demonstram predominância de vegetação nativa e organização produtiva fundamentada em conhecimentos tradicionais para o uso sustentável e conservação dos recursos vegetais por meio da agricultura familiar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma Agrária; Agricultura Familiar; História Oral; Acesso à Terra.

**PATHS OF STRUGGLE: HISTORICITY, CHALLENGES AND TRANSFORMATIONS IN THE COURSE OF THE PORTO SEGURO SETTLEMENT, MARABÁ, PARÁ**

**ABSTRACT:** The objective of this research was to describe the historical process of the struggle for the creation of the Sustainable Development Project Porto Seguro, identifying and analyzing the changes that took place in its geographic space, from the human relationships and life histories of the farmers. The study was developed with eight settlers and was based on qualitative research, which included the thematic oral history method, document analysis and field notes. The spatiotemporal analysis was built using the QGIS 3.10 software and the free geospatial database MapBiomias, collection 4.1. The strategies adopted throughout the process of struggle and resistance took place through occupations, collective and organized actions that were essential in the achievement of land rights that are rights of respect for human dignity. With the creation of the PDS, the efforts to remain and survive on the land were remodeled, directly impacting the socioeconomic growth of the settlers. The transformations that have taken place in the geographic space demonstrate the predominance of native vegetation and productive organization based on traditional knowledge for the sustainable use and conservation of plant resources through family farming.

<sup>1</sup>Agrônoma. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Pará. E-mail: [janairaalmeida14@gmail.com](mailto:janairaalmeida14@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutora em Ciências Biológicas. Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Pará. E-mail: [copaldoc@yahoo.com.br](mailto:copaldoc@yahoo.com.br)

<sup>3</sup>Doutor em História. Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará. E-mail: [airton@uepa.br](mailto:airton@uepa.br)

**KEYWORDS:** Agrarian Reform; Family farming; Oral History; Access to Earth.

## INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, a partir da década de 1960, passou a ser marcada por uma série de políticas e estratégias governamentais que visaram o processo de ocupação dos denominados “espaços vazios” por meio de projetos de colonização, estímulos à migração por intermédio de uma propaganda prometendo terra, trabalho, lucro fácil às pessoas, créditos, incentivos fiscais, entre outros (OLIVEIRA; CARLEIAL, 2013; GUIMARÃES NETO, 2014; HÉBETTE, 2004, v.2). Esse modelo de “progresso” se fundamentava, principalmente, na propriedade da terra, na exploração dos recursos naturais e nos volumosos recursos públicos destinados a inúmeros grandes proprietários rurais e empresas privadas nacionais e estrangeiras (PEREIRA, 2015).

Em decorrência da implantação dessas políticas que atraíram migrantes para a região, as transformações que ocorreram no processo de povoamento do espaço amazônico motivaram conflitos e violências que ocasionaram dinâmicas distintas de luta pela terra envolvendo trabalhadores rurais, grandes latifundiários e aparelhos do Estado. É nesse contexto, pautado na luta dos movimentos sociais que os assentamentos rurais surgem e se assumem como marco conceitual na política de reforma agrária se desdobrando em novas perspectivas de produção, renda, moradia e condições dignas de vida e de trabalho (SOUSA; BERNARDO, 2017; COSTA; PORRO, 2019).

Na definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela política de reforma agrária no Brasil, *assentamento rural* é um conjunto de unidades agrícolas, independentes entre si, que é entregue a famílias sem condições econômicas para explorá-la utilizando exclusivamente mão de obra familiar (INCRA, 2020). Logo, o assentamento rural é a forma concreta de se fazer reforma agrária e de fortalecer e ampliar a agricultura familiar.

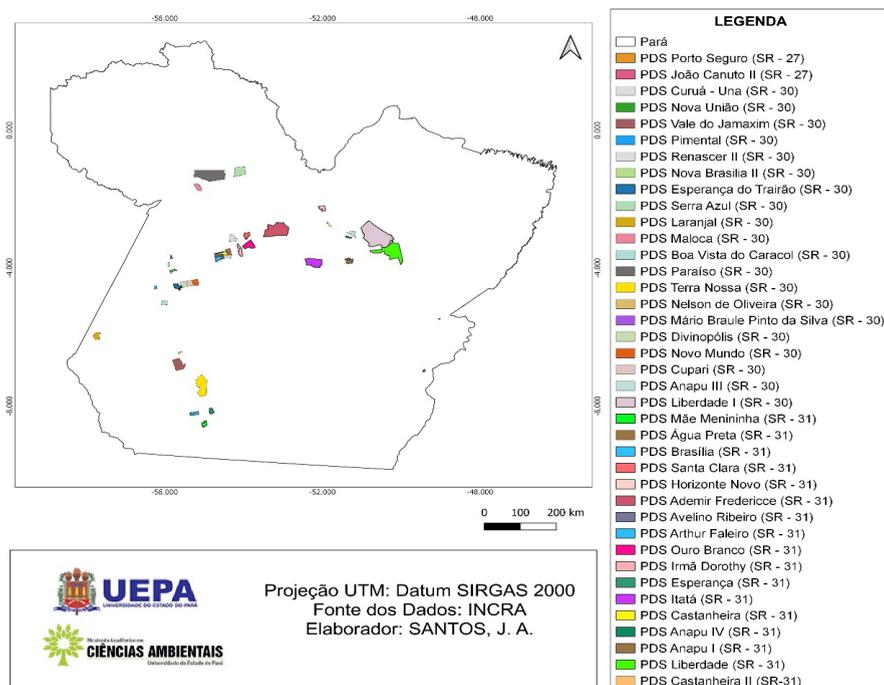
Para além disso, Alves (2019) define assentamento rural como o espaço que produz histórias dos processos políticos e sociais de trabalhadores rurais que o conquistaram e transformaram em um território com uma identidade própria. A abordagem territorial que envolve o assentamento rural comporta não só a questão limítrofe, como também as lutas e vivências que são transportadas e se reconstróem na coletividade, formando novos territórios, novas territorialidades (ALMEIDA, 2016).

De acordo com a classificação do Incra, no Brasil os projetos de assentamentos rurais podem ser *convencionais*, que têm como finalidade a redistribuição e colonização de terras, estando o desenvolvimento sustentável em segundo plano, e em *ambientalmente diferenciados* que são uma resposta às crescentes preocupações a respeito dos danos ambientais ocasionados pelos projetos de assentamentos. Fazem parte da modalidade ambientalmente sustentável os Agroextrativistas (PAE),

os Agroflorestais (PE) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010; SOARES, 2017).

O PDS é uma modalidade de assentamento ambientalmente diferenciado criado pela Portaria nº 477/99 do Incra, e regulamentado pela Portaria/Incra nº 1.032 de 25 de outubro de 2000, que se destaca por ser de interesse social e ecológico destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e outras atividades de baixo impacto ambiental (BRASIL, 2000). No Pará<sup>4</sup> existem 39 assentamentos criados na modalidade PDS que correspondem a apenas 3,4% do total dos assentamentos (Figura 1). Destes, 37 se localizam na área de abrangência da Superintendência Regional de Santarém (SR-30) e 2 na Superintendência Regional de Marabá (SR-27): PDS João Canuto II, em Xinguara, e PDS Porto Seguro, em Marabá (INCRA, 2019).

**Figura 1** - Localização dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no estado do Pará.



Fonte: INCRA, 2019.

<sup>4</sup> SR-1 – Belém: 397 projetos de assentamentos (97.997 famílias assentadas); SR-27 – Sul do Pará (Marabá): 513 Projetos de Assentamentos (72.077 famílias assentadas); e SR - 30 – Santarém: 227 projetos de assentamentos (75.944 famílias assentadas). Total de 1.137 projetos de assentamentos e 246.018 famílias assentadas no Estado (INCRA/SIPRA, 01/08/2019).

Monteiro *et al.* (2019) ressaltam que é por meio dos projetos de assentamentos diferenciados que as comunidades tradicionais na Amazônia conquistaram do Estado a possibilidade de reconhecimento coletivo de seus territórios salvaguardando formas particulares de modos de vida, usos da terra, conotação territorial, organização do espaço produtivo, dentre outras. Em virtude dessas especificidades cada assentamento exprime uma trajetória única no seu caminhar de criação, na ativação de uma memória coletiva de luta e ocupação, que legitima os atores que protagonizam estas disputas (MICHELOTTI, 2009).

Diante desse contexto, este artigo objetiva descrever o processo de criação do PDS Porto Seguro identificando e analisando as mudanças que ocorreram no seu espaço geográfico. O presente texto é apresentado em uma linha do tempo, antes e depois do assentamento, e remete às diversas representações geradas nesta área. Para contemplar esta abordagem foram propostas as seguintes perguntas: Quais foram os elementos históricos que marcaram a ocupação das terras da antiga Fazenda Balão II, culminando na criação do PDS Porto Seguro? Qual o panorama atual do assentamento? Como a cobertura florestal se apresentava antes da chegada dos ocupantes à área e comparada aos dias atuais?

## **METODOLOGIA**

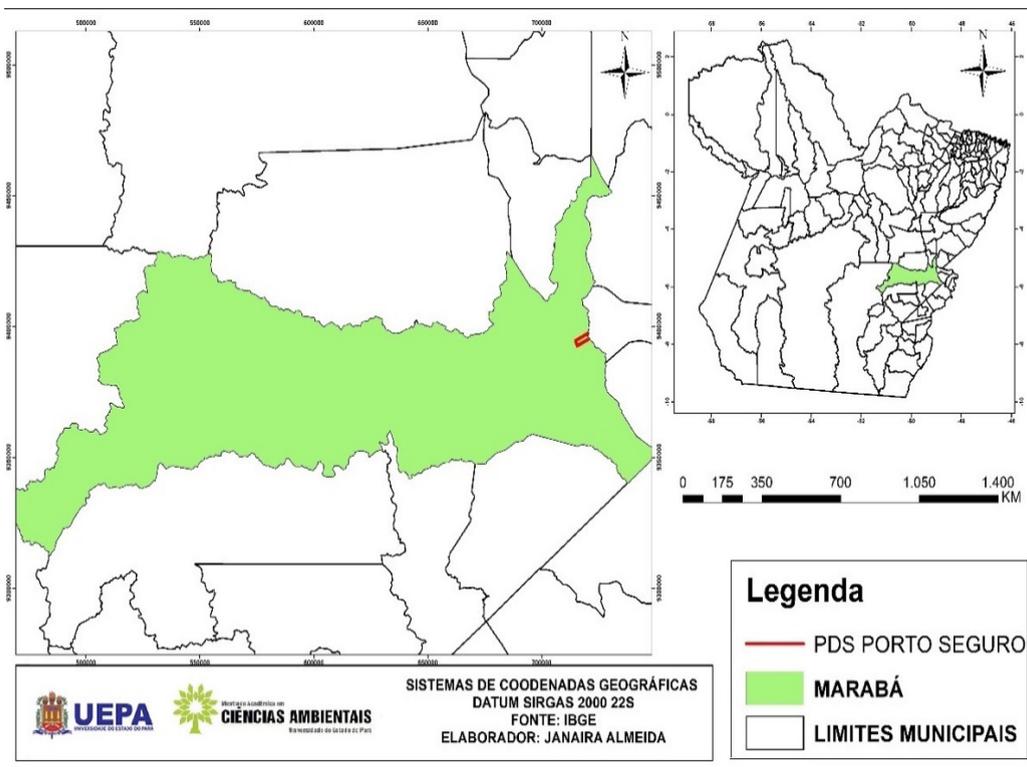
### **ÁREA DE ESTUDO**

A pesquisa foi desenvolvida no município de Marabá (5°22'12"S; 49°7'1"O), mesorregião do sudeste paraense, a 485 Km ao sul da capital do estado, Belém. Marabá é o quarto município mais populoso do Pará com uma população estimada em 279.349 habitantes, em uma unidade territorial de 15.128,058 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019). A localização da cidade de Marabá sempre favoreceu o extrativismo e a atividade comercial em virtude do seu núcleo de formação original ter sido constituído na foz do rio Itacaiúnas, no século XIX, que tinha, inicialmente, como ponto de apoio à exploração do caucho, e posteriormente, serviu de apoio não só à exploração da borracha, mas também da exploração de diamantes, de cristais de rocha e da castanha (*Bertholletia excelsa* Bonpl.). Mais recentemente, a mineração de cobre, estanho, ouro, alumínio, manganês, níquel e ferro (CARDOSO; LIMA, 2009; PALHETA *et al.*, 2015). Aliados a esses fatores, os planos governamentais da década de 1970, como aberturas de rodovias, os Programas Integrados de Colonização (PICs), na Transamazônica (BR-230), e a construção da hidrelétrica de Tucuruí, contribuíram para o aumento e aceleração dos deslocamentos migratórios e da expansão de atividades agrícolas e pecuárias que se traduziram em ocupação maciça e formação da estrutura social e fundiária do município (ASSIS *et al.*, 2008; ALMEIDA, 2016).

A delimitação da pesquisa integrou a zona de abrangência do Projeto de Desen-

volvimento Sustentável (PDS) Porto Seguro (Figura 2) que tem uma área de 1.069 hectares, situada na rodovia BR-155, Km 14, na Zona Rural de Marabá - PA (ALMEIDA *et al.*, 2018). A escolha do PDS Porto Seguro como local de estudo deu-se em função do projeto maior “Biodiversidade, Cultura e Sociedades Amazônicas”, que investiga a sociodiversidade em comunidades tradicionais da Amazônia paraense associadas com o manejo dos recursos naturais e ecossistemas, conversão de áreas florestais e atividades agrícolas.

**Figura 2** - Mapa de localização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro.



**Fonte:** elaborado pelos autores.

### **PARTICIPANTES DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS DE AMOSTRAGEM**

Participaram desta pesquisa oito agricultores familiares assentados no PDS Porto Seguro que fazem parte da Associação dos Pequenos Agricultores do Porto Seguro (ASPEAGRI) e que residem no assentamento desde a sua criação. Estas famílias relataram seus repertórios de ocupação por meio da luta e permanência na terra.

Para compor o universo amostral, houve previamente contato com a Presidente da Associação ASPEAGRI que indicou os possíveis participantes. Através dos diálogos ocorridos com os primeiros participantes, outros eram indicados e assim sucessivamente, constituindo-se na técnica de seleção da amostra “bola de neve” (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil sob o protocolo CAAE 33468920.0.0000.860 e aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Pará, conforme parecer substanciado de número 4.218.187.

### COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta dos dados e percursos de campo aconteceram entre os meses de novembro de 2019 e outubro de 2020, inicialmente com visitas semanais e posteriormente de forma remota, dada a crise sanitária instaurada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Tal cenário exigiu significativas mudanças de interação social e, conseqüentemente, do andamento da pesquisa que precisou ser readequada à nova realidade. Em vista disso, foram mantidos no estudo apenas as unidades familiares (oito) em que a coleta dos dados havia sido iniciada nos meses anteriores ao agravamento da pandemia.

Assim sendo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas por meio de formulários que visaram o levantamento do histórico de ocupação da Fazenda Balão II e criação do PDS Porto Seguro, tomando como base os depoimentos e vivências dos participantes, além dos fatos que contribuíram na construção de suas identidades sociais. Utilizou-se abordagem qualitativa por meio da metodologia da História Oral, com entrevistas temáticas (GARNICA, 1998; ALBERTI, 2005; DELGADO, 2006), que priorizaram as narrativas singulares de cada pessoa, seu tempo, respeitando suas diferenças. De acordo com Meihy (2005), Delgado (2006) e Marzochi (2013), a história oral temática embasa-se no levantamento oral de um mesmo tema por meio de diferentes colaboradores que presenciaram ou testemunharam acontecimentos. Do ponto de vista do investigado, essa metodologia garante o sentido social dos depoentes que passam a entender a sequência histórica e se sentem parte do contexto em que vivem tendo liberdade para dissertar sobre sua experiência pessoal e participação de todo o processo (MEIHY, 2005; ALBERTI, 2005).

Para consultar fatos pretéritos foram feitos estímulos iniciais, que se configuraram nas seguintes três perguntas: “Como foi a chegada à área do atual assentamento?”, “Quais foram os momentos marcantes dessa trajetória?”, e “Como foi a implantação do assentamento?”. A fim de complementar a compreensão dos fatos narrados nas entrevistas foram pesquisados documentos disponíveis na Comissão Pastoral da Terra, no Ministério Público Estadual, e no Instituto Nacional de Col-

onização e Reforma Agrária. Com base na primeira pergunta, foi gerada uma nuvem de palavras (<https://www.jasondavies.com/wordcloud>) usando como entrada o número de palavras citadas pelos assentados. Esses termos foram padronizados com base em sinônimos, removendo prefixos, artigos e outros itens gramaticais.

A sistematização, tratamento e análise dos dados se deu por meio da interpretação das informações contidas nos formulários, entrevistas e anotações de campo (ALBUQUERQUE *et al.*, 2008). Estas foram classificadas por regularidades de palavras, frases, padrões de comportamento, formas de os sujeitos pensarem e acontecimentos que deram origem a categorias de codificação, conforme método proposto por Bogdan e Biklen (1994, p. 221). Através do desenvolvimento de um sistema de codificação é possível compreender a história de vida, narrativas, mobilizações e lutas dos pesquisados em prol da busca por um lote de terra (SILVA, 2018).

Para a análise espaço - temporal das mudanças que ocorreram foram construídos mapas através da instalação do *PlugIn* da base gratuita de dados geoespaciais MapBiomas, coleção 4.1, no *software* QGIS 3.10 (MOTTA, 2010). Os mapas além de possibilitarem a caracterização dos espaços, também poderão orientar as tomadas de decisões do grupo por serem uma ferramenta de extrema importância no planejamento territorial e ambiental (SANTOS *et al.*, 1981).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados oito (8) assentados que participaram ativamente do processo de criação do PDS Porto Seguro, sendo seis mulheres e dois homens, com idades entre 35 e 70 anos. Quanto às suas origens, a maioria é nascida no Pará (37%), Maranhão (37%), seguido de Goiás (13%) e Tocantins (13%), o que corresponde a um perfil bem comum observado em grande parte dos estudos populacionais envolvendo o sudeste paraense. As migrações ocorreram entre 1975 e 1989 e foram motivadas pela busca de emprego e melhores condições de vida. A maior parte dos entrevistados (83%) nasceu e cresceu na zona rural, com núcleo familiar historicamente camponês, e descende de uma tradição de moradia e trabalho agrícola de subsistência.

## A VIDA ANTES DAS OCUPAÇÕES

Antes de fazerem parte da luta pela terra, os entrevistados viviam em áreas periféricas do município de Marabá e tinham uma relação de empregabilidade instável ou autônoma, trabalhando como domésticas, vendedores ambulantes, assalariados temporários em fazendas ou em carvoarias da região, caseiros ou em serviços gerais. Como estavam insatisfeitos com essas condições e viviam em estado de incerteza, foi crescendo o desejo de retornar as experiências no campo; e a inserção na luta pela terra foi motivada pela possibilidade de obtenção de melhores

condições de vida e trabalho em sua própria unidade produtiva. Segundo Pereira (2015), para os trabalhadores rurais que lutam por terra no sul e sudeste paraense, ocupar um imóvel improdutivo e nele poder morar e produzir alimentos com a sua família significa, em certa medida, uma luta por sua autonomia e liberdade em face da exploração de seu trabalho por outrem, poder decidir e agir “segundo as suas próprias determinações. Ser senhor de seu trabalho, de suas decisões e de suas sociabilidades” (p. 26).

Deu-se então início a conquista emancipatória daquele lugar que, como bem analisado por Mazzetto (2007) é uma luta de apropriação social da natureza, a qual não se encerra apenas no espaço puramente físico, de matéria inerte, abstraído de qualquer sentido, mas de relações com a terra, com a floresta, com o cultivo do alimento, com os companheiros e vizinhos desta caminhada. A mobilização social, participação nos movimentos socioterritoriais e os conflitos de naturezas diversas, sem dúvida, foram essenciais no exercício político dos agricultores e na formação de novas solidariedades neste percurso do PDS:

“Todo dia eu ia no INCRA porque o meu sonho era ter uma terra. Até que um dia fui lá e me disseram que eu só ia conseguir se me juntasse a algum movimento que tivesse esse mesmo objetivo. No dia seguinte eu já fazia parte do movimento dos sem-terra.” (E. M. L. – assentado, 54 anos).

“Nasci e me criei na roça, mas quando vim pra Marabá trabalhava vendendo lanche com meu marido. Comecei a participar dos movimentos pela terra porque queria muito ter meu chão pra poder viver e trabalhar nele.” (M. L. G. M. – assentado, 50 anos)

O acesso à terra por meio da inserção nos movimentos socioterritoriais, do enfrentamento aos conflitos e da resistência se mostra como um agente transformador da exclusão social, da independência, sobrevivência e trabalho. Pois, a partir da atuação na luta pela terra, o trabalhador rural tem o despertar do pensamento livre, questionador, reflexivo e autocrítico que o leva à conscientização de que a sua atual situação não é algo acabado e definitivo (FIGUEIREDO; PINTO, 2014; MARCHETTI *et al.*, 2020).

### AS OCUPAÇÕES E OS DIAS DE LUTA

O PDS Porto Seguro teve sua formação territorial a partir da Fazenda Balão II, uma área de 1.069,2410 hectares, que foi dada em aforamento<sup>5</sup> a uma família elitizada

<sup>5</sup> É o negócio jurídico onde o Estado transfere a particulares (foreiros) o domínio útil de áreas destinadas ao extrativismo vegetal sob pagamento de foro anual, porém, com a qualidade de senhorio direto do imóvel rural público. Ou seja, o Estado transfere o direito de exploração, o domínio útil, mas continua a manter o domínio direto (MAZUTTI, 2019).

marabaense, de influência política e econômica, com histórico de atos violentos, grilagem de terras e assassinatos por disputas de terras na região (PEREIRA, 2015). A Fazenda teve a primeira ocupação em junho de 2004, após constatação de tratar-se de uma área improdutiva, que culminou com o início do acampamento de cerca de oitenta famílias:

“Nós erámos aproximadamente 120 famílias que vivíamos acampadas na sede do INCRA aqui em Marabá. Foi no dia vinte um de junho de 2004, uma quarta-feira, as quatro horas da manhã que após lermos a bíblia, cantarmos três hinos e orarmos, saímos na quantidade de 80 famílias para a maravilhosa terra sonhada.” (M. L. G. M. – assentado, 50 anos)

Em um cenário político que tinha a primeira gestão presidencial do governo Lula e Simão Jatene no governo do Pará, os trabalhadores que eram ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá (STR) e à Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (FETAGRI), alojaram-se na área sem qualquer infraestrutura e se organizaram de forma coletiva, trabalhando em roças coletivas onde produziam arroz (*Oryza sativa* L.), feijão (*Vigna unguiculata* L. Walp), mandioca (*Manihot* sp.) e hortaliças destinadas ao sustento das famílias. Nessa época, a produção ainda era insuficiente para o sustento de todos e as famílias recebiam cestas básicas do INCRA ou mesmo doadas por entidades de apoio a luta camponesa (CPT, FETAGRI e STR).

Para estes acampamentos, levavam consigo o mínimo de pertences, pois, em caso de despejo, seria mais fácil a montagem e desmontagem dos barracos. Costumavam carregar em sacos algumas peças de roupa, lençóis, utensílios domésticos, documentos e mudas de plantas, na esperança de recomeçar a vida quando fossem assentados. Durante toda a fase de acampamento as decisões aconteciam de forma democrática e cada ocupante tinha autonomia para opinar e sugerir mudanças que beneficiassem todo o grupo. Além disso, conforme os relatos obtidos, foi nessa época de convívio e interação que se construíram e reforçaram os laços de amizade e afetividade entre os ocupantes:

“No acampamento as dificuldades eram muitas, mas o companheirismo e amizade entre nós era maior que hoje. Um ajudava ao outro. Se um não tinha o outro dava, emprestava. Era tipo irmãos.” (M. L. G. M. – assentado, 50 anos)

Em 2004, ano de chegada dos ocupantes à área, Marabá registrava 42 ocupações, sendo o segundo município com maior número de imóveis improdutivos

ocupados por trabalhadores rurais no Brasil (dados do relatório Dataluta, 2004), se consolidando como área estratégica e emergente de reforma agrária. Para estes grupos fortemente engajados, a conquista dos novos territórios de moradia foi ato de difícil decisão que impunha coragem para lidar com tantas transformações na vida. Como por exemplo, morar sob lonas em ambientes precários, sem água potável, luz e infraestrutura de saneamento, alimentação escassa etc.; além da superação dos medos impostos pela imprevisibilidade quanto à conquista da terra, e de prováveis ameaças de morte e intimidações tão comuns nessa região marcada por conflitos agrários e que já vitimou centenas de trabalhadores rurais (TAVARES, 2009; PEREIRA, 2015).

Nessa perspectiva, a história do PDS Porto Seguro é marcada por vários episódios difíceis na vida dos trabalhadores rurais que estão ali hoje assentados, como foram, por exemplo os cumprimentos de Ações de Reintegração de Posse impetradas pelo fazendeiro. Todas foram realizadas por cerca de 150 policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Belém que, armados e com cavalos e cães treinados, cercavam o acampamento antes do dia amanhecer. Em quase todas as ocasiões, as crianças, homens e mulheres foram acordados com o barulho da tropa e, sobretudo, com os voos rasantes de um helicóptero da polícia. Com os despejos as famílias podiam passar até três meses aguardando resoluções internas do movimento para retornar ao imóvel ou procurar uma outra terra. Em um desses episódios, os trabalhadores rurais, com o propósito de pressionar e agilizar o processo de criação do assentamento, ocuparam a sede do INCRA em Marabá por 30 dias. Os relatos destas aflições expressam detalhes dos tempos de espera:

“Desde o dia que chegamos até o dia de ser assentado foram três ocupações e desocupações. A gente entrava na área, plantava, cuidava e a polícia vinha e tirava a gente. Não tinha conflito direto com eles, mas era um momento de muita tensão. Aí nós sempre saíamos e íamos pra beira do rio Tauarizinho que passa aqui atrás do assentamento ou íamos lá pra porta do INCRA até eles darem uma resposta. Isso levava até uns três meses pra gente poder voltar e ocupar de novo.” (M. L. G. M. – assentado, 50 anos)

“Toda vez que tinha desocupação a gente saía e voltava meses depois, até que na última desocupação que teve, se não me engano foi em 2008, nós decidimos que só íamos sair se fosse pro nosso lote.” (O. A. C. – 65 anos, assentado)

“[...] as desocupações geravam muita tensão, não por parte dos agricultores, mas pela polícia que sempre ia em batalhão, com armas, cachorros,

helicóptero...Os agricultores não confrontavam. Eles saiam.” (F. A. S. – 42 anos, Agente pastoral da CPT)

Durante as reintegrações de posse as ações por parte da polícia impactavam tanto fisicamente quanto psicologicamente. As famílias eram sempre surpreendidas e assombradas nestas situações de expulsão, ficando desprotegidas e vulneráveis, sem transporte, carregando seus pertences por mais de um quilômetro. Foram inúmeras perdas materiais e abalos emocionais que levaram alguns dos trabalhadores rurais a abrirem mão dessa luta. Os conflitos diretos e violentos entre os trabalhadores rurais, a polícia e o proprietário da terra foram amenizados pela presença da CPT e demais entidades que mediavam as negociações. Aqueles que permaneceram, passaram por sucessivas reocupações e tinham como principal estratégia a permanência por meio da resistência:

“[...] a Ouvidoria Agrária Regional havia montado um esquema para retirar os sem-terras, tendo em vista que alugou dois ônibus e dois caminhões para o transporte dos colonos e dos objetos pessoais deste. Tudo em vão! Os trabalhadores rurais, em verdade, não estavam mesmo dispostos a desocupar a fazenda Balão II, tendo em vista que não arrumaram as bagagens. Ao contrário, tentaram dificultar ao máximo a entrada dos caminhões, uma vez que colocaram uma corrente com cadeado na porteira que dá acesso a Fazenda.” (Jornal Opinião, 24/11/2008 – Arquivo CPT de Marabá).

Lembranças desse tempo de moradia coletiva nos barracos de lona, uns próximos dos outros, designado por Wood *et al.*, (2015) como “ajuntamentos humanos”, que se apresentam por grupos de pessoas constituídas por individualidades e singularidades reunidas, mas que mantêm sua própria identidade e diferenças, simbolizaram os passos de reconhecimento do direito de viver na terra (Figura 3).

A trajetória de famílias agricultoras que se fixam em assentamentos na região do sudeste paraense, geralmente é marcada por situações dramáticas, tensas, que exigem resistência e tolerância no processo de conquista pela terra (MORENO; GUERRA, 2012). Para os assentados do Porto Seguro, as desocupações foram os períodos mais penosos e marcantes:

“Era muito difícil quando a gente tinha que sair e deixar as coisas da gente aqui. Não podia levar os bichos e nem as plantas. Perdia quase todas as roças e quando a gente voltava tinha que começar tudo do zero.” (E. M. L. - 54 anos, assentado)

“A parte mais difícil era quando a polícia vinha e tirava a gente. Eles vinham de madrugada, tudo armado, tratavam a gente feito bandido (silêncio). As

crianças se assustavam com medo.” (O. A. C. – 65 anos, assentado)  
 “Teve uma desocupação que eles vieram de madrugada aqui e a gente não tinha nada arrumado. Eu tive que sair pegando os bichos e as coisas no maior desespero porque eu não podia deixar as coisas pra trás, né?!” (E. M. L. - 54 anos, assentado)

**Figura 3** - Infraestrutura e episódios que marcaram o período de acampamento.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2020.

A) Barracos construídos pelas famílias no acampamento com a bandeira do movimento arqueada. B. Trabalhadores rurais descansando. C. Trabalhadores rurais se organizando para saírem da área durante uma ação de despejo, em cumprimento à ação de reintegração de posse. D. Policiais armados realizando despejo em 07/07/2005. E. Reunião da CPT e STR de Marabá com os trabalhadores rurais. F. Trabalhadores rurais ocupando a Sede do INCRA em Marabá, PA. Fotos: CPT de Marabá (Arquivo).

Esse sentimento de injustiça deixado pelas ações de reintegração de posse se relaciona com o descrito por Pereira e Rothman (2005), quando afirmam que a retirada do trabalhador rural da terra, que é seu principal meio de produção, moradia e trabalho, compromete não só a sobrevivência, mas como também fere a dignidade dessas famílias. Apesar dos sucessivos episódios de desocupação, das incertezas de permanência na terra e após três anos acampados, os trabalhadores rurais decidiram, em 2007, em dividir a área em lotes e sortear entre eles. Essa decisão culminou no estabelecimento e cultivo em áreas próprias e conforme as preferências individuais, o que muito contribuiu na diversidade dos recursos produtivos, tal como se observa atualmente.

Considerado por Oliveira (2001), Medeiros (2001) e Silva (2007) como ato político e social, as ocupações têm como principal resultado a criação do assentamento rural, que apesar de representar um avanço na luta pela terra, apresenta também uma série de desafios a serem enfrentados, uma vez que para garantir o desenvolvimento social e econômico, os assentados precisam ainda superar inúmeros empecilhos para permanecerem e se reproduzirem nos lotes. Desde a chegada dos trabalhadores rurais na área da Fazenda Balão II, foram 12 anos de ocupações, reuniões e processos jurídicos que se “encerraram” com a criação do assentamento, e que deu início a um novo ciclo de identidade, agora na condição de assentados. Nessa nova etapa, a conquista da terra significa “[...] a realização de um sonho, de vida digna e liberdade de trabalho” (M. L. G. M. – assentado, 50 anos), onde a permanência nela tem caráter de compensação pelos longos anos de insegurança e conflitos proporcionados pelas ocupações.

### **A VIDA APÓS OS ACAMPAMENTOS E O SURGIMENTO DO PDS PORTO SEGURO**

Criado a partir de uma decisão sociopolítica da Superintendência Regional de Marabá (SR – 27) em novembro de 2016, o Porto Seguro é o segundo assentamento na modalidade PDS na região, e oriunda da concepção de um novo modelo de reforma agrária pautada no desenvolvimento sustentável através da produção eficiente aliada às regras básicas do ecossistema florestal. As famílias assentadas nessa modalidade fazem uma gestão coletiva e se responsabilizam pelo uso consciente dos recursos da floresta buscando autossuficiência econômica, ambiental e social (MACIEL *et al.*, 2020).

Um dos principais motivos que impulsionaram a criação desse assentamento no modelo PDS é atribuído a questão ambiental, dado que a área da Fazenda Balão II, ocupada pelos trabalhadores rurais, era constituída majoritariamente por vegetação nativa. O parecer do INCRA (2014) informou que este local, após artifício jurídico do proprietário e seus representantes legais, foi designado como reserva legal e compensação ambiental considerando o novo Código Florestal (Art.3º item IV), portanto, sendo proibido o corte raso mesmo em áreas consolidadas.

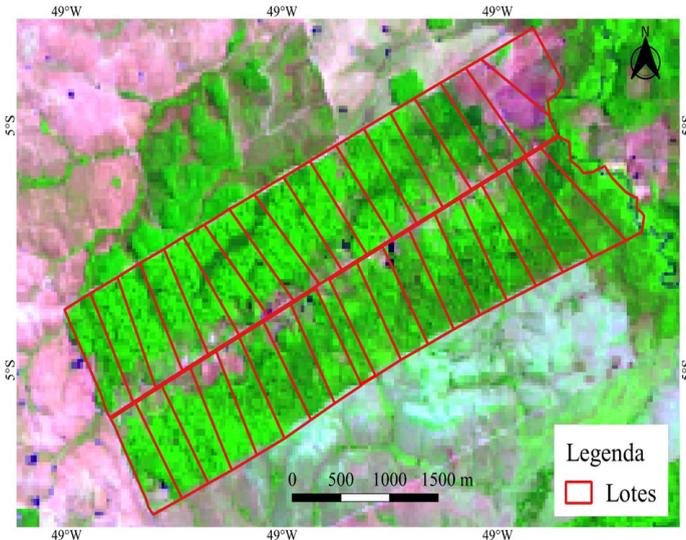
Nesse íterim, o trabalho político-pedagógico da CPT junto com o STR e FETAGRI foi fundamental, visto que a preservação ambiental da área, por parte dos trabalhadores rurais tinha caráter estratégico, político e de manutenção com o intuito de evitar denúncias por parte do fazendeiro, ou ação da polícia e da justiça, o que poderia inviabilizar a criação do assentamento. Diante disso, o INCRA avaliou a presença das famílias há mais de uma década, além de suas formas de manejo consciente e responsabilidade ambiental, para decidir assentá-las. Como condicionantes, os agricultores deveriam cumprir os fundamentos básicos de produção não predatória, atendendo ao cumprimento da legislação ambiental

brasileira.

Mediante isso, as estratégias de sobrevivência adotadas pelos assentados seguem o plano de uso (PU) do território, elaborado em 2016 por uma equipe multiprofissional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá (SEMMA) e os próprios assentados; que serve como “guia” para a execução de práticas agrícolas, florestais, extrativistas, artesanais e de pesca de modo que não haja destruição das bases ecológicas da produção e que permitam sua manutenção ao longo dos anos. O PU possui 90 itens que definem as estratégias produtivas, o uso das áreas comuns, a inserção de novos moradores, as intervenções agroextrativistas onde fica proibido o uso de defensivos e insumos agrícolas químicos, o manejo de produtos madeireiros e não-madeireiros, criação de animais, uso do fogo, fiscalização e penalidades.

O não cumprimento de quaisquer normas no PU sujeita o infrator às penalidades de Advertência verbal, Advertência por escrito e Comunicação oficial ao INCRA. Se comprovada a quebra de compromisso o morador poderá ainda perder os direitos de uso. Atualmente as famílias têm a concessão de uso que legaliza a ocupação tradicional dos assentados, divididos em 37 lotes de seis alqueires (Figura 4), que são de fácil acesso devido as condições favoráveis das estradas.

**Figura 4** - Delimitação dos lotes do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro.



**Fonte:** INCRA, elaborado por Amorim (2021).

Desde 2015, os assentados se organizam através da Associação dos Pequenos

Agricultores do PDS Porto Seguro (ASPEAGRI) que os representa juridicamente e é a principal ponte entre as necessidades e anseios do grupo com os órgãos públicos gestores da política agrária. As reuniões que definem tais necessidades ocorrem mensalmente e são decididas de forma democrática. Na área do PDS há uma escola que está inativa há seis anos por falta de demanda e duas igrejas evangélicas onde se concentram as principais atividades de lazer. Não há qualquer assistência à saúde, segurança e saneamento básico. Quanto à moradia, o modelo das casas dos assentados é normalmente de madeira ou taipa, coberta com telhas ou palhas. A origem da água para consumo e outros serviços é proveniente de poços amazonas ou artesianos.

A dinâmica socioeconômica é pautada na pequena produção familiar organizada em sistemas agroflorestais, roças temporárias, criação de animais de pequeno porte e extrativismo de espécies florestais. A seleção das espécies mais utilizadas nos sistemas produtivos (Tabela 1) é feita para atender à necessidade familiar e do mercado local.

A Tabela 1 é um demonstrativo da variedade de recursos da agrobiodiversidade a partir das próprias experiências dos agricultores, que selecionam, experimentam e trocam sementes e mudas em seus sistemas de cultivo. Tais práticas foram estimuladas pelos órgãos e entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (FETAGRI) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) que dão apoio por meio de cursos, doação de sementes, visitas e dias de campo em outras unidades familiares da região:

“O nosso papel foi de ser animador, incentivador! Pelo INCRA a única opção que tinha era tirar o pessoal de lá, e nós mostramos que não, que tinha como ficarem e seguirem um modelo sintrópico de produção. Nós oferecemos cursos, capacitação e visitas pra conhecerem outros agricultores. O pessoal do PDS foram os que mais receberam capacitação pra poder produzir respeitando o uso dos recursos naturais, e os sistemas agroflorestais foram estimulados com esse objetivo.” (F. A. S. – 42 anos, Agente de Pastoral da CPT)

Iniciativas dessa natureza estimulam a adoção de condutas que equilibrem os ganhos sociais e econômicos com os ambientais por meio da troca de saberes entre agricultores, reforçando a ideia de Machin Sosa *et al.* (2012, p.70) de que “quando o camponês vê, ele acredita”. Sob essas questões, Caporal e Costabeber (2007) consideram que as ações de extensões rurais devem se valer do conhecimento dos agricultores, pois estes são a base de um potencial endógeno capaz de impulsionar um modelo de desenvolvimento local.

**Tabela 1-** Espécies cultivadas nos sistemas produtivos do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro. (SAFs: sistema agroflorestal; R: roça; F: floresta).

FAMILÍA/etnoespécie	Nome científico	Sistema de Produção
ANACARDIACEAE		
Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.	SAFs
Cajá	<i>Spondias</i> sp.	SAFs
Manga	<i>Mangifera indica</i> L.	SAFs
ANNONACEAE		
Biribá	<i>Annona mucosa</i> Jacq.	SAFs
Graviola	<i>Annona muricata</i> L.	SAFs
APIACEAE		
Cheiro verde	<i>Petroselinum crispum</i> (Mill.) Fuss	R
Chicória	<i>Eryngium foetidum</i> L.	R
ARECACEAE		
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	SAFs/F
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.	SAFs
Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.	SAFs
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> Kunth.	SAFs
ASTERACEAE		
Alface	<i>Lactuca sativa</i> L.	R
BIGNONIACEAE		
Ipê	<i>Tabebuia heptaphylla</i> (Vell.) Toledo	SAFs/F
BRASSICACEAE		
Couve	<i>Brassica oleracea</i> L.	R
BROMELIACEAE		
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merrill	SAFs/R
CARICACEAE		
Mamão	<i>Carica papaya</i> L.	SAFs
CUCURBITACEAE		
Abóbora	<i>Cucurbita moschata</i> Duchesne	R
Melancia	<i>Citrullus vulgaris</i> Schrad.	R
DIOSCOREACEAE		
Cará	<i>Dioscorea guianensis</i> R. Knuth	SAFs/R
EUPHORBIACEAE		

▶▶

**Tabela 1-** Espécies cultivadas nos sistemas produtivos do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro. (SAFs: sistema agroflorestal; R: roça; F: floresta)(cont.).

Mandioca	<i>Manihot</i> sp.	SAFs/R
FABACEAE - CAES.		
Amarelão	<i>Apuleia leiocarpa</i> (Vogel) J.F. Macbr.	SAFs/F
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	SAFs/F
FABACEAE		
Amendoim	<i>Arachis hypogaea</i> L.	R
Copaíba	<i>Copaifera multijuga</i> Hayne	SAFs/F
Cumarú	<i>Dipteryx odorata</i> (Aubl.) Willd.	SAFs
Fava	<i>Phaseolus lunatus</i> L.	SAFs/R
FABACEAE		
Ingá	<i>Inga edulis</i> Mart.	SAFs
FABACEAE		
Feijão	<i>Vigna unguiculata</i> L. Walp	SAFs/R
LECYTHIDACEAE		
Castanha do Pará	<i>Bertholletia excelsa</i> Bonpl.	SAFs/F
MALPIGHIACEAE		
Acerola	<i>Malpighia puniceifolia</i> L.	SAFs
Murici	<i>Byrsonima crassifolia</i> (L.) Kunth	SAFs
MALVACEAE		
Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.	SAFs
Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	SAFs
MUSACEAE		
Banana	<i>Musa</i> sp.	SAFs
MYRTACEAE		
Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.	SAFs
PASSIFLORACEAE		
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims	SAFs
PIPERACEAE		
Pimenta do reino	<i>Piper nigrum</i> L.	R
POACEAE		
Milho	<i>Zea mays</i> L.	R
RUTACEAE		



**Tabela 1**-Espécies cultivadas nos sistemas produtivos do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro. (SAFs: sistema agroflorestal; R: roça; F: floresta). (cont.)

Laranja	<i>Citrus sinensis</i> L. Osbeck	SAFs
Limão	<i>Citrus</i> L.	SAFs
Tanja Pocã	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	SAFs
SAPOTACEAE		
Maçaranduba	<i>Manilkara Huberi</i> Chevalier	SAFs/F
SAPINDACEAE		
Pitomba	<i>Talisia</i> sp.	SAFs
SOLANACEAE		
Pimenta de cheiro	<i>Capsicum annum</i> L.	R

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2020.

Como geração de renda, os agricultores comercializam o excedente da produção de suas unidades familiares em feiras na área urbana de Marabá. No entanto, desde o ano de 2016 os pontos de venda do PDS se expandiram após o apoio da Universidade do Estado do Pará e, posteriormente, da Comuna do Cepasp<sup>6</sup> e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, que cedem seus espaços para a realização das feiras agroecológicas. Para tanto, contam com assessoria da Comissão Pastoral da Terra e da Secretaria Municipal de Agricultura de Marabá. Nesses espaços, a presença feminina se sobressai revelando o importante papel das mulheres na obtenção de renda.

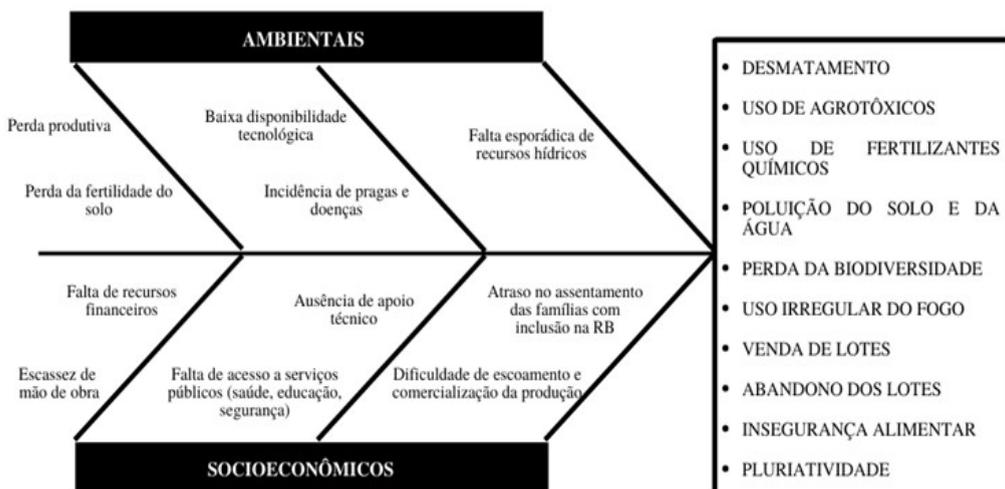
“Antes nós vendíamos a produção nas feiras de Marabá. Eu ia todo final de semana lá pra 28 (feira municipal). Com o apoio que nós recebemos das universidades, CPT, SEAGRI, FETAGRI e da Comuna é que passamos a ter a feira todo sábado aqui no novo horizonte (bairro) e nas universidades uma vez por mês. Isso foi muito bom pra nós porque agora os clientes sabem onde a gente fica.” (M. L. G. M. – assentado, 50 anos)

Mesmo sendo um modelo de assentamento que se diferencia ambientalmente da maioria encontrada na região, os assentados do Porto Seguro ainda encontram uma série de dificuldades causadas por fatores primários (ambientais e socioeconômicos)

<sup>6</sup> O Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp) é uma Ong fundada em 24 de outubro de 1984 com objetivo de apoiar e assessorar os movimentos populares de Marabá. Em setembro de 2017 criou a “Comuna Cepasp” com o objetivo de promover formas de sociabilidade tendo como pilares as solidariedades entre as pessoas. A partir de março de 2018 passou a apoiar os agricultores familiares do PDS Porto Seguro com a realização da Feira Camponesa Comunal em frente à sua sede, no bairro Novo Horizonte, cidade de Marabá.

e secundários que exercem efeitos negativos nos recursos naturais e na comunidade (Figura 5).

**Figura 5** - Causa e efeito das dificuldades encontradas pelos agricultores no Projeto de Desenvolvimento Sustentável, Marabá/PA.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2020.

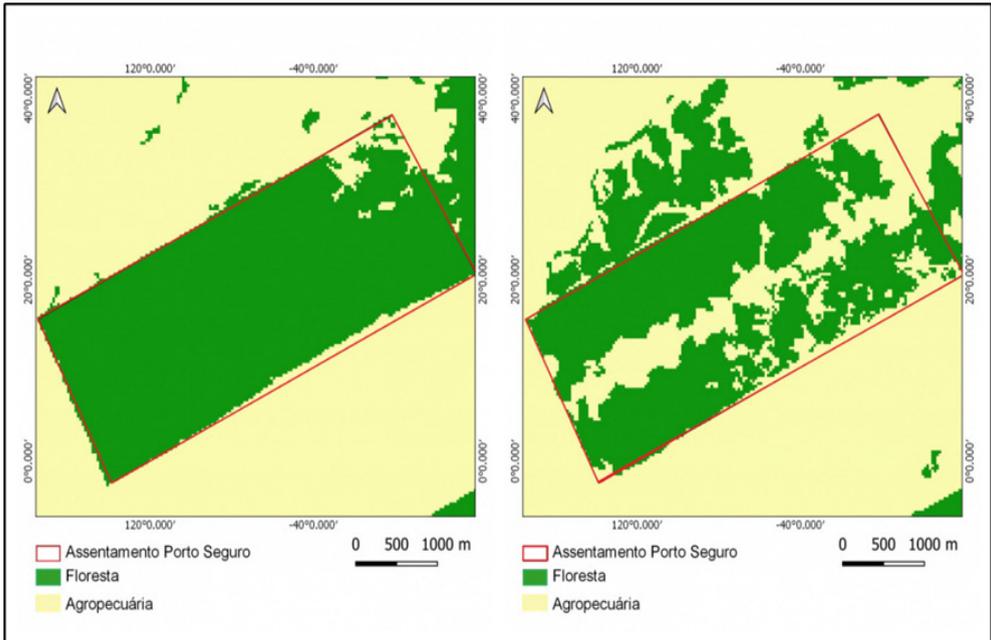
Observa-se que as dificuldades encontradas pelos agricultores têm desencadeado uma série de ações que favorecem a degradação ambiental, o êxodo rural, o abandono, a comercialização das próprias terras/ou parte delas e a inserção de atividades não-agrícolas complementares. Destaca-se ainda que parte dessas dificuldades são relativas aos entraves criados pelo próprio INCRA nos últimos anos, sobretudo a partir de momento em que o Governo Federal determinou a suspensão de aquisição e desapropriação de terras pela autarquia, inclusive áreas com assentamentos criados, cujos pagamentos haviam sido concluídos como é o caso do PDS Porto Seguro<sup>7</sup>. Esses obstáculos impedem os agricultores de acessar as políticas de assistência técnica e fomentos direcionados à agricultura familiar, uma vez que ainda não foram inseridos na relação de beneficiários da reforma agrária. Apesar de apresentar ainda muitos problemas de ordem social e econômica, o assentamento é definido pelos entrevistados como um ótimo lugar para se viver.

<sup>7</sup> Nenhuma família foi assentada nos 66 Projetos de Assentamentos criados no governo Dilma em 2016, em razão da paralização da política de reforma agrária nos governos Temer e Bolsonaro. Cf. Folha de São Paulo, 23/11/2019; O Globo, 22/12/2019.

## ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

É notório que os trabalhos políticos-pedagógicos da CPT e do STR de Marabá influenciaram nas tomadas de decisões dos trabalhadores rurais que ocupavam a Fazenda Balão II, especialmente com relação à preservação de grande parte da floresta nativa e ao modelo de assentamento (PEREIRA et al, 2018). Contudo, a implantação das atividades de subsistência e geração de renda transformaram negativamente parte da paisagem local. Machado (1998) destaca que nos momentos iniciais das ocupações de terras as questões prioritárias referem-se à manutenção e sobrevivência do grupo, ficando a questão ambiental em segundo plano. Apesar de haver um discurso preocupado com a conservação ambiental por parte dos líderes, muitas vezes não há pensamento compartilhado do grupo em virtude das carências de recursos e por hábitos e crenças anteriores. De acordo com o Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil (MapBiomas) é possível observar que, desde a chegada dos ocupantes em 2004 à área até 2019, ocorreram relevantes mudanças na cobertura da terra com a conversão de áreas florestais em áreas antropizadas (Figura 6).

**Figura 6** - Mapa de uso da terra do assentamento Porto Seguro nos anos de 2004 e 2019, respectivamente.

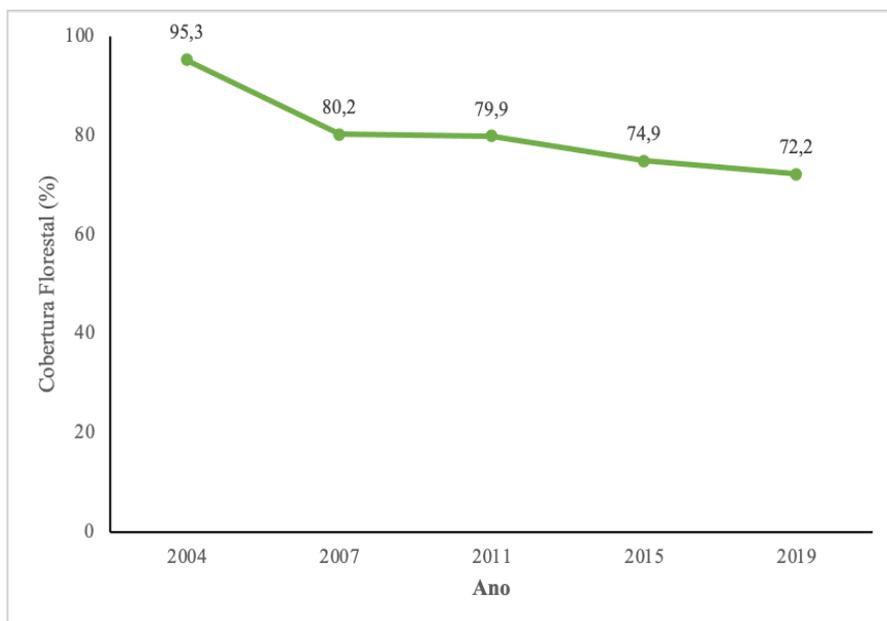


Fonte: MapBiomas (2020), adaptado pelos autores.

Na Figura 6 verifica-se que as principais mudanças resultaram em uma concentração de área antropizada no centro e no canto inferior direito do assentamento. Essa conversão de área florestal em área antropizada é resultado da abertura da estrada principal que permite o acesso aos lotes, a implantação de culturas de subsistência e a ocorrência de incêndios que se alastraram de fazendas vizinhas que criam gado bovino e atingiram parte do assentamento em 2015 e 2016: “O fogo veio da propriedade que fica aqui do lado do assentamento e foi rápido demais. Acabou com quase toda a nossa plantação.” (I. J. S. – assentado, 35 anos).

O uso do fogo é uma prática antiga de limpeza e manutenção da fertilidade bastante comum na Amazônia, e traz uma série de consequências ambientais (MESQUITA, 2008) e sociais (GONÇALVES *et al.*, 2012; CONCEIÇÃO *et al.*, 2020). No atual Código Florestal (Lei nº 12.651/ 2012), o uso do fogo na vegetação é proibido, exceto em locais que justifiquem seu emprego em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação pelo órgão estadual ambiental, em caso de queima controlada em Unidades de Conservação e para pesquisa científica aprovada pelos órgãos competentes (BRASIL, 2012). Embora o amparo legal, a falta de fiscalização contribui para que os incêndios se alastrem e destruam a vegetação nativa, ameaçando também a segurança e os sistemas dos agricultores.

**Gráfico 1** - Porcentagem da cobertura florestal no PDS Porto Seguro de 2004 a 2019.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

A partir da análise multitemporal das imagens de satélite foram obtidos os dados referentes ao volume da cobertura florestal do PDS Porto Seguro. No Gráfico 1 estão descritos os valores em porcentagem no universo temporal compreendido de 2004 a 2019 que permite perceber as modificações do espaço geográfico.

As taxas de desflorestamento na área de estudo foram maiores nos primeiros anos de ocupação (2004 – 2007) e totalizaram uma perda de 15,1% da cobertura florestal. Nos anos seguintes a perda florestal manteve-se igual ou menor que 5%. Estes percentuais elevados se correlacionam com as observações que Sampaio *et al.* (2004) e Watrin *et al.* (2005) fizeram com relação ao PA Agroextrativista Praia Alta e Piranha e de Amorim *et al.* (2020) com relação ao PA 26 de março, que mostraram alterações significativas dos padrões originais de área florestal nos primeiros anos de ocupação. Esta realidade é considerada comum em zonas de grande fluxo populacional em busca de terras e melhores condições de sobrevivência (SAMPAIO, 2008).

Até 2019 a cobertura florestal do PDS Porto Seguro representava 72,2% do total do território, denotando a prevalência da vegetação nativa. Entretanto, vale ressaltar que esse percentual é menor que o observado por Paiva e Baptista (2017) em assentamentos rurais e em terras indígenas no Oeste do Pará e no Sul do Amazonas, onde há predominância de atividades sustentáveis e cujo tamanho de área florestada foi de 81,3% e 80%, respectivamente. As implicações da perda de floresta do PDS acarretam danos que podem fragilizar a produtividade agrícola:

“A produção tá caindo a cada ano que passa. A terra tá cansada e o único jeito que nós temos é mudar o local onde faz as roças.” (B. B. F. – 59 anos, assentado)

“Quando nós chegamos aqui era tudo mata com muita cobra e onça. Precisava ter bastante cuidado. Hoje em dia, elas (as cobras) aparecem mais no inverno mesmo, e acho que ainda tem onça por aí, só é mais difícil de aparecer.” (O. A. C. – 65 anos, assentado)

A conservação da floresta foi analisada por Fearnside (2003) como fundamental por gerar serviços ambientais essenciais, como: a regulação do clima; ciclagem de nutrientes; formação do solo; controle da erosão; produção de alimentos e matérias-primas. Para além desses benefícios, Matos *et al.* (2020) estudando os residentes da área de conservação do Lago de Tucuruí, observaram que a floresta em pé contribui para que as famílias rurais tenham qualidade de vida garantida através da geração de renda, de alimentos e remédios. Sob o ponto de vista dos assentados do Porto Seguro, os ambientes florestais são fundamentais para a manutenção da vida e motivo de orgulho e conquista:

“Essa floresta representa minha vida. É tudo pra mim.” (J. A. L. - 36 anos, assentado).

“Planta é vida, é tranquilidade. Se tirar a floresta vai ser ruim por causa do aquecimento global.” (M. E. M. - 54 anos, assentado).

“Essa área aqui (apontando para o quintal) e a floresta é a realização de um sonho.” (I. J. S. - 34 anos, assentado).

Todavia, é necessário estimular o planejamento racional na extração de produtos vegetais a fim de evitar sérios prejuízos aos estabelecimentos agrícolas, principalmente os familiares, uma vez que os recursos explorados tendem a ser esgotados (PORTER-BOLLAND *et al.*, 2012; BRITO; HENTZ, 2019). Quanto às áreas antropizadas constatou-se durante as visitas ao PDS que, em sua maioria, são constituídas por sistemas produtivos diversificados, atendendo aos princípios agroecológicos os quais se refletem diretamente na preservação da biodiversidade local (Figura 7).

**Figura 7-** Sistemas produtivos observados nas unidades familiares do PDS Porto Seguro.



A - B Sistema agroflorestal com espécies florestais, agrícolas e frutíferas. C. Roça temporária de milho (*Zea mays*). D. Área florestal e represa. Fonte: Dados da Pesquisa.

**Fonte:** Acervo da pesquisa.

A falta de incentivo financeiro e de apoio ao manejo das espécies, da qualidade do solo e da manutenção das práticas sustentáveis realizadas pelos agricultores familiares do PDS Porto Seguro, têm pressionado as famílias a buscarem alternativas de permanência e sobrevivência através da conversão de área florestal em área antropizada. Nesse sentido, a regulamentação da área e o assentamento de todas as famílias por parte do INCRA e as orientações técnicas são imprescindíveis diante das restrições às quais os agricultores são submetidos, pois essa é uma forma de potencializar a produção tendo em vista a conservação dos recursos naturais (CORRÊA; MANESCH, 2018) e de não pôr em risco a perda, em alguns anos, da modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável sob a qual o assentamento foi criado.

### **CONCLUSÃO**

A luta dos agricultores do PDS Porto Seguro ainda continua e não foi superada com a criação do assentamento, pelo contrário, os esforços de permanência e sobrevivência na terra se remodelaram com as novas dificuldades econômicas, produtivas, ausência de assistência técnica, falta de infraestrutura básica de saúde e segurança que impacta diretamente a vida dos assentados. As transformações que ocorreram no espaço geográfico, após quinze anos da chegada dos agricultores à área, demonstram predominância de 72,2% de vegetação nativa, mas as sucessivas invasões de fogo oriundo de áreas limítrofes têm gerado perdas significativas de volume florestal anualmente, além de ameaçar os sistemas dos agricultores, que precisam de amparo de órgãos públicos para apoiar e orientar as suas atividades.

Os assentados mantêm um padrão de vida simples em casas de madeira ou de taipa, coberta com telhas ou palhas. A organização produtiva do assentamento é fundamentada nos conhecimentos tradicionais para o uso sustentável e conservação dos recursos vegetais por meio da agricultura familiar. No entanto, muito ainda tem para ser pesquisado no que se refere às dinâmicas e ao futuro socioproductivo do PDS Porto Seguro. Como ficará o PDS Porto Seguro diante da paralização da reforma agrária pelo Governo Federal e das dificuldades ambientais e socioeconômicas? As restrições produtivas estão relacionadas com o manejo inadequado com as condições naturais de fertilidade? As pressões externas influenciam na adoção de estratégias produtivas do PDS Porto Seguro? Essas questões reforçam a pertinência das investigações envolvendo esse território.

### **AGRADECIMENTOS**

Os autores da pesquisa em questão expressam seus agradecimentos à generosidade, disponibilidade e acolhida dos agricultores familiares do PDS Porto

Seguro que, através das suas histórias, mostraram a riqueza da vida no campo, e à Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa – FAPESPA (005/2019) pelo suporte financeiro.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses; LUCENA, Reinaldo; ALENCAR, Nelson. Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos. In: ALBUQUERQUE, Ulysses; LUCENA, Reinaldo; CUNHA, Luiz (Orgs.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife, PE: NUPPEA, p. 41-64, 2008.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. **Fontes históricas**, v. 2, p. 155-202, 2005.

ALMEIDA, Francilete. **Assentamentos rurais no sudeste paraense: novos territórios rurais e a pluriatividade como estratégia de reprodução social no PA Belo Vale, Marabá- PA**. 2016, 106 p. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016. Disponível em: <https://pdt.sa.unifesspa.edu.br/images/finalFrancilete.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

ALMEIDA, José Jonas. Políticas públicas e comunidades da Amazônia: o caso da Velha Marabá (1970-2000). URBANA: **Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade**, v. 8, n. 2, p. 44-59, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/urbana.v8i2.8643591>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

ALMEIDA, Karina Miranda *et al.* Avaliação estrutural do solo no projeto de desenvolvimento sustentável Porto Seguro, Marabá-PA. **Revista Craibeiras de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/era/article/view/6388>. Acesso em: 2 de mai. 2020.

ALVES, Flamarion. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. **Revista NERA**, v. 22, n. 48, 2019.

AMORIM, Ismael Alves *et al.* Dinâmica do desmatamento em área de assentamento de reforma agrária no sudeste paraense. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 78, p. 21-35, 2020.

ASSIS, William; OLIVEIRA, Myriam; HALMENSCHLAGER, Fábio. Dinâmicas territoriais e as complexidades das áreas de fronteira agrária na Amazônia oriental. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2008. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/303>. Acesso em: 21 de ago. 2020.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2011. p. 329-341.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto editora, 1994.

BRASIL. **Decreto Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012**. Institui o Novo Código Florestal Brasileiro. Brasília, DF, 2012. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm) Acesso em: 10 de set. 2020.

BRITO, Maira; MELLO, Andréa Hentz. Diversificação da produção e seus efeitos na Assentamento Piquipa I. **Revista Agenda Social**, v. 13, n. 2, p. 11-24, 2020.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARDOSO, Ana Claudia; LIMA, José Júlio. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos cadernos NAEA**, v. 12, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/285/520>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CONCEIÇÃO, Dannicia et al. O Impacto das Queimadas na Saúde Pública. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 59498-59502, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15202>. Acesso em: 12 de jul. 2020.

CORRÊA, Igor Luiz; MANESCHY, Rosana Quaresma. A agroecologia na gestão ambiental de agroecossistemas: assentamentos rurais na Amazônia brasileira. **Universidade e Meio Ambiente**, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.reumam.net/index.php/revista/article/view/23>. Acesso em: 12 de jul. 2020.

COSTA, Mara Cristina; PORRO, Roberto. Assentamentos convencionais e projetos de desenvolvimento sustentável em Anapu, Pará: percepções locais da trajetória de implementação. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 2, p. 63-98, 2019. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/376>. Acesso em: 14 de set. 2020.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta Pela Terra** – DATALUTA: Banco de Dados, 2004. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutabrasil.html>. Acesso em: 19 de ago. 2020.

DELGADO, Lucília. **História oral-memória, tempo, identidades**. Autentica, 2017.

FEARNSIDE, Philip M. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. Editora INPA, 2003.

FIGUEIREDO, Gislayne Cristina; PINTO, José Marcelino. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 562-571, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822014000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822014000300005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 de set. 2020.

GARNICA, Antonio Vicente. O escrito e o oral: uma discussão inicial sobre os métodos da História. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 5, n. 1, p. 27-35, 1998.

GONÇALVES, Karen; CASTRO, Hermano; HACON, Sandra. As queimadas na região amazônica e o adoecimento respiratório. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1523-1532, 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000600016&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000600016&script=sci_arttext). Acesso em: 6 de set. 2020.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, Trabalho e Memória Política: Trabalhadores Rurais, Conflito Social e Medo na Amazônia (1970–1980). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 11, p. 129-146, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/19849222.2014v6n11p129>. Acesso em: 17 de set. 2020.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Ed. da UFPA (v. II), 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Marabá**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama> Acesso em: 20 out. 2019.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 16 ago. 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Projetos de Reforma Agrária conforme Fases de Implementação. **Relatório**. 334 p. 2019.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa nº 65 de 27 de dezembro de 2010. **Estabelece critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento**. Publicada no D.O.U. 31/12/2010. Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-65-2010\\_77816.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-65-2010_77816.html)

LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 111-130, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2010000100008&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2010000100008&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 15 de set. 2020.

MACHADO, Antônio Maciel. Educação ambiental para desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais: contribuições de um estudo de representações sociais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 125-136, 1998. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8931>. Acesso em: 1 de set. 2020.

MACHÍN SOSA, Braulio *et al.* Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba. **São Paulo: Outras Expressões**, 2012.

MACIEL, Raimundo Claudio *et al.* Assentamentos sustentáveis na Amazônia: avaliação econômica do projeto de desenvolvimento sustentável Bonal. **Revista de Estudos Sociais**, v. 21, n. 43, p. 45-62, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/download/8563/html?inline=1>. Acesso em: 2 de set. 2020.

MAISONNAVE, Fabiano. Sob Bolsonaro, Incra paralisa assentamentos em 66 projetos de reforma agrária. São Paulo, **Folha de São Paulo**, 23/11/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/sobbolsonaroincraparalisaassentamentos-em-66-projetos-de-reforma-agraria.shtml?origin=folha>. Acesso em:

11 jan. 2021.

MARCHETTI, Fábio *et al.* Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, p. 284-311, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Fabio-Marchetti/publication/341799001\\_Caminhos\\_da\\_reforma\\_agraria\\_no\\_Brasil\\_e\\_suas\\_implicacoes\\_para\\_a\\_agrobiodiversidade/links/5ee93b8f92851ce9e7ea2f0a/Caminhos-da-reforma-agraria-no-Brasil-e-suas-implicacoes-para-a-agrobiodiversidade.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Fabio-Marchetti/publication/341799001_Caminhos_da_reforma_agraria_no_Brasil_e_suas_implicacoes_para_a_agrobiodiversidade/links/5ee93b8f92851ce9e7ea2f0a/Caminhos-da-reforma-agraria-no-Brasil-e-suas-implicacoes-para-a-agrobiodiversidade.pdf). Acesso em: 12 de mai. 2020.

MAZZETTO, Carlos Eduardo. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Revista Geografias**, p. 46-63, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13217>. Acesso em: 5 de mai. 2020.

MAZUTTI, Amarildo José. **Acumulação por desapossamento: o caso do Polígono dos Castanhais, Amazônia brasileira**. 2019. Dissertação (mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 195 p., 2019.

MARZOCHI, Andréa. Procedimentos metodológicos de pesquisa com jovens infratores: a importância da história oral. **Resgate**, 2013.

MATOS, Letícia Sousa; SERRA, Anderson Borges. As florestas no meio de vida das famílias do Mosaico de unidades de conservação do Lago de Tucuruí, Pará. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 15, n. 1, p. 48-56, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7283557>. Acesso em 26 de mai. 2020.

MEDEIROS, Leonilde. Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. **Una nueva ruralidad en América Latina**, p. 103-128, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929012955/7medeiros.pdf>. Acesso em: 30 de mai 2020.

MEIHY, José Carlos. **Manual de história oral**. Edições Loyola, 2005.

MESQUITA, Antônio Gilson. Impactos das queimadas sobre o ambiente e a biodi-

versidade acreana. **Revista Ramal de Ideias**, v. 1, n. 1, p. 2008-2009, 2008.

MICHELOTTI, Fernando. Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará. **Antropolítica**, p. 245-266, 2009.

MOTTA, Luiz. **Plugin para pesquisa espacial no QGIS. 2010**. Disponível em: <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/plugins>. Acesso em: 23 de dez. 2019.

MONTEIRO, Aianny Naiara; DE VASCONCELOS, Tatiane; TRECCANI, Girolamo Domenico. Impasses e desafios da regularização fundiária para comunidades tradicionais na Amazônia. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 2, p. 39-62, 2019. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/385>. Acesso em: 13 de mai. 2020.

MORENO, Glaucia; GUERRA, Gutemberg Armando. O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense. **Revista NERA Presidente Prudente Ano**, v. 15, n. 21, p. 79-99, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142001000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 de set. 2020.

OLIVEIRA, Robson Quintino; CARLEIAL, Liana Maria. Desenvolvimento amazônico: uma discussão das políticas públicas do Estado brasileiro. **Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta**, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.faflo.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/90>. Acesso em: 9 de jul. 2020.

\_\_\_\_\_. PORTARIA/INCRA/P/Nº 1032, DE 25 DE OUTUBRO DE 2000. Aprova a Metodologia para Implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências. Publicada no DOU de 26/10/2000 (nº 207, Seção 1, pág. 11). Acesso em: 16 ago. 2020.

PAIVA, Yuri Roberta; BAPTISTA, Gustavo. Avaliação da cobertura florestal em assentamentos rurais e terras indígenas na Amazônia Legal em 2015, por meio de imagens orbitais do satélite Landsat-8 OLI. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 69, n. 7, p. 1427-1445, 2017.

PALHETA, João Marcio; SILVA, Christian; MEDEIROS, Gláucia. Territórios com mineração na região sudeste do Pará–Norte do Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 15, p. 281-308, 2015. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6456/3402>>. Acesso em: 06 out. 2020.

PEREIRA, Airton; ROTHMAN, Franklin Daniel. Ocupações espontâneas, conflitos e violência pela posse da terra no Araguaia. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 220, 2005. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsul.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/303/250>. Acesso em: 02 set. 2020.

PEREIRA, Airton. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. 1. ed. Recife (PE): Editora UFPE, 386p., 2015.

PEREIRA, Airton *et al.* PDS Porto Seguro: assentamento indutor do desenvolvimento agrícola sustentável. In: SANTOS, Seidel *et al.* **Bioculturalidade, conservação e biotecnologia na Amazônia Oriental**. Curitiba-PR: Editora CRV, 189-214, 2018.

PORTER-BOLLAND, Luciana *et al.* Community managed forests and forest protected areas: An assessment of their conservation effectiveness across the tropics. **Forest ecology and management**, v. 268, p. 6-17, 2012.

RIBEIRO, Aline. Governo para 289 processos de reforma agrária. Rio de Janeiro, 2019. **O Globo**, 22/12/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-para-289-processos-de-reforma-agraria-24154395>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SAMPAIO, Sandra Maria. **Dinâmica e Complexidade das Paisagens do Projeto de Assentamento Benfica, Sudeste Paraense**. 2008. 163 f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) - EMBRAPA Amazônia Oriental, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2008.

SAMPAIO, Sandra Maria *et al.* Evolução da cobertura vegetal e uso da terra na área do assentamento rural no sudeste paraense: o caso do projeto de assentamento agroextrativista Praia Alta e Piranha. **Embrapa Amazônia Oriental-Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento (INFOTECA-E)**, 2004.

SANTOS, Armando *et al.* Metodologia de interpretação de dados de sensoriamento remoto e aplicações no uso da terra. **São José dos Campos: INPE**, 1981.

SILVA, Gildete Evangelista. Narrativas de vida dos assentados no projeto Vale do

Arinos. **Mercator (Fortaleza)**, v. 17, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012018000100211&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012018000100211&script=sci_arttext). Acesso em: 22 de ago. 2020.

SILVA, Gilvânia Ferreira. A natureza educativa nas ocupações de luta pela terra no Brasil. **Libertas**, p. 50-67 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18216>. Acesso em: 9 de set. 2020.

SOARES, Marcelo. **Assentamentos rurais sustentáveis na Amazônia**. 2017. 143 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017.

SOUSA, Caroline Cristiane; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Sem-terra com terra: Resistências cotidianas no assentamento de Araras-SP. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 453-465, 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180989082017000200015&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082017000200015&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 ago. 2020.

TAVARES, Francinei Bentes. Os conflitos agrários e o processo de reordenamento fundiário na região sudeste do Pará: uma proposta de abordagem a partir da sociologia dos regimes de ação. **Revista IDEAS**, v. 3, n. 3, p. 440-474, 2009. Disponível em: <https://revistaideias.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/2>. Acesso em: 18 de set. 2020.

WATRIN, Orlando dos Santos; CRUZ, Carla Bernadete Madureira; SHIMABUKURO, Yosio Edemir. Análise evolutiva da cobertura vegetal e do uso da terra em projetos de assentamentos na fronteira agrícola amazônica, utilizando geotecnologias. **Geografia**, v. 30, n. 1, p. 59-76, 2005.

WOOD, Charles H.; TOURRAND, Jean-François; TONI, Fabiano (Ed.). **Pecuária, uso da terra e desmatamento na Amazônia**: um estudo comparativo do Brasil, do Equador e do Peru. Editora UnB, 2015.



## O perfil social e a geração de renda em Assentamentos Rurais sob influência do cinturão da soja e milho na Amazônia Matogrossense

Atila de La Corte Molinari<sup>1</sup>

Roberta Martins Nogueira<sup>2</sup>

Roberto Carlos Beber<sup>3</sup>

Janaina de Nadai Corassa<sup>4</sup>

Edvaldo Martins Pires<sup>5</sup>

**RESUMO:** Os aspectos socioeconômicos, legais e produtivos das propriedades rurais vinculadas aos programas de reforma agrária são pontos de grande relevância para a fixação das famílias e para a efetividade desta política pública, sobretudo na Amazônia. Assim, neste trabalho teve-se por objetivo avaliar a influência dos fatores sociais e produtivos sobre a geração de renda em assentamentos rurais da Amazônia mato-grossense. O estudo se baseou em uma pesquisa social aplicada, com a coleta de dados econômicos, sociais e produtivos de 48 propriedades rurais. As propriedades foram amostradas por tipicidade, considerando o uso da terra nas seguintes modalidades: extrativismo, lavoura e arrendamento da área a terceiros. Os resultados demonstraram que há diferença no perfil social em função da atividade agrícola principal da propriedade e que a renda obtida em cada uma das atividades também sofre influência das atividades produtivas estudadas. Pode-se concluir que o tipo de atividade agrícola desenvolvida na propriedade leva o assentado rural a depender de rendas extras, fato este que deve impulsionar discussões sobre as políticas públicas que apoiem os beneficiários do programa de reforma agrária após o recebimento da terra, sob o risco do abandono da vida e do trabalho rural por parte dessas famílias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Assentamentos Rurais; Produção Agrícola.

### SOCIAL PROFILE AND INCOME GENERATION IN RURAL SETTLEMENTS UNDER THE INFLUENCE OF THE SOYBEAN AND CORN BELT IN THE AMAZON

**ABSTRACT:** The socioeconomic, legal and productive aspects of farms from agrarian reform programs are particularly important for the settlement of families and for the effectiveness of this public policy, especially in the Amazon. Thus, this work aimed to evaluate the influence of social and productive factors on income generation in rural settlements of the Mato Grosso Amazon. The study was based on an applied social research, based on economic, social and productive data collected from 48 rural properties. The properties were sampled by type, considering the land use in the following modalities: extractivism, crop farming and land leasing to

<sup>1</sup> Programa de Mestrado em Ciências Ambientais. ICNHS. Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Sinop. E-mail: [atila.molinari@gmail.com](mailto:atila.molinari@gmail.com)

<sup>2</sup> Programa de Mestrado em Agronomia. ICAA. Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Sinop. E-mail: [robertamnogueira@gmail.com](mailto:robertamnogueira@gmail.com)

<sup>3</sup> ICS. Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Sinop. E-mail: [robertocbeber@gmail.com](mailto:robertocbeber@gmail.com)

<sup>4</sup> Programa de Mestrado em Agronomia. ICAA. Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Sinop. E-mail: [janadenadai@gmail.com](mailto:janadenadai@gmail.com)

<sup>5</sup> Programa de Mestrado em Ciências Ambientais. ICNHS. Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Sinop. E-mail: [edvaldo.pires@gmail.com](mailto:edvaldo.pires@gmail.com)

other farmers. The results showed a difference in social profile as a function of the main agricultural activity as well as the income is also influenced by the productive modalities studied. It can be concluded that the type of agricultural activity developed on the property causes the rural settler to depend on extra incomes. It should stimulate discussions about public policies that support the beneficiaries of the land reform program after receiving land, under the risk of abandonment of life and rural work by these families.

**KEYWORDS:** Family Farming; Rural Settlement; Agricultural Production.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, questões históricas associadas às suas dimensões continentais levaram à formação de uma estrutura fundiária complexa, onde as unidades federativas apresentam grandes contrastes em suas realidades geográficas. Desde a colonização até os dias atuais as políticas públicas levaram à concentração de terras, um caso típico do Estado de Mato Grosso. Tais questões territoriais têm levado ao agravamento de conflitos (PAULINO, 2013).

O desenvolvimento territorial no Mato Grosso, principalmente na região Norte, se intensificou após as políticas públicas do período da ditadura brasileira (décadas de 60 e 70). O desmatamento na Amazônia foi incentivado e as terras foram concedidas a empresas agrícolas, que comercializavam a preços baixos. Isso atraiu inúmeros agricultores do Sul e Sudeste que venderam suas pequenas áreas e se tornaram grandes agricultores na nova fronteira agrícola (SOLER *et al.*, 2014).

Por outro lado, o governo iniciou a reforma agrária com a proclamação do Estatuto da Terra em 1964. A terra foi concedida aos trabalhadores rurais, aumentando o número de propriedades familiares agrupadas em assentamentos rurais (EZZINE-DE-BLAS *et al.*, 2011). Apesar da ineficiência das políticas públicas para os assentamentos rurais no curto e médio prazos, o acesso à terra permitiu a reorganização das famílias pelo acesso à habitação e alimentação da agricultura de subsistência. No entanto, a conquista de terras não significou a disponibilidade da infraestrutura social necessária, como: saúde, educação, transporte ou moradia, nem infraestrutura técnica, como: terras férteis, extensão rural, eletricidade, crédito ou apoio comercial (BERGAMASCO, 1997).

Desde sua implantação, o programa nacional de reforma agrária assentou 1.356.868 famílias, no entanto, apenas 972.289 famílias vivem em 9.374 assentamentos criados, cultivando 87.978.041 hectares. No estado de Mato Grosso, existem, até o presente, 82.424 famílias assentadas, cultivando 6.023.370,76 hectares, divididas em 549 assentamentos (INCRA, 2018).

Assim, neste trabalho, teve-se por objetivo avaliar o impacto dos fatores sociais e dos modelos produtivos das famílias na geração de renda dos assentamentos rurais do bioma Amazônia, que estão sob influência do cinturão da soja e do milho no Estado de Mato Grosso.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Este estudo foi baseado na coleta, organização e processamento de dados estatísticos do governo federal, bem como na coleta de dados *in loco* sobre parâmetros econômicos, sociais e agrícolas de assentamentos rurais estabelecidos no bioma Amazônia, no estado de Mato Grosso, que estão sob influência do cinturão de produção da soja e do milho, na região limítrofe entre os biomas Amazônia e Cerrado.

Foram amostrados seis assentamentos rurais regulamentados pela lei de reforma agrária (BRASIL, 1993) 48 propriedades rurais compuseram esta amostra, das quais: 22 produzem no modelo de assentamento sustentável, combinando práticas agrícolas familiares e a exploração econômica de recursos florestais não madeireiros (extrativismo); 5 reproduzem o modelo de produção de grandes culturas, rotacionando a área com o plantio de soja e milho durante o ano (lavoura) e; 21 cujos proprietários arrendam essas áreas para a produção de soja e milho cultivados por terceiros (arrendamento).

O estudo foi baseado em 2016 para dados sociais e econômicos e na safra 2015/2016 para dados de produção agrícola.

Os dados sociais foram obtidos de uma pesquisa com questionário estruturado.

Os dados da produção agrícola para a determinação da renda líquida da propriedade foram calculados associando-se a quantidade dos produtos vendidos (excluindo as quantidades utilizadas para subsistência) e seu preço para a safra 2015/2016, subtraindo-se ainda os custos operacionais.

A renda não agrícola foi obtida somando-se as outras fontes para a família, tais como: benefícios sociais do governo e trabalhos externos. Todos os valores foram calculados com base no salário mínimo brasileiro para o ano de estudo (2016), que foi de R\$ 880,00.

O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa (código de registro CAAE: 48929615.5.0000.5690) e todas as respostas obtidas mantidas em anonimato.

Os dados foram submetidos à análise de variância e o coeficiente de correlação de Pearson foi calculado por meio do Action Stat (ESTATCAMP, 2017), ao nível de 5% de significância.

## **RESULTADOS**

As propriedades rurais dos assentamentos caracterizam-se, em sua maior parte,

pela presença de apenas uma família (85,42%). Porém, em 12,5% e 2,08% dos estabelecimentos, vivem duas e três famílias, respectivamente. Diferenças foram observadas em função do modelo produtivo adotado pela família, e apenas o grupo do extrativismo apresentou três famílias na mesma propriedade (Tabela 1).

A segunda ou terceira família que reside no estabelecimento é composta por parentes consanguíneos, como: pais (12,5%), filho(s) (62,5%), irmão(s) (12,5%) e netos(s) (12,5%).

As famílias assentadas têm, em média,  $3,71 \pm 2,03$  pessoas. Famílias compostas por até 4 (quatro) pessoas representam 68,75% das propriedades estudadas. A maior frequência para o número de pessoas por família nas propriedades que adotam o extrativismo está compreendida entre uma e duas pessoas (1 – 2) ( $f_{ri}=0,45$ ). Já para as propriedades em sistema de produção de lavoura observa-se famílias mais numerosas, diferente do grupo que arrenda sua área, onde a distribuição apresentou-se mais homogênea (Tabela 1).

**Tabela 1** – Frequência relativa ( $f_{ri}$ ) e acumulada ( $P_i$ ) para o número de famílias que vivem na propriedade e para o número de pessoas que compõe estas famílias.

Cate- gorias	Extrativismo		Lavoura		Arrendamento		Geral	
	$f_{ri}$ (%)	$P_i$ (%)						
<b>Número de famílias que vivem na propriedade</b>								
1	86,36	83,36	60,00	60,00	90,48	90,48	85,42	85,42
2	9,09	95,45	40,00	100,00	9,52	100,00	12,50	97,92
3	4,55	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00	2,08	100,00
<b>Número de membros da família</b>								
1 - 2	45,45	45,45	0,00	0,00	33,33	33,33	35,42	35,42
3 - 4	31,82	77,27	40,00	40,00	33,33	66,66	33,33	68,75
5 - 6	9,09	86,36	60,00	100,00	19,05	85,71	18,75	87,50
7 - 8	13,64	100,00	0,00	100,00	14,29	100,00	12,50	100,00

**Fonte:** elaborada pelos autores.

A maior parte das propriedades rurais são administradas por homens entre 46 e 54 anos, mesmo comportamento observado no grupo que pratica o extrativismo. Já para o grupo do arrendamento, a maior frequência para a idade foi observada na classe de 37 a 45 anos, com predominância do gênero masculino e, à frente das propriedades com produção de grãos, frequências iguais foram observadas para as classes de 37 a 45 e na de 46 a 54 anos, também com predominância do gênero

masculino (Tabela 2). A participação das mulheres na administração da propriedade ainda é muito tímida, com destaque às propriedades que produzem grãos, onde não se verificou a presença feminina na tomada de decisão em nenhuma delas.

**Tabela 2** – Frequência relativa ( $f_{ri}$ ) e acumulada ( $P_i$ ) para a idade e o gênero do administrador principal da propriedade.

Categorias	Extrativismo		Lavoura		Arrendamento		Geral	
	$f_{ri}$ (%)	$P_i$ (%)						
<b>Idade do administrador principal</b>								
27 - 36	0,23	22,73	0,20	20,00	0,14	14,29	0,19	18,75
37 - 45	0,14	36,36	0,40	60,00	0,29	42,86	0,23	41,67
46 - 54	0,32	68,18	0,40	100,00	0,24	66,67	0,29	70,83
55 - 63	0,23	90,91	0,00	100,00	0,19	85,71	0,19	89,58
64 - 73	0,09	100,00	0,00	100,00	0,14	100,00	0,10	100,00
<b>Gênero do administrador principal</b>								
Masculino		95,45		100,00		90,48		95,31
Feminino	95,45		100,00		90,48		95,31	
		100,00		100,00		100,00		100,00
	4,55		0,00		9,52		4,69	

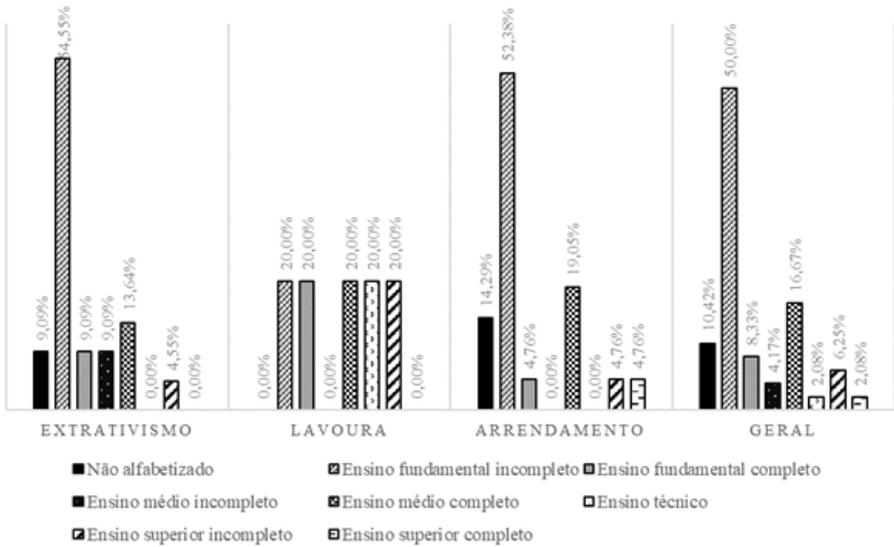
**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dos agricultores que administram as propriedades, 50% deles possuem o ensino o fundamental incompleto, 54,55% do grupo que pratica o extrativismo e 52,38% dos que arrendam sua área possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Já no grupo que produz grãos, o grau de escolaridade do gestor apresenta menor variação, porém sem nenhum registro no nível superior de escolaridade (Figura 1). Entre todos os agricultores, apenas 13,63% daqueles cuja atividade principal é o extrativismo estão frequentando a escola, todos esses cursando o ensino fundamental.

Contudo, observa-se que as novas gerações têm maior estímulo para aumentar sua escolaridade. A frequência escolar das crianças e jovens que vivem nas propriedades, com idade média de  $8,02 \pm 5,00$  anos, foi de 64,91% no ano base, considerando a média para todas as atividades agrícolas. O grupo com maior frequência escolar dos dependentes foi o do extrativismo, com 85% dos dependentes estudando. Foram observados nos grupos: Lavoura e arrendamento, que os dependentes tiveram uma

frequência escolar de 42,86% e 46,67%, respectivamente.

**Figura 1** – Escolaridade do administrador principal.



**Fonte:** elaborada pelos autores.

A renda agrícola dos agricultores que participaram deste estudo advém principalmente de três atividades: a produção agrícola diversificada, de lavouras temporárias (grãos em geral) e o extrativismo vegetal não madeireiro (Tabela 3).

A produção agrícola diversificada é composta por atividades como: produção de frutas, hortaliças, criação de aves de postura ou para corte, suínos, etc.. O cultivo de grãos como o arroz, milho e soja, em pequenas áreas compuseram as atividades de lavouras temporárias. A extração vegetal não madeireira nos assentamentos é composta pela extração da castanha-do-brasil e a coleta de sementes diversas para comercialização.

Para os agricultores do grupo do extrativismo, a renda agrícola dividiu-se da seguinte forma: a extração vegetal não madeireira, representando 69,29% da renda agrícola das famílias, com rendimento líquido de  $7,7 \pm 10,8$  salários mínimos por ano e a produção agrícola diversificada, representando 30,71% da renda agrícola, com rendimento líquido médio de  $6,5 \pm 10,3$  salários mínimos por ano, porém, apenas 45,45% dos agricultores deste grupo produzem esta segunda atividade, o restante apenas o extrativismo.

O cultivo de grãos gerou uma receita líquida de  $35,78 \pm 150,88$  salários mínimos por ano, e representa 98,41% da renda agrícola dos agricultores, com o restante

sendo originado da atividade agrícola diversificada realizada em pequenas áreas próximo a residência, gerando uma média de 2.8 salários mínimos por ano de receita líquida. Considerando a necessidade de grande aparato tecnológico para a produção de grãos, com destaque às operações de plantio, manutenção e colheita da produção, logo, seu custo operacional foi elevado. O valor bruto médio da produção de grãos ultrapassou os 680 salários mínimos, ou seja, o custo da atividade chega a representar 94,95% da renda total.

Rendas oriundas de atividades não relacionadas ao uso direto da terra, tais como: trabalho externo à propriedade e benefícios pagos pelo governo, complementaram os rendimentos dessas famílias. O trabalho externo foi relatado por 59,18% dos agricultores, gerando uma renda média de  $9,06 \pm 14,07$  por ano, sendo classificado como: trabalhos permanentes 29,69% e temporários 79,31%. O trabalho de diarista em propriedades rurais dos arredores se destaca com a maior participação dentre as atividades exercidas. As outras funções remuneradas realizadas pelos agricultores como trabalho externo são: pintor, guarda, professor, caseiro, serralheiro, consultor, taxista, safrista e recepcionista.

Os agricultores do extrativismo apresentaram maior participação de renda oriunda do trabalho externo, com 50% dos agricultores exercendo atividades remuneradas fora de sua propriedade. No grupo da lavoura e do arrendamento essa participação diminuiu para 20% e 33,33%, respectivamente. A renda oriunda de benefícios sociais foi relatada apenas no grupo do extrativismo e arrendamento.

A renda não agrícola média do grupo extrativismo foi de  $13,22 \pm 12,87$  salários mínimos por ano, sendo que 66,69% dessa renda, advém do trabalho externo. No grupo do arrendamento a renda não agrícola média foi de  $25,79 \pm 22,38$  salários mínimos por ano.

Os benefícios do Governo Federal, como bolsa família, aposentadoria, auxílio doença e demais, compuseram a renda de benefícios e foi similar nos dois grupos (extrativismo e arrendamento). Os resultados evidenciam a participação das rendas não agrícolas no contexto socioeconômico dessas famílias, como uma renda complementar ou principal, utilizada para subsidiar sua estadia na propriedade.

Comparando-se a participação da renda agrícola com a não agrícola observa-se diferença entre os grupos (Tabela 3). No grupo extrativismo e arrendamento a renda não agrícola supera a agrícola, apenas na lavoura que a renda agrícola é superior. Nota-se a importância que as duas rendas exercem nos rendimentos dos estabelecimentos, a renda agrícola média dos grupos foi de  $13,66 \pm 54,84$  salários mínimos por ano, e a não agrícola de  $13,64 \pm 1,76$  salários mínimos por ano.

O grupo da lavoura obteve o maior coeficiente de variação entre os grupos estudados na renda agrícola, demonstrando a heterogeneidade no rendimento

desses agricultores. A renda agrícola do extrativismo obteve o coeficiente de variação mais elevado do que aquele obtido para a renda não agrícola total, situação inversa ocorreu no arrendamento, onde a renda agrícola teve variação menor que a renda não agrícola total (Tabela 3).

**Tabela 3** – Renda líquida (media e desvio padrão -  $\mu \pm DP$ ; coeficiente de variação – CV), por categoria, em salários mínimos por ano para todos os grupos estudados.

Categorias	Extrativismo		Lavoura		Arrendamento		Geral	
	$\mu \pm DP$	CV						
<b>Renda agrícola</b>								
Produção	10,21±14,94	1,46	35,78±150,88	4,22	7,96±11,53	1,45	11,89±46,60	3,92
Arrendamento	0,34±1,1	3,24	0,00±0,00	0,00	6,05±3,69	1,08	2,80±3,93	1,40
Total	10,55±15,55	1,47	35,78±150,88	4,22	14,01±14,21	1,01	14,69±46,89	3,19
<b>Renda não agrícola</b>								
Trabalho	9,01±11,72	1,30	1,02±1,77	1,74	9,83±17,40	1,77	8,54±13,75	1,61
Benefícios sociais	4,20±6,12	1,46	0,00±0,00	0,00	4,32±6,96	1,61	3,82±6,15	1,61
Total	13,22±12,87	0,97	1,02±1,77	1,74	14,15±17,13	1,21	12,35±14,54	1,18
<b>Renda total</b>								
Total	23,77±19,60	0,82	36,80±151,48	4,12	28,16±18,19	0,65	27,05±47,72	1,76

**Fonte:** elaborada pelos autores.

A correlação de Pearson entre os fatores sociais e a renda dos agricultores para os grupos do extrativismo, lavoura e arrendamento podem ser observados na tabela 4. No grupo extrativismo observou-se correlações positivas moderadas entre a renda não agrícola e o número de pessoas na família, bem como com o número de famílias na propriedade. Na lavoura não se observou correlação significativa entre os fatores estudados. Já no grupo do arrendamento observou-se uma correlação positiva moderada, entre a escolaridade e a renda total das famílias.

**Tabela 4** – Coeficiente de correlação de Pearson e P-valor (r, P) para as correlações significativas entre os fatores sociais e econômicos estudados.

Renda	Aspectos sociais			
	Número de pessoas	Número de famílias	Idade (anos)	Escolaridade
<b>Extrativismo</b>				
Agrícola	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Não agrícola	(0,43; 0,048)	(0,51; 0,015)	n.s.	n.s.
Total	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
<b>Lavoura</b>				
Agrícola	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Não agrícola	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Total	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
<b>Arrendamento</b>				
Agrícola	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Não agrícola	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Total	n.s.	n.s.	n.s.	(0,62; 0,002)

\*significante para  $P \leq 0,05$ ; n.s: não significante

**Fonte:** elaborada pelos autores

## DISCUSSÃO

A presença de apenas uma família nos estabelecimentos estudados demonstra a dificuldade de geração de renda para a manutenção dessas famílias a partir da produção agrícola em pequena escala (GARRETT *et al.*, 2017), gerando grande impacto na sucessão familiar destas propriedades (MISHRA; EL-OSTA, 2007). Porém, fatores socioeconômicos atuais, como: o desemprego e o alto custo de vida nos centros urbanos, bem como o aumento das oportunidades no campo, principalmente relacionadas ao acesso à educação (CARVALHO *et al.*, 2016), têm levado algumas famílias a dividir os poucos recursos gerados com seus consanguíneos.

O número de pessoas por família assentada apresenta-se próximo à média para os domicílios rurais no Estado de Mato Grosso e no país, que foram de 3,4 e 3,6 moradores, respectivamente, evidenciando a redução no tamanho das famílias rurais nas últimas décadas (IBGE, 2011). As maiores frequências para o número de pessoas por família apresentaram-se diferentes entre os modelos de produção adotados pelas propriedades, o que pode ser explicada pelo fato de que as atividades agrícolas

convencionais, como a produção de grãos, exige a participação de grande força de trabalho, que em pequenas propriedades é suprida por membros da família (DEL GROSSI; MARQUES, 2011), já o extrativismo apresenta-se como uma atividade que pode se ajustar com maior facilidade à disponibilidade de mão de obra.

O número de pessoas por estabelecimento não produziu correlação significativa com a renda agrícola das propriedades, porém, para o grupo que pratica o extrativismo, este fator correlacionou-se de forma positiva com a geração de renda não agrícola, mesmo comportamento observado para o número de famílias na propriedade. A renda não agrícola oriunda de programas sociais do governo, voltados às crianças e aos idosos, pode explicar este comportamento, já que tais fontes tendem a desestimular a família no desempenho de atividades agrícolas (KIRSCH; FILIPPI, 2018; PARVIN; AKTERUZZAMAN, 2012) diante das transformações que ocorreram no uso e na gestão do ambiente. Para demonstrar que a vulnerabilidade diante de tais mudanças possui uma dimensão social e é contingente às condições do funcionamento do ambiente institucional, aspectos frequentemente negligenciados na literatura sobre o problema, foi aplicado um questionário semiestruturado composto por questões que objetivavam retratar as condições sociais, econômicas, produtivas, ambientais e institucionais às quais estão submetidas para mobilizar e viabilizar sua reprodução social. As iniciativas mobilizadas por essas famílias para viabilizarem sua subsistência demonstram que a capacidade de se adaptar é desigual, apontando que os fatores sociais são determinantes e fundamentais da capacidade de adaptação em todas as escalas. Palavras-chave: Vulnerabilidade, mudanças ambientais globais, estratégias de produção, agricultura Familiar. Agricultura familiar em Alto Guaporé (MT).

A presença de crianças e idosos, compondo parcela considerável de membros economicamente inativos na família, ou seja, elementos que não participam como força de trabalho, também é fator preponderante a ser considerado, já que a população economicamente ativa (PEA) rural vem sofrendo declínio no país, motivada, em grande parte, pela busca por melhores oportunidades de trabalho e acesso à educação nos centros urbanos (MAIA; BUAINAIN, 2015; ROCHA *et al.*, 2012; TELLES *et al.*, 2017).

Um dos efeitos da migração dos jovens e adultos, do campo para os centros urbanos, é o envelhecimento da população rural, colocando em risco o futuro e a administração das propriedades, podendo gerar um ambiente de incertezas, principalmente quanto à segurança alimentar da população. Porém este efeito não é sentido de forma exclusiva pelo grupo estudado, mas sim compartilhado por produtores rurais no Brasil e no mundo (JÖHR, 2012; MISHRA; EL-OSTA, 2007; SEBRAE, 2018). Por outro lado, a idade não foi um fator com influência sobre a renda em nenhum dos grupos estudados, o que pode ser explicado pelo baixo nível

tecnológico empregado nas propriedades familiares (PARVIN; AKTERUZZAMAN, 2012; ROCHA *et al.*, 2012).

O gênero dos agricultores à frente das propriedades é outro ponto que merece consideração. A diferença entre os percentuais encontrados para cada um dos modelos produtivos estudados é fator relevante. Considerando-se que o labor rural ainda é tipicamente masculino, a maior participação feminina foi encontrada justamente no grupo que não desenvolve atividade agrícola na área, arrendando suas terras. Dados nacionais mostram que o empreendedor rural do sexo feminino representa 15,38% do total (SEBRAE, 2018), bem acima dos valores encontrados neste estudo. Isto pode ser explicado pela estrutura social brasileira, principalmente no campo, que se apresenta com uma forte estrutura patriarcal (ONSRUD *et al.*, 2006).

Apesar do predomínio do patriarcado nas propriedades dos assentamentos rurais, as mulheres têm uma presença importante no sistema produtivo agrícola brasileiro, mesmo parecendo invisíveis nas estatísticas oficiais (SCHNEIDER, *et al.*, 2020). Sua presença e participação na dinâmica das propriedades rurais e na geração de renda é relevante e políticas públicas voltadas às mulheres pode garantir a permanência e a dignidade das famílias no meio rural.

Com relação à baixa escolaridade dos agricultores, comportamento semelhante é observado em todo o território nacional, onde 69.72% dos agricultores não completaram o ensino fundamental (SEBRAE, 2018). Isto gera grandes implicações na gestão da propriedade rural, já que o nível tecnológico adotado está intimamente relacionado com o nível educacional do proprietário (PALTASINGH; GOYARI, 2018; RADA *et al.*, 2018).

Isto explica a diferença observada entre os grupos estudados, onde os agricultores do grupo da lavoura apresentaram níveis de instrução mais homogêneos, além de índices mais altos para os maiores níveis de instrução, quando comparado aos outros grupos, justificando que a produção de grãos, quando comparada ao extrativismo, assume um uso intensivo de tecnologias e insumos (ACOSTA, 2017; PIMENTEL *et al.*, 2005; RADA *et al.*, 2018).

O nível educacional dos agricultores não afetou a renda agrícola, independente do modelo produtivo adotado. Este dado reforça que, considerando que a maior parte dos agricultores não possui sequer a educação primária, a busca e a adoção de novas tecnologias que poderiam impulsionar a geração de renda ficam prejudicadas (GARRETT *et al.*, 2017; GUEDES *et al.*, 2012). Por outro lado, a renda total sofreu influência da escolaridade no grupo extrativismo, demonstrando que a dificuldade de acesso ao crédito, à tecnologias adequadas e a pouca segurança quanto à comercialização da produção, pode levar muitos agricultores a migrar da atividade rural para outra atividade econômica (KIRSCH; FILIPPI, 2018; PARVIN;

AKTERUZZAMAN, 2012).

A renda oriunda do extrativismo foi inicialmente relatada como uma renda complementar, porém, com o passar dos anos esta passou a ser a renda principal de muitas famílias. Fato semelhante foi observado no sudoeste mato-grossense, onde a atividade extrativista surgiu com o mesmo intuito, a de complementar a renda geral das famílias e um meio de reverter à situação econômica em que se encontravam (MENDES *et al.*, 2015).

Vale ressaltar que a renda não agrícola do grupo do extrativismo é oportunizada pela sazonalidade das atividades extrativas, principalmente do extrativismo vegetal não madeireiro, onde o período de safra é restrito há alguns meses do ano. Com esse tempo ocioso na entressafra, os trabalhadores rurais tendem a buscar uma renda complementar, como mostram os dados do último censo agropecuário para os assentamentos do Estado de Mato Grosso, onde 37% das famílias possuíam uma atividade complementar, como trabalho agrícola diarista, safrista, empregado rural ou artesanato (ALVES *et al.*, 2009).

A necessidade de obtenção de renda com atividades fora da propriedade é uma realidade do sistema de reforma agrária do Brasil. Isto pode ser explicado por inúmeros fatores, porém, a restrição de acesso ao crédito para custear e impulsionar a produção agrícola, vem sendo identificado como um dos mais importantes (ALVES *et al.*, 2009; BERGAMASCO, 1997). Esta teoria pode ser fundamentada também pelos depoimentos dos agricultores entrevistados, que citaram que a falta de acesso ao crédito, principalmente em função de exigências documentais das instituições financeiras, é fator crucial para a busca de atividades remuneradas fora da propriedade rural.

O fato desses agricultores não se dedicarem em tempo integral à sua propriedade rural, pode levar ao o abandono das terras, ociosidade da mesma, o não aproveitamento do potencial agrícola disponível nos estabelecimentos e, culminar, em muitos casos, com o arrendamento das áreas para o cultivo de grãos.

## CONCLUSÕES

Com base nos resultados encontrados neste estudo, pode-se concluir que o perfil social e produtivo das famílias assentadas rurais da Amazônia mato-grossense, produziram efeito sobre a geração de renda nessas propriedades.

A realidade econômica das propriedades apresentou grande variação entre os perfis produtivos estudados, bem como entre os indivíduos dentro do próprio grupo produtivo, demonstrando a urgente necessidade da implementação de políticas públicas que integrem as atividades extrativistas no rol de atividades economicamente atrativas, de modo a garantir a sustentabilidade dos assentamentos

em consonância com os objetivos ambientais para a região.

A pressão exercida pelo cinturão de produção de grãos sobre os assentamentos rurais da Amazônia mato-grossense pode inviabilizar as práticas sustentáveis de geração de renda, impelindo os agricultores ao arrendamento de suas áreas e ao abandono da vida e do labor rural.

### **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal de Mato Grosso, através dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e em Agronomia. À Professora Mary Paula Arnds-Kuenning, da University of Illinois. Ao Senhor Edesmar Sackser.

### **REFERÊNCIAS**

ACOSTA, Alberto. Post-Extractivism: From Discourse to Practice—Reflections for Action. **Revue internationale de politique de développement**, v. 9, n. 9, p. 77–101, 2017. <https://doi.org/10.4000/poldev.2356>

ALVES, Janice; FIGUEIREDO, Adriano M. R. e BONJOUR, Sandra C. M. Os Assentamentos Rurais em Mato Grosso: Uma Análise dos Dados do Censo da Reforma Agrária. **Panorama Socioeconómico**, v. 27, n. 39, 2009.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 31, p. 37–49, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000300003>

BRASIL. Lei no 8629 de 25 de Fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos a reforma agrária, previstos no capítulo III, título VII, da constituição federal. **Diário Oficial da União**: 26/02/1993, p. 2349.

CARVALHO, Willer Luciano; YAMASHITA, Yaeko; ARAGÃO, Joaquim José Quilherme. Rural School Transportation in Brazil as an Essential Factor For The Education Policy. **International Journal of New Technology and Research**, v. 2, n. 1, p. 06–12, 2016.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P M de Azevedo. Family farming in the Agricultural Census of 2006: the legal mark and the options for their identification. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.5, se, 2011.

ESTATCAMP. Action Stat Pro. Version 3.1. São Carlos-SP. Brazil: **Estatcamp** – Consultoria Estatística e Qualidade; 2017.

EZZINE-DE-BLAS, Driss; BÖRNER, Jan; VIOLATO-ESPADA, Ana-Luiza; NASCIMENTO, Natalie; PIKETTY, Marie-Gabrielle. Forest loss and management in land reform settlements: Implications for REDD governance in the Brazilian Amazon. **Environmental Science and Policy**, v. 14, n. 2, 2011. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2010.11.009>

GARRETT, Rachael D; GARDNER, Toby A.; MORELLO, Thiago Fonseca; MARCHAND, Sebastien; BARLOW, Jos; EZZINE-DE-BLAS, Driss; FERREIRA, Joice, LEES, Alexander; PARRY, Luke. Explaining the persistence of low income and environmentally degrading land uses in the Brazilian Amazon. **Ecology and Society**, v. 22, n. 3, 2017. <https://doi.org/10.5751/ES-09364-220327>

GUEDES, Gilvan R; BRONDÍZIO, Eduardo S.; BARBIERI, Alisson F; ANNE, Re-sende; PENNA-FIRME, Rodrigo; D'ANTONA, Álvaro O.. Poverty and Inequality in the Rural Brazilian Amazon: A Multidimensional Approach. **Human ecology: an interdisciplinary journal**, v. 40, n. 1, p. 41–57, 2012. <https://doi.org/10.1007/s10745-011-9444-5>

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. [S.l: s.n.], 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php>.

INCRA. Criação e modalidade dos assentamentos. Brasília: [s.n.], 2018. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>.

JÖHR, Hans. Where are the Future Farmers to Grow Our Food? **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 15, n. Special Issue A, p. 9–11, 2012. <https://doi.org/10.22004/ag.econ.129168>

KIRSCH, Heitor Marcos; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Agricultura familiar no Alto Guaporé (MT), Brasil: rendas não agrícolas como estratégia de adaptação às mudanças ambientais. **Polis, Revista Latinoamericana**, v. 50, p. 229–251, 2018.

MAIA, Alexandre Gori; BUAINAIN, Antonio Marcio. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins (Online)**, n. 25, 2015. <https://doi.org/10.4000/con>

fins.10548

MENDES, Maurício Ferreir; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva, Silva, João dos Santos Vila da, NEVES, Ronaldo José; Silva, Tania de Paula da. Perfil dos agricultores familiares extrativistas da região sudoeste matogrossense, pertencente à bacia do alto paraguai-Brasil. **Boletim de Geografia**, v. 32, n. 3, p. 94-109, 2015. <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v32i3.21219>

MISHRA, By Ashok K; EL-OSTA, Hisham S. Factors Affecting Succession Decisions in Family Farm Businesses: Evidence from a National Survey. **Journal of the ASFMRA**, p. 1–10, 2007. <https://doi.org/10.22004/ag.econ.190674>

ONSRUD, Hazel; PAIXAO, Silvane; NICHOLS, Sue. Women and land reform in Brazil. Department of Geodesy and Geomatics Engineering: University of New Brunswick. **Technical report**. 116 p. 2006. Disponível em: <http://www2.unb.ca/gge/Pubs/TR239.pdf>. Acesso em: 28 de Dezembro de 2018.

PALTASINGH, Kirtti Ranjan; GOYARI, Phanindra. Impact of farmer education on farm productivity under varying technologies: case of paddy growers in India. **Agricultural and Food Economics**, v. 6, n. 7, 2018. <https://doi.org/10.1186/s40100-018-0101-9>.

PARVIN, M T; AKTERUZZAMAN, M. Factors Affecting Farm and Non-Farm Income of Haor Inhabitants of Bangladesh. **Progressive Agriculture**, v. 23, n. 1-2, p. 143–150, 2012. <https://doi.org/10.3329/pa.v23i1-2.16578>

PAULINO, Eliane Tomiasi. The agricultural, environmental and socio-political repercussions of Brazil's land governance system. **Land Use Policy**, v. 36, p. 134–144, 2013. <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2013.07.009>

PIMENTEL, David; HEPPELRY, Paul; HANSON, James; DOUDS, David; SEIDEL, Rita. Environmental, Energetic, and Economic Comparisons of Organic and Conventional Farming Systems. **BioScience**, v. 55, n. 7, p. 573–582, 2005. [https://doi.org/10.1641/0006-3568\(2005\)055\[0573:EEAECO\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1641/0006-3568(2005)055[0573:EEAECO]2.0.CO;2)

RADA, Nicholas; HELFAND, Steven; MAGALHÃES, Marcelo. Agricultural productivity growth in Brazil: Large and small farms excel. **Food Policy**, v. 84, p 176-185. 2019. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2018.03.014>

ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MALUF, Renato. Small farms and sustainable rural development for food security: The Brazilian experience. **Development Southern Africa**, v. 29, n. 4, p. 519–529, 2012. <https://doi.org/10.1080/0376835X.2012.715438>

SCHNEIDER, Clair Odete; WEDIG, Josiane Carine; VARGAS, Thiago de Oliveira. Mulheres camponesas e agroecologia em contexto: experiências do acampamento Herdeiros da Terra. **Revista Retratos de Assentamentos**. V. 23, n. 11. 2020. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2020.v23i1.398Mulheres

SEBRAE. **Perfil do Produtor Rural** - DataSebrae. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/>. Acesso em: 30 out 2018.

SOLER, Luciana; VERBURG, Peter H.; ALVES, Diógenes S. Evolution of Land Use in the Brazilian Amazon: From Frontier Expansion to Market Chain Dynamics. **Land**, v. 3, n. 3, p. 981–1014, 2014. <https://doi.org/10.3390/land3030981>

TELLES, Tiago Santos; DA COSTA, Gustavo Vaz; BACCHI, Matheus Demambre; LAURENTI, Antonio Carlos. Evolução da população rural ocupada nas Grandes Regiões do Brasil entre 2001 e 2009. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 1, p. 17–26, 2017. [https://doi.org/10.20435/1984-042X-2017-v.18-n.1\(02\)](https://doi.org/10.20435/1984-042X-2017-v.18-n.1(02))



## Educação infantil: dos Jardins de Froebel aos Campos de Araraquara-SP

Cássia Regina Santos<sup>1</sup>

Maria Lúcia Ribeiro<sup>2</sup>

Reginaldo Anselmo Teixeira<sup>3</sup>

Thauana Paiva de Souza<sup>4</sup>

**RESUMO:** A Educação Infantil do Campo (EIC) é uma modalidade recente e, portanto, quase não há estudos nesta área, em especial na cidade de Araraquara. A EIC se concretiza como Política Pública por meio da luta dos Movimentos Sociais. A presente pesquisa destaca a importância de uma EI que considere a realidade camponesa, que atenda aos anseios e aos direitos destes povos. O objetivo deste artigo é discutir, numa perspectiva histórica, a modalidade de Educação Infantil (EI) e o paradigma da EIC. O estudo bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa, buscou refletir sobre o surgimento, a constituição, a expansão, os princípios, os métodos e as práticas da EI ao longo do tempo. Há um intervalo de 171 anos entre a implantação da EI do Campo nos campos de Araraquara e a criação do primeiro Jardim de Infância na Alemanha, 115 anos a distanciam da primeira instituição criada na capital do estado e, 69 anos, separam a EIC, da inauguração do Parque Infantil em Araraquara. A EIC, mesmo sendo um direito estabelecido legalmente, está sujeita a avanços e retrocessos de acordo com as políticas municipais de educação, depende de formação continuada de professores e há ainda um árduo caminho para a real efetivação deste direito que, tardiamente, vem atender as populações rurais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do Campo; Educação Infantil; Políticas Públicas..

**EARLY CHILDHOOD EDUCATION: FROM FROEBEL'S KINDERGARTEN TO THE COUNTRYSIDE OF ARARAQUARA-SP**

**ABSTRACT:** Countryside Early Childhood Education (CECE) is a recent genre and, therefore, there are almost no studies in this area, especially in the city of Araraquara. CECE materializes as Public Policy through the struggle of Social Movements. This research highlights the importance of an Early Childhood Education that considers the peasant reality, that meets the wishes and rights of these folks. The aim of this article is to discuss, from a historical perspective, the genre of Early Childhood Education and Countryside Early Childhood Education's paradigm. The bibliographic and documentary study, with an qualitative approach, sought to reflect on the emergence, constitution, expansion, principles, methods and practices of ECE over time. There is a 171 years gap between the implantation of ECE in the Araraquara's countryside and the creation of the first kindergarten in Germany, 115 years away from the first institution created in the state capital and 69 years away from the inauguration of the Children's Park in Araraquara. CECE, even though it is a legally established right, is subject to advances and setbacks according to municipal education policies, it depends on continuous

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara/SP. E-mail: [kasnen@gmail.com](mailto:kasnen@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Doutora, em Química. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara/SP. Email: [ml.ribeiro@unesp.br](mailto:ml.ribeiro@unesp.br)

<sup>3</sup> Professor Doutor em Educação. Universidade Estadual Paulista- UNESP, Marília/ SP . Email: [selmoteixeira@hotmail.com](mailto:selmoteixeira@hotmail.com)

<sup>4</sup> Cientista Social, Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação Escolar, Pesquisadora NUPEDOR e Docente Estácio, Ribeirão-SP. Email: [thuanap@gmail.com](mailto:thuanap@gmail.com)

teacher training and there is still an arduous path for true realization of this right that comes late to attend rural populations.

**KEYWORDS:** Countryside Education; Early Childhood Education; Public Policies.

## INTRODUÇÃO

O Campo é objeto de inúmeras pesquisas no que se refere à luta dos movimentos sociais, ao trabalho e a educação. No entanto, estudos direcionados a EIC são escassos e pesquisas são relevantes à medida em que podem gerar políticas públicas e podem trazer mudanças reais.

Inicialmente o artigo aborda a história da EI ressaltando os ideais que marcaram o surgimento da pedagogia, bem como, procura traçar uma cronologia da expansão desta modalidade de educação, para melhor compreensão da realidade.

A EI é, de acordo com Couto (2017), uma importante etapa da formação do indivíduo, podendo propiciar à criança resultados efetivos para toda a vida, portanto é importante primar por uma educação adequada à criança camponesa.

Em um segundo momento, este trabalho, busca compreender a Educação do Campo, seus ideais e o processo de implantação desta modalidade na cidade de Araraquara, culminando com a implantação da EIC.

A Educação do Campo nasceu, segundo Caldart (2009), como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo. A identidade de uma escola do campo, segundo Araújo (2007) pressupõe valores, princípios e concepções, coerentes com a política educacional e as necessidades da escola e da comunidade, uma prática pedagógica que diminua a distância entre o real e o ideal.

Abordamos a modalidade de Educação do Campo como uma educação que brota dos anseios dos movimentos sociais e sua luta por uma educação de qualidade que considere a realidade local e esteja a serviço do homem e da mulher do campo, compreendendo que a unidade de EI estudada se enquadra nesta realidade.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) do Campo “Prof. Hermínio Pagôto”, da qual o Centro de Educação e Recreação (CER) Waldyr Alceu Trigo é um anexo, foi implantado como fruto de conquista popular, no início do ano letivo de 2002, com a municipalização da escola e a extensão do ensino fundamental, instituindo um Programa de Educação do Campo, como aponta Brancaloni (2010). O projeto foi construído de maneira democrática, contando com ampla participação de todos os segmentos, educandos, educadores, pais e representantes da comunidade, inclusive com o auxílio das universidades.

A EI do campo foi implantada no município de Araraquara em 2006, de maneira

improvisada, utilizando os espaços da EMEF. O prédio adequado às especificidades da EI só foi inaugurado em 2011. Tanto o Assentamento Bela Vista como a EMEF foram muito estudados, no entanto não há pesquisas sobre a EIC.

A pesquisa realiza a análise de dados referentes à prática educacional de Educação Ambiental em duas turmas de EIC, por um período de 15 anos, considerando os dados registrados em Diários escolares e outros documentos, referentes às práticas externas, a utilização de projetos e temas trabalhados.

O objetivo deste artigo é discutir, em uma perspectiva histórica e comparativa, a modalidade de EI e o paradigma da EIC; o estudo busca refletir sobre o surgimento, a constituição, a expansão, os princípios, os métodos e as práticas da EI, fazendo um paralelo com a EIC por meio de um estudo bibliográfico e documental de abordagem qualitativa.

## **METODOLOGIA**

Por meio de pesquisa bibliográfica buscou-se compreender a história e expansão da EI e, para abordar a EIC necessitamos, inicialmente, entender o processo por meio do qual se deu a Educação do Campo.

O estudo da Educação do Campo e da EIC em Araraquara foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Os documentos utilizados para a produção desta pesquisa foram os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), os Currículos da EI, os Planejamentos Pedagógicos, os Diários de Classe das docentes e os portfólios. A coleta de dados foi realizada por meio de diversas visitas ao arquivo da instituição. O período estudado compreendeu 15 anos (2004 a 2018). Os dados foram organizados e dispostos em Tabela, segundo as categorias estabelecidas, para realizar a análise. Observamos que todos os nomes utilizados no texto são fictícios.

## **CULTIVANDO A INFÂNCIA**

Até meados do século XII, no período medieval, a infância não foi retratada na arte, possivelmente porque não houvesse lugar para ela neste mundo, tal indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia daquela época, pois as crianças morriam em grande número. O sentimento de idade e de infância está relacionado ao desenvolvimento e à evolução da instituição escolar, sendo, portanto, o conceito de infância uma construção histórica, conforme exposto por Ariès (1978).

No século XVIII, mais precisamente em dezembro de 1761, em Amsterdã, foi impressa uma obra denominada “Emílio ou Da educação”, de autoria do filósofo iluminista Jean Jaques Rousseau, que relata a história de um jovem de origem privilegiada, retirado da sociedade para não ser corrompido por ela. Este jovem fora levado para o campo a fim de ser educado por um preceptor cuja metodologia

era a própria experiência do jovem em ambiente natural, educação considerada, por Rousseau, como ideal; “observai a natureza e segui o caminho que ela vos indica. Ela exercita continuamente as crianças; ela enrijece seu temperamento mediante experiências de toda espécie, ela ensina-lhes desde cedo o que é pena e dor” (ROUSSEAU, 1995, p. 22).

Rousseau considerava sua obra um tratado, de acordo com a história, um tratado consiste em um texto de natureza filosófica e, tem por objetivo instaurar uma nova proposição a respeito de um assunto, trazendo novas ideias e rompendo com antigas concepções:-

[...] ocorre que embora Emilio fosse um tratado filosófico acabou por influenciar pedagogicamente grandes teóricos da educação, a obra de Rousseau até os dias atuais é utilizada nos cursos de pedagogia. A relação entre o autor do Emilio e seus precursores – acima explicada – é, entretanto, do ponto de vista da história da pedagogia, mais tímida e discreta do que a relação entre ele e seus continuadores e críticos. (OLIVEIRA, 2012, p. 12).

A ligação entre a educação e a natureza, proposta por Rousseau, influenciou diversos educadores, dentre eles Johann Heinrich Pestalozzi, nascido em Zurique, Suíça, no ano de 1746. Pestalozzi teve contato com as obras do iluminista ainda na juventude, ou seja:

[...] fascinado pelas atividades que o avô exercia em prol dos mais necessitados, anos mais tarde, Pestalozzi decidiu estudar teologia e seguir o ministério evangélico. Iniciou seus estudos, mas, após algum tempo, mudou de idéia, pois não obteve êxito em um teste para a carreira ministerial. Essa, porém, não foi a principal razão que moveu a mudança de planos de Pestalozzi. Naquela época, circulavam clandestinamente os textos de Jean-Jacques Rousseau, pensador que havia se refugiado na Suíça após ter dois de seus livros condenados à fogueira (‘O Contrato Social’ e ‘Emílio’) e, por isso, estar fugindo da polícia (SIQUEIRA, 2012, p. 48).

Pestalozzi realizou um experimento, isto é, colocou em prática as ideias de Rousseau, inovando em alguns sentidos, por exemplo, quanto à quantidade de crianças, quanto à classe social com a qual trabalharia e à inserção da educação doméstica, sobre esta perspectiva:

Pestalozzi, ainda que tenha trilhado um percurso todo próprio para chegar a formular sua autêntica teoria, inspirou-se certamente em Rousseau para suas investidas científicas. Se Rousseau teve a burguesia e a nobreza

em vista quando escreveu o *Emílio* (e só depois, com *Emílio* e *Sofia* ou *Os solitários* colocaria seu aluno ideal na dureza do mundo), Pestalozzi e seu *Leonardo* e *Gertrudes* se instalaram na perspectiva do povo e do miserável, continuando a mesma educação de *Rousseau* e, inclusive, submetendo-a a uma tarefa prática (OLIVEIRA, 2012, p. 26 e 27).

O objetivo deste educador era melhorar as condições de vida dos menos favorecidos por meio da educação. Ele considerava a educação um estímulo à natureza de cada criança:

[...] entre 1798 e 1799, com sua experiência prática em *Stans* na Suíça, lidando com crianças muito pobres, em péssima situação de higiene e saúde, Pestalozzi (1996, p. 144) também se propôs seguir tão somente a natureza. No entanto, a imitação propugnada pelo pedagogo suíço não se limitava à natureza, mas também à educação doméstica. (OLIVEIRA, 2012, p. 26).

Nas sociedades europeias dessa época, conviviam duas concepções de educação. Uma destas, advinda da burguesia defensora de um processo educativo como meio de conformar os indivíduos à ordem e ao espírito da burguesia e, outra, que emanava do povo e compreendia a educação como forma de promover a libertação da mente e da consciência para emancipação política (KISHIMOTO; PINAZZA, 2007).

Pestalozzi faleceu aos 81 anos de idade, no dia 17 de fevereiro de 1827, não antes de influenciar outro educador, *Friedrich Froebel* que nasceu aos 21 dias de abril em 1782 na Alemanha e viveu até o ano de 1852. Parte de sua vida transcorreu, como aponta *Arce* (2002), em uma época marcada por guerras e revoluções, tais como a *Revolução Francesa* e a *Revolução Industrial*. Além de uma complexa correlação de forças de luta, devido à grande heterogeneidade quanto aos avanços e aos retrocessos nos campos econômico, político e sociocultural.

Froebel seria o criador de uma nova modalidade de educação destinada à primeira infância, a qual denominou de *Kindergarden* (Jardim de Infância). “Um novo paradigma de educação, voltado às crianças de até sete anos e respeitando as especificidades da idade surge em 1840, quando Froebel inaugura seu primeiro *Kindergarden* em *Blankenburg* na Alemanha”. (KULMANN, 2010, p.109). Froebel utiliza a metáfora “Jardim de Infância” em uma comparação aos cuidados demandados tanto pelas plantas como pelas crianças:

[...] não é muito difícil adivinhar por que Froebel denominou assim as instituições voltadas para o trabalho educativo com crianças em idade pré-escolar: para ele, a infância, assim como uma planta, deveria ser objeto



único declara: “fica creado o Jardim da Infância junto a Eschola Normal da Capital, como preparo à Eschola Modelo, revogadas as disposições em contrário”. A inauguração acontece em 10 de maio de 1896, com grande concorrência- trezentos inscritos para cento e duas vagas (KISHIMOTO, 1986).

A EI no Estado de São Paulo nasce ligada à Escola Caetano de Campos, antiga Escola Normal da Capital e atual Escola Estadual Caetano de Campos.

De acordo com Kishimoto (1986), com a proclamação de Prudente de Moraes (1894-1898), oligarca do café, Rangel Pestana político do Partido da República Paulistana (PRP) foi escolhido para elaborar a proposta educativa do partido, que seria mais tarde executada por Antônio Caetano de Campos. Nesta época, República Velha, a educação era vista como único meio para se atingir as mudanças sociais desejadas; a ideia de progresso estava intrinsecamente ligada à educação, tendo em vista que o avanço do capitalismo industrial exigia um aparelho escolar forte.

Desta forma, por meio do decreto nº 27 de doze de março de 1890, foi elaborado o projeto de reforma da Escola Normal de São Paulo e criada a Escola Modelo, anexa à Escola Normal. Tinha por finalidade atender as normalistas e seus estágios, visando uma melhoria da qualidade da educação e consistia, a princípio, em classes primárias. O projeto incluía também um Jardim de Infância ou *Kindergarten*, destinado ao atendimento de crianças de quatro a seis anos de idade. Segundo Kuhlmann Junior (1994,), o Jardim de Infância da Escola Normal de São Paulo, durante seus primeiros anos, possuía um caráter elitista, atendendo somente as “melhores famílias” da capital.

Kishimoto afirma que no período de 1892 a 1930, conhecido como “anos dourados”, houve expansão do movimento escolanovista, bem como das creches e escolas maternas no estado de São Paulo. A partir da lei Sampaio Doria, ocorre o estímulo inicial para a instalação de escolas maternas com participação social:

As creches e escolas maternas mantidas com auxílio do governo de São Paulo surgem a partir da década de vinte, com a promulgação da lei 1.750, de 8 de dezembro de 1920 que, em seu art. 1º & 1º específica: “Onde houver continuidade do ensino e o exigir as necessidades sociais, o governo instalará Escolas Maternas, de preferência junto às fábricas que ofereçam casa para instalação e alimento para as crianças” (KISHIMOTO, 1986, p. 242).

De acordo com a legislação, no estado de São Paulo, já havia, desde 1920, a previsão de instalações de escolas maternas junto às fábricas, pois as mesmas eram destinadas aos operários, mais especificamente às mães trabalhadoras. No entanto, estas instituições eram alocadas à parte dos órgãos educacionais e as poucas empresas que ofereciam o espaço e a alimentação atendiam desde o berçário até a

creche (KULMANN JÚNIOR, 2000).

Ocorre que, a educação infantil destinada aos filhos de trabalhadoras possuía um diferencial, estando mais voltada aos cuidados do que a educação de fato e, é desta forma que ela se expande pelo estado e, perde suas características froebelianas, assim:

Uma nova instituição, o parque infantil, começa a se estruturar no município de São Paulo, vinculada ao recém-criado Departamento de Cultura (DC) com a nomeação de Mário de Andrade para a sua direção, em 1935, nela permanecendo até 1938, e de Nicanor Miranda para a chefia da Divisão de Educação e Recreio, cargo que exerce até 1945. Com a criação do DC, o parque infantil é regulamentado e inicia sua expansão, refreada em 1940, na gestão de Prestes Maia. Uma característica distinta da instituição era a sua proposta de receber no mesmo espaço as crianças de 3 ou 4 a 6 anos e as de 7 a 12, fora do horário escolar. O parque infantil, na década de 1940, expande-se para outras localidades do país como o interior do estado de São Paulo, o Distrito Federal, Amazonas, Bahia, Minas Gerais e Recife e Rio Grande do Sul. Em 1942, o DNCr projeta uma instituição que reuniria todos os estabelecimentos em um só: a Casa da Criança. Em um grande prédio seriam agrupados a creche, a escola maternal, o jardim-de-infância, a escola primária, o parque infantil, o posto de puericultura e, possivelmente, um abrigo provisório para menores abandonados, além de um clube agrícola, para o ensino do uso da terra. Os médicos do DNCr não se ocuparam apenas da creche, mas de todo o sistema escolar, fazendo valer a presença da educação e da saúde no mesmo ministério, só desmembradas em 1953, quando o DNCr passa a integrar o Ministério da Saúde até o ano de 1970, quando é substituído pela Coordenação de Proteção Materno-Infantil. (KULMANN, 2000, p. 9).

Podemos então apontar que, segundo os autores, a EI no Brasil é implantada mediante uma concepção de política econômica que considerava, no momento de eminente industrialização, a necessidade da educação como fator de desenvolvimento e que a mesma se expande em dois formatos diferenciados, um destinado à elite e proposto para a educação das crianças e outro destinado aos “menos favorecidos” com fins assistencialistas, preocupado menos com a educação e mais com a saúde, com o trabalho e a recreação. No entanto, as duas modalidades eram urbanas.

E é neste momento de franca expansão que é construída a primeira instituição de EI no município de Araraquara, porém, nos moldes assistencialista.

### **NEM TUDO ERAM FLORES NOS CAMPOS DE ARARAQUARA-SP**

Na cidade de Araraquara a história da EI inicia em 1941, com a criação do Parque

Infantil “Leonor Mendes de Barros” que, tinha por objetivo abrigar e proporcionar recreação às crianças oriundas das camadas populares e filhos de trabalhadores.

O prédio do Parque Infantil ocupava uma área de 645,30 m<sup>2</sup> e, possuía uma área externa medindo 25.204,06 m<sup>2</sup>. Quanto à sua estrutura, é estabelecida nos moldes dos *Kindergaden*, a extensa área externa era destinada à convivência das crianças com a natureza. Atualmente, no local, ainda funciona uma instituição de EI, no entanto, ficou restrita ao prédio e a uma pequena parte da área; a área restante foi desvinculada e implantada como praça pública.

O caráter assistencialista do parque infantil de Araraquara, no ano de 1942, parece-nos evidente quando analisamos o texto elaborado por Nelson Martins de Almeida<sup>5</sup>, bem como as imagens que ilustram o Álbum de Araraquara, na página 79: revelam que a finalidade da instituição era assistir, educar e recrear, no entanto, o currículo não menciona a educação escolar, ficando restrito à educação física, canto, declamação, marcenaria, jardinagem, trabalhos manuais, dentre outros.

O autor refere-se aos educandos como “desprovidos da fortuna” e afirma que todos eram desnutridos. Além do assistencialismo, este modelo de educação parece ter um caráter sanitário e higienista, demonstrando que a instituição tem preocupação com a higiene, inclusive das moradias dos alunos. A direção e outros funcionários são todos ligados à área da saúde, conforme exposto no texto, as profissões dos funcionários estão descritas no documento, contudo, a responsável pela EI não tem mencionada a sua profissão como professora.

As imagens contidas na página 79 do Álbum de Araraquara revelam a extensão do espaço ocupado pelo Parque infantil, bem como práticas como plantio de horta, comemorações, faixa etária dos alunos (idade variada, não correspondem ao perfil da EI). Outro detalhe a destacar são as vestes simples, no entanto nenhuma das crianças parece desnutrida.

Podemos concluir que a educação infantil pública no município de Araraquara iniciou com uma construção de acordo com os moldes do Jardim de Infância; no entanto, era destinada às camadas menos favorecidas e desta forma dedicou-se ao assistencialismo, à educação para o trabalho e, conseqüentemente, jardinagem, marcenaria, tecelagem e modelagem, faziam parte do currículo.

A educação escolar não era tida como prioridade, tanto que de acordo com informações contidas no *site* da Prefeitura Municipal de Araraquara, até 1971, os Parques Infantis tinham como foco principal a recreação, portanto, as professoras nem sempre possuíam formação adequada. Neste ano, por meio da lei 1.1794 de 26 de julho, foram criados, na cidade de Araraquara, departamentos e diretorias, dentre as quais a Diretoria de Educação e Cultura. Esta nova diretoria orienta a

<sup>5</sup> ALMEIDA, N. M. Álbum de Araraquara – 1948. Disponível em: <https://www.camara-arq.sp.gov.br/Memorial/Pagina/716>.

criação de classes de modalidade pré-primário; assim, a concepção assistencialista cede lugar a uma orientação educacional. A nomenclatura também foi alterada, as instituições de Parque Infantil passaram a ser denominadas Centros de Educação e Recreação (CER), os (as) professores (as) teriam que ser habilitadas nesta área e, o atendimento, seria por faixas etárias específicas: três, quatro, cinco e seis anos.

Após a criação da primeira instituição de EI no município, (Quadro1), houve uma lenta expansão. Podemos observar que após a construção do Parque Infantil em 1941 passaram-se dez anos até a inauguração da segunda instituição de EI em 1951 e, dezoito anos para a construção da terceira, em 1969. Nota-se também que a partir de meados da década de oitenta ocorre uma ampliação expressiva destas instituições.

A existência de ensino infantil na área rural de Araraquara, na década de 1950, mais especificamente nas terras da Usina Tamoio e inclusive nas terras que serviram à Reforma Agrária, anteriormente Secção Bela Vista e atualmente o Assentamento Bela Vista, é revelada pelos estudos de Teixeira (2010) e Caires (2015).

A escassez de fontes documentais referentes às escolas rurais da região de Araraquara, pode nos induzir a pensar que a criação e expansão da educação infantil se deu atrelada ao processo de urbanização, entretanto, a configuração política e econômica dos campos de Araraquara, possibilitaram que a expansão do ensino infantil fosse também efetivada no meio rural.

Havia na Usina Tamoio, segundo o Álbum de Araraquara (1948, p.129), três grupos escolares com um total de 790 alunos matriculados e sete escolas isoladas que atendiam 260 crianças, perfazendo um total de 1050 alunos. As escolas isoladas estavam localizadas nas secções Serra d'água (2), Barreiro, Salto, Morro Azul, Aparecida e Beatriz e os grupos escolares estavam localizados na Sede, na Secção Jacaré e o terceiro na Secção Bela Vista. Tamanho empreendimento se deve, em parte, ao grande poderio da família Morganti, proprietários da Usina Tamoio. Ao resgatar a história da Usina Tamoio, a pesquisa de Caires (2015) nos revela a existência do "Jardim de Infância do seu Hélio" (Hélio Morganti), na década de 1950, na sede da Usina Tamoio. Teixeira (2010) aponta, em sua dissertação de mestrado, a existência de matrículas referentes à pré-escola nos anos de 1961 a 1974, no Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti, localizado na Secção Bela Vista, atual EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

Dentre os fatores que possibilitaram a expansão da EI no Brasil estão a incorporação da mão de obra feminina pela indústria, a pressão popular e a crença no desenvolvimento econômico do Brasil. O que não ficou restrito às áreas urbanas, como demonstra o caso do complexo agroindustrial denominado Usina Tamoio.

**Quadro 1-** Fundação das primeiras instituições de Educação infantil. Araraquara-SP.

ANO	BAIRRO	INSTITUIÇÃO
1941	Bairro de São Geraldo	Parque Infantil Leonor Mendes de Barros
1951	São José	CER Carmelita Garcez
1969	Vila Xavier	Eloá do Valle Quadros
1972	Jardim Brasil	Dona Cotinha de Barros
1982	Jardim Morumbi	Eduardo Borges Coelho
	Santa Angelina	Cyro Guedes Ramos
	Vila Melhado	Maria Barcarola Filié
	Gavião Peixoto	Antonia C. Barsaglini
	Motuca	Oswaldo Thomaz de Aquino
1983	Jardim América	Rosa Ribeiro Stringhetti
	Selmi Dei	Maria Pradelli Malara

**Fonte:** Adaptado de Fraiz (2006).

É durante o Regime Militar (1964 a 1985), que se inicia uma nova fase de expansão das instituições destinadas a educação infantil, que será consolidada na Constituição de 1988.

Em 1985, no decorrer desse processo, a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo publicou um número especial da revista Escola Municipal, comemorativo dos 50 anos de pré-escola municipal. A então secretária de educação, Guiomar Namó de Mello, abria a revista na seção Carta da Secretária [...] A carta anunciava a “vontade política de construir uma pré-escola pública, gratuita e comprometida com as necessidades das crianças das classes populares, contexto deste novo momento político e econômico”, marcado pelas lutas pela “redemocratização política do país” (ESCOLA MUNICIPAL, 1985, p. 1). (KUHLMANN, 2000 p. 6).

Segundo Kuhlmann (2000), é na tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que a legislação nacional passa a reconhecer as creches e as pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos, como parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica. No entanto, mesmo sendo um direito da criança (0 a 6 anos), desde 1988, não houve implantação da EI no Assentamento Bela Vista, de forma adequada, sem que houvesse luta, primeiro pela Educação do Campo e, depois, pela EIC.

Os movimentos sociais diferenciam a Educação do Campo da Educação no Campo.

### **ROMPENDO AS CERCAS DO “LATIFÚNDIO DO SABER”**

Romper com a educação rural é uma das prioridades da Educação do Campo. A mudança na compreensão desse conceito reflete muito mais profundamente seu significado que uma simples nomenclatura. Ela é, inevitavelmente, o resultado de um olhar politicamente referendado na busca pelos direitos sociais e nas questões que envolvem a defesa da educação politécnica, segundo Caldart (2015).

De acordo com Arroyo e Fernandes (1999), uma escola do campo defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, além de construir conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. A sua localização é secundária, o que importa são suas proximidades política e espacial com a realidade camponesa, uma escola do campo não necessita estar dentro da área de um assentamento ou de um quilombo, basta que ela esteja próxima e atenda a população camponesa.

Dalmagro (2017) relata que a configuração deste novo paradigma de escola é reflexo da luta pela terra e pela necessidade concreta de educação como pré-requisito para permanência na terra. Assim, esclarece que em 1979 tiveram início as primeiras ocupações de terra e dos acampamentos, contudo a sua regulamentação tardia provocou preocupação em relação aos estudos das crianças. Segundo a mesma autora, as primeiras atividades com crianças registradas por Caldart Schwaab, 1990, datam de 1981, antes mesmo da fundação do MST que ocorre em 1982/83.

Caldart (2000) afirma que o movimento de luta por acesso ao estudo é simultâneo à luta pela terra, realizada pelos sem-terra, embora, no início não houvesse relação entre eles.

Os direitos referentes à Educação do Campo foram conquistas, frutos da luta do povo camponês e de seus movimentos sociais. Molina e Fernandes (2004), Caldart (2000), Ribeiro (2010) e Dalmagro (2017) estão entre os teóricos que se debruçam sobre o estudo da relação entre a luta pela terra e a luta pela escola.

Primeiro houve a mobilização das mães e dos professores, aos poucos os pais aderiram e o movimento cresceu de tal forma que passou a pressionar o Movimento dos Sem Terra (MST) e este, como consequência, assumiu o papel da formação de professores e da elaboração de uma proposta pedagógica, criando, desta forma, um setor de educação em 1987.

A iniciativa da Ciranda<sup>6</sup> (espaço de cultura e formação das crianças) surge em 1987 durante o 1º Encontro Nacional de Educadores/as da Reforma Agrária, com o

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/07/24/ciranda-infantil-e-espaco-de-cultura-e-formacao-para-ascriancas-najornada.html>

objetivo de possibilitar a participação das mães nos espaços políticos do movimento.

Em 1990, iniciam-se as Cirandas nos assentamentos e acampamentos e, após um ano ocorre a Campanha Nacional de Alfabetização, neste mesmo ano o MST lança o Caderno de Formação de número 18: “O que queremos com as escolas de assentamento” (DALMAGRO, 2017). Este documento destaca a necessidade de encontros e cursos, com o intuito de aprofundamento da prática e da teoria na busca de romper as cercas dos latifúndios, do analfabetismo e da educação burguesa, promovendo a reforma agrária do saber e da cultura.

O quinto Encontro Nacional de Professores de Escolas de Assentamentos acontece em 1992, e neste mesmo ano são lançados o Boletim de Educação nº 1- “Ocupar, produzir e resistir também na educação” e o Caderno de Educação de número 1- “Como Fazer a Escola que Queremos”. Na apresentação do Boletim, se esclarece que a proposta de educação vem sendo construída por meio de cooperação, com a finalidade de forjar um auxílio para o enfrentamento diário na luta pela conquista e permanência na terra, apresentam como desafio à construção de material que auxiliem a conceber e concretizar esta nova forma de educação e sua ampla divulgação pelo país.

O Caderno de Educação nº 1 explicita a importância de uma escola que ajude a resistir e produzir, visando a permanência na terra duramente conquistada e a construção de uma nova vida. Desta forma, ressalta a importância de um novo currículo e oferece sugestões e orientações sobre o mesmo. Na introdução deste caderno é exposto que o mesmo é fruto da prática em educação e da reflexão de todos envolvidos, pais alunos, professores, em um processo de dez anos de educação dentro do MST. Neste documento delineiam alguns princípios básicos, filosóficos e, também pedagógicos.

Os princípios filosóficos primam por uma educação com e para valores humanistas e socialistas, isto é, voltada para as várias dimensões da pessoa humana, para o trabalho, a cooperação e para a transformação.

Dentre os princípios pedagógicos destaca-se a valorização da democracia que inclui a gestão democrática, formação de coletivos pedagógicos e a auto-organização dos/das estudantes. Quanto a prática educacional, esta deve considerar a realidade como base da produção de conhecimento e ter vínculo orgânico com a cultura e com os processos políticos e econômicos, bem como, deve ser realizada por meio do trabalho e para o trabalho. Os conteúdos devem ser socialmente úteis, relacionando a teoria com a prática e visando a capacitação.

O caderno nº 8 menciona a necessidade do ensino a partir da prática conduzindo ao conhecimento científico da realidade, que o mesmo possa ser útil, auxiliando a enfrentar desafios da comunidade nos campos de saúde, produção, educação, habitação. O ponto inicial para desenvolver os conteúdos das várias matérias de

ensino deve ser as próprias experiências de trabalho organizado das crianças, como a divisão de tarefas e a resolução de problemas.

Quanto às práticas educativas estas devem dar-se em diferentes ambientes, tirando o foco dos conteúdos que serão desenvolvidos e adequados em razão da atividade (trabalho com temas geradores, projetos). Para tanto reconhecem a necessidade de participação da comunidade, da necessidade de o (a) educador (a) conhecer a realidade, os problemas locais e a possibilidade de as crianças serem multiplicadoras do conhecimento adquirido.

O Caderno de Educação nº 12 (novembro de 2004) explica que as primeiras discussões sobre educação infantil surgiram na reunião do Setor Nacional de Educação, realizada na cidade de Santos-SP em 1996. Após esta data foram realizados debates, cursos e oficinas e, nesse ínterim, foi constituído um coletivo para pensar a educação infantil. No decorrer do tempo, os espaços de educação infantil passaram a ser denominados Ciranda. Este caderno menciona a organização de espaços e tempo, o equilíbrio entre atividades livres, individuais e coletivas, a importância de jogos e brincadeiras prazerosas.

Quanto à relação da criança com o trabalho, parece-nos válida a leitura dos versos da história “Trabalho de criança não é brincadeira, não!”, de Rossana Ramos, publicado no Caderno nº 8.

Trabalho de criança  
 Não pode ser com facão,  
 Tampouco com veneno  
 Que se põe na plantação.  
 Trabalho de criança  
 Não é no canavial,  
 É dar milho pra galinha  
 Que anda pelo quintal.  
 Trabalho de criança  
 Tem que ser pra aprender  
 Que todo mundo precisa cooperar,  
 Mas não sofrer.  
 Trabalho de criança é tarefa, ocupação,  
 Mas é preciso ter cuidado  
 Pra não virar exploração.

Por fim, o Caderno nº 12 elucida os direitos das crianças e o dever do estado no atendimento das crianças de zero a seis anos, trazendo todas as leis que as amparam.

A todo, foram lançados pelo MST doze Boletins e treze Cadernos de Educação com diferentes temas pertinentes à Educação do Campo, os Cadernos e Boletins de Educação auxiliam desde prática educacional até a organização para reivindicação do direito à educação.

É por meio do decreto de número 7352 (4 de novembro de 2010) que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA)<sup>7</sup>, que em seu artigo primeiro, esses direitos ampliam-se e passam a incluir a educação infantil, ensino médio e ensino superior; bem como a formação continuada dos professores do campo, como um direito das populações camponesas e um dever do Estado.

A Educação do Campo é reflexo da luta pela terra, ela nasce da necessidade de uma educação de qualidade que respeitasse e valorizasse a cultura camponesa e auxiliasse na permanência na terra. A Educação desejada pela base do MST é pensada e organizada democraticamente, vindo a se efetivar como política pública, não sem luta e, expandir-se pelos campos.

O material do MST foi sendo divulgado e as discussões sobre a Educação do Campo disseminaram-se por todo país, por meio de membros do MST ligados ao setor de educação e, desta forma alcançaram outros movimentos, outras lutas, chegando aos campos de Araraquara-SP.

### **A FLOR DA EDUCAÇÃO NOS CAMPOS DE ARARAQUARA**

Dentre os teóricos que estudaram a escola do assentamento Bela Vista e a Educação do Campo, no município de Araraquara, podemos destacar alguns autores como Bastos (2004); Brancaleoni (2005); Flores (2015); Silva (2015); Teixeira (2019).

Ferrante (1992) e Caires (1993) apontam que em razão de uma greve dos cortadores de cana em Guariba-SP e da retaliação dos usineiros que demitiram em massa e perseguiram trabalhadores, estes se organizaram formando o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, por outro lado, Ferrante (1992) afirma que a política de Reforma Agrária do governo Franco Montoro (1983-1987) foi um paliativo para conter os conflitos no campo. Estes foram fatores que influenciaram na formação do Assentamento Bela Vista do Chibarro.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara organizou a ocupação do assentamento Bela vista, em razão de uma possível desapropriação que seria realizada pelo governo; dentre os trabalhadores que ocuparam a fazenda, em 1988, estavam os de Guariba. Após um ano as terras foram declaradas de interesse

<sup>7</sup> O PRONERA foi criado em 1998, por meio da Portaria nº. 10/98, pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária, tal programa propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, bem como “capacita educadores para atuar nos assentamentos e coordenadores locais – multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias” (BRASIL, 2016).

social para fins de Reforma Agrária pelo decreto 97,6600 de 13 de abril de 1989 (TEIXEIRA, 2019).

Em paralelo, segundo o mesmo pesquisador, ocorre no estado de São Paulo, o fechamento maciço de escolas rurais. Na cidade de Araraquara de trinta e três escolas rurais, em 1987, só duas não foram fechadas, devido à resistência dos assentados.

Após a homologação do assentamento, iniciou-se a luta por educação, pela reabertura da escola, pois havia uma demanda real de crianças em idade escolar. As aulas se iniciaram no mesmo ano, contudo com turmas multisseriadas. A comunidade, por meio de reivindicações, consegue separar as turmas e garante o ensino de 1ª a 4ª série em 4 turmas distintas e, a partir desta conquista, passa a lutar pela ampliação do ensino até a 8ª série. Desta forma, conforme Oliveira e Bastos (2004), desencadeia-se o debate sobre a municipalização da escola. Contudo, em contrapartida, a secretaria Municipal de Educação exige um projeto que justificasse este pedido.

Foi motivada pelo I ENERA, que a ideia de Educação do Campo chegou aos campos de Araraquara, por meio do MST, que reuniu a população e promoveu discussões. Em 1999, alguns educadores de Araraquara foram convidados para discutir as mudanças necessárias à educação para a reforma agrária, como aponta Silva (2015).

Em 2001, segundo Bresler (2009), a diretora da escola do Assentamento Bela Vista, Sueli Castro Vieira e o professor Ronaldo de Alencar, elaboraram a primeira Proposta Político Pedagógica com a ajuda do MST. No mesmo ano, tal proposta foi apresentada na I Conferência Municipal de Educação de Araraquara, ganhando a adesão e apoio de André Luiz de Souza (Coordenador de Projetos Especiais da Secretaria de Educação de Araraquara) e, desta forma, foi estendida para as outras duas escolas rurais do município.

O I Seminário Estadual por uma Escola do Campo foi realizado no Assentamento Bela Vista na escola que seria denominada EMEF do Campo “Prof. Hermínio Pagôtto” no ano de 2003. Ainda em 2002, as três escolas rurais de Araraquara foram municipalizadas e passaram a compor o Programa “Escola do Campo”.

De acordo com o primeiro PPP da EIC do assentamento Monte Alegre, elaborado pelas professoras Mariene Silva Moreira e Gabriela Pontes da Souza, desde 1985, quando as primeiras famílias foram assentadas, as crianças necessitavam deslocar-se para Araraquara ou para as cidades vizinhas para estudar, desta forma muitas desistiam ou nem se matriculavam, e as crianças mais novas ficavam sem estudar.

Em Araraquara as comunidades se mobilizaram para conseguir que as crianças fossem atendidas nos respectivos assentamentos. No assentamento Bela Vista já havia um prédio escolar do tempo da Usina Tamoio, datada de 1942, sendo assim,

a luta concentrou-se na contratação de professores e pela reforma da escola que se encontrava abandonada e em más condições de conservação. Por sua vez, a comunidade do assentamento Monte Alegre necessitou lutar pela construção do edifício escolar.

Mediante as necessidades destas mulheres e da consciência dos direitos das crianças à escola, iniciam-se às reivindicações para o atendimento à educação infantil e tanto no Assentamento Bela Vista como no assentamento Monte Alegre, a educação infantil principia com professoras voluntárias, algumas habilitadas outras não, mas todas pertencentes à comunidade.

A educação infantil, então, inicia-se nos dois assentamentos de forma improvisada. Professoras voluntárias, sem formação na área, e membros das comunidades assumem turmas de educação infantil multisseriada sendo preparadas com o auxílio da prefeitura, em 2002, data da primeira Proposta Pedagógica da Pré-Escola do Campo.

Somente em 2005, a Prefeitura Municipal de Araraquara contratou professoras concursadas. No entanto, a educação infantil ainda funcionava de maneira improvisada, sem sala e mobiliário adequados, com poucos brinquedos, ou seja, com infraestrutura deficitária. Na medida do possível, as EMEFs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental) foram adequadas para receber crianças, como por exemplo, instalando um vaso sanitário do tamanho ideal no banheiro das escolas.

De acordo com o primeiro PPP do Centro de Educação e Recreação Irmã Maurina Borges, é por meio de uma denúncia da professora Mariene, que lecionava na escola do assentamento Monte Alegre, junto ao Conselho Tutelar de Araraquara e na sequência à Promotoria Pública, que o município é movido, sob pena de multa diária, a construir as instalações adequadas ao funcionamento da educação infantil nos assentamentos.

Em 22 de março de 2011, é inaugurado o primeiro CER do Campo “Waldyr Alceu Trigo” no Assentamento Bela Vista do Chibarro e em 29 de março do mesmo ano é inaugurado o CER anexo à EMEF “Maria de Lourdes Silva Prado” no Assentamento Monte Alegre.

As duas instituições de educação infantil contam com berçário (sala para crianças de zero a dois anos e seis meses), lactário (cozinha para preparo das refeições), sala de banho, sala de multimeios (local com televisão, aparelho de som, brinquedos), sala para atividades (local utilizado como sala de aula, possui brinquedos educativos, jogos), lavanderia com depósito, sanitários e um amplo pátio. No entanto, não possuem direção ou coordenação, pois funcionam como anexos às EMEFs em razão do número de alunos matriculados; as professoras são oriundas da cidade, embora haja no assentamento Bela Vista professoras formadas pela Pedagogia da Terra. Os

CERs atualmente atendem crianças de zero a cinco anos.

A EI, no assentamento Bela Vista, já nasce EIC considerando a existência de um projeto que perpassa pela luta pela terra, pelos assentamentos da Reforma Agrária e pela luta por educação no campo.

Contudo, estudos mais recentes demonstram uma ruptura nesse processo que deveria estar amadurecendo e se consolidando, primeiramente com a EMEF e na sequência com a EIC. Com as eleições para prefeito de 2008, há uma alteração na política, refletindo também na educação e nas escolas do campo.

O material Sesi, não sendo um material adequado à realidade, dificulta tanto a aprendizagem dos educandos pela ausência de conteúdos significativos que facilitem o entendimento, bem como, gera dificuldades aos educadores quanto a adaptação de um material urbano que prima pelo consumo de produtos industrializados, sendo ele próprio consumível a cada ano. Por outro lado, a utilização de imagens de alimentos industrializados, como embalagens longa vida e enlatados são prejudiciais tanto a alimentação quanto a preservação do meio ambiente (PAVINI, FERRANTE e WHITAKER, 2013).

Segundo Silva, no início tínhamos uma escola mais condizente com a Educação do Campo:

No início do programa, se propôs rupturas com o instituído, um ensino tradicional, urbanocêntrico e etnocêntrico, sendo respeitados os sujeitos concretos do campo, com seus anseios e necessidades. Dentro de uma teoria pedagógica crítica, novas práticas pedagógicas foram plantadas e incorporadas para o ensino das crianças. O currículo foi construído, tendo como base o contexto social e cultural dos alunos, os conteúdos seguiam os parâmetros curriculares e as aulas incorporavam as concepções teóricas metodológicas relativas à realidade (SILVA 2015, p. 120).

A mesma autora conclui que, em 2015, as escolas EMEF Maria de Lourdes da Silva Prado, Professor Hermínio Pagotto e Eugênio Trovatti não preservaram a perspectiva transformadora dos movimentos sociais. No entanto, alguns princípios são ainda preservados graças a um movimento de resistência de educadores que encamparam a proposta da educação do campo e buscam contribuir com as transformações sociais.

Na EIC é implantado um projeto denominado Cresça e Apareça (2012 a 2017), que embora fosse baseado na Pedagogia Histórico Crítica era tecnicista, posto que trazia atividades prontas para serem desenvolvidas pelas educadoras, desconsiderando a realidade local, o PPP e o Projeto de Escola do Campo.

Na atualidade, após as eleições de 2016, houve uma tímida retomada do pro-

jeto de Educação do Campo. O professor e mestre André Luiz de Souza, uma das pessoas mais importantes na implantação da Educação do Campo no município, foi recontratado pela prefeitura no cargo de Coordenador Executivo de Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação. Então algumas medidas foram tomadas, a exemplo, o final da contratação de material do SESI, possibilitando trabalhar com material mais adequado à realidade do campo, assim como a realização do Seminário de Educação do Campo (9 a 11 de outubro de 2018), que objetivou a reflexão sobre a temática da Educação do Campo, seus caminhos e desafios na contemporaneidade e alguns cursos de formação.

Novos rumos vêm sendo traçados, em nível municipal, após a volta do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura Municipal de Araraquara com a eleição (2016) do prefeito Edinho da Silva

Resultados recentes obtidos por essa pesquisadora analisando as atividades relacionadas à prática de Educação Ambiental nas turmas de quarta e quinta etapas (crianças de 4 e 5 anos), para um período de 15 anos (2004 a 2018), indicam um declínio do trabalho com projetos, nas EC de Araraquara, com relação à: quantidade de temas trabalhados, realização de atividades externas que compreendem trabalho de campo, passeios nos arredores da escola, nos lotes e observação. No Quadro 2 estão dispostos por turmas (4ª e 5ª etapas) a quantidade de projetos trabalhados, os temas abordados, referentes à EA e os trabalhos externos (saídas para o entorno da escola, observação da natureza, plantio e passeios na agrovila e nos lotes), ano a ano.

As colunas na cor azul demonstram o total, ano a ano, de projetos, temas e trabalho externo e a cor rosa demonstra a quantidade de projetos, temas e trabalho externo por etapa, ano a ano.

É nítido, observando os resultados, que esse declínio ocorre após mudanças na gestão municipal e implantação do projeto “Cresça e Apareça” (2009 a 2016). Os governos se alternaram da seguinte forma: (2001 a 2008 - gestão do PT; 2009 a 2016 - gestão do PMDB, 2017 até a atualidade nova gestão do PT) e que o Projeto de Escola do Campo é retomado a partir de 2018, apresentando um aumento de temas ambientais. No entanto, podemos perceber que as atividades externas não foram retomadas, o que significa que ou não estão sendo registradas, ou as crianças estão passando a maior parte do tempo em sala de aula e não utilizam o espaço externo para atividades de aprendizagem.

Para melhor compreensão dos resultados obtidos vale observar que os dados dos diários de classe dos primeiros dois anos não estão inclusos no Quadro 2; nestes anos as turmas eram multisseriadas, em 2004 estão registradas 15 atividades ligadas ao Meio Ambiente e em 2005 18 atividades registradas. Os diários de classe de 2006 e 2007 não foram encontrados no arquivo, bem como os diários de 2015 e os diários

da 4ª etapa de 2016 e 2017 e o diário de 2018 da 5ª etapa.

**Quadro 2 - Número de Projetos, Temas e Trabalhos Externos/ Ano.**

Ano	Etapas	Projetos	Total	Temas	Total	T. Ext.	Total
2008	4ª	0	4	3	28	4	9
	5ª	4		25		5	
2009	4ª	2	10	13	40	2	5
	5ª	8		27		3	
2010	4ª	0	4	9	21	2	5
	5ª	4		12		3	
2011	4ª	7	10	22	34	3	5
	5ª	3		12		2	
2012	4ª	2	3	14	17	3	4
	5ª	1		3		1	
2013	4ª	2	4	8	18	2	3
	5ª	2		10		1	
2014	4ª	2	4		12		3
	5ª	2		12		3	
2016	4ª	X	2		10	2	5
	5ª	2		10		3	
2017	4ª	x	0		11	2	3
	5ª	0		11		1	
2018	4ª	x	5		13		1
	5ª	5		13		1	

**Fonte:** elaborado pelos autores.

Ocorre que frequentemente a educação passa por transformações, mudanças impostas que podem interferir negativamente na Escola do Campo e conseqüentemente na EIC. Atualmente professores (as) de todo país estão se adaptando à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Teóricos já apontam perdas em alguns campos educacionais, como, por exemplo, o ensino de Educação

Ambiental que era considerado um tema transversal e com a BNCC perde esse status. A EIC, incluída nesta mudança, se adaptando a BNCC poderá sofrer impactos.

Desta forma, são necessárias políticas públicas que assegurem a continuidade da Educação do Campo e o respeito à luta e aos direitos conquistados pelos movimentos sociais ligados ao campo.-

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Infantil do Campo se diferencia por ser um projeto idealizado nas bases e em desenvolvimento por meio de um processo democrático e, por ser destinada a auxiliar à permanência da comunidade de agricultores familiares no campo. Ela requer a formação específica dos educadores, tendo em vista que esta educação se diferencia da educação rural histórica. Por outro lado, prima pela valorização do campo em seus diferentes aspectos, idealiza uma educação transformadora baseada em valores humanos, na justiça social e no cooperativismo.

Quanto à metodologia, pode variar de acordo com cada local, contudo deve seguir os princípios filosóficos e pedagógicos da Educação do Campo, dentre eles a educação vinculada ao trabalho, teoria aliada à prática, o ensino a partir da realidade e útil para resoluções de problemas comunitários/locais. Esta modalidade prima pelo trabalho com projetos, pela interdisciplinaridade, por utilizar palavras ou temas geradores.

As práticas devem ser realizadas em diferentes ambientes e os conteúdos adequados em razão das atividades. O ensino, neste contexto exige a valorização da vivência e do saber camponês, a premissa de ensinar a ler o mundo, requer que o saber produzido escute e envolva a comunidade. Esta é, portanto, uma educação crítica, que por sua vez requer professores politizados e engajados.

De acordo com este estudo podemos perceber a interferência negativa de políticas e programas externos, impostos que desestruturam a prática e isto pode ser percebido pela diminuição do número de projetos, de temas geradores e da permanência de práticas que colocam as crianças em contato com o meio ambiente.

É papel da EIC promover a conexão e o respeito das crianças para com a natureza, no entanto, o estudo demonstra um declínio da convivência destes educandos com o campo, contradizendo todo o caminho histórico da EI. Cabe a EIC promover um vínculo afetivo e proporcionar o sentimento de ligação e interdependência entre os seres, o conhecimento sobre o consumo excessivo de alimentação industrializada e suas consequências, bem como o incentivo a alimentação natural

Algumas das atribuições da EIC, como tratar de problemas reais, por exemplo, o uso de agrotóxicos, o plantio de transgênicos, a recuperação de nascentes, o problema das queimadas, problemas que devem ser tratados, ainda que com uma

abordagem condizente, desde a mais tenra idade e que, portanto, exigem formação diferenciada e que o (a) professor (a) vá a campo.

A partir desta perspectiva atribui-se a necessidade da formulação de políticas públicas que assegurem a permanência do Projeto de Escola do Campo, que no caso da escola do assentamento já foi referência nacional, para evitar que as políticas impostas por todos os níveis (municipal, estadual ou federal) possam intervir negativamente no projeto de EIC, como é o caso da implementação de programas municipais como o “Cresça e Apareça” e a política federal de implantação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Por outro lado, a formação dos educadores é extremamente necessária para que se possa fortalecer entre os professores que já fazem parte do corpo docente o importante papel do fazer e estar na escola do campo, outra alternativa seria a criação de políticas que primem por contratação de pessoas com formação específica, como é o caso de assentadas com formação em pedagogia da terra. Tendo em vista que a educação é um campo em constante disputa.

Assim como a permanência na terra é mais difícil do que a conquista, o primeiro passo para uma EIC é a construção do Projeto Político Pedagógico e o maior desafio é fazer com que seja respeitado, a começar pelos próprios docentes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. M. **Álbum de Araraquara – 1948**. Disponível em: <http://nelsonmartinsdealmeida.blogspot.com/2012/09/album-de-araraquara-1948.html>. Acesso em: 20 de ago. 2019.

ARARAQUARA. **Projeto Político Pedagógico (PPP)** “EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto”, 2011/2013.

ARARAQUARA. **Projeto Político Pedagógico (PPP)** CER anexo à EMEF “Maria de Lourdes Silva Prado, 2008.

ARAUJO, M. N. R. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST**. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação: 2007 (Tese de Doutorado). 335p. p. 46 a 203.

ARCE, A. O jogo e o desenvolvimento infantil na teoria da atividade e no pensamento educacional de Friedrich Froebel. **Cad. Cedes**, Campinas, v.24, n. 62, p.9-25, 2004. Disponível em < <http://cedes.unicamp.br> > Acesso em 31 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins-de-infância.** Petrópolis: Vozes, 2002.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família.** Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília, DF; Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BASTOS, V. A.; OLIVEIRA, T. A proposta de educação do campo das escolas rurais de Araraquara-SP: destaques na construção da qualidade de vida. *In: Retratos de Assentamentos*, nº. 9, 2004. p. 147 a 166.

BRANCALEONI, A.P.L. **Um olhar acerca do processo de elaboração e implementação de um projeto político-pedagógico em uma escola do campo do município de Araraquara.** Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo – USP. Ribeirão Preto/SP, 2005.

BRESLER, R. “et al”. O Programa Escola do Campo de Araraquara (SP): a EMEF Hermínio Pagotto e o assentamento Bela Vista do Chibarro. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, V.14, N.55- Jul/Dez de 2009.

CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. Usina Tamoio: lugar de trabalho e de vida. **Revista Uniara**, v. 18, n. 1, 2015.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 2. Ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, R. S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. [Orgs.]. **Caminhos para transformação da Escola 2:** Agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo. Expressão Popular, 2015.

DALMAGRO, S.L. História da Escola no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **HISTEDBR On-line**, Campinas, v7, n3 [73], p.782-810, jul/set.2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/864584>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

CAMPOS, C. **Ieccmemorias**. Inauguração da Escola Normal e da Escola Modelo Caetano de Campos. Disponível em: <<https://ieccmemorias.wordpress.com/2014/08/04/02-de-agostode-1894-inauguracao-da-escola-normal-e-da-escola-modelo-caetano-de-campos/>>. Acesso em: 10/01/2020.

FERRANTE, V.L.S.B. **A chama verde dos canaviais: uma história das lutas dos bóias frias**. (Tese de Livre Docência), Araraquara: Unesp, 1992.

FRAIZ, R.C.C. **A Organização Escolar em ciclos na Rede Municipal de Araraquara- 2001 a 2005**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos (FCL), São Paulo; 2006, 134p.

KISHIMOTO, M. T. **A Pré Escola em São Paulo: (DAS ORIGENS A 1940)**. 1986. 348 f. TESE (Doutorado em educação) - USP, São Paulo, 1986.

KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. Froebel: uma pedagogia do brincar para a infância. In: FOMOSINHO, J. O.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. *Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado construindo o futuro*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 37-64.

KUHLMANN, J. M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

KUHLMANN, J. M. A História da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ano 2000, n. 14, p. 5-19, Mai/Jun/Jul/Ago 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

OLIVEIRA, F. B. **O Emílio de Rousseau: uma obra de Pedagogia? Filosofia e Educação**, Campinas-SP, v.4, n.2, p.7-33, out/2012 a mar/2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635422>. Acesso em: 12 maio de 2019.

PAVINI, G. C. **O método Sesi de ensino na escola do campo: a controversa chegada do estrangeiro**. Dissertação de mestrado, Universidade de Araraquara, 2012. 118p.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio, ou Da educação**. Tradução de Sérgio Milliet – 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

PAVINI, G. C.; FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. Ideologia Industrial X Cultura Rural: O Método Sesi De Ensino em uma Escola Rural. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 245-269, 2013. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2013.v16i2.150. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/150>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SILVA, S. **A utopia da Educação do Campo frente à ideologia industrial**: o caso de Araraquara-SP. Araraquara: Centro Universitário de Araraquara-UNIARA, Dissertação de Mestrado, 2015.

ROUSSEAU, J. J; **Emílio, ou Da educação**. Tradução de Sérgio Milliet – 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TEIXEIRA, R. A. **Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti**: estudo histórico sobre a cultura escolar de uma escola rural – 1942/1988. Dissertação de Mestrado FCL/UNESP – Araraquara, 2010. p. 95

**Escolas do Campo de Araraquara (2001/1012)**: História, Memória e Experiência Percebida. (Doutorado em Educação), FFC/ UNESP – Marília, 2019.p.204

WILMA. A história da Escola Caetano de Campo Parte II, in Blog ieccmemórias; 20 de nov de 2016. Disponível em: <https://ieccmemorias.wordpress.com/2016/11/20/2-dainstalacaona-praca-da-republica-ate-a-decada-de-1970/>



## Representações sociais sobre agricultura familiar para alunos de licenciatura em educação do campo residentes da Zona Rural

Paula do Valle<sup>1</sup>

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon<sup>2</sup>

Angela Miche Suave<sup>3</sup>

Alexandre Magna Rodrigues<sup>4</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho foi identificar representações sociais de moradores do campo licenciandos em Educação do Campo sobre agricultura familiar. Estudo transversal, exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa e embasamento teórico na Teoria das Representações Sociais. Aplicou-se questionário para caracterização sociodemográfica e prática da agricultura familiar. Foram coletados dados cartográficos e textuais. Participaram do estudo 20 estudantes com idade média de 27 anos (10,28). Dos 20 estudantes, 80% (16) cultivavam hortas em casa e 85% (17) cultivavam pomares, cuja principal finalidade era autoconsumo. A agricultura familiar é representada como prática sustentável, cultural, praticada pelo núcleo familiar, produtora de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos e promotora de qualidade de vida, geradora de renda e voltada para autoconsumo. As concepções sobre agricultura familiar estão relacionadas ao tipo de agricultura praticada pelo grupo, às informações recebidas da comunidade, meios midiáticos e familiares, não ao conceito técnico sobre esse tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Humano; Alimentação; Práticas Alimentares; Representações Sociais.

### SOCIAL REPRESENTATIONS OF FAMILY FARMING FOR UNDERGRADUATE STUDENTS RESIDENTS OF THE COUNTRYSIDE

**ABSTRACT:** The objective of this study was to identify social representations of rural dwellers graduating in Rural Education on family agriculture. Cross - sectional, exploratory, descriptive study with a qualitative approach and theoretical basis in Theory of Social Representations. A questionnaire was applied for sociodemographic characterization and practice of family agriculture. Cartographic and textual data were collected. Twenty students with a mean age of 27 years participated in the study (10,28). Of the 20 students, 80% (16) cultivated gardens at home and 85% (17) cultivated orchards, whose main purpose was self-consumption. Family farming is represented as a sustainable practice; Cultural and practiced by the family nucleus; Producer of healthy food, without pesticides and promoter of quality of life; Generating income and aimed at self-consumption. The conceptions about family agriculture are related to the type of agriculture practiced by the group, the information received from the community, media, and family, not the technical concept on this theme.

**KEYWORDS:** Human development; Food; Eating Practices; Social Representations.

<sup>1</sup> Nutricionista e Mestra em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté. E-mail: [dovalle.paula@yahoo.com.br](mailto:dovalle.paula@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Professora da Universidade de Taubaté, Doutora em Psicologia pela Université de Toulouse II (Le Mirail) e Pós-Doutorado em Educação pela UNICAMP. E-mail: [edna.chamon@gmail.com](mailto:edna.chamon@gmail.com)

<sup>3</sup> Professora da Universidade de Taubaté, Doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social pela PUC/SP. E-mail: [michelesuave@hotmail.com](mailto:michelesuave@hotmail.com)

<sup>4</sup> Professora da Universidade de Taubaté, Doutora em Ciências pela UNIFESP. E-mail: [alexandramagnarodrigues@gmail.com](mailto:alexandramagnarodrigues@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenhou papel fundamental no desenvolvimento de países que apresentam, contemporaneamente, altos índices de desenvolvimento humano, estruturando sociedades mais igualitárias. Este processo deu-se na medida em que o acesso à terra foi garantido pelo Estado e contribuiu para a transição apropriada de uma sociedade cuja base era a agropecuária para uma outra, urbana e industrializada (GUANZIROLI *et al.*, 2001).

A agricultura familiar constitui a principal atividade laboral no campo, fazendo-se necessário o estudo das atitudes, crenças, simbolismos e opiniões de seus atores sociais a respeito daquilo que produzem. Contudo, a literatura científica acerca de representações sociais sobre a agricultura familiar é limitada, especialmente em estudos com a população que vive no campo. O interesse sobre esse grupo recai com frequência em questões relacionadas ao trabalho na lavoura e educação, sendo os simbolismos próprios das representações sociais ainda pouco elucidados.

Historicamente, a agricultura familiar está representada no imaginário da população como uma forma ultrapassada de cultivo de alimentos, associando-se ao campo a noção de pobreza e atraso; no entanto, relaciona-se também à saúde, às desigualdades sociais e à economia dos próprios agricultores, assim como do país (CLAY; CHAMON; RODRIGUES, 2016).

Para ser caracterizada como produtora em regime de agricultura familiar, uma propriedade rural deve atender aos seguintes critérios, segundo a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006:

Não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas desenvolvidas em seu estabelecimento ou empreendimento; ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ter percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006a).

Para Neves (2012, p. 34), agricultura familiar corresponde a “princípios de gestão das relações de produção e trabalho sustentadas em relações entre membros da família, em conformidade com a dinâmica da composição social e do ciclo de vida de unidades conjugais ou de unidades de procriação familiar”.

Dados do Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que cerca de 10,1 milhões de pessoas trabalham na agricultura familiar, representando 67% da mão de obra dos estabelecimentos

agropecuários. O Censo revelou que havia em torno de 3,8 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar no país, representando 77% do total dos estabelecimentos agropecuários. No entanto, estes produtores representavam apenas 23% da área ocupada por estabelecimentos agropecuários. Cerca de 81% dos agricultores familiares foram identificados como proprietários de suas terras, porém 466 mil encontravam-se na condição de arrendatário, parceiro ou ocupante, sendo estes acessos temporários e/ou precários. O tamanho médio das propriedades familiares era de 18,37 hectares, e das não familiares era de 309,18 hectares. Esta é a representação numérica da desproporcional relação entre latifúndio e minifúndio, na qual um produz grandes quantidades de um só produto e o outro produz quantidades menores de diversos produtos (BRASIL, 2017).

A análise da relação da agricultura familiar para moradores do campo é o que este texto se propõe a estudar. Adotar-se-á a perspectiva da psicologia social, mais especificamente, a da teoria das representações sociais. É de interesse deste estudo discutir de que forma os alunos de licenciatura em Educação do Campo moradores da zona rural representam a agricultura familiar e de que forma essa representação influencia suas práticas sociais e é influenciada por elas. Portanto, o objetivo deste estudo é identificar as representações sociais sobre agricultura familiar para alunos de licenciatura em Educação do Campo residentes na zona rural do Vale do Paraíba do Sul/SP.

## MÉTODO

O curso de licenciatura em Educação do Campo, realizado no escopo do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), foi oferecido entre os anos de 2012 e 2015 em uma Universidade pública do Vale do Paraíba do Sul/SP e contava com 52 alunos. Após a autorização para realização do estudo, e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 949.460/15), a coleta de dados foi realizada no ano de 2015, no tempo-escola dos alunos, período com duração de cerca de um mês em que foram ministradas as aulas teóricas do curso e quando os instrumentos de coleta foram aplicados pelas pesquisadoras. Todos os licenciandos foram convidados a participar da pesquisa e 20 deles, residentes da zona rural do Vale do Paraíba, aceitaram o convite.

Inicialmente, foi solicitado que se expressassem por meio de desenho cartográfico e descrevessem, por meio de um texto, o que lhes representava a agricultura familiar dentro do contexto da vida no campo. O emprego da cartografia na obtenção de representações sobre o espaço parte do princípio de que “a configuração territorial, ou configuração geográfica, tem [...] uma configuração material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais” (SANTOS, 2008). Ao efetivar as relações sociais, o homem atribui

valores e significados a seu espaço geográfico. Sem esses valores, significados e relações sociais há apenas a configuração geográfica daquela área. Sendo o campo o espaço habitado pelos participantes deste estudo, buscou-se identificar como o grupo representava a agricultura familiar e os alimentos orgânicos, que são práticas próprias do território rural.

O material cartográfico serviu como meio de sensibilização para que o grupo pensasse no território do campo, refletisse e descrevesse sobre a temática em estudo. Basicamente, foi utilizado para ilustrar a fala do grupo social em questão.

Foi solicitado aos alunos que, graficamente, respondessem a seguinte questão: “Pensando no contexto do campo, desenhe o que significa para você a agricultura familiar”. Após a elaboração da representação cartográfica, foi pedido que explicassem o desenho na forma de um texto escrito. A pergunta agora teve o seguinte formato: “Descreva, na forma de um texto, o significado do desenho criado por você, lembrando sempre da questão: O que significa para você a agricultura familiar?”.

Posteriormente à etapa descrita, foi aplicado um questionário buscando caracterizar o grupo em questão, quanto aos aspectos sociodemográficos e ao entendimento da prática da agricultura familiar.

Assim, a abordagem metodológica da pesquisa privilegiou uma triangulação de métodos (desenho, escrita, questionário), a fim de apreender, a partir de diferentes ângulos, a representação social do grupo sobre a agricultura familiar.

Os dados sociodemográficos (sexo, idade, estado civil, ocupação, município) e aqueles relacionados à prática da agricultura familiar (ocorrência, finalidade e tipo de cultivo, considerar-se praticante de agricultura familiar e exercer atividades fora de casa) foram tabulados no software Microsoft Office Excel®, para elaborar a caracterização da amostra.

Os dados cartográficos e textuais foram analisados a partir do referencial teórico da Teoria das Representações Sociais, proposta por Moscovici (2015), utilizando a análise de conteúdo nos moldes propostos por Bardin (2016). Essa etapa se deu por meio da identificação dos elementos constituintes das representações sociais sobre o objeto de estudo, caracterizando opiniões, crenças e valores relativos à agricultura familiar.

A partir do texto escrito pelo grupo participante buscou-se apreender as representações sociais referentes do grupo sobre a agricultura familiar, assim como os sistemas simbólicos que as envolvem. Esta forma de analisar os dados, como se verá, mostrou-se adequada aos objetivos da pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Iniciando a discussão dos resultados, apresenta-se o perfil do grupo participante dessa pesquisa. Nesse aspecto, Jodelet (2001) coloca que, nos estudos sobre RS,

há de se responder: “Quem fala? De onde fala? Do que fala? E para que fala?” Ao caracterizar o grupo, responde-se “Quem fala?” e “De onde fala?”.

A Educação do Campo surge como um fenômeno que tem como atores principais os trabalhadores do campo e suas organizações, e tem por objetivo incidir sobre políticas educacionais dos trabalhadores do campo (CALDART, 2012). Tem sua história e sua origem juntamente com a história dos movimentos agrários, e nasceu da necessidade de construção de políticas educacionais que atendessem às necessidades dos sujeitos desses movimentos. Sua origem ocorre com os movimentos sociais e substitui o conceito de Educação rural, na medida em que considera o espaço do campo um espaço de vida, sendo a educação a possibilidade de seu desenvolvimento (FERNANDES, 2011).

Em oposição à perspectiva de educação rural, a Educação do Campo tem em sua essência o pensar sobre as especificidades do Campo e de seu desenvolvimento, atendendo às necessidades dos sujeitos do campo e às características desse território (CALDART, 2012; CHAMON, 2014).

Mais do que um outro modelo de educação, a educação do campo se pretende um modelo contra-hegemônico, que se opõe ao discurso liberal de uma educação instrumental para o campo e o substitui por um discurso próprio, construído na experiência vivida e no território para a realização da existência (CHAMON, 2016; FERNANDES, 2006). Um dos grandes desafios enfrentados pela Educação do Campo refere-se ao encontro entre o conhecimento tradicional e o técnico-científico. A tensão entre essas duas formas de conhecimento é a materialização de uma das antinomias clássicas que organizam o pensamento: a oposição teoria-prática (MARKOVÁ, 2006).

A Educação do Campo equilibra-se entre dois polos extremos e, ambos, nocivos ao processo educativo (CHAMON, 2016). De um lado, é preciso evitar uma concepção puramente tecnicista, que vê a prática como consequência imediata de sistemas de conhecimento abstratos. De outro, é preciso também se precaver contra a pura empiria, que centraliza a educação na experiência imediata e acaba por rejeitar o conhecimento historicamente acumulado. No dizer de Marx (2010, p. 128), “a natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser humano...”. A prática de caráter formador dialoga com o conhecimento já construído e fundamenta-se na construção de um fazer significativo: é uma prática ao mesmo tempo aderente ao saber instituído e crítica desse saber.

Esse desafio está posto para a Educação do Campo, mas não está superado, como discute Oliveira (2008), ao analisar diversas propostas concretas de Educação do Campo implantadas no Brasil.

Tal desafio se faz muito presente neste estudo. Os alunos estão inscritos num

contexto de educação, especificamente de Educação do Campo, elaborando e compartilhando saberes a partir de suas vivências, informações e crenças. Eles estão imersos em um universo técnico-científico, próprio da formação que estão cursando, e, ao mesmo tempo, vivem a vida e o cotidiano do campo em suas comunidades de origem, nas quais o conhecimento tradicional é cultivado ao longo das gerações. Nos termos próprios da TRS, os alunos estão expostos ao universo consensual e ao universo reificado.

No universo consensual os indivíduos são vistos como “[...] iguais e livres, cada um com possibilidade de falar em nome do grupo e sob seu auspício. [...] Eles] podem ser encontrados expressando suas opiniões, revelando seus pontos de vista e construindo a lei”. (MOSCOVICI, 2015, p. 50-51). Assim, os alunos usam o conhecimento existente no seu entorno, trabalham esse conhecimento, discutem esse conhecimento e constroem representações com eles.

Já no universo reificado “[...] a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais. Somente a competência adquirida determina seu grau de participação de acordo com o mérito [...]” (MOSCOVICI, 2015, p. 51). Na formação de Educação do Campo, há uma ciência ensinada, distinta do construído no universo consensual, que é apresentada aos alunos. As representações sociais que eles construíram sobre a agricultura familiar ao longo de suas existências vão ser expostas a novas influências, a um novo conhecimento (reificado). Esse novo sofrerá um processo reformulação para ser integrado na rede de categorias preexistentes, em um processo denominado ancoragem, incorporando-se a uma representação social - agora atualizada com novos elementos - da agricultura familiar.

### **CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO**

Participaram da pesquisa 20 alunos do quinto período de do curso de licenciatura em Educação do Campo. Verificou-se que 55% (11) eram do sexo masculino e a idade variava de 20 a 59 anos, sendo a média de 27 anos (10,28). Quanto ao estado civil, 65% (13) eram solteiros, 30% (6) casados e 5% (1) viúvo.

Dois municípios do Vale do Paraíba paulista estavam representados nesta amostra, Cunha (65%) e Natividade da Serra (35%). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Cunha possuía 21.866 habitantes, sendo 9.699 (44%) residentes na zona rural e 12.167 (56%) na zona urbana. Em Natividade da Serra havia 6.678 pessoas, sendo 3.890 (58%) habitando a zona rural e 2.788 (42%) na zona urbana.

O Quadro 1 mostra a ocupação dos alunos do curso de licenciatura em Educação do Campo no momento da realização da pesquisa.

**Quadro 1** – Distribuição dos alunos de licenciatura em Educação do campo residentes na zona rural do Vale do Paraíba do Sul/SP, segundo ocupação.

Ocupação	Frequência (%)
Estagiário	30
Agricultor/pecuarista	15
Funcionário público	15
Sem ocupação	15
Não informou	5
Outros	20
<b>Total</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Verificou-se, que apesar de os municípios terem cerca de metade da população vivendo na zona rural, a minoria dos alunos participantes da pesquisa exercia atividades laborais na agricultura e que, naquele momento da realização da pesquisa, todos recebiam bolsa de estudos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Diversidade (PIBID – Diversidade), do Governo Federal, como incentivo e auxílio para a realização do curso de licenciatura em Educação do Campo.

Embora a maioria dos alunos tenha declarado que havia em suas residências o cultivo de hortas (80%) e pomares (85%) pela família, observou-se que tais plantios destinavam-se, principalmente, para o autoconsumo (Quadro 2) e que apenas 50% (10) dos alunos disseram praticar a agricultura em seus núcleos familiares, seja como atividade laboral ou o plantio para o autoconsumo.

**Quadro 2** – Finalidade de hortas e pomares cultivados por familiares dos alunos de licenciatura em Educação do campo, residentes da zona rural do Vale do Paraíba do Sul/SP.

Finalidade de hortas e pomares	Frequência (%)
Autoconsumo	77,8
Venda	5,6
Autoconsumo e venda	16,6
<b>Total</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

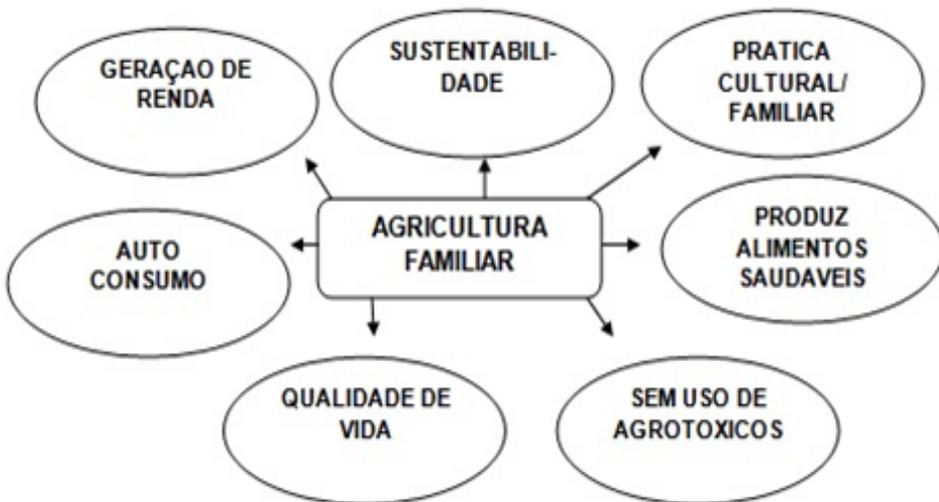
Os resultados apresentados mostram que, apesar de os alunos participantes da

pesquisa residirem em municípios com atividade rural importante, viverem em comunidades rurais e as famílias cultivarem hortas e pomares em suas residências, a maioria deles não exercia atividade profissional na agricultura e provavelmente encontrou no curso de licenciatura em Educação do Campo a oportunidade para a ter uma profissão de nível superior, ao mesmo tempo que tal formação poderia possibilitar a continuidade da convivência com a comunidade de origem e a valorização da cultura e saberes do campo.

### REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

Considerando os alunos de licenciatura em Educação do Campo enquanto grupo e a agricultura familiar como objeto, pode-se avaliar de que modo esse objeto se mostra relevante para o grupo e demanda uma tomada de posição. Como se verá mais adiante, os alunos buscam construir uma imagem da agricultura familiar e colocá-la dentro das categorias de conhecimento próprias do grupo. A Figura 1, obtida a partir da análise de conteúdo dos textos dos alunos sobre agricultura familiar, identifica os elementos que integram as representações sociais em relação à agricultura familiar.

**Figura 1** – Representações sociais sobre agricultura familiar para os alunos de licenciatura em Educação do campo, residentes da zona rural do Vale do Paraíba do Sul/SP



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Vê-se que o eixo principal, formado pela agricultura familiar, está ligado à geração de renda, à sustentabilidade, à prática cultural, à produção de alimentos saudáveis, ao não uso de agrotóxicos, à qualidade de vida e ao autoconsumo. Algumas representações são ligadas às práticas sociais cotidianas, como a sustentabilidade, aspecto presente no senso comum de moradores do campo por se tratar de uma população que tira seu sustento da natureza e é culturalmente ensinada a preservar o meio ambiente.

Para o grupo estudado, a família é concebida como aquela composta por pai, mãe, filhos e netos. O foco é o núcleo familiar. Os respondentes colocaram a agricultura familiar como orgânica, produtora de alimentos saudáveis e contribuidora da qualidade de vida. Não se deve esquecer que eles próprios estão ligados a esse tipo de agricultura. Daí a inclusão do “sem uso de agrotóxicos” e de verem a agricultura familiar como voltada, basicamente, ao autoconsumo.

A análise desses conteúdos representacionais sugere a existência de três eixos em torno dos quais se organizam as representações sociais sobre a “agricultura familiar”. Esses eixos ou classes caracterizam os discursos sobre este tipo de agricultura (Quadro 3).

**Quadro 3** - Organização das representações sociais sobre a agricultura familiar para os alunos de licenciatura em Educação do campo, residentes da zona rural do Vale do Paraíba do Sul/SP.

Classe	Conteúdo da classe
Econômica-técnica- ambiental	“Sustentabilidade” “É orgânica” “Geração de renda” “Autoconsumo”
Biológica	“Produz alimentos saudáveis” “Qualidade de vida”
Identitária	“Prática cultural” “Prática familiar”

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

As representações sociais apontam para as grandes linhas estruturantes que contribuem para a compreensão dos modos de pensar e agir do grupo social em questão. A primeira delas diz respeito à questão econômica-técnica-ambiental. A

comercialização dos produtos alimentícios cultivados na propriedade promove a geração de renda, fazendo com que a agricultura familiar seja vista como uma oportunidade de aumentar os ganhos da família. É o que exprime e está presente nas falas desses dois participantes:

“A família produz alimentos em sua propriedade, virando fonte de renda, de onde a família se sustenta.”

“A agricultura familiar é aumentar os ganhos da família. Independência!”

Dado semelhante foi encontrado por Guerra e Ichikawa (2013) ao investigar as representações sobre agroecologia para agricultores familiares produtores desta modalidade agrícola. Para este grupo, a agroecologia gera melhorias de renda. Segundo os autores, os agricultores entrevistados faziam parte de um grupo cuja carência de recursos financeiros era extrema antes de aderir à agroecologia. Portanto, a adoção dessa nova técnica de cultivo teve importante impacto na vida das famílias.

O presente estudo também identificou como representações sociais para o grupo que a agricultura familiar é aquela que produz alimento principalmente para o consumo familiar, não para a venda, como exposto pelos entrevistados:

*“Na agricultura familiar, todos cultivam e cuidam da horta para o consumo da sua própria família.”*

*“Com a agricultura familiar, as famílias não precisam comprar [alimentos], pois já têm em casa. Isso é economia para toda a família.”*

De acordo com Grisa e Schneider (2008), algumas características da agricultura familiar foram substituídas por outras mais modernas, como o uso de tração animal e a colheita manual, por exemplo. Tal tendência ocorreu na década de 1970 e acreditava-se que o autoconsumo logo estaria entre tais práticas extintas, o que levou os estudiosos a abordarem tal aspecto da agricultura familiar. Os autores mostram que o teoricamente esperado não se concretizou, ficando o autoconsumo como uma importante característica da agricultura familiar contemporânea.

É importante observar aqui a presença, no mesmo grupo, de elementos representacionais distintos, como a comercialização dos produtos da agricultura familiar e seu uso para consumo próprio. Ainda que não propriamente divergentes, esses elementos apontam para opiniões e valores distintos. A representação social não é equivalente a um pensamento grupal único. Os membros do grupo partilham efetivamente crenças comuns referentes a uma dada relação social – existe, portanto, um campo simbólico comum –, mas também existem variações nas tomadas de posição dos sujeitos em função de suas inserções sociais específicas (DOISE, 2002;

ALMEIDA, 2009). As representações não são apenas estruturas objetivadas em um grupo, mas construção de referências que orientam o debate social, permitindo o posicionamento em um espaço de conhecimento. Essas referências não definem de forma absoluta o conteúdo do conhecimento, mas estabelecem as condições e os termos possíveis para a elaboração desse conhecimento (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

Neste mesmo eixo foi identificada também a questão da sustentabilidade e a preservação do meio ambiente. Neste contexto, a agricultura familiar é considerada uma prática que não degrada o meio ambiente, mas sim ajuda a preservá-lo.

*“A produção [de alimentos pela agricultura familiar] não degrada o meio ambiente, assim torna-se vital para todos os seres vivos do planeta Terra.”*

O mesmo fenômeno foi identificado por Silva e Silva Junior (2010), ao investigar as práticas agrícolas sustentáveis de agricultores no estado de Minas Gerais. Os autores relataram que o interesse pela questão ambiental era grande, assim como o desejo de saber mais sobre o assunto, e ainda que o conhecimento existente provinha de informações midiáticas.

A problemática ambiental faz parte da vida de quem mora no campo, em razão da proximidade dessa população com a natureza, a exemplo do cultivo de alimentos e a criação de animais. Desta forma, faz-se compreensível que exista a preocupação com a preservação do meio ambiente e que esta seja aplicada às atividades desempenhadas no campo.

O respeito à natureza e à biodiversidade desempenham papel importante quando se trata de produtores de agricultura não convencional. Guerra e Ichikawa (2013) identificaram que os aspectos representacionais sobre agroecologia para um grupo de produtores familiares envolviam a preservação ambiental, consistindo em um fator importante para que estes a praticassem. Este aspecto tanto é próprio das formas alternativas de agricultura (não convencionais), que consta nos princípios a serem observados pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais (BRASIL, 2006a).

Há uma forte relação entre agricultura familiar e alimento orgânico, na qual um parece estar necessariamente atrelado ao outro. A automática vinculação da agricultura familiar com o alimento orgânico pode ser vista como um equívoco, uma vez que a agricultura familiar pode também cultivar alimentos de maneira convencional, a exemplo dos meeiros entrevistados por Alves e Boog (2008). Estes cultivavam alimentos no formato de agricultura convencional, ainda que fossem em grupos familiares.

Representar a agricultura familiar como aquela “isenta de agrotóxicos” e

“orgânica” pode estar associada à crença de que os alimentos cultivados em suas residências sejam orgânicos e que, portanto, a agricultura familiar deva ser orgânica. Segundo Terra (2008), os agrotóxicos surgiram após a Primeira Guerra Mundial a partir de substâncias químicas desenvolvidas para fins bélicos. No entanto, somente passaram a ser utilizados na agricultura brasileira a partir da década de 1940 e a intensificação de seu uso deu-se a partir dos anos de 1970, a partir da Revolução Verde.

Nesse sentido, a associação automática de agricultura familiar com uma agricultura orgânica e isenta de agrotóxicos aponta para um processo de objetivação, no qual o conceito de agricultura familiar é simplificado, tendo certos de seus aspectos amplificados e outros omitidos. Uma imagem de agricultura familiar – o chamado núcleo figurativo da representação social – se forma em torno dos elementos “orgânica”, “sustentável”, “saudável”.

Ao mesmo tempo, a associação da agricultura familiar as ideias de uma técnica tradicional, transmitida entre gerações e que se relaciona ao saudável e à qualidade de vida indica uma ancoragem do tipo psicológico, ou seja, uma ancoragem em categorias de pensamento que não são exclusivas deste grupo, mas estão disseminadas mais amplamente na sociedade (DOISE, 1992).

Outro eixo representacional identificado sobre a agricultura familiar diz respeito aos aspectos biológicos. O grupo social estudado representa a agricultura familiar como uma forma de produzir alimentos saudáveis e melhorar a qualidade de vida. Deste modo, os benefícios à saúde estão também entre os aspectos representacionais observados. Considera-se que esta consiste numa prática que proporciona qualidade de vida de maneira geral, como declarado por um dos entrevistados:

*“Consumimos agrotóxicos e transgênicos [...] assim só nos restará um único meio de transporte, o da ambulância”.*

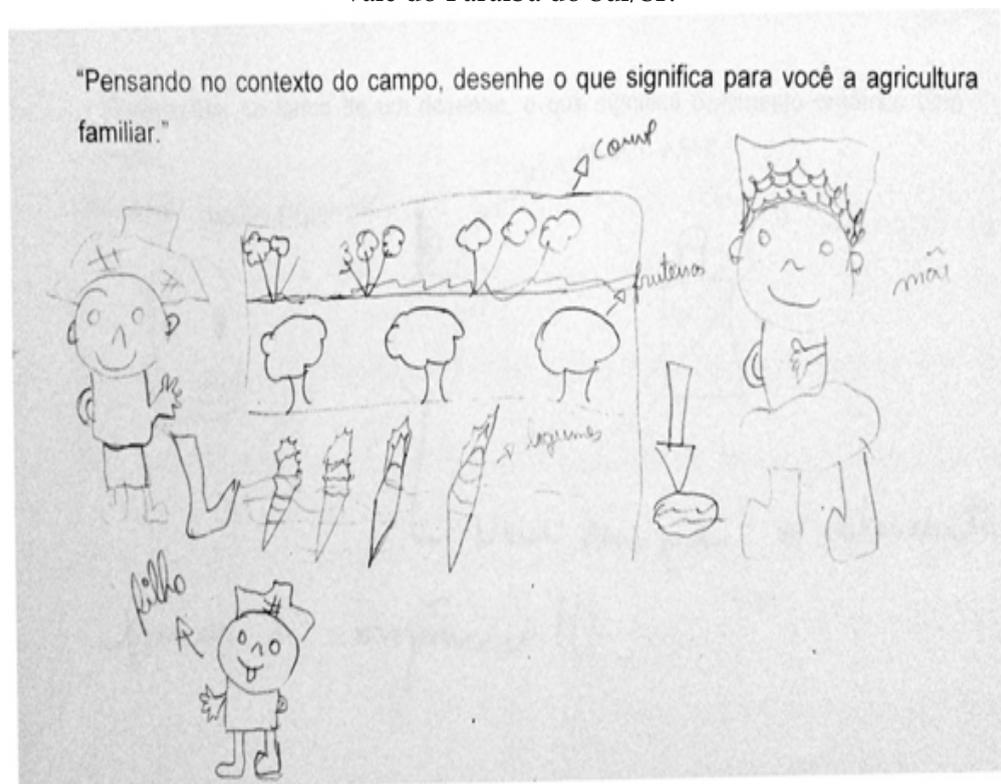
Estudo realizado por Guerra e Ichikawa (2013) encontrou também essa representação entre produtores agroecológicos, especialmente aqueles que cultivavam hortaliças. Naquele grupo, atribui-se esse valor devido à ausência do uso de agrotóxicos, o que resulta em benefício para quem consome e para quem cultiva.

É interessante verificar a consciência de que os alimentos orgânicos são saudáveis e que os convencionais podem causar doenças. Se observarmos a média de idade dos estudantes e a inserção dos produtos químicos no Brasil (1940-1970) muitos destes jovens não viveram à época de alimentos orgânicos comuns nas áreas rurais. As frutíferas (pomar) ou hortaliças e tubérculos eram plantados e consumidos na área rural sem que houvesse o manejo de agrotóxicos a não ser adubos orgânicos naturais, produzidos pelos animais. É interessante que o desenvolvimento se volta

para as formas de manejo do solo e dos plantios ditos tradicionais. Esta valorização pode melhorar a vida no campo, assim como, a saúde dos agricultores.

A última classe representacional identificada diz respeito às questões identitárias na qual o grupo em questão associa a possibilidade da prática da agricultura familiar apenas pelo núcleo familiar que se restringe a pai, mãe, filhos e netos, não se estendendo aos demais membros da família, conforme ilustra a Figura 2.

**Figura 2** – Ilustração sobre o papel da família na prática da agricultura familiar para os alunos de licenciatura em Educação do campo, residentes da zona rural do Vale do Paraíba do Sul/SP.



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Corrêa (1981) denomina este núcleo familiar de “família conjugal moderna”, produto da urbanização no qual o casamento não se dá por convenções sociais ou razões políticas, mas sim, pelo desejo de constituir um matrimônio, atendendo a impulsos sexuais e afetivos. O autor coloca ainda que as famílias agrícolas convencionais, nas quais outros membros do grupo familiar eram agregados eventualmente de forma que não fosse necessária uma divisão de bens, entraram em decadência

quando da era da industrialização. Assim, foi dada origem a novas maneiras de constituir o termo família, tanto no campo como na cidade.

A legislação brasileira que regulamenta a agricultura familiar mostra-se inespecífica a respeito de quais membros são considerados parte da família, portanto, não é possível afirmar que a agricultura familiar deve ser praticada exclusivamente pelo núcleo familiar, ou pela “família conjugal moderna”. Ela pode incluir outros membros do grupo familiar e ainda ser considerada agricultura familiar perante a lei (BRASIL, 2017).

Ainda dentro do eixo identitário, observa-se uma importante característica da agricultura familiar: esta é uma atividade desempenhada por famílias na zona rural há gerações, sendo os conhecimentos e técnicas ensinados dos pais e avós para as crianças desde pequenas. A transferência de sabedoria de uma geração para a outra confere a essa prática um caráter cultural, o qual está presente nas representações sociais.

A questão cultural pertence a esse contexto à medida em que o emprego de insumos químicos na lavoura teve início há pouco mais de quarenta anos, de modo que, até então, só se praticava a agricultura orgânica, a qual então foi ensinada de pai para filho por mais tempo do que a que hoje é considerada convencional. Considere-se ainda que o uso desses insumos seja mais comumente encontrado entre os grandes produtores familiares do que entre os pequenos.

No que diz respeito à agricultura convencional, este não é necessariamente um conhecimento passado de geração em geração. Da Silva et al (2014) realizaram estudo com um grupo familiar que pratica agricultura familiar orgânica, porém até meados dos anos 1990 praticava agricultura convencional. Os autores afirmam que as mudanças trazidas pela conversão de uma prática agrícola para a outra foram positivas e incluem melhorias nos aspectos econômico, cultural, social e alimentar. Tais aspectos também foram encontrados entre as representações sociais sobre agricultura familiar no presente estudo. As representações sociais refletem as principais características da vida destes sujeitos.

As representações sociais são fruto de conhecimentos de senso comum disseminados na sociedade, construídos a partir de informações recebidas ou trocadas durante experiências em um dado meio social, no qual o grupo retrabalha e comunica as práticas sociais e os conhecimentos, reorganizando suas formas de pensar e sentir. Essa reconstrução retorna e opera sobre as práticas sociais, orientando as crenças e os valores, e dirigindo a ação do grupo. Portanto, a compreensão de como o grupo representa a agricultura familiar pode auxiliar na discussão de como trabalhar com esta temática própria da vida do homem e do educador do campo no intuito de valorizar o trabalho, a cultura e o alimento produzido nas pequenas

propriedades rurais.

É importante considerar que o presente estudo foi realizado em 2015, período em que havia uma política social a fim de legitimar direitos e reduzir desigualdades na educação de brasileiros residentes na zona rural e urbana. Naquele momento, a licenciatura em Educação do Campo era fruto de uma conquista oriunda da mobilização dos movimentos sociais camponeses e foi promovida pelo governo federal com o lançamento, em 2007, do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo).

Infelizmente, nos cinco últimos anos, as políticas públicas brasileiras construídas no início do século XXI, a partir da mobilização social, foram ou estão sendo extintas/desmanteladas, negando aos cidadãos a garantia de seus direitos sociais. A falta de investimento no Procampo é um exemplo desse retrocesso. Outro exemplo desse retrocesso foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2019 e a redução de investimentos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conquistas também vinculadas aos movimentos sociais do campo. A situação se agravou com a Pandemia causada pela Covid -19, em 2020, acentuando o cenário de instabilidade política, econômica e social registrado no país desde 2016 e ameaçando a democracia brasileira.

## CONCLUSÕES

O grupo estudado representa a agricultura familiar a partir de sua própria experiência e das relações que mantém com o campo. Os significados, valores e crenças atribuídos ao objeto de estudo têm relação com a preservação do meio social em que se inserem os participantes, assim como a perpetuação das relações sociais que nele se desenvolvem. Sendo o ambiente natural parte central deste meio, sua preservação mostra-se igualmente relevante para esta população.

A representação social apreendida mostra que o grupo organiza os elementos representacionais em três eixos cognitivos: econômico-técnico-ambiental, biológico e identitário. Os resultados obtidos permitiram identificar um núcleo figurativo, fruto do processo de objetivação e que cristaliza a imagem da representação. Esse núcleo associa a agricultura familiar aos conceitos de uma agricultura orgânica, sustentável e saudável. Também, parece surgir da análise dos resultados uma ancoragem do tipo psicológico, que remete à intervenção de crenças ou valores gerais que podem organizar as relações simbólicas com o outro, que se fundamenta em categorias como “técnica tradicional”, transmitida entre gerações e que se relaciona positivamente à qualidade de vida.

O estudo provê elementos que apontam para uma representação social da agricultura familiar relacionada ao tipo de agricultura que esse grupo social pratica

e às informações que recebem da comunidade, dos meios de comunicação e de familiares, e não necessariamente ao conceito técnico estabelecido por regulamentos e diretrizes sobre esses temas.

Sugere-se que outros estudos sejam realizados com egressos dos cursos de licenciatura em Educação do campo a fim de identificar a atuação profissional e relação com aspectos próprios da vida campesina.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. O. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e Estado**, v.24, n.3, p. 713-737, 2009.

ALVES, H. J.; BOOG, M. C. F. Representações sobre o consumo de frutas, verduras e legumes entre fruticultores de zona rural. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 21, n.6, p.705-715, nov./dez. 2008.

ARAÚJO, G. S. Desenvolvimento do campo e educação: concepções, contradições e possibilidades. **Entrelaçando**, [S.l.], v. 6, n.1, p.24-34, set./dez. 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em 12 Dez 2017.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2017**. Ministério da economia. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

CALDART, R. S. **Educação do Campo**. In: Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, A. Frigotto, G. (Orgs.) **Dicionário da educação do campo**. RJ: FIOCRUZ, 2012.

CHAMON, E. M. Q. O. **A Educação do Campo: Contribuições da Teoria das Representações Sociais**. In: Chamon, E. M. Q. O., Campos, P. H. F. & Guareschi, P. A. (Org) **Textos e Debates em Representação Social**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2014.

CHAMON, E. M. Q. O. As dimensões da Educação do Campo. **Educação**, v.41, n.1, p. 183-196, 2016.

CLAY, E.; CHAMON, E. M. Q. O.; RODRIGUES, A. M. Representações Sociais Sobre os Alimentos Orgânicos para Agricultores: uma Revisão da Literatura Nacional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 35, p. 243-273, jul./set., 2016.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37, p. 05-16, mai., 1981.

DA SILVA, K. R. *et al.* Diagnóstico rural participativo com produtores orgânicos da agricultura familiar: um estudo de caso sobre a transição orgânica no Sítio Aparecida do Camanducaia, Jaguariúna (SP). **Cadernos de Agroecologia**, v.9, n.3, 2014.

DOISE, W. Da Psicologia Social à Psicologia Societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n.1, 27-35, 2002.

DOISE, W. L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. **Bulletin de psychologie**, XLV (405), 189-195, 1992.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: Molina, M. C. (Org.). Educação do campo e pesquisa. Questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 27-39, 2006.

FERNANDES, F. S. Futuros educadores ou professores? Um estudo sobre as representações sociais dos acadêmicos de letras da Universidade Federal do Amazonas/Humaitá sobre a carreira docente. **Educação em Revista**, v.39, p. 241-256, 2011.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Plantar pro gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, Piracicaba, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. DI BITTENCOURT, G. Desenvolvimento com equidade e agricultura familiar. In: GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A.; DIBITTENCOURT, G. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro:

Garamond, 2001. p. 15-16.

GUERRA, G. C. M.; ICHIKAWA, E. Y. As representações sociais da agroecologia para a agricultura familiar: a visão de pesquisadores, extensionistas e produtores rurais. **Desenvolvimento em questão**, v.11, n. 23, p. 40-73, mai./ago. 2013.

JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: Jodelet, D. (Org) *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MARKOVA, I. **Dialogicidade e representações sociais**. As dinâmicas da mente. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar**. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, M. A. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo: do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

REDIN, E. Trabalho na roça e organização da produção da família rural. Geoiçá: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 166-186, 2013.

ROSEMBERG, B.; PERES, F. Reflexões sobre a educação relacionada aos agrotóxicos em comunidades rurais. In PERES, F.; MOREIRA, J. C. (Org). **É veneno ou é remédio?: agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, J. A; SILVA JÚNIOR, M. F. Representações sociais e agricultura familiar: indícios de práticas agrícolas sustentáveis no vale do Bananal – Salinas, Minas Gerais. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 525-538, dez. 2010.

TERRA, F. H. B. **A Indústria de Agrotóxicos no Brasil**. 2008.156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

WACHELKE, J. F. R; CAMARGO, B. V. Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 41, n.3, p. 379-390, 2007.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.